**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Natalício Batista dos Santos Jr.

No centro e nas margens:
Contribuições para atualização dos estudos sobre
nação e nacionalismos

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Natalício Batista dos Santos Jr.

No centro e nas margens:

Contribuições para atualização dos estudos sobre
nação e nacionalismos

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais, na área de concentração em Estado e Sistemas Sócio-políticos, sob a orientação do Prof. Dr. Lúcio Flávio de Almeida.

São Paulo
2022

Natalício Batista dos Santos Jr.

No centro e nas margens:
Contribuições para atualização dos estudos sobre
nação e nacionalismos

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais, na área de concentração em Estado e Sistemas Sócio-políticos

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Lúcio Flávio de Almeida (Orientador)

Dr. (Nome completo – sigla da instituição)

AGRADECIMENTO

Agradeço à CAPES o estímulo à pesquisa e apoio financeiro para a realização desta tese. Processo nº 88887.199162/2018-00.

AGRADECIMENTOS

À PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP), ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, seu corpo docente e funcionários.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, pela competência, atenção, interlocução e compartilhamento dos conhecimentos necessários à elaboração desta tese de doutorado.

Aos docentes da banca examinadora, pela gentileza, disponibilidade, críticas e comentários valiosos a esta tese.

Aos alunxs da graduação e da pós-graduação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e da Fundação Armando Álvares Penteado que, nas dúvidas do processo de ensino-aprendizagem, continuam a me propor inquietações como homem, professor e cidadão.

A Ronaldo Mathias, Oscar Faria, Eliane Andreoli e Mariza Cândido, pela amizade.

Aos amigo(a)s Patrícia Pereira, Patrícia Seibel, Túlio de Vasconcelos, Valdy Lopes e Cássio Brasil.

Aos meus pais (in memoriam), ouro de mina.

Às minhas irmãs, Naira e Nadja, presenças e afetos alimentados.

Ao Miguel, “é lindo, é vasto, vai durar” (CL).

Entretanto, antes de chegar ao verso final já tinha compreendido que não sairia nunca daquele quarto, pois estava previsto que a cidade dos espelhos (ou das miragens) seria arrasada pelo vento e desterrada da memória dos homens no instante em que Aureliano Babilônia acabasse de decifrar os pergaminhos e que tudo o que estava escrito neles era irrepetível desde sempre e por todo o sempre, porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não tinham uma segunda oportunidade sobre a terra.

Gabriel Garcia Marques, em *Cem Anos de Solidão* (1990, p. 286)

RESUMO

A tese aborda a abrangência e transversalidade que o tema *nação e nacionalismo* assume no campo de estudos da Sociologia e da Política. Os argumentos sobre as origens, sentidos e desdobramentos do fenômeno nacional desde a época moderna expõem os contextos históricos e geográficos, ideológicos e políticos, as metodologias, tradições e rupturas da produção intelectual do(a)s e entre autore(a)s. O tema recebeu leitura de áreas afins às Ciências Sociais e continua a despertar interesse tanto para o campo teórico quanto para governos, partidos políticos e lutas sociais, sinalizando semelhanças e diferenças nas abordagens e dificuldade de consenso analítico sobre o assunto. Na bibliografia mais conhecida e publicada sobre nações e nacionalismo, predominou significativa perspectiva eurocêntrica, sendo pequena (ou ausente) a presença de autore(a)s não europeus e de análises acerca da experiência nacional fora da Europa. As teorias e práticas políticas na modernidade colonial na Europa, na África, na América Latina, e na Ásia devem ser revistas à luz do que as lutas anticoloniais e os movimentos nacionalistas na periferia do capitalismo forneceram para a análise da formação nacional, principalmente, sobre a relação entre raça e classe social, a modernização e via revolucionária, bem como o lugar da cultura dos povos originários na formação nacional. A tese considera a contribuição dos autores latino-americanos, afro-caribenhos e africanos, *José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon e Amílcar Cabral*, na apresentação de contrapontos analíticos aos pressupostos românticos, modernistas, marxistas (ortodoxos e heterodoxos), presentes na herança teórica da questão nacional. Precursores do debate anticolonial, anti-imperialista e antirracista, eles sustentaram a crítica ao eurocentrismo, à colonialidade, à racialização da cultura e ao racismo, apontando tanto caminhos para o pensamento pós-colonial quanto reflexões propositivas para a atualização do debate sobre *nação, nacionalismo e identidade nacional*.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. José Carlos Mariátegui. Frantz Fanon. Amílcar Cabral.

ABSTRACT

This dissertation addresses the broad spectrum of the subject of nationhood and nationalism in the fields of sociology and politics. The debate surrounding the origins and meanings of the modern nation state is contextualised along historical, geographical, ideological and political dimensions, and reflects the different methodologies, traditions and ruptures of the main contributors to this debate. The question of the nation state and national identity has been the subject of discussions in many related fields within the social sciences and continues to attract attention in academia, government, political parties and social movements. The different interests informing the debate make consensus difficult to establish. Most of the voices informing the debate have been dominated by a Eurocentric perspective. The presence of non-European authors and the analysis of the phenomenon of the nation state and nationalism outside Europe is still practically non-existent. However, the theories and practices of modern colonialism in Europe, Africa, Latin America and Asia must be reassessed in light of what the anti-colonial struggles and nationalist movements located on the periphery of capitalism have contributed. Here the focus has been on the relationship between race and class, modernity and the revolutionary route, as well as the role of indigenous cultures in the formation of national identity. This work considers the contribution made by the Latin-American, Afro-Caribbean and African authors José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon and Amílcar Cabral. In their work a number of assumptions are at play: romantic, modernist and Marxist (both orthodox and heterodox). Pioneers in the anti-colonial, anti-imperialist and anti-racist debate, these authors have articulated a critical stance towards Eurocentrism, colonialism and the debate around race and culture, ultimately pointing paths towards a post-colonial update of complex debate around nationhood, nationalism and national identity.

Key words: Nation. Nacionalism. José Carlos Mariátegui. Frantz Fanon. Amílcar Cabral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Nação e nacionalismo: conceitos e paradigmas de análise.....	33
1.1 Estudos e teorias sobre nação e nacionalismo: contextos e recepção de obras e autores	33
1.2 Paradigmas de abordagem do fenômeno nacional	35
1.2.1 Paradigma primordialista	36
1.2.2 Paradigma perenialista	37
1.2.3 Paradigma modernista.....	39
1.2.4 Paradigma etnosimbolista	64
1.2.5 Paradigma pós-modernista (pós-estruturalista e ou pós-colonial): a imaginação colonial vista do Sul ..	69
1.3 Conclusões – Teorias: fronteiras, intersecções e ambiguidades	74
2 Marxismo e a questão nacional	77
2.1 Europa e URSS nas primeiras décadas do século XX: impasses do contexto nacional.....	79
2.2 As internacionais: propósitos e discussões sobre a questão nacional.....	82
2.3 Autores e debates: escolhas e justificativas	85
2.3.1 Karl Marx e Friedrich Engels: a questão colonial e nacional.....	88
2.3.2 Karl Kautsky: origem e propósitos das nações	100
2.3.3 Rosa Luxemburgo: o direito à autodeterminação e o socialismo.....	104
2.3.4 Otto Bauer: a respeito de uma teoria para nação	111
2.3.5 Vladimir Ilych Ulianov (Lênin): autodeterminação e imperialismo	116
2.3.6 Josef Stalin: a burguesia e as lutas nacionais.....	122
2.4 Conclusões: nação e nacionalismo sob a perspectiva marxista	125
3 Nações e nacionalismo fora do eixo europeu: contribuições teóricas e a práxis revolucionária	130
3.1 O pensamento social africano e o desafio da construção nacional	130
3.2 A questão nacional na América Latina	140
3.3 Autores e debates: escolhas e justificativas	146
3.3.1 José Carlos Mariátegui e América Latina	148
3.3.1.1 José Carlos Mariátegui: perspectiva marxista e América Latina.....	148
3.3.1.2 A realidade econômica e formação social do Peru.....	152
3.3.1.3 Conceito de nação em José Carlos Mariátegui	155
3.3.1.4 Raça e os entraves da formação nacional: indígenas, negros e mestiços	166
3.3.2 Frantz Fanon	171
3.3.2.2 Produção intelectual e práxis revolucionária	174
3.3.2.3 Colonialismo e racismo	179
3.3.2.4 Nação e nacionalismo em Frantz Fanon: conceitos e usos.....	186
3.3.2.5 Nação, consciência e cultura nacional.....	197

3.3.3 Amílcar Cabral.....	199
3.3.3.1 Amílcar Cabral: biografia e formação política	199
3.3.3.2 Nação e nação-classe: conceitos e objetivos em Amílcar Cabral	204
3.3.3.3 Unidade e luta política em Amílcar Cabral	214
3.3.3.4 Cultura e libertação nacional.....	218
3.4 Conclusões	222
4 Conclusão final – No centro e nas margens: raça e classe na formação nacional.....	224
Referências.....	233

INTRODUÇÃO

Na modernidade ocidental, a construção dos conceitos de nação e nacionalismo desempenhou papel importante para o fortalecimento do interesse de Estado, a modernização capitalista e a cultura moderna. Os termos foram úteis à construção do sentido de pertencimento social, sendo estratégicos para a sustentação do capitalismo colonial e imperialista. Eles serviram também à expansão da racialização e geopolítica do conhecimento, caracterizada por relações de poder desiguais entre grupos sociais, povos e nações, nos domínios da ciência e da cultura.

A ideia de nação e nacionalismo é, relativamente, recente, firmada a partir da modernidade e levados à frente por movimentos, ideologias e ações políticas como a Revolução Francesa (1789), as guerras napoleônicas, a Independência dos Estados Unidos (1776), estando também presentes em várias e distintas lutas independentistas e anticoloniais na América Latina, África e Ásia. Em rigor, o fenômeno nacional esteve presente na formação das democracias liberais e foi alvo de adesões e discordância para regimes socialistas. Apesar da perspectiva progressista assumida por muitos teóricos, partidos e movimentos políticos, nações e nacionalismo também estiveram envolvidos com a expansão dos conservadorismos e autoritarismos políticos (civis e militares) do século XX. Além disso, foram explicados e justificados a partir do caráter ideológico e da consciência coletiva e quase sempre associados ao caráter emancipatório e universalizante dos princípios políticos e culturais da sociedade moderna, substancialmente, eurocêntricos.

O interesse pelo tema nem sempre esteve presente de forma direta nas Ciências Sociais, ganhando espaço após a Segunda Guerra Mundial e, de forma mais sistematizada, a partir dos anos de 1970 e 1980, com autores de origem europeia. Eles foram influenciados pelo contexto econômico e político do fim da Guerra Fria, pela reivindicação de nacionalidade e direitos de grupos étnico-culturais, advindos do colapso dos Estados socialistas no início da década de 1990, do século passado. Entre as principais discussões sobre o assunto, destacou-se a ênfase do vínculo do interesse de Estado com a consolidação da soberania e cidadania, do sentimento de pertencimento e da lealdade entre os membros que compartilham um mesmo território e língua, constituindo uma tradição. Em boa parte da literatura acadêmica produzida, predominou estudos sobre a experiência nacional europeia e o sentido da comunidade

política, unificada e integrada socialmente, fortalecida, principalmente, pelos autores Ernest Gellner (1993), Eric Hobsbawm (2008), Benedict Anderson (2008).

O assunto despertou a atenção de teóricos e lideranças políticas da esquerda ocidental e oriental, na Europa, América Latina, África e Ásia. Na passagem do século XIX para o XX e no contexto da expansão do capitalismo industrial e imperialista, da unificação de nações europeias e de lutas independentistas, os marxistas (poloneses, russos, austro-húngaros) desenvolveram discussões importantes a respeito do direito à autodeterminação dos povos; sobre o colonialismo e a relação das lutas trabalhadoras na constituição nacional; acerca das vias do processo revolucionário socialista. Nação e nacionalismo fizeram parte da agenda de assuntos da II e III Internacional, representando ponto de tensão entre marxistas ortodoxos e heterodoxos, comunistas e social-democratas, como Rosa Luxemburgo, Lênin e Karl Kautsky.

No entanto, na América Latina e na África, a influência do marxismo sobre intelectuais, militantes e lideranças políticas teve contornos próprios tanto em razão da introdução da crítica ao colonialismo e imperialismo quanto pela dúvida acerca do universalismo e internacionalismo da classe proletária por meio da reivindicação de outros sujeitos – o negro e o indígena – nos processos de independência nacional, lutas anticoloniais e anti-imperialistas. Entre os autores a destacar, José Carlos Mariátegui (Peru), Frantz Fanon (Martinica / Argélia) e Amílcar Cabral (Guiné Bissau e Cabo Verde) não se concentraram apenas na análise economicista do processo colonial e da constituição nacional de seus países e continentes, abrindo caminho para uma crítica mais multidimensional que levava em conta os aspectos da formação social e cultural local e, sobretudo, a reivindicação de novos sujeitos na construção nacional, autóctones, indígenas e negros.

O fato é que, na tradição dos estudos sobre o fenômeno nacional, pouco foi considerada a experiência variável das nações e nacionalismos fora da Europa e dos Estados Unidos, resultantes das particularidades econômicas, políticas e culturais decorrentes do colonialismo e do imperialismo. Na considerada periferia do capitalismo, entre os países com passado colonial, a formação nacional teve formas distintas e próprias no que diz respeito à formação dos Estado-nação, ao comprometimento da autonomia das elites burguesas locais na condução do interesse nacional e participação das comunidades locais e originárias na construção da cultura nacional. As nações e Estados pós-coloniais continuam a apresentar conflitos acerca

da consolidação da soberania, da cidadania e da sociedade política extensiva à pluralidade de indivíduos e grupos sociais.

Na tradição dos estudos sobre a questão nacional, há uma lacuna quanto ao lugar da cultura como dimensão política das relações sociais, dos pertencimentos e identidades coletivas. A diferença cultural esteve presente nos processos de coesão social e unidade política dos Estados-nação, constituindo ambivalências e conflitos quanto à constituição da nação, identidade nacional e nacionalismo, dimensões, socialmente e, politicamente, articuladas pela modernidade ocidental.

O entendimento da nação como uma narrativa da modernidade, ou mesmo uma unidade de sentimentos ou consciência compartilhada e homogênea, exige, por outro lado, considerar algumas categorias nas Ciências Sociais como classe, raça, gênero e diferença cultural. Estas devem ser consideradas na perspectiva ampla das relações de poder e produção de identidades, de exploração e de opressões. Além disso, elas estão envolvidas com vários aspectos da produção, circulação e recepção de conhecimento, cultura e subjetividade, sentimentos e afetos identitários ao longo dos últimos séculos. A reivindicação dessas categorias busca descentralizar o parâmetro unificador e homogêneo que representou a nação nos estudos da tradição sociológica e política.

Esta tese de doutorado destaca a abrangência, ambiguidades e transversalidade que os temas *nação* e *nacionalismo* assumem na perspectiva das Ciências Sociais, especificamente, nos estudos da Sociologia e da Ciência Política. A revisão literária da questão nacional parte da avaliação da predominância, extensão e desdobramentos de teorias modernizantes acerca do tema, identificando contribuições, ambiguidades e equívocos de abordagem. A discussão acompanhou, de forma variada, a atenção da Sociologia e da Ciência Política ao longo dos últimos séculos e refletiu, no âmbito teórico e político, motivações epistemológicas e ideológicas distintas. Expressou também os contextos nos quais estados nacionais constituíram-se e estabeleceram relações entre si.

No diálogo e contraponto aos estudos europeus e estadunidenses, a pesquisa sublinha a contribuição da crítica de autores latino-americanos, africanos e caribenhos, aqui representados por José Carlos Mariátegui Frantz Fanon e Amílcar Cabral. Como intelectuais e militantes políticos de um pensamento libertário e revolucionário e com leituras originais do marxismo, eles procuraram conciliar a teoria e a prática revolucionária nos processos de libertação colonial e constituição nacional,

desempenhando papel político e cultural importantes nas lutas anticoloniais, antirracistas e anti-imperialistas de seus países.

Nessa perspectiva, parte-se de algumas perguntas que sinalizam os domínios teórico, político e cultural do fenômeno nacional, objeto de estudo desta tese. Especificamente, as interrogações iniciais dizem respeito às dúvidas acerca do predomínio de certa tradição europeia nos estudos sobre nação e nacionalismos que pouco considerou contextos históricos, políticos, sociais e culturais, bem como autores e obras da chamada periferia do capitalismo. A ênfase em identificar as nações e os nacionalismos a partir das condições econômicas e políticas do desenvolvimento do capitalismo industrial moderno pode não ser suficiente para a explicação da formação nacional em contextos de países não industrializados, com passado colonial. Nestes, os processos de miscigenação estiveram associados a complexos mecanismos de exploração e subjugação do trabalho, violência física e simbólica, desumanização e desaparecimento da cultura de negros e povos originários.

Na formação nacional dos continentes periféricos, a burguesia nacional, o proletariado e ou os camponeses foram, conforme contextos políticos, econômicos e culturais, considerados sujeitos, classes e ou categorias sociais “predestinadas” à nação. No entanto, indígenas, negros e populações autóctones, uma vez excluídos, historicamente, pelo processo de conquista colonial, estiveram às margens de uma participação efetiva, democrática e emancipatória na construção da imaginação nacional.

Com isso, parece importante a consideração da relação entre classe e raça nos estudos sobre nação e nacionalismo. Ela pode fornecer chaves tanto para o entendimento das particularidades da formação econômica, política e social das nações recentes periféricas quanto para identificação, papel e relações dos sujeitos históricos nos processos de constituição da nação e dos nacionalismos, sobretudo o comportamento desempenhado pela burguesia nacional, os operários, negros e autóctones.

Entre as perguntas que motivaram este trabalho, destacamos: *Como a predominância das teses sobre a modernização capitalista e da modernidade cultural europeia nos estudos sobre nação e nacionalismo podem ser confrontados e revistos, principalmente, por estudos e argumentos de autores latino-americanos e africanos? De que maneira os sentidos e práticas da nação, nacionalismo e identidade nacional podem ser pensados, hoje, a partir da experiência das nações periféricas, submetidas*

no passado, ao processo colonial e ao imperialismo? Como as particularidades da formação econômica, política e cultural na América Latina e África podem oferecer condições específicas para a constituição de outros sujeitos históricos (negros e indígenas) na formação nações e nacionalismos? Como as lutas anticoloniais, antirracistas e anti-imperialistas podem estabelecer pontos de inflexão importantes a respeito da racialização da cultura e sobre a constituição das nações e nacionalismos? Por fim, como pensar, a partir das circunstâncias e das lutas de povos colonizados, “imaginações” ou “ideologias” de comunidades que se constroem além do nacional? Em outros termos: que identidades coletivas podem ser pensadas fora do domínio nacional seja em contextos (pós)capitalistas ou (pós)socialistas?

Interesse e atualidade da questão nacional

A questão nacional é parte das relações estabelecidas entre os interesses do capital e dos estados na condução da vida política e econômica de um povo sobre um território. No percurso da expansão da formação das democracias modernas, o tema permaneceu também sob a mira dos governos, sendo, em muitos aspectos, estratégico para a defesa das nações contra as contradições, ameaças políticas e assimetrias econômicas do mercado global.

A expansão da globalização financeira e tecnológica¹ mostrou-se fator relevante para o aprofundamento das desigualdades entre nações, potencializando,

¹ Ao longo das últimas quatro décadas, os termos *globalização* e *mundialização da cultura* têm ganhado atenção de estudos em diversas áreas como a Economia, as Ciências Sociais, Estudos Culturais, Estética e Artes. As leituras estabeleceram aproximações e divergências entre acadêmicos, sinalizando tanto análises economicistas quanto interdisciplinares sobre as origens, características e impactos dos termos na vida pública e privada, na condução e sustentabilidade de economias e governos, na configuração de modos e estilos de vida das sociedades contemporâneas. As abordagens já dividiram anglo-saxões, franceses e latino-americanos. Como processo mundial de integração de mercados e culturas, há perspectivas de análise que apontam o surgimento dos termos a partir da era mercantil e da conquista colonial, no século XVI. A empreitada capitalista colonial teria criado uma divisão internacional do trabalho, baseada na integração dos continentes (América, Europa, África e Ásia) por intermédio da produção e mercadorias e uso de mão de obra, bem como da reprodução desigual de riqueza entre as regiões. Como resultado, o colonialismo e o imperialismo também determinaram relações entre culturas, introduzindo os aspectos da semelhança e alteridade nas relações humanas. Há também a tendência de associar ao avanço dos interesses e desdobramentos do capital financeiro na economia internacional, sobretudo a partir anos de 1970 e 1980 do século XX, com a expansão de corporações multi e transnacionais, que rompeu as barreiras nacionais dos negócios, fortalecendo assimetrias no sistema internacional. A ideia foi a de que o futuro do capitalismo não estaria mais ligado ao destino

em níveis diversos, a força e ou fragilidade do interesse nacional. Por um lado, a mundialização da economia apresentou-se como a integração de mercados e a interdependência econômica, a aceleração do fluxo de mercadorias e capital, a criação de blocos econômicos regionais e, nas primeiras décadas do século XXI, o aparecimento de países com economia emergente. Por outro, significou a ampliação desigual das cadeias da divisão internacional do trabalho e a complexidade das relações de dependência econômica entre países, impulsionadas pela concentração e especulação do capital financeiro. Os contrastes da globalização resultaram, entre tantos fatores, na manutenção, em muitos países, da condição de importadores de mercadorias industriais e exportadores de produtos primários. Em alguns países e contextos, esta posição tem estado associada à precarização de condições do trabalho, vulnerabilidade e má remuneração da mão de obra. As formas laborais reproduziram antigas formas de relações econômicas e comerciais, constituindo a continuidade de práticas já desenvolvidas no colonialismo e no imperialismo. (HARVEY, 1993, 2011, 2016; CHESNAIS, 1996, 2005; SANTOS, 2007)

No sistema internacional, as formas de adaptação e de agenciamentos entre os vários tipos de Estado, o interesse nacional e do capital continuam a atualizar os quadros de dependência, as formas de influência e de ingerência entre os países. Na condução dos objetivos da política externa dos Estados, cresceram a participação e a força das corporações privadas, da mídia, das organizações *não estatais* e dos grupos de interesse. O avanço dos princípios e práticas neoliberais tem provocado reformulações nas estruturas, meios e funções para a solução de controvérsias e negociações internacionais que atendam às diferentes demandas, formas de cooperação e desafios dos propósitos nacionais e do capital no âmbito das relações do sistema internacional.

A atenção ao fenômeno nacional também avançou mediante o debate sobre o “fim” da força das unidades políticas modernas. O suposto fim da capacidade integradora do Estado-nação sobre os indivíduos tem se sustentado de forma variável

de uma nação modernizante em particular, mas na presença de novos agentes ativos da mudança global (países e corporações), em qualquer parte do mundo. Em perspectiva mais culturalista, destaca-se o predomínio de estudos sobre a comunicação global e relação da globalização e mundialização com os processos de produção, difusão e recepção de bens e produtos culturais entre países. Estas abordagens, criticam o caráter de universalista e padronizado da cultura global, explorando os aspectos de agenciamentos, assimilação e aculturação entre grupos sociais e nações.

entre os países. A hipótese do enfraquecimento do Estado-nação manifesta-se em um cenário contundente e ambíguo, inicialmente, pela formação de novos estados nacionais e o crescimento de novas expressões do nacionalismo em muitos países. Em segundo lugar, é argumento constitutivo da conjuntura da expansão do capital transnacional, da presença dos atores não estatais no sistema internacional e da restrição da soberania dos Estados diante da ingerência dos Estados considerados “fortes” no contexto internacional.

Nesse âmbito, cabe acrescentar a formação de blocos, comunidades políticas e econômicas regionais com interesses próprios e a contínua consulta dos Estados às organizações supranacionais nas tomadas de decisão sobre assuntos de segurança, paz, concorrências e bloqueios econômicos. Entre alguns casos, a força integradora da União Europeia tem se deparado, constantemente, com ameaças de grupos nacionalistas e étnico-raciais, dentro de estados nacionais europeus. Os interesses políticos e culturais desses grupos sinalizam tanto dificuldades para a União Europeia gerenciar-se quanto a capacidade de ela se fortalecer no contexto atual da Europa. Por outro lado, os investimentos em assegurar a unidade e o universalismo da identidade europeia podem causar ainda mais a corrosão política (ou despolitização) da diferença e do particularismo cultural e social.

A discussão sobre a fragilidade do Estado-nação também expõe ambivalências acerca tanto das condições e extensões do comércio entre os países quanto sobre as cooperações tecnológicas, a difusão de conhecimentos e intercâmbios culturais entre as nações. No âmbito das relações internacionais e das configurações internas do Estado-nação, Arrigui (1996), Vergopoulos (2005) e Dupas (2005) destacaram os limites da soberania, da representação nacional diante da dificuldade do alinhamento imparcial dos interesses nacionais, estatais e do capital, em contextos das assimetrias internacionais ².

² No domínio político, o fim da Guerra Fria, a crise do socialismo, o declínio das ditaduras ocidentais e a expansão das democracias capitalistas liberais foram simultâneos ao avanço de condutas neoliberais (Consenso de Washington) em países e entre eles no sistema internacional. O fortalecimento do neoliberalismo complexificou a relação entre as esferas de poder (Estado, mercado e sociedade civil) à medida que os interesses do capital e da divisão internacional comprometeram a garantia de direitos, a estabilidade do Estado de bem-estar social, da democracia e da soberania. As assimetrias políticas têm posto em foco a força e a fragilidade da representação do Estado-nação na política interna e externa (Arrigui, 1996; Vergopoulos, 2005; Dupas, 2005).

A significativa expansão das tecnologias da comunicação em rede, o encurtamento das distâncias geográficas, as alterações nas percepções do tempo transcorrido, a crescente mobilidade e a migração internacional de indivíduos e grupos sociais (SANTOS, 2007) mostram que a geopolítica contemporânea da internacionalização do capital conduz e reforça quadros de desigualdades econômicas e instabilidades políticas e sociais no âmbito regional e internacional. Nos contextos contemporâneos, com os avanços do capitalismo financeiro e transnacional, da comunicação em rede e de conflitos (econômicos, políticos e culturais) e a expansão dos fluxos migratórios, a questão nacional tem ganhado atualidade e contornos próprios. O intenso fluxo de informações vem alterando as formas de pertencimento no âmbito dos Estados e quase sempre comprometem as fronteiras imaginárias entre as nações (CASTELLS, 2012a, 2012b, 2013).

Nas últimas décadas, o fluxo migratório entre países e regiões aumentou a instabilidade entre os estados nacionais. O crescimento da imigração internacional tem reproduzido velhas e novas assimetrias da divisão internacional do trabalho, sinalizando as desigualdades entre as nações no sistema mundial. A ausência de políticas públicas para a imigração potencializa o crescimento do desemprego e das condições precárias de trabalho, além dos problemas de moradia, saúde e educação entre os estrangeiros, sobretudo aqueles em situação ilegalidade. A presença de legislações nacionais pouco (e ou nada) sensíveis à imigração e o não cumprimento de regulamentações internacionais quanto aos direitos migratórios fortalecem, invariavelmente, os conflitos entre nacionais e estrangeiros, expressos pela xenofobia, o uso da violência e a expulsão arbitrária de imigrantes indesejáveis. As críticas e suspensões ao direito de imigrar, exercer e preservar a cultura fora das regiões onde são originárias, constituem um dos pontos centrais para o (re)surgimento de fundamentalismos e nacionalismos chauvinistas (MATTIAZZI, 2016; MARTINEZ, 2011; APPADURAI, 2009).

O fenômeno da imigração internacional tem produzido respostas distintas entre os Estados nacionais. Além do aumento das desigualdades econômicas provocadas pela dificuldade de acesso a emprego e renda entre os imigrantes, verificam-se conflitos referentes ao direito à cidadania e ao reconhecimento da diferença cultural. Com isso, potencializa-se, invariavelmente, o debate sobre a “crise” da centralidade das identidades nacionais e o advento da força de outras combinações identitárias (étnicas, religiosas, de gênero etc.), exigindo novas posturas

teóricas e regulações para o entendimento do suposto “indivíduo internacional” contemporâneo. A condição de sujeito mais *fragmentado*, *desreferencializado* ou *desagregado* da identidade nacionais, defronta-se com a ausência de direitos e garantias enquanto sujeito de direito internacional (HALL, 2005).

Este fato tem sinalizado novas configurações das relações dos indivíduos com a nacionalidade e com o sentimento do pertencimento nacional, trazendo ao centro do debate tanto as assimetrias econômicas e políticas do processo colonial e do imperialismo quanto as contradições posteriores à independência colonial do mundo não europeu. Como resultado e expressão desse quadro, verifica-se a expansão da reivindicação da etnicidade, de identidades e pertencimentos culturais dentro do Estado-nação à medida que crescem dificuldades em estabelecer justiça às heranças culturais de grupos.

Em razão ao exposto, chama a atenção a dimensão política das relações culturais na formação das nações moderna e, especificamente, a maneira como foram operadas a partir de relações desiguais de raça, classe, gênero que deflagraram processos de assimilação, aculturação, subjugação, agenciamentos e mesmo desaparecimento de línguas, costumes, saberes e conhecimentos locais, formas de organização políticas e sociais. Trata-se de questões características de muitas sociedades contemporâneas, em que a formação multicultural apresenta, permanentemente, conflitos com o ideário de coesão social proposto pela identidade nacional.

O caráter multicultural das sociedades, o fortalecimento de lutas por reconhecimento cultural e as variações do republicanismo dos Estados têm articulado negociações políticas e culturais distintas internamente e entre os países, exigindo a revisão do debate teórico sobre a nação, a identidade nacional e o nacionalismo. A heterogeneidade da constituição nacional reúne aspectos importantes dos conflitos e diferenças culturais operados pelo e no Estado. Os agenciamentos culturais constituem, assim, campo de imaginação e projeção política. Eles sinalizam a necessidade de revisão das interpretações teóricas acerca da questão nacional e suas extensões.

Estado e Estado-Nação: origens e propósitos no curso do colonialismo e imperialismo

A origem e os rumos da nação e do nacionalismo foram diferentes no Ocidente e Oriente, na Europa e nos continentes latino-americano, africano e asiático. Se para a experiência europeia, eles estiveram relacionados aos avanços do capitalismo industrial, da modernização e da modernidade cultural, fora da Europa, a formação e o desenvolvimento das nações, o nacionalismo e a identidade nacional foram tomados a partir da particularidade das condições da formação social econômica, das estruturas políticas locais e das relações étnico-raciais estabelecidas pelo processo colonial e pelo imperialismo. A nação, a cultura nacional e os nacionalismos periféricos estiveram, fortemente, associados às condições e meios pelos quais foram conduzidas questões como: as conjunturas da descolonização, a autonomia (e ou comprometimento) das elites locais e nacionais, as lutas anticoloniais e de independência colonial na África, Ásia e América, bem como o lugar reservado à cultura local na construção da cultura e da identidade nacional.

Nessa perspectiva, o entendimento a respeito do fenômeno nacional, suas origens, formas e extensões não pode ser indiferente aos propósitos e aos desdobramentos do colonialismo e do imperialismo no mundo moderno. Para isso, cabe posicioná-los concomitantes à constituição das bases econômicas, políticas, culturais e epistemológicas da modernidade ocidental. Em específico, estão envolvidos com o surgimento do capitalismo mercantil e industrial, a formação do contrato social e os interesses do Estado Absolutista e do Estado nacional, entre os séculos XVI e XIX³. O entendimento dos termos exige o esclarecimento acerca das

³ Na concepção moderna, o surgimento do Estado envolveu o interesse da construção de uma organização política apta a garantir a centralidade do poder e das instituições sobre a administração de um território e de uma população. Em rigor, o nascimento do Estado moderno esteve relacionado com o aparecimento das monarquias absolutistas, historicamente, associadas à crise da sociedade medieval. Nelas, alguns princípios destacaram-se como a liberdade religiosa, a igualdade e, sobretudo, a soberania dos Estados. O poder estava na mão do monarca, príncipe e soberano, representante do monopólio da força. A presença do monarca superou a organização política medieval estabelecida pelo império e pelo papado. Seu poder firmava o vínculo entre a sociedade e o Estado, por intermédio da relação entre autoridade e seus súditos. Todavia, Anderson (2016) considerou que o estado absolutista ainda não possuía características do estado burguês, sendo forte a presença de elementos feudais como a nobreza. Mais adiante, no contexto dos avanços dos interesses industriais e expansão dos costumes da burguesia urbana, a constituição da nação passou a ser estratégica para o Estado, uma vez que significou a unidade de uma população ampla e anônima que partilhava uma cultura comum, possuidora de seu próprio espaço político. A nação deixava, aos poucos, de ser determinada pela ideia de lugar e passou a se

transformações econômicas e políticas no curso da crise do feudalismo, das origens e do fortalecimento do Estado e do Estado-nação na época moderna. Sobretudo, a conquista colonial e o imperialismo e, com eles, a racialização da cultura e grupos sociais determinaram formas particulares da constituição da diferença a partir da desumanização e subjugação dos povos originários e negros, tão relevantes para a configuração de identidades e da imaginação nacional.

O uso do termo nação em referência às unidades e agrupamentos de indivíduos, culturalmente ou politicamente, caracterizáveis na modernidade, representou o interesse da força coercitiva dos Estados sobre os membros de um território. Além disso, envolveu o sentimento de pertencimento e diferenciação entre indivíduos e Estados. O vocábulo serviu às intenções de dominação entre Estados e povos no que diz respeito aos domínios econômicos, políticos, culturais e de produção de conhecimento.

O colonialismo estabeleceu suas administrações e protetorados coloniais a partir da derrota ou subjugação de reinos e agrupamentos tribais, transformando cada colônia num mosaico de etnias e grupos, numa espécie de “coleção” de povos e partes de antigos estados dentro de uma mesma fronteira. No processo colonial e, em seguida, no imperialismo, foi frequente a criação e o uso político de distinções entre grupos étnicos pela administração colonial. O acesso desigual à propriedade, renda, educação e serviços esteve relacionado à existência de relações de exploração e opressão, configurando quadros de rivalidades e conflitos (BENOT, 1981).

Os problemas advindos das relações étnico-raciais desiguais constituíram aspectos relevantes para o caráter e rumo dos movimentos independentistas. Assim, no contexto do movimento de independência colonial na América Latina, indígenas e negros estiveram ausentes tanto da constituição política institucional quanto da imaginação nacional dos Estados recém-formados na África, após a Segunda Guerra

associar à unidade política do Estado, agora um Estado-nação. Neste, foi a soberania do Estado (e não mais a do monarca) que garantiu a independência nacional. Para isso, exigiu-se a “imaginação” de tradições, a “invenção”, passado e memória comum a fim de construir identidades e pertencimentos. A identidade “nacional” tornava-se um interesse geral e a condição para a legitimidade política do Estado e dos povos neles pertencentes. Ela era um critério exterior da cultura e subjetivo da vontade política. Estado e nação constituíram, dessa forma, termos estratégicos para o conceito do poder a partir da época moderna. O ponto de vista da relação de mando e obediência, baseado em princípios materiais ou no fundamento religioso, passa a ser analisado e explicado a partir dos princípios da *legitimidade, tradição e carisma*, segundo Max Weber (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 1985, 2008; WEBER, 1999).

Mundial, muitas colônias tiveram dificuldade em criar um sentido para nação e o sentimento de pertencer a essa. Já independente do domínio europeu, várias lideranças dos movimentos nacionalistas tiveram problemas quanto à formação da unidade nacional nos países.

Entre 1950 e 1960, muitos líderes nacionalistas africanos, com formação na Europa ou EUA, depararam-se com o abismo entre eles e os cidadãos das jovens nações recém-independentes. Eles tiveram desafios, sobretudo, no que diz respeito ao contingente de analfabetos e pobres despreparados para as obrigações administrativas e jurídicas impostas pelo Estado nacional. Em diversos estados pós-coloniais da África, como o Sudão, Zaire e Nigéria, guerras civis, sustentadas pelas rivalidades e antagonismos étnicos, comprometeram, profundamente, a estabilidade do Estado e a capacidade de integração nacional dos indivíduos e grupos. Governos e ditaduras militares foram constantes, mantendo, em graus diversos de interesses econômicos e políticos, alianças entre as elites africanas locais e países do capitalismo central (Europa e EUA).

Nações e nacionalismos: abordagens e perspectivas teóricas

Há ambivalências significativas quanto aos usos, significados e sentidos, as origens e relações entre os termos nacionalismo, nação e Estado-nação. Os usos e práticas dos termos não se mantiveram universais e homogêneos. São históricos, políticos, econômicos, sociais, geográficos e culturais.

As diferenças dos paradigmas e argumentos dos autores expõem uma variedade de contextos, metodologias, tradições e rupturas de campos epistemológicos de análise sobre nação, identidade nacional e nacionalismos. Notam-se contribuições importantes de estudos da História, da Psicologia, da Filosofia, da Estética, da Crítica Literária e dos Estudos Culturais. Ora estão alinhados à herança e à atualidade de estudos sobre o tema nas Ciências Sociais, ora divergem, sinalizando perspectivas próprias e, sobretudo, a dificuldade de um consenso analítico sobre o tema.

O assunto permanece a interessar intelectuais, governos, militantes e grupos sociais engajados na configuração das novas dinâmicas em que se constituem os sentimentos coletivos de agregação e coesão social. Nação, nacionalismo e identidade nacional passam a ser questionados como forças exclusivas e ou

universais a partir da inclusão de novas categorias de análise. O crescimento dos estudos sobre raça, corpo, gênero e sexualidade, criado ou recriados, tem desempenhado contribuições significativas à construção de subjetividades e identidades individuais e coletivas, ampliando o entendimento sobre os domínios teóricos e as práticas de pertencimento nacional ao longo do tempo⁴.

Não há e, provavelmente, não poderá haver uma definição unânime ou neutra sobre nação e seus desdobramentos, uma vez que se trata de um dos termos mais complexos e fundamentais do referencial político e cultural da modernidade ocidental e que, conforme circunstâncias históricas e vertentes epistemológicas, ganha características particulares.

No debate teórico sobre nação, identidade e nacionalismo, verificou-se a existência de paradigmas que representam mais do que pontos de vistas. Entre os modelos de interpretação, houve o que sublinhou a condição inevitável das formações nacionais para os povos ao longo do tempo. Nação, etnia, parentesco estariam associados, sendo em muitos aspectos, variações da mesma forma de agrupamento humano. Na perspectiva do aspecto longo das nações, apareceram também reflexões sobre os aspectos espirituais da nação, sinalizados nos textos religiosos antigos. Neles, apontou-se o vínculo das comunidades ao território, anteriores à modernidade.

O modelo de análise etnosimbolista, por outro lado, considerou os símbolos, as lealdades tribais e as identidades culturais das comunidades pré-modernas como elementos significativos para a formação das nações. Havia ligações emocionais e subjetivas entre os membros de uma comunidade, presentes nos mitos,

⁴ Desde o século XVI, convivemos com o interesse de refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. O crescimento do mercantilismo com a expansão marítima e a conquista da América trouxeram a experiência do encontro de povos e culturas distintas, em nada semelhantes aos padrões da burguesia comercial da época na Europa. Entre muitas reações, a cultura e a filosofia renascentista começaram a dar explicações a partir de ideias e formas de representação, em textos e imagens daquilo que mais tarde configurou-se no ideal e parâmetro do europeu como *homem universal*. Entre os séculos XVIII e XIX, a filosofia iluminista defendeu o homem como sujeito e objeto do conhecimento. O desejo de apreender o homem, em seus aspectos e diferenças, foi simultâneo ao aparecimento das teorias científicas das raças, a racialização da cultura e das relações de poder. Essas estiveram, intrinsecamente, relacionadas com os princípios e as práticas do sistema colonial e do imperialismo. Elas constituíram as bases para as relações políticas, sociais e culturais entre colônias e metrópoles, sendo usadas como justificativas para a exploração colonial e imperial, para o uso da violência física e simbólica, e para a hierarquização de indivíduos, grupos e povos. (FOUCAULT, 2002; TODOROV, 2013; MBEMBE, 2018a, 2018b).

ritos e memórias, muito antes da formação das nações modernas. Por esta visão, de forma gradual, os agrupamentos étnicos transformaram-se em comunidades política nacionais. A característica moderna das nações estaria na interação das dimensões cívica e territorial, étnica e genealógica. Esta perspectiva de análise pouco considerou o fato de, muitas vezes, em algumas situações, a etnia (ou etnicização) tenha sido obstáculo a formação da identidade nacional.

O paradigma modernista destacou as condições históricas e o papel modernizador das nações para as sociedades, no contexto da expansão capitalista. A abordagem sobre a nação, o nacionalismo e a identidade nacional deu-se a partir do caráter ideológico, da formação de consciência coletiva e de uma “tradição cultural”, capaz de oferecer unidade, lealdade, pertencimento e passado comum aos membros que compartilhavam a mesma língua e território. A nação constituía-se por um sistema simbólico de referências coletivas, pela invenção de patrimônio comum e por intermédio de um investimento pedagógico em educação e comunicação apto a ligar os indivíduos entre si e ao Estado. A nação e o pertencimento nacional sustentavam-se pela imaginação de uma origem e de passado comum que, independentemente do lugar e tempo em que alguém pudesse estar, permaneceria como um sentimento de fraternidade entre os indivíduos de uma mesma nação. Tratou-se mesmo de pensar a nação como categoria importante à construção da memória histórica e de uma unidade capaz de encobrir as desigualdades e os conflitos de classe social.

A observação sobre a história dos agrupamentos humanos foi um recurso recorrente para os interessados na questão nacional. Na época pré-moderna, segundo Gellner (1993), não se notificou a menção, defesa ou discussão do termo nação. As relações sociais eram definidas a partir de laços de parentesco, por organizações locais sustentadas pela religião e por dinastias que tornavam os indivíduos membros de estratos sociais, ritual e juridicamente, definidos. Já na época moderna, a substituição da economia agrária pela industrial e a mobilidade ocupacional exigiram a comunicação constante entre trabalhadores anônimos e estranhos entre si, bem como o ingresso progressivo dos indivíduos nos processos de alfabetização e educação formal e universal. Para Gellner (Idem), a educação deixava de ser um privilégio, tornando-se precondição da efetividade, aceitabilidade e utilidade das relações sociais e estruturas econômicas do capitalismo industrial. Nessas circunstâncias, o que apareceu foi a existência de uma cultura comum e

padronizada em que a educação se tornava critério de identidade social, atribuindo ao Estado o papel de manutenção e de proteção da cultura que unificava os indivíduos. Nesse sentido, o Estado legitimava-se à medida que proporcionava proteção à cultura nacional, com emprego de símbolos não mais dinásticos ou religiosos.

A perspectiva do caráter moderno dos agrupamentos nacionais foi uma abordagem determinante nas Ciências Sociais e Política. O conceito de nação proposto por Anderson (1989, 2000, 2008 2014) destacou a análise dos sistemas culturais que antecederam o aparecimento do nacionalismo no século XVII. Para o autor, as línguas sagradas, as comunidades religiosas e as dinastias significaram laços fundamentais pelos quais coletividades foram imaginadas e concebidas antes da configuração das nações modernas. No entanto, o declínio do uso do latim, as crises de legitimidade das monarquias e a expansão das línguas vulgares foram concomitantes ao desafio dos empreendimentos editoriais (imprensa e o romance) e da comunicação de massa superarem o problema da diversidade linguística por intermédio do uso de uma língua comum apta à homogeneizar o acesso à informação e cultura pelos indivíduos.

As festas, datas cívicas, as artes e a literatura tiveram contribuições significativas na configuração de histórias e símbolos da nação. Elas ajudaram a construir ritos, tradições comuns, imaginário e identidade, fortemente associadas aos mitos da origem nacional. Tratou-se, assim, do surgimento de uma nova forma de imaginar o mundo pelo fortalecimento da ideia de um “organismo social”, de uma comunidade nacionalmente imaginada, limitada e soberana, agora, com vínculos ao Estado e não mais à religião ou aos reinos dinásticos.

O fenômeno de mobilização, enfraquecimento e mesmo a destruição das imagens e saberes locais foi lembrado também por Hobsbawm (2009a, 2009b). Em suas discussões sobre as relações entre nação, etnia e nacionalismo, o autor expôs o caráter de construção da nação pela negação. Hobsbawm mencionou que o uso das imagens da civilização grega pela cultura ariana, ao longo do século XIX e início do XX, desconsiderou a condição híbrida das raízes semitas e africanas. Com isso, verificou-se, na construção da identidade nacional, o quanto a tradição atuou, estrategicamente, na unificação de um passado historicizado e ou mítico com um

presente ativo. Ela exerceu um papel decisivo para a hegemonia cultural e a identificação entre os membros de uma nação⁵.

As diferenças de línguas e linguagens, raça e etnias, religiões e costumes, bem como as diversas formas de unidades e agrupamentos políticos com seus meios e procedimentos da produção material e simbólica, de autoridade, obediência, conflitos e resistências, locais e globais, continuaram a constituir elementos importantes que complexificam e atualizam os debates, interpretações e teorias sobre nação, identidade nacional e nacionalismo⁶.

Contribuições pós-coloniais e decoloniais: cultura, raça e gênero

Entre as contribuições do pensamento pós-colonial ao debate sobre a questão nacional, podemos destacar, sob a perspectiva da intersectorialidade, os estudos sobre corpo, raça e gênero. A teoria pós-colonial e a os estudos decoloniais⁷

⁵ O nacionalismo e seus produtos culturais estabeleceram pela língua o modo como uma nação foi imaginada. A nação estaria ligada ao sistema classificatório que determinou as relações entre os Estados, enquanto o nacionalismo seria a utilização do símbolo “nação” que, segundo Hobsbawm (1990), existiria sempre em função da execução de um projeto político, sendo capaz de controlar os sentidos da nação e os sentimentos que aproximavam e distanciavam os grupos sociais entre si. Em meados do século XIX, a desintegração do movimento revolucionário europeu em movimentos nacionais e o aparecimento das classes médias e baixas, com representação de categorias profissionais, administrativas e intelectuais, fortaleceram a expansão dos movimentos nacionalistas. A intensidade dos fluxos migratórios, os sentimentos de pertencimento étnicos e o processo de desenraizamento dos europeus simultâneos aos avanços da organização política dos Estados na Europa contribuíram para substituir os laços religiosos pelos sentimentos nacionais. Estes significaram a promoção do espírito de solidariedade e a diferenciação das massas, por intermédio da comunidade imaginada do povo-nação que alterou as relações sociais, as noções de tempo, lugar e cultura (ANDERSON, 2008).

⁶ A mera existência de uma unidade política e linguística sobre um território e geografia não pressupõe que suas fronteiras definam uma nação. Na história, foi possível notar que muitas unidades políticas, grandes ou pequenas, não se caracterizaram como nações, uma vez que impérios foram multinacionais; e muitas cidades-estados ou tribos foram menores que nações. Há casos que os membros autodenominam-se pertencentes às nações, mesmo quando se notifica as diferenças linguístico-culturais entre eles, ou ainda a presença de subgrupos politicamente significativos, como o caso da nação suíça. Da mesma forma, não seria aceitável que a efetiva utilização de qualquer diferenciação cultural possa definir uma nação. Os diversos dialetos árabes, por exemplo, não foram obstáculos para o uso do termo nação árabe, o que coloca a questão diante de circunstâncias e ambivalências.

⁷ No contexto aberto pela crítica aos pressupostos epistemológicos, político, econômicos e culturais da época moderna, os estudos pós(-)coloniais e decoloniais apresentam-se como uma nova corrente de pensamento que, a partir dos anos 1980, destacam-se de maneira significativa nas universidades anglo-saxônicas e em grande medida nos centros de investigação dos países descolonizados. Os estudos pós(-)coloniais não compõem uma matriz teórica única, possuindo uma variedade de contribuições de naturezas epistemológicas

tem denunciado tanto a permanência das desigualdades produzidas pelo fenômeno colonial e imperialista na formação do capitalismo moderno quanto as ambiguidades, nas sociedades contemporâneas, dos conflitos e tentativas de conciliação, justiça social e reconhecimento da diferença cultural.

diferentes, embora tenham características comuns no que se refere ao interesse pela desconstrução dos essencialismos e pela crítica às concepções dominantes modernidade econômica, política e cultural. Nasceu pelo trabalho dos intelectuais da considerada diáspora negra ou migratória, principalmente, de imigrantes de países periféricos na Europa Ocidental e na América do Norte. O prefixo “pós” não se refere apenas a um “depois” cronológico, mas diz respeito a reconfiguração do campo discursivo, à medida que as relações hierárquicas entre povos e países no sistema internacional ganham diferentes contornos, reforçando assimetrias locais e globais. Colonial é algo além do colonialismo, representando situações de opressão, subjugação e resistência relativas às fronteiras de gênero, etnia e nacionalidade. A produção e o debate pós(-)coloniais iniciaram-se pela crítica literária, na Inglaterra e Estados Unidos, na década de 80, tendo também expressão entre os franceses, nos estudos de literatura espanhola e portuguesa. Em seguida, difundiu-se para outras disciplinas e países, destacando, na Europa e EUA, os trabalhos dos autores como Edward Said (2007), Homi Bhabha (2010, 2013a, 2013b), Gayatri Chakravorty Spivak (2010), cujos trabalhos introduziram importantes questões epistêmicas e relevantes estudos históricos, sobretudo a crítica aos efeitos da dominação britânica. Representantes da vertente asiática dos estudos pós-coloniais, eles reúnem conhecimentos da sociologia, antropologia e ciência política e artes, empregando visões mais interdisciplinares nas análises sobre as origens, condições de expansão e heranças do colonialismo e imperialismo na modernidade ocidental. No contexto latino-americano, considera-se relevante os estudos de Anibal Quijano (2005), Walter D. Mignolo (2005, 2014), Ramón Grosfoguel (2007, 2008), Enrique Dussel (2016, 2017) e Nelson Maldonado-Torres (2007, 2019) com destaque para as observações críticas sobre as particularidades da colonização, modernização e modernidade na América Latina. Em rigor, estabeleceram críticas ao fenômeno da colonialidade do poder e dos paradigmas epistemológicos da modernidade que, sob os princípios da racionalidade, dos interesses do Estado-nação e do eurocentrismo, encobriu e justificou as relações desiguais de poder (econômico, político e cultural), operadas pelo colonialismo e o imperialismo. Relevante também são os estudos do grupo denominado Epistemologias do Sul e, nele, destaca-se os trabalhos de Boaventura Souza Santos (2003 e 2010), um crítico recorrente ao estatuto do colonialismo e dos efeitos do eurocentrismo na economia, política e cultura moderna. A extensão teórica da perspectiva pós(-)colonial é grande e se relaciona com teorias filosóficas contemporâneas, sobretudo o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, aproximação que não deixa de apresentar ambiguidades e divergências quanto aos domínios e limites teóricos do pós(-)colonial. Se na objetividade e universalismo do discurso europeu, os fenômenos históricos podem ser estudados e caracterizados sem levar em consideração os afetados pelo processo colonial – sua voz, reações e resistências – as teorias pós e decolonial, ao contrário, priorizam essas vozes. Rigorosamente, os estudos promovem uma crítica à modernidade, aos constructos epistemológicos do pensamento ocidental e os mais próximos ao pós-modernismo defendem a tese da mestiçagem das novas culturas. Para eles, nas sociedades multiculturais e nos debates sobre o multiculturalismo, as categorias de *raça*, *gênero* e *nação* precisam ser reconsideradas. Elas necessitam, sobretudo, serem revistas no que diz respeito tanto à hegemonia do homem branco quanto ao predomínio da nação como unidade homogênea, resultante de vínculos pacíficos e do sentimento de pertencimento aos grupos sociais (GILROY, 2001, 2007; BAYART, Jean-François, 2010; CLAVARON, 2015; HUGUET, 2016;)

Said (1995), em *Cultura e Imperialismo*, também destacou a invenção de uma tradição nacional por intermédio de imagens e do esquecimento de conhecimentos e saberes não desejados pelo colonizador e ou dominador imperial.

Hall (2005) defendeu que o conceito de identidade cultural sofreu mudanças nas sociedades contemporâneas em razão da globalização, da expansão das tecnologias de comunicação e da fragilização dos vínculos identitários da modernidade que ligam os indivíduos aos territórios e à cultura nacional na história recente. Hall considerou ser difícil sustentar a representação nacional como sistema homogêneo de identidade unificadas.

Para Bhabha (2013a), tornou-se importante verificar o papel da diferença na constituição e representatividade da nação. Para o autor, interessou quebrar as associações de causas e efeitos e a exclusividade da visão historicista nas interpretações sobre o fenômeno da nação. Ele refletiu sobre as diferentes formas de identificação cultural presentes na nacionalidade ao longo do tempo que sinalizaram tanto um tempo nacional duplo e descontínuo quanto a cultura como espaço de projeção política, de disputa de forças e grupos. O presente da nação esteve, permanentemente, condicionado com a articulação e ressignificação, ao longo do tempo, dos signos do passado e da tradição. A relação entre a representação nacional e inscrição cultural expõe os laços sociais e as próprias estruturas dinâmicas de poder que fundam hierarquias, diferença, conflitos e compartilhamentos entre os indivíduos na sociedade, como acontece nos domínios da *raça*, *gênero* e *classe*.

O processo cultural envolve a constituição de identidades a partir de relações de poder entre indivíduos, classes, gêneros e determinantes étnico-raciais. Nele, o simbólico e o inconsciente formam subjetividades e a identidade cultural dá-se por formas diversas de poder cultural. Nessa perspectiva, as culturas nacionais não devem ser tomadas como sistemas unificados. Trata-se de sistemas com divisões profundas tendo como base diferenças étnico-raciais, sociais ou culturais.

Uma das chaves para o entendimento da questão é o fenômeno da racialização da cultura e dos corpos. Esta definiu tipos na espécie humana, estabeleceu diferenças e semelhanças; classificou e atribuiu escala de valores, competências e capacidades físicas, cognitivas e morais aos agrupamentos criados. A classificação e a tipologia foram decisivas para a construção do lugar e do perfil psicossocial dos colonizadores e colonizados, brancos, negros, indígenas, mestiços, crioulos etc. Ela serviu à produção do fenômeno do racismo e, com este, a reprodução,

de forma sistêmica, da subalternidade, dos privilégios, da segregação, do sentimento de inferioridade, superioridade e desumanização entre os grupos racializados.

Raça e racismo representaram categorias centrais para a constituição dos sujeitos modernos, suas identidades individuais e coletivas. A crítica ao caráter estrutural do racismo na modernização econômica e na modernidade cultural do Ocidente fizeram parte das bases ideológicas dos movimentos anticoloniais, ganhando contornos e alcance distintos nos processos de independência e construção da identidade nacional das ex-colônias. O tema tem ocupado lugar relevante para a compreensão dos conflitos do mundo pós-colonial, sobretudo no que tange à fragilidade e à força que os sentimentos de pertencimento nacional desempenham atualmente⁸.

No entanto, as histórias, a autodefinição e a performatividade do corpo expressam singularidades, diferentes maneiras de agenciamentos, resistências e pertencimento social e identitário. O corpo deixou de ser apenas uma condição biológica e passou a ser tratado como parte da cultura e das relações de poder. Por ele, manifestaram-se os vínculos entre tempo e espaço, a memória e a subjetividade⁹.

Nação, identidade nacional e nacionalismo serão apresentados como fenômenos do domínio político mais intrigantes da época moderna e da modernidade colonial tanto no Ocidente quanto no Oriente. Em contextos contemporâneos, dentro e fora da academia, a questão nacional permanece alvo de discussões e conflitos quanto às suas origens, usos, trajetórias e futuro. Os estudos sobre a formação da nação, do sentimento de pertencimento nacional e do uso político do nacionalismo

⁸ Os estudos sobre raça e racismo têm se fortalecido com os estudos sobre corpo e suas formas de construção social, cultural e política. A educação disciplinar e do controle do desejo encontraram no corpo um dispositivo privilegiado para a construção da obediência, aceitação e assujeitamento, apto a expressar discursos e práticas de poder. O esporte e a Medicina definiram padrões da saúde, tipologia e estética corporal, determinando os corpos aptos e os não qualificados à vida em sociedade. As tipologias e as representações corporais serviram de constructos para a nação à medida que estabeleceram parâmetros físicos e biológicos para hierarquização de indivíduos, grupos sociais e nações.

⁹ As contribuições partiram dos estudos pós-estruturalistas, feministas, do racismo, da cultura LGBTQ+ e da intersectorialidade entre as categorias classe, gênero, raça na constituição da nação e cultura nacional. A crítica aos abusos do patriarcado, à masculinização do poder e à associação dos símbolos, heróis e mitos nacionais à imagem masculina e branca tem renovado e enriquecido o debate sobre as formas de pertencimento social e cultural. A denúncia do feminicídio, da condição subalterna das mulheres e da violência aos indivíduos e grupos fora do padrão de heteronormatividade não representam apenas a existência de desigualdades e a violação da vida e dos direitos. Esses fatos sinalizam o alto grau de conflitos inerente à suposta unidade da cultura e identidade nacional, fortalecendo, com isso, a condição heterogênea da nação (LUGONES, 2017).

passam a considerar a dimensão relacional das categorias de classe social, gênero, raça e etnicidade na construção do fenômeno nacional. Elas também se fazem presentes na reprodução das desigualdades econômicas entre as nações, nas assimetrias de poder entre os países e nas diferenças culturais e epistemológicas operadas pela modernidade colonial. Mostram as particularidades das configurações históricas e geográficas da questão nacional, além de expor a condição heterogênea, conflitante e em constante construção da formação nacional nos países.

A importância da revisão teórica da questão nacional nas Ciências Sociais aproxima-nos dos contextos de lutas nacionais e de autores dos movimentos anticoloniais, anti-imperialista e antirracistas, percussores da chamada perspectiva pós-colonial e decolonial. Nesta postura analítica, considera-se, sobretudo, a contribuição de autores latino-americanos, africanos, caribenhos e asiáticos no que diz respeito à apresentação de contrapontos críticos aos pressupostos românticos e realistas, modernistas, marxistas e estruturalistas presentes na herança teórica sobre a questão nacional.

Nesta tese de doutorado, para a fundamentação e articulação teórica-metodológica da pesquisa, fez-se necessário o levantamento, a sistematização e a análise de teorias, conceitos e autores. Entre os objetivos que orientaram a pesquisa, destacou-se o interesse de analisar como os termos *nação* e *nacionalismo* são apresentados e debatidos nos estudos de sociologia e política em contextos centrais e periféricos do capitalismo, considerando: a diversidade de perspectivas analíticas; os domínios do colonialismo e do imperialismo; autores dos movimentos e lutas anticoloniais na América Latina e na África; e a cultura como dimensão política de articulações entre *raça* e *classe* na formação nacional. Com isso, coube, também, analisar a constituição dos sujeitos históricos nas lutas nacionais e questionar a validade e o limite da tese do fenômeno nacional como resultante da modernização econômica, da unidade política e cultural dos Estados-nação, fortemente associada à experiência europeia.

O objetivo desta pesquisa de doutoramento exigiu também: a) identificar e analisar os pontos fundantes das teorias sobre *nação* e *nacionalismo* a partir da semelhança, diferença e reflexão *de* e *entre* autores, no campo dos estudos da Sociologia e da Política, em específico, o legado das perspectivas analíticas românticas, modernistas, marxistas étnico-simbolistas e pós-estruturalistas ao tema; b) entender os fundamentos da questão nacional para o pensamento marxista,

considerando os debates entre ortodoxos e heterodoxos e a influência de autores latino-americanos e africanos na leitura do tema; c) estudar os pressupostos teóricos e práticos de nação e nacionalismo em relação aos da modernidade, do colonialismo, do imperialismo e da racialização da cultura; d) refletir sobre como as contribuições intelectuais e políticas dos autores José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon e Amílcar Cabral, integrantes do pensamento social africano e latino-americano e da luta anticolonial, anti-imperialista e antirracista, colaboram com a teoria e com a práxis acerca da formação das nações e do nacionalismo em coerência à realidade econômica, política, social e cultural dos continentes, como também com a defesa da introdução dos *negros e indígenas* como sujeitos históricos nos processos de formação nacional;

Em relação à metodologia aplicada, a tese constitui-se de pesquisa teórica e exploratória sobre o tema, a fim de caracterizar a amplitude do problema, a validade de hipóteses e interpretação da bibliografia utilizada. O estudo sustentou-se no levantamento, leitura, análise e tensionamento *de* e *entre* conceitos, autores e contextos históricos, econômicos, políticos e culturais tendo em vista a recuperação do conhecimento científico sobre o tema nação e nacionalismo, no âmbito da Sociologia. As fontes indicadas na pesquisa foram submetidas à descrição, sistematização e interpretação dos seus conteúdos. O processo de entendimento e análise cruzou as fontes entre si, possibilitando a reflexão sobre semelhanças e diferenças apresentadas na sistematização.

A pesquisa utilizou-se de fontes secundárias (livros, artigos científicos, teses, dissertações e ensaios) em língua portuguesa e estrangeira, de autore(a)s nacionais e estrangeiro(a)s, com abordagens clássicas e contemporâneas, com base em paradigmas sociológicos modernos, marxistas e pós-estruturalistas. Por intermédio de bibliografia especializada e afim, buscou-se uma análise transversal sobre a questão nacional e sua relação com os objetivos, características e ambivalências da modernidade, do colonialismo, do imperialismo e das condições das independências nacionais não europeias. Em específico, a pesquisa trouxe ao debate três autores, a saber, José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon e Amílcar Cabral que, em contextos da América Latina, Caribe e África, foram precursores da luta e do pensamento anti e pós-colonial, anti-imperialista e antirracista no processo da formação das nações na periferia do capitalismo.

Os autores e obras estarão sob análise e confrontação teórica a fim de identificar pontos de aproximação e divergência sobre: a) o descompasso entre teses e práticas políticas a respeito da ideia de pertencimento, unidade e integração política do Estado-nação, da cultura e de nacionalismos modernos; b) o papel das lutas anticoloniais e anti-imperialista na formação da identidade nacional na América Latina e na África; c) a consideração da articulação cultural e política das categorias de raça e classe na construção da cultura nacional.

Ao considerar a ausência de contribuições de latino-americanos e africanos ao longo da construção da bibliografia ocidental sobre nações e nacionalismos, a hipótese partiu do argumento de que a modernização industrial não foi condição necessária e ou universal para a formação da nação, do nacionalismo, da unidade política e cultural dos Estados-nação e, por isso, a pesquisa suspeitou das teses pré-modernas e modernistas sobre a questão nacional. Nessa perspectiva, reforça a importância de identificar tanto processos coloniais e o imperialismo quanto as condições e rumos dos movimentos anticoloniais e anti-imperialistas na África e na América Latina, apostando na ideia do caráter heterogêneo, ambíguo e conflitante da questão nacional entre os países.

Como resultados das leituras e desenvolvimento da pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, a expectativa foi apresentar a amplitude, complexidade e atualidade do debate sobre nação e nacionalismo, considerando a relevância para o entendimento das sociedades multiculturais contemporâneas.

Estima-se a abertura intelectual e a renovação dos estudos sobre a nação e seus desdobramentos a partir da análise e de cruzamentos da fortuna teórica e crítica das ciências sociais com as contribuições de autores do chamado pensamento africano, latino-americano e caribenho, precursores do debate anticolonial, anti-imperialista e pós-colonial. Esperou-se, ainda, alcançar visões mais interdisciplinares, transversais e complementares, contribuindo para o fortalecimento dos debates acadêmicos nas graduações e pós-graduações de Sociologia, Ciência Política, História e Relações Internacionais.

1 NAÇÃO E NACIONALISMO: CONCEITOS E PARADIGMAS DE ANÁLISE

A tendência da maioria das nações que se libertaram da colonização foi se formar em torno da ideia de potência, pulsão totalitária da raiz única, e não em uma relação fundadora com o Outro. O pensamento cultural de si era dual, opondo o cidadão ao bárbaro. Não houve nada de mais massivamente oposto ao pensamento da errância do que esse período da história das humanidades em que as nações ocidentais se formaram, e depois repercutiram pelo mundo.

(Édouard Glissant, em Poética da relação, 2021, p.38).

1.1 Estudos e teorias sobre nação e nacionalismo: contextos e recepção de obras e autores

Os estudos sobre nações e o nacionalismo produzem, há tempos, múltiplos questionamentos acerca de suas origens, objetivos e formas. As interrogações indicam a complexidade e a diversidade de formas em que o fenômeno nacional se expressou na história, ora associado à propagação de ideias e práticas de solidariedade política e coesão social, ora envolvido com ações de violência, discriminação a indivíduos e grupos sociais.

A palavra *nação* tem ocupado lugar de destaque nos discursos e léxico político contemporâneo, sendo, frequentemente, vinculada a conceitos como *povo*, *pátria* e *Estado*. O termo aparece de forma recorrente em expressões, áreas de estudo e livros como, por exemplo, no “Direito Internacional”, na obra “Paz e Guerra entre as nações” (ARON, 2002) e “A riqueza das nações” (SMITH, 1996), substituindo, em muitos casos, a palavra Estado. No artigo 1.2, da Carta das nações Unidas, documento de 1945 da ONU, o sentido jurídico do Estado soberano expressa-se pelo objetivo de desenvolver relações amigáveis entre as nações, sustentadas no respeito à igualdade e autodeterminação dos povos, ainda que não apareça, no documento, qualquer definição sobre *nação*, *povo* ou *autodeterminação*. Além disso, o quadro da variação semântica do termo estende-se a usos distintos como *interesse nacional*, *segurança nacional*, *movimento de libertação nacional* e *internacionalização de empresas*. A palavra está presente tanto no vocabulário dos estudos jurídicos quanto na Ciência Política, na Economia e na Administração Pública, bem como em discursos e ações de governos.

A relação estreita entre Estado e nação quase sempre é determinada pela força da palavra *nação*, especificamente, quando o que está em questão é a formação

das lealdades e identidades, do sentimento de pertencimento e de amor à pátria, capazes de provocar coesões sociais. Concomitantemente, o Estado, usado sem o termo *nação*, designaria o aparato burocrático e jurídico aos quais grupos e classes sociais estariam submetidos. Na história, verificamos além da defesa, a predisposição de pessoas e grupos a realizar sacrifícios pela nação, embora seja difícil essa postura em relação ao Estado. O caráter emotivo da nação constituiu-se, ao longo dos últimos dois séculos, a manifestação da exaltação das características comuns e da evocação da solidariedade dos indivíduos.

Nas Ciências Sociais, *nação* e *nacionalismo* são objetos submetidos a abordagens distintas. Na Antropologia (física e cultural), nota-se a atenção à relação dos termos com a questão da construção da identidade e do comportamento cultural; na Ciência Política, destaca-se a relação com o exercício do poder; na Teoria do Estado, a organização territorial; assim como para a geografia, interessou o envolvimento com os domínios, fronteiras e ou delimitações do território.

A definição da palavra nação constituiu-se, simultaneamente, às discussões sobre as origens e a relação com o nacionalismo. Os argumentos e as teses variaram a partir de hipóteses como a existência das nações antes do nacionalismo, a presença dos termos em épocas anteriores à modernidade e a persistência ou variações das nações ao longo do tempo.

Guibernau (1997) tratou a nação como a iniciativa consciente de um grupo para formar uma comunidade e que, para isso, dentro de um território delimitado, tanto compartilha cultura e passado comuns quanto reivindica o direito de autogoverno. Para Guibernau (1997), cinco dimensões constituíam o conceito de nação: a psicológica, a cultural, a territorial, a política e a histórica.

Entre as visões e posições assumidas por autores acerca do conceito, origens e propósitos da nação, Poulantzas (1977, 1975) procurou chamar atenção para seu aspecto estrutural no Estado capitalista. Destacou, primeiramente, a materialidade não-redutível do termo ao modo de produção capitalista e, posteriormente, a visão da nação como unidade de reprodução das relações sociais que ultrapassa o capitalismo ainda que pudesse ser considerada como detentora de espacialidade e temporalidade próprias, dentro do modo de produção.

Almeida (2014), à luz do debate levado à frente por marxistas e pela dimensão político-ideológica do assunto, observou certa tendência no marxismo de restringir a análise sobre nação à determinação mercantil e a um economicismo, uma

vez que havia o interesse de a burguesia constituir um mercado interno e estabelecer concorrência com outras burguesias. Para evitar os perigos do reducionismo, ele considerou a necessidade de levar em conta outras dimensões, além da econômica para o entendimento do fenômeno nacional, dentre elas: os processos de apropriação da ideologia nacional por distintas classes e frações de classe, entre as quais nem sempre a mais importante é a burguesia (ou parte dela); e o papel do Estado capitalista na constituição da ideologia nacional (ALMEIDA, 2014, p. 33-4).

As diferenças de posições entre autores determinaram interpretações distintas sobre conceitos, origens e usos dos termos *nação* e *nacionalismo*. Elas podem ser agrupadas em algumas escolas, correspondentes aos alinhamentos teóricos de autores, obras e paradigmas nas Ciências Sociais.

O debate teórico está orientado a partir da explicação sobre a essência e origem da nação; a antiguidade do termo e a contraposição entre as bases culturais das nações e suas aspirações políticas. Nessa perspectiva, é possível identificar, enumerar e analisar quatro paradigmas clássicos que, dentro do estudo da história, das Ciências Sociais e Política, compõem a herança analítica sobre a questão nacional.

1.2 Paradigmas de abordagem do fenômeno nacional

De acordo com os estudos de Roger (2001) e Smith (1994), o debate sobre a questão nacional pode ser organizado a partir de algumas teorias e paradigmas, considerados clássicos pelos autores, uma vez que por elas é possível localizar e articular, conceitualmente e historicamente, os usos, discursos e atores envolvidos nas origens, trajetórias e consequências das nações, do nacionalismo e da identidade nacional nos últimos séculos. À luz dos autores acima, os paradigmas apresentam quadro teórico, plano histórico, cultural e político a respeito dos estudos sobre nação e nacionalismo. São eles: a) Primordialista; b) Perennialista; c) Modernista; d) Etno-simbolista; e) Pós-modernista.

A referência à paradigma está acordada ao sentido atribuído por Kuhn (1977) ao termo, sublinhando a existência de um marco geral no qual podem se analisar problemas e resolver enigmas complexos. A noção de paradigma permite apontar até onde se pode refletir, cientificamente, ao se utilizar de dados e teorias na construção do conhecimento e saberes, tendo em vista que o pensamento científico é uma

construção social e histórica, passível de continuidades e rupturas. Sob o paradigma, desenvolvem-se explicações detalhadas sobre as características de um determinado objeto de estudo no caso, nações e nacionalismos, impulsionando reflexões mais amplas e contextuais, além de uma simples teoria.

1.2.1 Paradigma primordialista

Nesta abordagem, os autores e obras consideraram a nação com algo orgânico, “natural” e biológico, que se reportava aos primórdios da civilização. Com intensa repercussão entre os autores românticos do século XVIII e XIX, sobretudo, os alemães, os primordialistas identificaram no parentesco, na língua, na religião e no território, caracteres fundantes da nação. Para eles, as nações não são inventadas ou imaginadas com o advento da modernidade, da modernização e da cultura industrial. Considerando a presença de autores com opiniões diferentes, neste grupo, destacam-se aqueles que insistem na ideia da etnicidade como elo causal para o desenvolvimento das nações. Entre os primordialistas, têm-se algumas vertentes a respeito do nascimento das nações: a) como extensão da vida sociobiológica dos indivíduos desde tempos imemoriais; b) como resultado da cultura e c) nações e comunidades étnicas como categorias idênticas, constituindo um erro qualquer tentativa de diferenciá-las.

Para os defensores dessa concepção, a nação é, biologicamente, explicável, sendo uma extensão das pequenas comunidades, famílias e clãs. O antropólogo Pierre L. van den Berghe (1995) foi um dos principais partidários do estudo que relacionou a sociobiologia ao desenvolvimento do nacionalismo. Para este autor, o comportamento humano deve ser interpretado dentro de um quadro de evolução em que os genes e o meio ambiente são fatores de análise. É um erro, para van den Berge (1995), considerar a nação uma invenção moderna, uma vez que desde os tempos antiquíssimos, a natureza tornou o homem um animal social que procura a companhia dos semelhantes para se agrupar e sobreviver, postura que corresponde à formação das comunidades nacionais.

A cultura como essência da nação é outro argumento forte entre os primordialistas. Os elos culturais unem diferentes membros de uma família, de uma comunidade e, progressivamente, das nações. De acordo com Geertz (1963), essa condição está presente em vários Estados asiáticos e africanos. Os membros dessas

populações estão ligados uns aos outros menos pelo respeito aos elos cívicos do Estado moderno e mais por elementos culturais como a linguagem, os costumes e a religião. Geertz (1963) acrescentou que os elos culturais permaneciam em conflito com as mudanças provocadas pela construção de uma comunidade nacional. Nessa perspectiva, os novos Estados, criados após a 2ª Guerra Mundial, na África e na Ásia, apresentaram problemas internos relativos às divergências entre a herança cultural dos grupos e o desejo de construir uma comunidade nacional forte (Geertz, 1963, p. 151).

Em consideração ao que o autor pronunciou, no início dos anos de 1960, muitas questões apareceram frente à visão essencialista da cultura nacional. Como explicar que as mudanças de natureza linguística, religiosa ou migracional possam provocar variações na cultura dos indivíduos e grupos? De que maneira os elementos culturais fixos, descritos por Geertz (1963), podem se repetir no tempo, considerando a natureza histórica da cultura? São perguntas que mobilizam o debate sobre a questão nacional e chamam a atenção para a ausência de unanimidade quanto às origens das nações.

Para muitos estudiosos do nacionalismo, tanto as argumentações essencialistas da cultura quanto as biológicas sobre as nações não levam em conta a multiplicidade de mudanças ocorridas nas sociedades ao longo dos séculos. Elas não proporcionam explicações efetivas sobre o surgimento das nações modernas, acrescentam os especialistas. Vários analistas do nacionalismo rejeitam essa tese primordialista, uma vez que ela não é capaz de explicar, por exemplo, o fato de nações multiculturais e multiétnicas portarem a mesma origem genealógica. Além disso, guerras, fluxos migratórios e os casamentos interétnicos são elementos constitutivos das sociedades contemporâneas o que deixa frágil a ideia das nações como extensões de unidades familiares.

1.2.2 Paradigma perenialista

De acordo com os autores e obras desta escola, as nações nasciam de grupos étnicos e culturais que restauravam o passado remoto, uma época anterior à moderna. Na perspectiva perenialista, após a formação dos grupos etno-culturais, haveria o interesse de constituir um caráter político. A nação não seria uma invenção moderna, uma vez que cada povo significava uma unidade orgânica, unida por

vínculos da ancestralidade, sendo considerada, por isso, a expressão da identidade de culturas imemoriais.

Para muitos autores, haveria a necessidade de pesquisar a origem das nações na hermenêutica dos textos sagrados (Torá, Novo e Antigo Testamento, Corão) para que se possa mostrar que as nações existiram em várias épocas históricas como na Antiguidade ou na Idade Média. De acordo com Grosby (2005), muitas comunidades antigas, encontradas, por exemplo, no Egito, na Grécia, na Assíria, em Israel e em outros lugares, possuíam características de nações semelhantes às formações nacionais modernas. O autor observou, em um texto da comunidade antiga de Israel, a existência da consciência coletiva estruturada sobre a crença de que há um território ao qual as pessoas sentem-se pertencentes, tendo em vista a força da identificação.

A abordagem de Grosby (2005) sublinhou a utilização dos textos religiosos como base para os estudos sobre as origens das nações. No entanto, algumas observações podem ser problemáticas, uma vez que é necessário pontuar as várias alterações e traduções entre línguas operadas sobre os textos religiosos clássicos ao longo dos séculos. A história dos textos religiosos foi passível de traduções, esquecimentos e revisões que podem reduzir, de forma significativa, o valor analítico das obras. Além disso, Grosby (2005) também reforçou o valor espiritual da relação entre a consciência coletiva e o território. No entanto, para os autores modernistas (paradigma a ser apresentado a seguir), as sociedades modernas têm poucas relações com os agrupamentos e comunidades pré-modernas em razão das várias transformações institucionais, culturais e demográficas. Essas mudanças alteraram as percepções das comunidades nacionais sobre elas mesmas e sua forma de pertencimento ao território.

É possível também acrescentar que Grosby (2005) não chegou a explicar a forma como as populações se desenvolveram dentro de um território nacional, tampouco como se construíram sem a instituição estatal capaz de estabilizar, dentro do imaginário coletivo, três elementos: a comunidade nacional, a unidade de linguagem e o cultural. Há dúvidas sobre como os membros de uma pequena comunidade teriam podido desenvolver uma consciência coletiva que atravessasse os limites da sua região de origem. Além disso, muitas comunidades nacionais não têm uma unidade linguística como, por exemplo, o Canadá, a Suíça e a Bélgica.

O debate sobre o caráter pré-moderno das nações foi fortalecido pelas colaborações de historiadores. Adrian Hasting (1997), em *The Construction of Nationhood*, defendeu a tese sobre a presença da nação na Inglaterra medieval. Para ele, a difusão da bíblia em linguagem vernacular, na Inglaterra da Idade Média, permitiu a criação da nação inglesa tendo como base a descrição bíblica da nação de Israel. Os leitores da bíblia puderam imaginar um modelo nacional unitário no qual a linguagem, o território, a religião e o governo foram elementos únicos para a unificação da população. Tratou-se da definição de nação como parte integrante de um projeto nacional na Inglaterra a partir do século XIV, sob a influência da expansão do texto bíblico em meio a conflitos de camponeses e a Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França.

Para o autor, a análise acerca das configurações nacionais devia se estruturar em contextos históricos anteriores à modernidade, destacando, por intermédio da nação inglesa medieval, a incorporação na consciência coletiva dos parâmetros da construção da nação monolítica. Apesar da consideração dos domínios da linguagem vernacular pela expansão do texto bíblico, poucos autores modernistas estão convencidos sobre os argumentos de Hasting (1997). Eles reforçam a ideia de que as nações não podem ser estruturas sem a presença de instituições estatais, capazes de permitir o desenvolvimento da unificação linguística, cultural e simbólica.

1.2.3 Paradigma modernista

Nos termos deste paradigma, as nações foram produtos da modernidade e das transformações econômicas, políticas e culturais a partir do século XVIII. Contra a perspectiva primordialista, autores e obras defendem a ideia de que as comunidades nacionais são criações recentes, resultantes do processo de modernização protagonizado pelos avanços da industrialização e das transformações sociais advindas da unificação das línguas, da expansão do letramento e sistemas educacionais, da imprensa e do mercado editorial. A nação não seria o acúmulo de mitos e memórias coletivas do passado, mas uma exigência política e construção social, criadas, artificialmente, para atender aos interesses de grupos sociais específicos. O rompimento com o passado pré-moderno determinou o surgimento das nações. O Estado e a elites políticas disseminaram a identidade nacional, podendo

utilizar, de forma seletiva, mitos e memórias coletivas. Com isso, o Estado Nacional apareceu como a estrutura mais evidente da modernização.

Os modernistas criticaram o essencialismo e a atemporalidade do nacionalismo, presentes em muitos autores do fim do século XIX e início do XX que haviam ligado raça à nação a partir de uma base histórica imemorial. Em oposição, os modernistas clássicos encontraram o sentido das nações na extensão do movimento iluminista e das transformações levadas à frente pelo interesse de universalização do conhecimento racional e científico, da unidade e essencialidade do ser.

Os discursos da modernidade e da valorização das tradições na afirmação da cultura nacional serviam de base para a reflexão sobre a questão nacional, os nacionalismos e a constituição da identidade cultural como introdução de um modo de vida único, homogêneo e exclusivo. A padronização alinhou-se, de forma abstrata, ao conceito de cultura nacional. A nova cultura era sustentada pela promoção dos sistemas de ensino e enaltecimento da língua nacional que permitiram a ampliação da comunicação moderna.

Após 1945, o nacionalismo no Ocidente foi visto como um dos principais motivadores para a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos de 1980, do século XX, os estudos sobre o tema tomaram novo fôlego quando alguns autores e obras – John Breuilly (2000), Ernest Gellner (1993), Benedict Anderson (1989, 2008) e Eric Hobsbawm (1990) – retomaram considerações, anteriormente, apontadas por Ernest Renan (2011) e Max Weber (1999). Eles levaram à frente os fundamentos da escola modernista que determinou parte significativa do entendimento sobre nações e nacionalismo nas Ciências Sociais e Políticas. As ideias destes modernistas despontaram como um desmonte das ideologias nacionalistas e tiveram a intenção de analisar o fenômeno nacional em escala global. O interesse pelo assunto também se explicou pelo fato de que, entre 1945 e 1980, houve o estabelecimento de cerca de 103 Estados que construíram sua legitimidade por representarem nações.

Segundo os autores modernistas, as nações eram constructos modernos, uma vez que se fizeram presentes a partir do século XVIII ou, quando muito, do XVI. Elas foram organizadas de cima para baixo, introduzidas por intermédio da manipulação de elementos culturais já existentes. As nações tinham o propósito de responder às necessidades das elites, culturalmente, unificadas, além de igualar e nivelar as populações fragmentadas. De acordo com as teorias modernistas, as nações não significaram o natural amadurecimento dos marcadores culturais de um

território (língua, religião, raça, memórias em comum etc.), mas a seleção e a manipulação política destes. Entre os séculos XVII e XVIII, a ideologia nacionalista criou tanto nações sem Estados em territórios com fraca soberania política (como as colônias europeias na América e nas províncias imperiais na Europa), quanto impôs o caráter nacional a antigos reinos no Ocidente por intermédio de revoluções burguesas liberais. Nessa perspectiva, as categorias de nação, nacionalismo e sociedade internacional de Estado-nação constituíram um fruto histórico das condições modernas como o capitalismo industrial e o secularismo, a burocracia, a urbanização, a imprensa e a comunicação de massa.

a) Ernest Renan

No calor das revoluções e conflitos que marcaram a Europa no século XIX, chamou atenção o apelo nacionalista das revoluções de 1848 em Paris, a chamada “primavera dos povos”, juntamente, com a unificação italiana, em 1870, e a alemã, em 1871. As disputas territoriais entre os Estados que marcaram o século XIX, sobretudo, entre França e Alemanha pela posse das regiões da Alsácia e Lorena, motivaram discussões propositivas quanto à questão nacional. Trataram-se de mobilizações marcadas pela valorização da ideia de nação e nacionalismo que tiveram reflexos expressivos na cultura literária, filosófica e política da época.

Entre os autores, o filósofo e historiador das religiões Ernest Renan (1823 – 1892) destacou-se como o intelectual defensor de uma concepção francesa sobre o assunto. Numa conferência pública, no anfiteatro da universidade de Paris, Sorbonne, em 1882, intitulada *O que é uma Nação?*, ele mostrou o interesse em entender os diversos modos de aglomeração humana, no tempo e espaço desde o império romano. O objetivo foi caracterizá-los, sem cair em mal-entendidos ou equívocos, pontuando as semelhanças e ou continuidade de certas formas de aglomerações.

A hipótese de Renan foi a presença de nações em certas épocas. Algumas manifestam o interesse de exercer hegemonia sobre outras. Para ele, na Europa, seria difícil o estabelecimento de impérios de domínios extensos como foi o de Carlos V, Luís XIV, Napoleão I, uma vez que a região encontrava-se, há um bom tempo, estruturada em individualidades históricas como França, Inglaterra, Alemanha e Rússia, com alternância de importância e grandeza na constituição das relações de poder na região, sem, contudo, se confundirem.

Ernest Renan teve formação em seminário na França e na Escola de línguas orientais de Paris. A vocação ao sacerdócio foi abandonada pela crítica ao cristianismo, por descrença às exegeses das Sagradas Escrituras e pela aproximação crescente às Ciências Naturais (Química, Astronomia e Fisiologia) e positivas que o fizeram desconfiar da metafísica abstrata. O “espírito positivo” de Renan logo se aplicou a seus estudos históricos, distanciando-se de toda e qualquer inclinação às abordagens espiritualistas. Ele manifestou, por meio da convicção positivista, um certo idealismo utópico, sobretudo, na ideia de progresso incessante da humanidade e na crença da ciência como substituta da religião. O positivismo como método de pensar a história não significou, para Renan, um dogma, mas a perspectiva de a história não ser produto de uma série de determinações constantes, sendo resultado da livre atuação dos indivíduos superiores num meio dado e com consequentes transformações.

O que é uma nação?, de Ernest Renan (2011), é um texto composto por uma sequência de propostas sobre variedade de organizações políticas, especificamente, da Antiguidade e da Idade Média e da apresentação de teorias como raça e língua. O autor entendeu que as nações são recentes na história, não sendo encontradas no mundo antigo clássico do Egito ou China, uma vez que não existiram cidadãos egípcios ou chineses. Na Antiguidade, para Renan, existiram repúblicas e realidades municipais, confederações de repúblicas locais e impérios, não havendo nações no sentido moderno do termo.

Segundo Renan (Idem), Atenas e Esparta foram exemplos de centros de significativo apelo patriótico e cidades de território restrito. A Assíria, Pérsia e o império de Alexandre não chegaram a se comporem como nações, possuindo fortes traços de relações feudais, a exemplo da Pérsia. O império romano esteve muito circunvizinho de uma pátria, apreciada, segundo ao autor, pelas benfeitorias advindas das guerras e da associação entre ordem, paz e civilização, a chamada “pax romana”, que livrou bispos esclarecidos e homens letrados do caos da barbárie.

De qualquer forma, de acordo com Renan, os romanos não conseguiram formar um Estado no entendimento moderno, uma vez que houve a separação entre Ocidente e Oriente. As tentativas de ascensão do império gaulês e as grandes invasões e conquistas entre os séculos V e IX nas regiões dos povos germânicos, configuraram quadros de divisões e inconstâncias de poder entre povos e regiões. Naquele período, para o autor, os Estados da França, Alemanha, Inglaterra, Itália e

Espanha mantiveram relações, frequentemente, indiretas e que os levaram às aventuras da futura existência nacional.

O levantamento da constituição e da trajetória de alguns impérios e Estados serviram para Ernest Renan (2011) posicionar a defesa da ideia de nação. Ele assinalou com clareza aspectos substantivos do significado das nações como formas modernas da associação humana e do viver juntos. Advertindo sobre o caráter problemático da definição do termo *nação*, o autor observou que a nação não se sustentaria pela divisão racial, linguística, religiosa, geográfica ou de interesses. O sentido de nação não derivaria desses elementos, ainda que pudessem estar presentes em diferentes doses. Para Renan (2011), a nação seria um “princípio espiritual”, fruto de complicações profundas da história. Tratou-se de uma ideia abstrata e do sentimento de solidariedade, um valor forte para unir pessoas em torno de um passado, de agonias, triunfos e honras comuns (dos heróis e antepassados), capazes de mobilizá-las em torno de sacrifícios.

Há nas nações, segundo o Renan (2011), o interesse dos indivíduos permanecerem unidos por intermédio de uma escolha livre e coletiva, renovada numa espécie de “plebiscito” diário, ainda que o termo não tenha sido apresentado de forma clara e suficiente quanto ao contexto político e territorial para o surgimento de um referendo popular. Ao mesmo tempo, destacou o autor, em que as nações posicionam os indivíduos em um presente, elas os projetam para o futuro por intermédio da reafirmação do desejo de se viver juntos, dia a dia, como nação. Além disso, acrescentou, a construção da nação requer tanto uma dose de recordações quanto de esquecimento.

A união entre o Estado, como ordem administrativa que garante a vida social, e a nação, a identificação comum dos indivíduos, constituíram, segundo Ernest Renan, um amálgama. Para ele, a defesa do Estado-nação significou o amparo de um *status quo* relativo a uma realidade social e modo de vida, em que se permite defender o “nós” contra os “outros”. Renan acreditou que há uma clara distinção entre Estado e nação, embora fossem conceitos, cada vez mais, apresentados em conjunto. A sobreposição de Estado e nação, patriotismo e nacionalismo, acrescentou o autor, também ficaram confusas.

A conferência de Ernest Renan pode ser vista como uma espécie de rascunho de uma concepção democrática de nação a partir da metáfora do plebiscito, usado tanto para decidir as fronteiras entre as nações, quanto como condição de

consulta diária dos membros em um agrupamento social. Mas, o que fazer quando as nações não aceitam o resultado de suas consultas ao povo? Como regular as diferenças em Estados que não concordam com a expressão da vontade e opinião popular? O que fazer com os indivíduos que recusam os resultados de um plebiscito que os tornam membros oficiais de uma nação? São perguntas que Ernest Renan não esclareceu.

Em contextos contemporâneos, a questão da nação apontada pelo autor ganhou contornos políticos e geográficos mais precisos tanto sob perspectivas individuais quanto coletivas como os imigrantes e descendentes que desejam outra nacionalidade. As ideias de Renan, ao defender a nação como um princípio espiritual e rico legado de lembranças, provocou, em vários ciclos intelectuais franceses, o preceito de o Estado Francês estabelecer, pela força, a dominação sobre nações independentes. Interessados em muitos momentos a defender seus valores e heranças culturais, corsas, bretões, bascos e catalães são exemplos da problemática. Para estes, caso a França seja um estado democrático e de direito, ela deve reconhecer a existência da diversidade de povos, aceitando que cada um é uma minoria regional dependente de uma maioria nacional. Se houve em Renan (2011) a menção à consulta aos membros de nações, suas ideias também apresentam, à primeira vista, certo paroxismo, ou são portadoras de um caráter utópico, sem lugar efetivo para realização.

b) Max Weber

Anos depois da conferência de Ernest Renan, Max Weber (1999), nas primeiras décadas do século XX, também advertiu, em seus escritos, sobre a dificuldade de apreender o conceito de nação enquanto *pathos*, assim como o de povo e comunidade étnica, considerados para Weber, empiricamente, termos ambivalentes, sujeitos à variedade de significados. Nos desafios de constituição da ciência sociológica, como atividade que pretende entender a ação social, suas causas, desenvolvimento e efeitos, Max Weber (1999), na obra *Economia e Sociedade*, esteve preocupado em encontrar conceitos próximos de realidades materiais e ideias, aptos a explicar as aglomerações e organizações voluntárias, detentoras de sentimentos como a *nação*.

Weber (1999) também considerou que a nação se instituíria por uma ação social possível de apontar componentes hermenêuticos e explicações, ainda que não houvesse uma unanimidade em relação ao sentido de nação. Assim, para o autor,

a 'nação' é um conceito que, se for possível defini-lo inequivocamente, jamais pode ser definido na base das qualidades comuns empíricas daqueles que se consideram seus membros. Em primeiro lugar, significa, sem dúvida, no sentido daqueles que o empregam, que de certos grupos de pessoas pode ser esperado, diante de outros, um sentimento de solidariedade específico, pertencendo, portanto, à esfera de valores. Mas não há unanimidade nem sobre a questão de como delimitar esses grupos nem sobre a de que tipo de ação social deve resultar daquela solidariedade. (WEBER, 1999, p. 172).

Por essa razão, Weber acreditou que uma sociologia da nação era um plano de trabalho contínuo, mas que se compunha de elementos sociológicos. Ele considerou que o "povo de uma nação" não, obrigatoriamente, coincide, estando sempre em conflito com o "povo do Estado". Para o autor, a ideia de nação poderia estar em choque com a de agremiação ou instituição política, como a de Estado. A tensão, inclusive, poderia ser constitutiva do conceito de nação. Nessa perspectiva, haveria tensões entre o povo de uma nação como comunidade política e o povo de um Estado como sociedade política. A dificuldade de coincidência à determinada comunidade política foi parte da complexidade do sentido de nação para Weber,

pois as muitas comunidades políticas (assim, a Áustria, antes de 1918) abrangem grupos de pessoas, dos quais certos círculos ressaltam, enfaticamente, a autonomia de sua 'nação' diante de outros grupos apenas partes de um grupo de pessoas considerado pelos membros uma 'nação' única (como ocorre também na Áustria). (WEBER, 1999, p. 172).

Igualmente a Ernest Renan, Weber (1999) também admitiu que as nações não coincidem com comunidades linguísticas, uma vez que o interesse da afirmação nacional deveria se basear na posse de bens culturais pela comunidade linguística. O autor revisou casos de sentimentos nacionais dentro de diferentes homologações linguísticas como a Suíça, onde há mais de um idioma falado e o Canadá onde o inglês e o francês são aceitos. Max Weber completou a argumentação com os casos da Inglaterra, Irlanda e Estados Unidos em que, apesar de compartilharem o mesmo idioma, não partilham os sentimentos nacionais.

Weber e Renan averiguaram também casos na região da Alsácia, onde se distinguem pelo idioma, os alsacianos alemães dos franceses. Weber também considerou situações em que se pretendeu igualar a nação com outras variáveis na formação do caráter nacional como a religião, a etnia e consanguinidade, vistas pelo autor, como elementos não suficientes ou indispensáveis. Assim,

é evidente que a pertinência 'nacional' não precisa basear-se numa comunidade real de sangue: por toda a parte, precisamente os 'nacionalistas' extremamente radicais são muitas vezes de origem estrangeira. E a existência de um específico tipo antropológico comum, apesar de não ser sem importância, não é nem suficiente nem necessária para a formação de uma nação. Se, apesar disso, a ideia da 'nação' tende a incluir a ideia da origem comum e de uma semelhança no modo de ser (de conteúdo indeterminado), partilha isso com o sentimento de comunidade 'étnico', também alimentado por fontes diversas. Mas o sentimento de comunidade étnico por si não faz surgir a ideia de uma 'nação'. (WEBER, 1999, p.173).

Dois elementos foram para Weber decisivos na formação da nação: o conceito de comunidade de origem e a semelhança de caráter. Ele destacou a existência de várias atitudes – nem uniformes, homogêneas ou, historicamente, constantes – entre diferentes grupos sociais particulares, como as camadas feudais, a burguesia mercantil e industrial, os funcionários e intelectuais, que faziam a ideia de nação. Entre estes, por exemplo, era possível notar crenças e comportamentos distintos dentro do sentimento de pertencimento à nação e, por isso, explicou Weber, o 'sentimento nacional' do alemão, do francês, do russo não opera da mesma maneira. Dentro ou fora de uma nação, os indivíduos podem manifestar graus diferentes de sentimento de pertença, sob contextos históricos determinados e sob interesses de forças antagônicas internas à nação. Dessa forma, "o grau em que um 'costume' ou, mais corretamente, uma 'convenção' se conserva, como 'nacional', no exterior, varia tanto quanto a importância que têm as convenções comuns para a crença na existência de uma 'nação' especial." (WEBER, 1999, p. 175).

Assim, segundo o autor, a ideia de nação identifica-se tanto por intermédio da afirmação enfática quanto pela negação e indiferença. Dentro de uma mesma nação, pode-se distinguir vários sentimentos de solidariedade e cooperação, o que conduzem a tarefa de, dentro de uma sociedade determinada, indicar as conexões e atitudes dos grupos sociais que fazem uma nação. Trata-se de questionar de que maneira os sentimentos de solidariedade e comunidade fazem, dentro e fora, uma

nação. Para Weber, coube ainda contrastar as atitudes com os sentimentos na observação dos laços sociais e, em particular, as classes sociais.

Para o autor, a influência emocional da nação sobre os indivíduos não teria origem apenas econômica, mas se fundamentaria no sentimento de prestígio que certas formações políticas alcançariam em situações de poder, estendendo-se de cima para baixo até as massas pequeno-burguesas.

Max Weber, em estudo sobre as características das “grandes potências”, considerou, na origem da ideia de nação, o caráter variado de força das formações políticas e o respectivo interesse expansionista e de aquisição de prestígio. Para Weber (1999), as formações políticas seriam complexos de força que podem se dirigir para fora, com o uso de meios da usurpação do poder político de outros territórios e comunidades. Para isso, possuem dinâmicas específicas, tendências mais autonomistas ou expansionistas, envolvendo o comportamento de seus membros, sobretudo na relação com outras nações. Nas formas mais primitivas de nação, houve a concessão de missões providenciais àqueles considerados os autênticos representantes da nação, fomentando, com isso, o prestígio daqueles que mais encarnariam os traços da nação. Com essa demarcação, haveria, pelo prestígio, uma forma de subordinação de alguns grupos aos que detivessem as marcas peculiares da nação. Sobre a questão, Weber apontou que

a experiência mostra que pretensões de prestígio exercem, desde sempre, uma influência dificilmente avaliável, em geral não-determinável, porém muito sensível, sobre a origem das guerras: um reino da ‘honra’, comparável à ordem ‘estamental’, estende-se, também, às relações das formações políticas entre si; camadas senhoriais feudais, bem como burocracias modernas de oficiais ou funcionários administrativos, são, correspondendo à sua natureza, as portadoras primárias dessa aspiração a ‘prestígio’, orientada puramente pelo poder [...]. Mas, muito além desses diretos interesses econômicos, existentes naturalmente e por toda parte, das camadas que vivem do exercício político, essa aspiração ao ‘prestígio’ é um fenômeno divulgado em todas as formações específicas de poder e também, por isso, nos políticos. (WEBER, 1999, p.163).

Weber explicou que o interesse de prestígio não era idêntico ao “orgulho nacional” ou admiração pelo mérito de certa superioridade (real ou imaginada) em pertencer uma comunidade política. O autor reforçou sua atenção ao que chamou “prestígio de poder”, “honra de poder” ou “expansão do poder” de alguns grupos ou nações sobre outros, ainda que nem sempre em forma de anexação, assimilação ou

sujeição. As pretensões de prestígio provocariam, em regra, uma “dinâmica de poder” que envolveria uma comunidade e sua vizinhança numa concorrência entre todos os possíveis portadores de prestígio. Com isso, Weber munuiu-se de bases para a compreensão dos fundamentos do surgimento das “grandes potências” e do capitalismo imperialista (WEBER, 1999).

Em Weber, a identificação de um grupo com a peculiaridade da cultura nacional definiria círculos de exclusão, condição também apontada por Edward Said (1995) no livro *Cultura e Imperialismo*. Outra consideração de Weber foi sobre a missão de fomentar e conservar os bens culturais que preservariam os traços culturais peculiares fundantes da nação. Tratou-se, para autor consagrado na potência alemã e representante do Estado alemão, de uma tarefa reservada aos chamados “intelectuais”, os predestinados a propagar a ideia de nacional (WEBER, 1999).

As potências imperialistas, segundo Weber, possuíram o interesse de exercer seu poder fora dos seus domínios territoriais, manifestando a vontade de poder político sobre outras regiões e comunidades tanto pela forma da anexação quanto pela submissão. Para o autor, Suíça e Noruega foram exemplos de Estados pouco expansionistas, diferentes da Holanda, Bélgica ou Suécia que foram possuidoras de impérios coloniais. Max Weber contextualizou, historicamente, os grandes impérios (o grego, o cartaginês e o romano) a fim de entender os fundamentos econômicos do imperialismo moderno. A aquisição de “colônias” ultramarinas por uma comunidade política proporcionou aos agentes capitalistas lucros, cada vez maiores, à medida do aproveitamento do poder político.

Inquieto com a problemática do conceito multidimensional de nação, Weber escreveu sobre o assunto antes das guerras mundiais. O autor, assim como Ernest Renan, pensou que a nação não poderia se identificar com a língua, nem com a raça e ou fatores étnico antropológicos, tampouco com uma estrutura social de costumes. Estes autores, cada um com seus contextos nacionais e acadêmicos, foram escritores liberais, contemporâneos aos tempos do apogeu do imperialismo, quando potências europeias pleitearam territórios ultramarinos na África e na Ásia. Em razão disso, assumiram com naturalidade o domínio colonial. Para eles, a questão nacional envolveu apenas as nações europeias e norte-americanas. No entanto, em contraposição à omissão de Renan quanto ao caráter expansivo das potências europeias, Weber não deixou de referenciar a condição imperialista do capitalismo moderno.

c) Ernest Gellner

Gellner (1993), na obra *Nações e Nacionalismos*, concentrou sua abordagem crítica na relação da nação, nacionalismo e Estado-nação com os processos de modernização, levados à frente pela expansão da industrialização, da alfabetização e do letramento, da unificação de línguas e a universalização dos sistemas educacionais, bem como os avanços da imprensa por intermédio das tecnologias modernas de comunicação. Com significativo saudosismo no tratamento do tema, Gellner, em meados dos anos de 1960, iniciou seus estudos sobre o nacionalismo, destacando a importância das mudanças na sociedade agrária estática europeia com o advento e a expansão da industrialização e da comunicação moderna.

O autor considerou a industrialização um processo de transformação econômica política e social determinante para o advento do nacionalismo no curso dos séculos XIX e XX. Para Gellner (2008), o fenômeno nacional estaria correlacionado ao que se formara entre o Estado e a cultura, mais propriamente, a cultura “nacionalmente” definida. Com isso, Gellner pontuou as diferenças significativas entre um mundo em que o poder e a cultura não são superpostos (sociedades agrárias) e o das unidades políticas, claras e sistematizadas, com grupos que se diferenciam pela cultura e lutam entre si para impor homogeneidade cultural, alinhando soberania e cultura (Estado nacional).

A base para a compreensão do fenômeno nacional, de acordo com Ernest Gellner (2008), esteve no discernimento de dois modelos de sociedade acima mencionados. Ele considerava-os distintos quanto à articulação das formas de produção econômica, dos agenciamentos e coesões sociais, do poder e da cultura. O esforço de Gellner foi apontar a configuração das sociedades agrário-letradas e das industriais no que diz respeito às formas de organização social e política de seus membros. Para Gellner (2008), nas sociedades agrárias, a estabilidade no uso da tecnologia não implicava um processo frequente e ininterrupto de descoberta e invenção. Segundo o autor, essas sociedades estavam

baseadas na agricultura (incluindo o pastoreio) ou seja, na produção e armazenagem de alimentos. [...] A sociedade está livre da ideia (tão corriqueira hoje, entre nós) de que a natureza é um sistema inteligível e passível de exploração, a qual, quando bem-sucedida, gera uma nova tecnologia mais poderosa [...] Antes, sua visão pressupõe uma parceria estável entre a natureza e a sociedade, na qual a primeira

não apenas fornece uma provisão material modesta, mas razoavelmente constante, como também subscreve e justifica a ordem social, e espelha seus arranjos. (GELLNER, 2008, p. 108).

Gellner analisou as consequências da relação entre o uso de tecnologias estáveis à falta da elasticidade no abastecimento e produção (não elevada) de alimentos, bem como a promoção dos valores de coerção e de hierarquia entre os membros da sociedade. Para o autor, nessas sociedades, haveria muito mais o interesse dos indivíduos e grupos estarem bem situados em sua escala hierárquica do que produzirem bens em abundância e eficácia, uma vez que o potencial produtivo da sociedade era bastante estável, não havendo ganhos com as tentativas de aumentar a produção. Gellner (2008, p. 109) destacou o estatuto da produção em que “o aumento da produção só beneficia os detentores do poder, e não a pessoa responsável por ele; mas tornar-se um dos detentores do poder beneficia o próprio indivíduo. Assim, ele deve se esforçar para aumentar seu poder e status.” A pose do *status* e o acesso aos direitos, segundo o autor, são importantes para os membros das sociedades agrário-letradas, uma vez que o homem é seu posto.

Além disso, Gellner (2008) também sinalizou as funções da coerção e do consentimento no estabelecimento da ordem. Contra aqueles que perturbavam o sistema ou que quisessem alterar a distribuição de papéis, havia o uso de ameaças e restrições para que os indivíduos pudessem internalizar o sistema de ideias e convicções. Com isso, o autor destacou o papel do composto ideológico da sociedade para garantir a estabilidade do sistema, percebendo-o como legítimo, sendo este capaz de possibilitar a organização e a resolução de problemas entre os membros da sociedade.

Outra característica levantada por Gellner (2008) foi o fato de as sociedades agrárias iletradas estarem baseadas em hierarquias, castas, guildas, com variedade de condições sociais e correspondente expressão cultural, sendo pouca ou inexistente a tendência à homogeneidade cultural. A vida isolada das aldeias tendia a produzir um distanciamento cultural e linguístico. A divergência era uma das principais características dessas sociedades e os governantes pouco tentavam impor uma homogeneidade. As tentativas de padronizar o porte cultural, argumentou Gellner, poderia significar uma infração. Para o autor,

a especificidade cultural ajuda a alocar as pessoas em seus nichos sociais e geográficos, e inibe o surgimento de identidades e lealdades

extensas, possivelmente, perigosas. As políticas do 'dividir para dominar' são implementadas com mais facilidade quando, de qualquer modo, a cultura já divide a população. [...] Na sociedade agrária, a cultura mais separa do que unifica. [...] nessas sociedades, a cultura comum raramente constitui uma base plausível para formação de unidades políticas. O termo 'nação', se é que chega a ser usado, tende mais a denotar um conjunto corporativo frouxo – a aristocracia politicamente emancipada de um dado território, aqueles que tem o compromisso de participar da política – do que a soma total dos participantes de uma cultura. (GELLNER, 2008, p. 113-14).

Nas sociedades agrárias, de acordo com Gellner (2008), há uma variedade de agrupamentos e as pessoas reunidas possuem compromissos e lealdades internas. O Estado monopoliza o controle sobre as comunidades camponesas, o idioma sagrado e, inclusive, a escrita. No entanto, as comunidades camponesas heterogêneas pouco interagem entre si, uma vez que a socialização ocorre no interior de cada grupo social. A diversidade cultural, as unidades e os grupos políticos não criam vínculos claros ou relevantes entre si, sequer as hierarquias, ordenações políticas e as redes culturais são unidas por laços de nacionalidade.

Na perspectiva de atenção às formas de organização social, configuração de posições sociais e forma estável de produção e acumulação, Gellner (2008) também considerou o valor da alfabetização no registro, recuperação e transmissão de dados, informações e princípios. A aquisição da escrita como condição para a diferenciação de *status* nas sociedades exigiu uma iniciação continuada, a Educação. A formalidade dos métodos e sistemas educacionais opõe-se, sobretudo, às formas e condições em que conhecimentos e valores são acessados e transmitidos, tradicionalmente, nas sociedades agrárias. Assim,

a sociedade agrária não tem recursos nem incentivos para disseminar muito amplamente essa habilidade, e menos ainda para torná-la universal. A posse dessas aptidões distingue os que as detêm dos que não as detêm. A alfabetização torna-se uma insígnia do posto, além de constituir um mistério de guildas. [...] Os membros mais comuns desse tipo de sociedade adquirem sua 'cultura', seu estoque de ideias e símbolos, na 'prática', no curso do próprio processo de viver, como parte do intercâmbio cotidiano entre parentes, vizinhos, mestres e discípulos. Desse modo, uma cultura viva, não codificada, não cristalizada no texto e sem um conjunto rígido e formalizado de regras, é simplesmente transmitida como parte de um "estilo de vida" permanente. Mas as habilidades tais como a alfabetização não costumam ser transmitidas dessa maneira. Antes, são transmitidas no decorrer de uma formação prolongada e especializada, inculcada não por pessoas comuns, no curso da execução de coisas corriqueiras,

mas por especialistas em horário integral, dedicados a perpetuar normas superiores. (GELLNER, 2008, p. 110-11).

Nessa perspectiva, de acordo com Gellner (2008), a difusão das culturas superiores, padronizadas, resultantes dos novos modelos educacionais organizados e financiados pelo Estado, ajudou a preparar as pessoas para sobreviver às situações da nova divisão do trabalho e da mobilidade social. O autor sublinhou a diferenciação entre a cultura transmitida informalmente e a em caráter formal, repassada por especialistas comprometidos, exclusivamente, com a minúcia dos textos normativos. Estes estão fundamentados por teorias e raciocínios que, custosamente, podem ser manipulados por indivíduos, sem o auxílio de mestres. O resultado do avanço da alfabetização e do processo educacional padronizado foi também considerado por Gellner como o gatilho para uma tensão entre a “cultura superior”, baseada em textos e em normas socialmente transcendentais, e a “cultura inferior”, adquirida na vida cotidiana.

A educação em massa, fundamentada numa “língua oficial” e ensinada nas escolas, foi considerada um meio importante para atender às demandas econômicas e administrativas de uma sociedade com maior contingente populacional, mantendo-a unificada. O caráter funcionalista dos argumentos de Ernest Gellner (2008) a respeito da formação das nações e nacionalismos expressou-se na defesa da educação como produtora de uma unidade social, subestimando, por outro lado, o papel da educação na produção de conflito e divisão.

O espírito eurocosmopolita e iluminista de Gellner considerou o nacionalismo em termos globais e sociológicos. Ele pouco se ateu às variações dos movimentos nacionalistas dos países, às formações antropológicas na constituição das nações e, em muitos casos, ao caráter frágil e incerto dos vínculos entre o nacionalismo e a expansão da sociedade industrial. Assim, é possível que o nacionalismo não esteja relacionado apenas à educação, o que leva a considerar a capacidade de formação de uma identidade para as pessoas que não tenham nascido em contextos de industrialização das cidades e da consequente aquisição do modo de vida urbano industrial.

Para o autor, o nacionalismo poderia ser considerado um princípio ético e “universalista” e, enquanto um sentimento ou um movimento, deveria ser entendido a partir da correspondência entre unidade nacional e a política. Para Gellner:

[...] o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio da sua formulação geral – não separem os detentores do poder do resto da população [...] uma unidade política territorial só pode tornar-se etnicamente homogênea quando mata, expulsa ou assimila todos os não nacionais (GELLNER, 1993, p. 12-13).

Segundo Gellner (1993), a industrialização moderna criou a necessidade de um sistema de Estado e de governo mais eficazes em termos administrativos e jurídicos, capazes de auxiliar os indivíduos a conviver com estranhos, uma vez que a base da sociedade não era mais o pequeno vilarejo agrário, mas uma cidade mais complexa, em contínua urbanização. Tratou-se, com isso, das condições prévias para o aparecimento do nacionalismo dentro da existência do Estado. Para o autor, o nacionalismo dependeu de uma prévia definição de Estado, surgindo onde este já era uma realidade aceita. Nessa perspectiva,

a existência de unidade politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades centralizadas são aceitas e consideradas normativas, constitui uma condição necessária do nacionalismo, embora certamente insuficiente. (GELLNER, 1993, p. 16).

Gellner reforçou suas considerações sobre a questão nacional esclarecendo que, na divisão política das sociedades agrárias anteriores à industrialização, a presença do Estado foi muito variada, não sendo condição exclusiva para a manutenção da ordem. Para Gellner,

os grupos de caçadores-coletores eram e são, demasiado pequenos para permitirem o tipo de divisão política do trabalho que constitui o Estado. Assim, para eles, o problema do Estado, como instituição estável e especializado que mantém a ordem, não se coloca. Ao invés, na maior parte das sociedades agrárias, mas não em todas, já existia um Estado. Alguns destes foram fortes, outros fracos, uns despóticos, outros cumpridores da lei, variando muito na respectiva forma. A fase agrária da história é o período durante o qual, por assim dizer, a própria existência do Estado surge como uma opção. A forma do Estado é muito variável. Durante o estágio da caça, a opção não existia [...]. Pelo contrário, na era pós-agrária, industrial, também não existe opção; agora, é a presença de Estado e não sua ausência que é inevitável. [...] em suma, o problema do nacionalismo não se coloca quando não existe Estado, mas isto não significa que o problema do nacionalismo surja em todo e qualquer Estado. Pelo contrário, surge

apenas em alguns. Resta saber quais os Estados que são, realmente, confrontados com este problema (GELLNER, 1993, p. 16-17).

Nas sociedades modernas industrializadas, a educação formal tem que preparar os indivíduos para: a divisão do trabalho instável e em mudança; a mobilidade ocupacional; o crescimento econômico; o interesse pelo aumento constante de satisfações; as inovações e redistribuição de tarefas. Os homens, de geração a geração, devem estar adaptados a constantes redistribuições de trabalho, reciclagem de pessoas, funções e atividades profissionais. De acordo com Gellner,

o “trabalho já não representa a manipulação de objetos, mas dos significados, [...] a troca de mensagens com outras pessoas, ou a manipulação de máquinas [...] surgiu uma sociedade baseada numa tecnologia muito poderosa e na expectativa do crescimento prolongado, que exige uma divisão do trabalho móvel e uma comunicação contínua, frequente e exata entre os estranhos, envolvendo uma partilha de significados explícito, emitindo através de um idioma standardizado e, se necessário, escrito. (GELLNER, 1993, p. 56-57).

Nessa perspectiva, o monopólio da educação formal e legítima passou ser o imperativo que explicou as raízes do nacionalismo, uma vez que se formou uma organização de grupos humanos em grandes unidades de educação centralizada, culturalmente homogênea e estruturada pela alfabetização universal; pela elevação do grau de satisfação técnica e geral; pela comunicação escrita, gráfica, standardizada e explícita entre um grande número de pessoas, sem contato prévio.

Não sendo mais leal a um monarca, a uma terra ou a uma fé, o indivíduo moderno, de acordo com Gellner (ano), passou a ter lealdade a uma cultura transmitida pelo ensino, fora do ambiente doméstico e familiar, da aldeia ou clã, e dentro de um sistema educacional controlado pelo Estado, capaz de conferir dignidade e autoestima ao homem industrial. Gellner atribui a isso ao fenômeno de exossocialização, ou seja, a produção e reprodução de indivíduos fora da unidade familiar e local. Essa nova forma de constituição social tornava-se norma nas sociedades industriais, fortalecendo, assim, a relação entre Estado e cultura, um propósito do nacionalismo.

Para Gellner (ano), a transição das sociedades agrárias à industrial foi marcada também pelo imperativo da homogeneidade que levou ao nacionalismo. Os

indivíduos que pertencem a uma nação podem circular por todo o território sob o domínio do Estado, constituindo uma socialização nacional. Segundo o autor,

a era da transição para a industrialização estava também destinada a ser uma era de nacionalismo, um período agitado de readaptação, no qual tanto as fronteiras políticas como as culturais, ou ambas, estavam a ser alteradas de forma a satisfazerem o imperativo nacionalista que, agora, se fazia sentir pela primeira vez. (GELLNER, 1993, p. 66).

Por fim, Gellner (ano) destacou o fato de as nações possuírem um caráter ético e “universalista”, uma vez que considerou que há várias nações em potencial com maior probabilidade que Estados, potencialmente, viáveis. O autor também acrescentou que nem todos os nacionalismos podem ser realizados já que a ocorrência de uns implica a frustração de outros.

d) Benedict Anderson

Ciente da contribuição da tese da modernização, da unificação estatal e linguística na formação do Estado moderno e da questão nacional, Benedict Anderson (1989, 2000, 2008), dedicou-se ao estudo das nações e nacionalismos, em livros e artigos, estabelecendo interlocuções com autores de estudos sobre história, da política e da literatura. Ele esteve muito motivado pelas experiências hostis do Sudeste Asiático, principalmente, nos anos anteriores e seguintes à independência da Indonésia, quando os desencontros entre partidos, elites e povo, na formação do Estado nacional, levaram o autor a explorar as dimensões culturais do fenômeno do nacionalismo.

Atento ao desempenho dos Estados radicais de inspiração marxista e à pouca ou relativa importância que os estudiosos da esquerda depositaram na força do nacionalismo no mundo moderno, Benedict Anderson (2008), na obra *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*¹⁰,

¹⁰ *Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* foi publicado, em 1983, pela primeira vez, simultaneamente, em Nova York e Londres. Ao longo das últimas décadas, foi traduzido para vários idiomas (espanhol, português, francês, norueguês, catalão, búlgaro, romeno, alemão, servo-croata), teve novas edições e dois capítulos foram acrescentados. No Brasil, foi editado, inicialmente, em 1989, com o título *Nação e Consciência Nacional* pela Editora Ática. Na edição de 2008, publicada pela editora Companhia das Letras, já com o título *Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, estão incluídos atualizações, novos capítulos e posfácio.

recusou-se a considerar a questão nacional como epifenômeno ou produto, exclusivo, da industrialização ou das mudanças socioeconômicas resultantes da expansão das sociedades de massa.

A abordagem do autor é tanto hermenêutica quanto estrutural, interessando-se em saber o que leva um contingente grande da população a acreditar que, como indivíduos, façam parte de uma determinada “nação”, soberana sobre um território, sentindo-se honrados e fiéis. Anderson interrogou a particularidade do nacionalismo, um elo distinto, segundo ele, dos vínculos dos povos tribais em que a autoidentificação não se estendia além da consanguinidade reconhecida, ou dos limites das comunidades vizinhas. Na Europa feudal, para o autor, também não houve lealdade semelhante, internamente, entre os membros de reinos rivais.

O livro *Comunidade Imaginadas* reúne leituras e reflexões que compõem uma revisão conceitual das experiências históricas da questão nacional e pretende pensar como o nacionalismo se acomodou em diferentes locais e contextos. Anderson (2008) estabeleceu interlocução com os argumentos de outros autores estudiosos do fenômeno nacional. Ele posicionou-se reticente ao determinismo do sociólogo liberal Ernest Gellner que associou o nacionalismo ao processo de industrialização da Europa Ocidental. Diferentemente do historiador Elie Kedourie (1993), Anderson evitou restringir o aparecimento do nacionalismo ao contexto da Ilustração, da Revolução Francesa e da formação do Estado francês. Em relação a Eric Hobsbawm (2008), ponderou a perspectiva marxista e defendeu a relevância da imprensa e do “capitalismo editorial” na disseminação de ideias e da cultura moderna.

A obra tornou-se singular para a discussão sobre a pertinência e transcendência do Estado-nação e do nacionalismo na época moderna. Anderson (2008) chamou a atenção para nacionalismos modernos e, sobretudo, a nação como uma *comunidade* imaginada, *limitada* e *soberana*, constituindo categorias importantes da política moderna. Para o autor, a ideia da nação como “invenção” estaria desgastando a compreensão do fenômeno. A nação teria um significado mais complexo, uma vez que “imaginadas” fariam sentido para “alma”, sendo, inclusive, objeto de aspiração, valor e prestígio. Para Anderson, a nação é

uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a

imagem viva da comunhão entre eles. [...] Imagina-se a nação limitada porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. [...] Imagina-se a nação soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. Amadurecendo numa fase da história humana em que mesmo os adeptos mais fervorosos de qualquer religião universal se defrontavam inevitavelmente com o pluralismo vivo das religiões e com o alomorfismo entre as pretensões ontológicas e a extensão territorial de cada credo, as nações sonham em ser livres [...] A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano. Por último, ela é imaginada como comunidade porque, independentemente, da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. (ANDERSON, 2008, p. 32-34).

No espectro da nação imaginada, o autor sublinhou que o nacionalismo deveria ser entendido não em relação às ideologias políticas, mas a partir dos sistemas culturais que o precederam. O nacionalismo, segundo Anderson (2008), foi contemporâneo de alguns contextos e conceitos importantes que fundamentaram o aparecimento do mundo moderno. Entre eles, destacaram-se:

a) o declínio do poder religioso do mundo feudal, como força de *coesão inconsciente* dos indivíduos a partir da desconfiança na sacralidade secular dos idiomas;

b) o enfraquecimento do poder dinástico e da legitimidade da monarquia sagrada (século XVII), uma vez que os Estados deixavam de ser vistos como organizações em torno do monarca e de “centros altos” com fronteiras porosas e indistintas e;

c) variações nas noções de tempo, próprias da Idade Média, uma vez que houve a introdução da ideia de “simultaneidade do tempo”, definido por coincidências temporais e medido pelo relógio e pelo calendário.

A fragilização da dominação religiosa levou ao declínio das linguagens sagradas. Nessa perspectiva, o declínio do latim como linguagem sagrada das escrituras proporcionou a desconfiança na sacralização de certos idiomas pelas comunidades. A negação de um texto sagrado, assumido como verdade pela comunidade, permitiu que o nacionalismo se apresentasse como substituto da força coesiva da fé.

A expansão dos empreendimentos da cultura editorial, do livro e do jornal, significou a junção do capitalismo à tecnologia da imprensa. A produção em massa de mercadorias e o crescimento da comunicação exigiam a homogeneização

linguística em meio à diversidade das línguas, condição que permitiu a promoção de uma consciência nacional entre os povos. Para Anderson (2008), ainda que no século XVIII a existência de uma língua comum não fosse relacionada ao sentimento nacional, o quadro europeu começa a mudar no século XIX, sobretudo, a partir do surgimento das “línguas de imprensa”.

A escolha de uma língua entre outras disponíveis para a produção de mercadorias e de publicações impressas representou tanto a ampliação do número de falantes em um espaço geográfico quanto o estabelecimento de vantagens e desvantagens para os indivíduos, uma vez que se exigia o domínio de alguma língua em detrimento de outras para o acesso ao mercado e consumo capitalista. Além disso, as línguas impressas representaram a reprodução e a disseminação de ideias em um território mais amplo, permitindo o estabelecimento de espaços comuns de troca por intermédio de uma língua diferente do latim e das línguas orais, sendo assim consideradas línguas de poder.

As línguas impressas promoveram, segundo ao autor, uma espécie de solidariedade e campo unificado de comunicação entre os indivíduos. As relações sociais e o sistema educacional passaram a ser, significativamente, determinados pela disseminação e circulação do material impresso que reposicionou tanto os mecanismos de identificação e diferença dos indivíduos, comunidades e povos quanto estabeleceu um novo equilíbrio de forças entre comunidades locais e outros centros de poder localizados em regiões mais distantes.

Nessa perspectiva, explicou Anderson que

o declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob o impacto da transformação econômica, das ‘descobertas’ (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas. (ANDERSON, 2008, p. 69-70).

Os argumentos de Anderson (2008) envolveram também o domínio do caráter histórico e das raízes culturais da questão nacional. Para o autor, foram determinantes na formação nacional moderna tanto a crise das línguas tradicionais

antigas quanto os modelos de governabilidade baseados na monarquia (Europa) e na administração colonial (América, África e Ásia). Além disso, a dúvida em relação à concepção de que as sociedades organizavam-se, naturalmente, em torno de um monarca, com legitimidade e poder divino, produziu abalos e quedas dos domínios dinásticos europeus. Com isso, o Estado soberano consistiu em um emblema da liberdade em face das antigas infraestruturas de dominação na medida em que gerou novas formas de controle como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho, o censo populacional e até instituições como o museu para a validação da cultura nacional.

Para o autor, o aparecimento do nacionalismo está também associado a uma forma de identificação étnica, racial e ou cultural, a um projeto comunitário de união de povos diferentes. Apesar da influência desses termos, o autor defendeu que as origens deles são ainda confusas e, por isso, destacou, em sua obra, o interesse pela reconstituição histórica dos nacionalismos modernos, a fim de apresentar a evolução e a recepção do assunto nos países.

Nessa perspectiva, ocorrem três paradoxos na formação e na experiência dos nacionalismos no mundo moderno:

- a) a modernidade objetiva das nações para os historiadores em oposição à antiguidade subjetiva dos nacionalistas;
- b) a universalidade formal do conceito sociocultural da nacionalidade em contraposição às manifestações e práticas concretas do nacionalismo no mundo e;
- c) o poder político do nacionalismo frente à significativa pobreza filosófica do termo que contribuiu para desentendimentos a respeito de sua permanência tanto como força interna de coesão dos indivíduos em um país quanto como forte elemento constitutivo das relações políticas internacionais do século XXI.

A contribuição dos estudos de Anderson foi significativa para o entendimento das bases culturais e das tecnologias da comunicação modernas no fenômeno do nacionalismo. No entanto, também recebeu críticas, sobretudo, no que diz respeito ao caráter eurocêntrico dos argumentos de Anderson e de outros autores ocidentais. Para o cientista político indiano, Partha Chatterjee (1991), Anderson não explicou muitas formas de resistência anticoloniais e da miséria pós-colonial tão presentes na África e Ásia e ausentes nos modelos nacionais difundidos na Europa e nas Américas.

e) Eric Hobsbawm

O historiador marxista Eric Hobsbawm construiu suas reflexões e argumentos sobre as nações e os nacionalismos considerando-os, sobretudo, como construções modernas relativas à era industrial. As principais teses do autor estão presentes na obra *Nações e Nacionalismos desde 1780* (2008), publicada, inicialmente, em 1990. O tema também apareceu em outros livros de Hobsbawm como *A Invenção das tradições* (2018), de 1983, e, de maneira transversal, nos estudos sobre a ascensão da era burguesa moderna, distribuídos no conjunto das publicações *Era das revoluções* (2009a), de 1977; *Era do capital* (2009b) de 1977; e *Era dos impérios* (2009c), de 1988.

A clareza dos argumentos de Hobsbawm foi também extensiva a sua conduta de crítica e antipatia às expectativas nacionalistas no século XX, causadoras, segundo ele, da maioria dos conflitos políticos e bélicos entre os países e povos. Hobsbawm considerou que o nacionalismo foi força propulsora da história na primeira metade do século XX. No entanto, após as guerras mundiais, houve indicações do desgaste do que o autor chamou de Era das Nações, principalmente, nos modelos experimentados entre os séculos XIX e meados do XX.

Inicialmente, Hobsbawm partiu da leitura dos principais autores e obras dedicadas ao fenômeno nacional, de clássicos a seus contemporâneos, entre historiadores e estudiosos da política moderna. Neles, ele identificou o interesse em responder à pergunta – *o que é uma nação?* Para boa parte dos autores, segundo ele, o entendimento sobre o fenômeno nacional passava pela caracterização do termo e no reconhecimento da condição de ser uma entidade fundamental para a existência social. Porém, Hobsbawm observou a inexistência de critérios satisfatórios, definitivos e seguros para saber quais coletividades poderiam ser apontadas como nações e como diferenciá-las de outros agrupamentos sociais.

Hobsbawm (2008) sublinhou a dificuldade de estabelecer critérios objetivos para o caráter de nacionalidade e as circunstâncias de sua formação. A língua, etnia, território, história e traços culturais comuns eram, frequentemente, vistos como indicadores e condicionalidades para o surgimento das nações e nacionalismos. A despeito disso, para Hobsbawm, haveria uma mutabilidade e ambiguidade em todos eles e, assim,

todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como 'nações', sempre é possível descobrir exceções [...]. Além disso, como veremos, os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização de terra. (HOBSBAWM, 2008, p.15).

Hobsbawm, assim como Gellner e Anderson, pressupôs a nação como um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade, considerando o Estado o agente competente para reunir pessoas e grupos sociais em torno de um mesmo princípio e sentimento de coesão nacional. Os Estados convocariam variedade de laços espirituais e sentimentais entre os indivíduos, todos esses alinhados aos interesses próprios do Estado. Para Hobsbawm (2008, tratava-se de vínculos preexistentes, que constituiriam o chamado *protonacionalismo*, composto por elementos como a linguagem, a religião e a consciência de fazer parte de um agrupamento político duradouro. No entanto, segundo o autor, o protonacionalismo não seria suficiente para explicar o nascimento das nacionalidades. Não seria, inclusive, de acordo com ele, fundamental para o nascimento de fidelidades ou do patriotismo nacional. Não haveria segurança acerca da origem e da natureza das relações afetivas que constituiriam as nacionalidades, o Estado e as nações.

A imprecisão sobre as bases da nação também era extensiva à ideia de defini-la como um agrupamento social, resultante da vontade e da consciência dos membros. A postura voluntária de os indivíduos autodeterminarem-se pertencentes a uma nação não parecia satisfatória para Hobsbawm. A defesa de Renan (2011) acerca da nação ser um “plebiscito diário”, portanto, seria inconsistente. Para Hobsbawm (2008, p.16-17) “Ambas as definições são sujeitas à objeção de que definir uma nação pela consciência que têm seus membros de ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia *a posterior* sobre o que é a nação.” Por isso, seria preciso evitar os excessos do objetivismo e mesmo da definição subjetiva acerca da questão nacional.

Atento às transformações das sociedades agrárias europeias diante da expansão industrial e tecnológica, Hobsbawm (2008) fundamentou seus estudos sobre o tema, destacando a presença crescente de nacionalismos nas regiões da Europa, mesmo antes de nações serem constituídas. A Itália, por exemplo, segundo

o autor, existiu antes mesmo de o povo se reconhecer como italianos, com uma língua e história compartilhada. Nessa perspectiva, ele considera que o nacionalismo antecede as nações não necessitando de uma língua, religião ou itinerário histórico comum.

O aparecimento e a consolidação das nações e dos nacionalismos devia, segundo ao autor, ser analisado com base no contexto político, tecnológico e econômico, justamente com suas demandas administrativas. Haveria, nos termos um caráter histórico relevante, próprio de um tempo e espaço, não sendo fenômenos ou construções sociais imutáveis. Nessa perspectiva,

a 'nação' pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de estado territorial moderno, o 'Estado-nação'; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. 'As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistente e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes; isto é uma realidade.' Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismo, mas sim o oposto. (HOBSBAWM, 2008, p.19).

Para complementar, Hobsbawm (1990) também destacou a relação estreita entre a política, a tecnologia e a transformação social na determinação das nações. As nações não teriam causas ou origens excludentes entre si. Elas não seriam apenas um tipo particular de Estado, com interesses territoriais, ou a aspiração de introduzir o âmbito da cidadania no Estado, tampouco, exclusivamente, um estágio específico de desenvolvimento econômico. Para o autor, seriam resultantes da combinação desses fatores. A padronização das línguas nacionais (faladas e escritas) não poderiam aparecer, anteriormente, à imprensa, à universalização do sistema escolar e à alfabetização das massas. As nações seriam fenômenos compostos e deviam ser, portanto, "analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas, administrativas e outras exigências." (HOBSBAWM, 2008, p.19).

O caráter complexo apontado por Hobsbawm teria também um duplo sentido. Por um lado, as nações seriam construções sociais impostas de cima para baixo, sobretudo a partir dos interesses de grupos e classes dominantes. No entanto,

adverte o autor, não podem ser entendidas sem as suposições, esperanças, necessidades, expectativas das pessoas comuns. Estas não significariam, substancialmente, grupos nacionais ou nacionalistas. Com isso, Hobsbawm (1990) apontou o perigo dos estudos acerca do fenômeno nacional concentrarem seus argumentos na perspectiva dos governos, dos porta-vozes ou mesmo dos ativistas dos movimentos nacionalistas. Para ele, haveria a necessidade de considerar a “visão de baixo”, constituída pela opinião, ideias e sentimentos das pessoas que são objeto da propaganda nacionalista. Nesse ponto, é possível identificar outra via de análise (também complementar) àquela exposta por Gellner (1993), principalmente, acerca da visão da nação como resultante dos interesses da modernização operada pelas elites a partir da expansão do capital industrial.

É nessa perspectiva, que Hobsbawm destacou o papel das ideologias e da identificação nacional na formação das nações. Para ele,

todavia, três coisas estão claras. [...] Primeiro, as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. Segundo e, mais especificamente, não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. Terceiro, a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muitos curtos. Em meu julgamento, esta é hoje uma área dos estudos nacionais na qual se precisa urgentemente de reflexão e pesquisa. (HOBBSAWM, 2008, p.20).

A consciência nacional seria, nessa perspectiva, algo que se desenvolve de forma irregular, não possuindo uma uniformidade completa entre as regiões e grupos sociais. o autor sublinha que a consciência nacional não seria, facilmente, assimilada pelas massas populares – os trabalhadores, empregados e camponeses. Para ele, estes seriam os últimos afetados pelo espírito de pertencimento nacional, uma vez que haveria uma história dos movimentos nacionais. A consciência nacional seria alcançada por fases e etapas dentro de contextos específicos, como uma construção social. Primeiramente, na Europa do século XIX, os movimentos nacionais estiveram associados às manifestações culturais, literárias e folclóricas, sem caráter político evidente. Em um segundo momento, apareceram os chamados pioneiros da

ideia nacional, com campanhas políticas em nome dos princípios e valores da coesão, da unidade e do pertencimento nacional. Por último, Hobsbawm (2008), destacou o momento em que o nacionalismo conquistou as massas, fase mais significativa para o autor, justamente, em razão do caráter, supostamente, mais amplo e homogêneo do sentimento de pertencimento.

O desenvolvimento de um sistema educativo também esteve nas bases do pensamento de Hobsbawm (2018) a respeito da formação e expansão das tradições, condição, segundo ao autor, para a criação e perpetuação das nações e das identidades nacionais. O surgimento da ideia e da prática da tradição significou a repetição contínua de ações antigas por uma comunidade, consolidando um costume continuado e munido de sentido entre as gerações. A tradição afirmou tanto uma história comum quanto uma memória partilhada entre os indivíduos, sendo indicadora de uma comunhão, de uma origem comum e, nessa perspectiva, de uma identidade.

O uso da tradição foi, frequentemente, associado ao discurso da identidade nacional. Pode-se dizer que, em alguma medida, a nação estrutura-se no compartilhamento de tradições comuns. No entanto, Hobsbawm (2018) chama a atenção para o fato de que, nos estudos sobre o nacionalismo, as tradições nacionais são criações. A invenção da tradição foi o resultado de fatores como o amadurecimento de um sistema secular de educação primária, a criação de cerimônias e de monumentos públicos que, uma vez dispostos no calendário e nos espaços da cidade, organizou o sentido do tempo e da memória. A tradição munuiu de fatos e símbolos as gerações futuras, criando uma imaginação que forneceu a percepção de unidade e de coesão entre os indivíduos.

1.2.4 Paradigma etnosimbolista

Reconhecendo a modernidade da nação e do nacionalismo, os autores etno-culturalistas consideram a existência de elementos pré-modernistas (identidades culturais, símbolos e lealdades tribais), anteriores à formação das nações, enfraquecendo, assim, a ideia de que as nações foram construções das elites, defendida pelos modernistas. Para os autores deste paradigma, há uma reciprocidade entre a elite e o povo na formação das nações, na medida em que há modelos históricos duradouros, concentrando relações complexas entre passado e presente. Os etnosimbolistas interessaram-se pelas razões da ligação emocional entre os

membros das comunidades e as nações, considerando os elementos subjetivos compartilhados, entre eles os símbolos, os valores, os mitos e as memórias.

a) Anthony Smith

O autor Anthony Smith é um dos mais representativos desta escola. Nas obras *Nacionalismo y Modernidade* (1994) e *La identidad Nacional* (1997) introduziu algumas bases de análise para o etnosimbolismo. Ele construiu bibliografia significativa acerca das teorias sobre nacionalismo e a respeito do âmbito cultural e étnico das nações.

Em rigor, relacionou as teses primordialistas às modernistas, reforçando o caráter moderno da nação e os condicionantes étnicos pré-modernos. Para isso, associou os grupos étnicos à formação das nações. Interessado em apresentar uma sociologia histórica da identidade nacional e do nacionalismo, Smith (1997) ponderou a centralidade da explicação dos modernistas acerca das nações serem invenções modernas, considerando as bases do fenômeno nacional nas culturas e etnias pré-modernas. O autor também alegou que havia sentimento nacional antes do período moderno, como apontaram alguns autores perenalistas. Para ele, é relevante o caráter cultural das nações e este teria certa preponderância sobre o ideológico e político. Assim,

el supuesto básico exclusivamente es que no es posible entender las naciones ni el nacionalismo como una ideología o una forma de hacer política, sino que también hay que considerarlos un fenómeno cultural; es decir, hay que conectar estrechamente el nacionalismo, la ideología y el movimiento, con la identidad nacional, que es un concepto multidimensional, y ampliarlo de forma que incluya una lengua, unos sentimientos y un simbolismo específicos. (SMITH, 1997, p. IX).

Nessa perspectiva, Smith (1997) propôs uma abordagem centrada na relação entre as etnias e as nações. Ele sublinhou o aparecimento das nações a partir de comunidades étnicas pré-modernas. O autor destacou, na interpretação do fato nacional, a dimensão da etnia, um agrupamento humano caracterizado pelo compartilhamento ancestral de mitos, histórias e culturas. A coesão dos integrantes da comunidade estaria na condição da solidariedade entre os membros e o vínculo ao território. Antes, contudo, ele observou que as comunidades étnicas não possuíam

todos os atributos das nações, uma vez que os indivíduos não tinham a necessidade de estarem no mesmo território, tampouco possuíam o caráter público ou comum da cultura para todos os membros.

Smith (1997) esclareceu que as nações modernas são caracterizadas por uma dimensão *cívica e territorial* e outra *étnico e genealógica*. A inter-relação entre elas propiciou à identidade nacional permanecer nas sociedades políticas modernas. O princípio étnico e genealógico, segundo ao autor, não foi circunscrito ao período moderno, mas também foi particular a tempos anteriores à época moderna. Em muitas situações, a transição das comunidades étnicas e culturais para as nacionais deram-se em razão das alterações das instituições sociais no século XIX, viabilizando a conexão entre a época pré-moderna e a moderna. Tratou-se, de acordo com o autor, de uma passagem paulatina da comunidade étnica para a política nacional.

Por outro lado, autores modernistas apontaram divergências sobre o que é defendido por Smith. Para eles, a modernidade foi responsável por uma mudança extraordinária na história, à medida que estabeleceu o elo entre a identidade de um grupo de pessoas às instituições políticas, linguísticas e geográficas, a despeito da cultura ou da etnia deste grupo. Para Smith (1997), o paradigma modernista sobre o fenômeno nacional não considerou as relações possíveis entre os elementos étnicos e culturais e, com isso, a consequente ligação das nações modernas com as comunidades antecedentes.

Nacionalismo e a origem da nação devem ser estudados por um período longo, segundo Smith (1997). Ele defendeu a necessidade de analisar a evolução da identidade nacional, reconhecendo, com base num período longo, as formas como as identidades constituíram-se nos agrupamentos humanos. O autor contestou as teses primordialistas sobre a condição imortal das nações e também a centralidade da concepção biológica e cultural no entendimento do fenômeno nacional. Smith observou as transformações das comunidades étnicas em agrupamentos políticos nacionais em períodos e continentes distintos, não se detendo, exclusivamente, ao período histórico da modernidade.

Para os etnosimbolistas, o vínculo entre passado, presente e o futuro das nações se dá por meio de recorrências, continuidades e reapropriações. O estudo da evolução e formação das nações deve ser conduzido a partir do vínculo entre passado, presente e futuro, a fim de identificar as recorrências, continuidades e reapropriações do fenômeno nacional, sobretudo, a permanência de certas

características étnicas na formação da realidade nacional. Entre esses fenômenos, Smith destacou os mitos de origem, crenças, a territorialização da memória e a mobilização vernacular das comunidades. A perenidade de nomes, símbolos, linguagens e costumes, os territórios e os rituais de identidade nacional demonstraram, segundo Smith, a persistência de componentes culturais na constituição de nações, considerando as rupturas históricas ocasionadas por conquistas militares, migrações, colonização e assimilação. Além disso, a reapropriação do passado étnico é condição para a veracidade das nações modernas à medida que uma elite intelectual percebe no passado de uma comunidade étnica a criação das nações na modernidade.

A origem étnica das nações é a base principal dos argumentos do etnosimbolismo, uma vez que, segundo Smith, os grupos étnicos existem desde tempos ancestrais. As etnias podem ser mencionadas a datar do momento em que os agrupamentos humanos conseguiram manifestar sentimentos culturais compartilhados. As comunidades étnicas dispõem, assim, de reminiscências, cultura e vínculos a um território, além de graus de solidariedade comuns, considerados fundamentais para a formação das nações modernas. Para Smith (1997), a sobrevivência e a prosperidade de uma nação moderna dependem do domínio dos elementos étnico e culturais já pré-existentes no território da comunidade. Sem a crença nesses elementos, a construção nacional torna-se frágil. Sem condições de expandir e se popularizar, as nações modernas teriam sua origem na retenção dos caracteres étnico e culturais comuns que as especificam e as distinguem de outras populações e nações. Além disso, segundo o autor, a base étnica permite considerar que as nações emergem do território, articulando o caráter e os limites das nações.

No entanto, em alguns casos, o autor considerou a formação das nações a partir de movimentos migratórios de imigrantes, como se nota na América do Norte, Argentina e Austrália, por exemplo. Estes foram formados por reagrupamentos e divisões de grupos étnicos no mesmo território, aumentando, assim, a complexidade da dimensão étnica no núcleo da nação moderna. Na mesma obra, Smith destacou o mérito dos estudos dos núcleos étnicos das nações, tendo em vista o estabelecimento de diferentes modelos de construções nacionais. Para ele, não são todas as que possuem um genuíno núcleo étnico, daí a pertinência da análise étnico-simbólica, sobretudo para a compreensão da evolução de nações não étnicas. Smith considerou ainda que a popularidade do modelo nacional foi, em muitos casos, relacionada à ligação entre os componentes étnicos das comunidades pré-modernas, as modernas

e as nacionais. Por fim, o autor reforçou a condição de todas as nações necessitarem de uma conformidade mitológica e cultural para o estabelecimento e a viabilidade de uma unidade política.

Para entender as etnias pré-modernas faz-se o estudo dos símbolos e da cultura que possibilitam aos integrantes de uma comunidade sentirem-se próximos e agregados. Em relação aos grupos étnicos, é a diferença entre as culturas que permite a delimitação da variedade de comunidades étnicas e, também, atar os membros de cada etnia à forma de seus vínculos e atividades. O componente cultural das etnias, defendido por Smith, não pode ser usado de forma rigorosa na distinção entre a nação cívica e a étnica, uma vez que os etnosimbolistas não distinguem esses tipos de nação. Eles supõem uma origem étnica, aproximadamente, presente no centro das nações. Além disso, a relevância da análise de Anthony Smith está também na integração de elementos externos na construção das nações modernas. A cultura não é um produto próprio e, exclusivo, de etnias isoladas, mas é o resultado de relações interétnicas constitutivas do núcleo étnico da cultura das comunidades.

Os mitos e os símbolos étnicos constituem elementos essenciais ao âmbito cultural dos agrupamentos étnicos. Os mitos fazem menção à origem e à ascendência que formam a existência e o caráter das etnias, configurando uma dimensão analítica capaz de estabelecer parâmetros pelos quais as comunidades podem se definir. Além disso, a escolha de certos mitos étnicos em detrimento de outros pressupõem que alguns possuem uma missão, frequentemente, de origem divina. A nomeação e a predileção aos mitos determinados permitem diferenciar os integrantes dos não-membros de uma comunidade por intermédio da adesão aos rituais religiosos ou morais constitutivos da identidade e a fidelidade entre os indivíduos do grupo. Os símbolos étnicos fazem alusão ao território e à comunidade, incluindo uma rede de elementos como bandeiras e estandartes, totens, moedas, objetos rituais e hinos, roupas, costumes etc., capazes de diferenciar os grupos étnicos. Essas características são interiorizadas pelas nações como núcleo étnico. Para Smith (1994), mitos, símbolos e comunicações seriam mais resistentes que os fatores materiais, devendo ser analisados dentro dos contextos históricos pré-modernos.

A análise histórica das etnias pode mostrar a natureza conflituosa de uma comunidade étnica e sinalizar esclarecimentos antagônicos sobre o passado, considerando que a reinvenção identitária é parte integrante da identidade étnica da comunidade. O estudo histórico das etnias é, constantemente, fonte de

reinterpretações acerca das identidades nacionais, uma vez que todas essas se refazem à medida da observação subjetiva do passado étnico. Além disso, Smith sublinhou que o efeito do passado étnico sobre as comunidades pode ser distinto. Assim, um agrupamento étnico pode advir de um espólio detalhado sobre o qual ela pode retirar suas referências de identidades. Por outro lado, certas comunidades podem brotar de um tempo transcorrido, étnico e pouco constituído, no qual existam adversidades para recolher os mitos, símbolos e as tradições possíveis de formar o núcleo étnico do qual se pode formar a nação moderna.

Anthony Smith (1994) também sublinhou a relação entre as alterações nos agrupamentos étnicos e o regime das nações. As diferenças entre a vida nômade e a sedentária, a influência das grandes religiões, o impacto das administrações coloniais e imperiais são substanciais na expansão das comunidades étnicas e, sobretudo, na formação das nações. Na mesma obra, de acordo com Smith, faz sentido entender as relações entre o percurso histórico da formação das nações e a base étnica dos grupos. Para o autor, algumas características das nações modernas, como o pluralismo e a variedade étnica, têm ligação com a colonização, assim como a burocracia resulta da incorporação de diferentes camadas sociais pela aristocracia no seio da alta cultura étnica e simbólica.

1.2.5 Paradigma pós-modernista (pós-estruturalista e ou pós-colonial): a imaginação colonial vista do Sul

Entre os autores e debates pós-modernistas a respeito da questão nacional não há o interesse de construção de uma teoria geral sobre o nacionalismo. No entanto, verifica-se a perspectiva multidisciplinar de explicar os problemas culturais e políticos específicos do fenômeno nacional tanto no Ocidente quanto no Oriente, considerando o caráter multidimensional e não universal da questão.

Entre os temas constitutivos dos debates pós-modernistas, estão: os Estados poliétnicos; a fragmentação da unidade nacional e o multiculturalismo; o gênero e a construção da nação; a ligação da ascensão do racismo com o imperialismo e o nacionalismo; as relações entre globalização, supranacionalidade e identidade nacional; a participação de grupos subalternos na criação da nação; a criação das nações e as políticas culturais; a forma como os sujeitos vivem a nação na vida cotidiana e a maneira como a nação é reproduzida. Além disso, destacam-se

os estudos sobre as formas de narração e produção de discursos no processo de construção das nações, em especial, as análises feitas por Hall (2003, 2005, 2016, 2017) Bhabba (2010, 2013a; 2013b) e Charterje (1991, 2004, 2008, 2011).

Para Bhabba (2010), o tempo linear e homogêneo da construção das nações a partir da expansão da imprensa, defendido por Anderson (2008), não foi único. Para o autor, existe outro tempo, aquele da vida cotidiana em que as nações se constroem cada vez que são invocadas pelos indivíduos e pelos grupos sociais. Nessa perspectiva, ele considera a invocação uma dimensão performática e, assim, toma a narração como uma forma para a criação da nação.

Para Bhabba (2010), tornou-se importante verificar o papel da diferença na constituição e na representatividade da nação. Segundo o autor, é fundamental quebrar as associações de causas e efeitos e a exclusividade da visão historicista nas interpretações sobre o fenômeno da nação. Interessou-lhe, com isso, pensar as distintas formas de identificação cultural presentes na nacionalidade ao longo do tempo que assinalaram tanto um tempo nacional, duplo e descontínuo, quanto a cultura como espaço de projeção política, de disputa de forças e grupos, vigentes e do passado.

O presente da nação foi condicionado também aos signos articulados no passado, sobretudo, por intermédio da interação entre os da tradição e a ressignificação desses no presente. A relação entre a representação nacional e a inscrição cultural expõe os laços sociais e as próprias estruturas dinâmicas de poder que fundam hierarquias, diferença, conflitos e compartilhamentos entre os indivíduos na sociedade, como acontece nos domínios da raça, do gênero e de classe.

De acordo como Bhabba (2010), há ambivalências nos discursos e nas visões imaginadas sobre a constituição da nação que precisam ser revistas. Para o autor, trata-se de

una ambivalência que surge de la percepción creciente de que, pese la seguridad con la que los historiadores hablan de los 'origenes' de la nación como signo de la 'modernidad' de la sociedad, la temporalidad cultural de la nación inscribe una realidad social más transitória. [...] Si la ambivalencia de la figura de la nación es producto de su historia transitória, de su indeterminación conceptual, de su vacilación em cuanto a sus vocabulários, entonces, ¿ qué efecto tiene esto sobre las narrativas y los discursos que transmiten un sentido de 'lo nacional'. [...] Outro, la comodidad de la pertinência social, las heridas ocultas de las clases, los hábitos del gusto, los poderes de la afiliación política, el sentido de un orden social, la sensibilidad de la

sexualidad, la ceguera de la burocracia, la visión estrecha de las instituciones, la calidad de la justicia, el sentido común de la injusticia, la lengua de la ley y la parole del pueblo? (BHABHA, 2010, p. 11-12-13).

Nessa perspectiva, as culturas nacionais não podem ser consideradas como sistemas unificados. Tratam-se de sistemas com divisões profundas tendo como base diferenças étnico-raciais, sociais ou culturais. Significam, ainda, o processo cultural que estabelece identidades a partir de relações de poder, processo pelo qual o simbólico e as relações inconscientes formam subjetividades e em que a identidade cultural se estabelece por formas diversas de poder cultural.

Chatterjee (2008), nos estudos sobre o nacionalismo, questionou a ideia do Estado como criador exclusivo da nação, explicando que o discurso sobre a nação guarda fragmentos de nação elaborados por grupos diversos. Chatterjee, na mesma obra, defendeu que o entendimento do nacionalismo colonial na Índia e partes da África envolvia a distinção das esferas “material” e “espiritual” da estrutura social. O autor considerou que a primeira se referiu à dimensão “colonizada” pelas formas padrões do nacionalismo empenhadas em criar um Estado industrial moderno. Por outro lado, a esfera “espiritual” mostrou que os povos dominados mantiveram seus idiomas e sua cultura, uma vez que houve templos, mesquitas e escolas fora do controle da metrópole.

Chatterjee (1991, 2008) também considerou enganosa a referência ao caráter de imaginação e “circulatório” do nacionalismo, defendido por Anderson (2008). Para Chatterjee, no processo das transformações sociais, econômicas e das acelerações espaço-temporais que levaram as pessoas a imaginar comunidades políticas, culturais e sociais, a aceitação de categorias como “Estado” e “Nação” deram-se de formas distintas por comunidades tanto do Sul quanto do Norte.

Segundo o autor,

en Occidente el nacionalismo se constituyó apelando a categorías universales, mientras que en la periferia lo hizo refiriéndose a la diferencia, vale decir a la tradición, particularidad, del pasado histórico. Producto del colonialismo, el Estado que comenzó a surgir en los países poscoloniales interpeló a la sociedad a partir de un modelo de nación que estuvo basado en conceptos universales como ciudadanía, sociedad civil, democracia etc., que no existían previamente en dichas sociedades. Estas ideas no tenían referentes autóctonos y por eso terminó produciendo un desencuentro muy fuerte entre el Estado y la sociedad, que notamos hasta la actualidad. (CHATTERJEE, 2008, p. 10).

Outra contribuição importante ao debate foi levantada por Hall (2003, 2005). Ao tematizar a problemática das representações entre Ocidente e Oriente, o autor considerou que a polaridade nasceu na base da constituição das Ciências Sociais, partindo, como Foucault (2002) e Said (2007), da condição discursiva das representações. Sem confundir discurso com ideologia, tomada aqui como falseamento do real, não interessou ao autor debater o teor da verdade dos discursos, mas o contexto nos quais são produzidos, ou seja, o *regime de verdade* no qual os discursos ganham significação e eficácia. Trataram-se, para Hall (2003, 2005, 2016), de *regimes de representação*, sempre aptos a capturar novos significados, à medida da criação e novos usos da linguagem pelos indivíduos e grupos em contextos econômicos, políticos e culturais diversos.

Em relação ao processo colonial, e considerando que os discursos constituem fontes de conhecimento, Hall (2003) defendeu a existência de uma variedade de recursos (literatura, fontes bíblicas e religiosas, mitologias, narrativas de viajantes etc.) constitutivos da relação polarizada entre Ocidente (civilizado, adiantado e desenvolvido) e Oriente (selvagem, atrasado, subdesenvolvido), sendo responsável pela configuração contínua de quadros de opressão, depreciação e subjugação de indivíduos, grupos sociais e países. Ao consultar obras das Ciências Humanas e das Artes do século XVIII, ele expôs que as distinções e divergências são próprias à produção intelectual e científica do Iluminismo e servem de fundamento para a sociologia moderna, justamente, por terem nas normas, estruturas e valores das sociedades ocidentais um parâmetro universal. Nessa perspectiva, as sociedades “não ocidentais” apresentam-se como incompletas, carentes do padrão moderno.

Hall (2005) estudou as transformações da identidade cultural frente às mudanças nas sociedades contemporâneas. Ele observava os efeitos da globalização dos mercados e da mundialização da cultura, além da expansão das tecnologias de comunicação sobre a composição de vínculos identitários que ligavam os indivíduos aos territórios e à cultura nacional na história recente. Dessa forma, para o autor, fica difícil sustentar a representação nacional como sistema homogêneo de identidade unificada.

Outra contribuição de Hall (2005) referiu-se ao debate crítico sobre as narrativas históricas construídas com base no Estado-nação, na cultura e nas identidades nacionais e seu papel na constituição dos indivíduos e formação das

Ciências Sociais ocidentais. Essas narrativas reduzem a história moderna à ocidentalização, heroica e gloriosa, do mundo, desconsiderando a validade das estruturas políticas e culturais não europeias. Ao tematizar a “crise” da centralidade Estado-nação e a proliferação de identidades (étnicas, gênero, religiosas, de consumo), Hall observou: a) as variações do domínio da identidade nacional como condição exclusiva de pertencimento dos indivíduos no espectro da ação sociopolítica e; b) o descentramento, a fragmentação e a desreferencialização do sujeito iluminista. Por isso, interessou ao autor o papel das novas formas de articulações e de identificação, concorrentes e coexistentes, à classe social e à nacionalidade.

Para Hall (2005), a cultura nacional tratou-se apenas de uma circunstância de fidelidade, união e identificação simbólica, como pensaram os estudiosos modernistas. Ele chamou a atenção para o processo de unificação violenta de culturas em nome da constituição nacional. O autor também questionou o grau e a forma de participação de diferentes classes sociais e grupos étnicos e de gênero na formação das nações, além de apontar o fato de muitas nações modernas ocidentais terem sido centros de impérios, estabelecendo superioridade cultural sobre as culturas dos colonizados. Nesta perspectiva, para Hall,

deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através (sic) do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do eu ‘inteiro’ de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas. Uma forma de unificá-las tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de ‘um único povo’. (HALL, 2005, p. 61-62).

No processo de globalização, do encurtamento das distâncias espaço-temporais pelos meios de comunicação digital e em rede, autores do paradigma pós-modernistas consideram que existam alterações nos domínios dos limites nacionais e dos sentimentos nacionalistas. Esse paradigma sublinha a fragmentação e o enfraquecimento da legitimidade das identidades nacionais e, com isso, o surgimento de identidades pós-nacionais.

1.3 Conclusões – Teorias: fronteiras, intersecções e ambiguidades

Os alinhamentos e divergências entre os paradigmas apresentados a respeito da *nação*, *nacionalismo* e *identidade nacional* sinalizam que, talvez, não pareça impossível a presença de patriotismos antes do século XVIII. No entanto, o poder dinástico, divino, implicava a inexistência do direito público e, por isso, não se confirmava a existência do conceito de nação como elemento validador do poder e da soberania, conhecido e desenvolvido pelo mundo moderno.

Apesar de persistirem divergências sobre as origens da nação e do nacionalismo, o Estado-nação pode ser tratado como um fenômeno político moderno do final do século XVIII, que se impôs de forma quase “universal” no sistema internacional de Estados. Ele foi contemporâneo das revoluções burguesas modernas, sobretudo, a Americana e a Francesa. Por estas, estabeleceu-se um tipo de Estado que autorizou o uso da força no conceito de nação, “homogeneizando” as pessoas submetidas a seu poder por intermédio da cultura, dos símbolos e dos valores comuns, ou ainda pelo ressuscitar ou invenção das tradições e mitos de gênese da sociedade.

A maneira como as comunidades nacionais se formaram, suas origens, estrutura e caráter histórico constituíram o centro das controvérsias presentes nas teorias sobre nação e nacionalismo. O caráter polissêmico da nação também se estendeu ao conceito de nacionalismo, uma vez que se notam visões distintas sobre o sentimento de pertencimento à comunidade nacional, ao movimento político e ao componente legitimador do Estado-nação.

Entre os paradigmas apresentados acerca das origens e das características das nações e do nacionalismo, sem dúvida, o paradigma modernista obteve maior destaque nos estudos sobre o tema, constituindo referência para muitas análises no campo da Sociologia e Ciência Política. O autor Gellner (1993), adepto da visão modernista, considerou o nacionalismo um princípio político que tornou a nação e o Estado convergentes. Por sua vez, Guibernau (1997) sublinhou, no nacionalismo, a falta de uma doutrina propícia a estruturar a ação política, sendo insuficiente para determinar a linha política de um partido.

Nessa perspectiva, o princípio político do nacionalismo poderá ser útil a objetivos diferentes, podendo criar e dividir entidades políticas; democratizar governos ou justificar ditaduras; sociabilizar riquezas ou manter desigualdades; defender a

modernização ou freá-la; estimular a formação de impérios ou incentivar rebeliões contra eles. Frequente na vida política dos séculos XIX e XX, o termo mobilizou ações tanto de regimes de esquerda quanto de direita. Como elemento de aliança política e solidariedade entre indivíduos da comunidade, foi também condição para a diferenciação, repressão, censura e exclusão social.

O caráter inventivo da nação parecer ser um sentido comum. A ideia do nacionalismo como produto das nações e resultado do compartilhamento de valores, histórias, memórias e territórios comuns pode ser revista pela ideia de criação, invenção e novidade. Hobsbawm (2008), assim como Gellner (1993), também chegou a defender que o nacionalismo inventou as nações. O interesse por uma unidade entre os indivíduos, capaz de atender às demandas de uma sociedade agrária em transformação com o advento da industrialização, conduziu à criação das nações. Os termos *invenção* ou *criação* não sinalizaram, para Gellner, um sentido de arbitrariedade ou fantasia de grupos determinados em um processo de disputa pelo controle e poder. Há, na formação do nacionalismo, o aproveitamento de práticas sociais e culturais correntes que podem ser selecionadas e descartadas dentro de um campo de escolhas.

Nesse sentido, Anderson (2008) posicionou-se reticente à ideia da nação como invenção. Para ele, conceituar a nação como criação, conforme proposto por Hobsbawm (2008), reforçaria uma margem de equívoco na medida em que nação e os nacionalismos seriam constructos ilegítimos ou injustificáveis, sem qualquer vínculo com os contextos sociais, econômicos e políticos que originariam as nações. Por isso, Anderson (2008) preferiu o termo “comunidade imaginada” para definir *nação*, um caráter nacional que resulta numa forma de *imaginação coletiva* dos indivíduos, protegendo-os da diferença e da fragmentação por intermédio da ideia de semelhança, homogeneidade, antiguidade e predestinação.

Assim como Hobsbawm (2018), Giddens (1991) considerou as tradições uma forma de “organizar” a memória coletiva. Para ele, ao organizar houve um mecanismo de seleção e descarte, argumento também apresentado por Benedict Anderson (2008) ao mencionar as nações como comunidades imaginadas. Nessa perspectiva, não é estranho notar que, nos estudos e discursos sobre a modernidade, certas tradições apareceram como positivas e outras negativas, necessitando serem esquecidas e apagadas.

Breuilly (2000), por sua vez, tomou partido, de forma crítica, do sociologismo de Gellner (1993) e do continuísmo de Smith (1994, 1997), detendo-se no caráter político do nacionalismo. Ele considerou que Gellner não apresentou explicações definitivas sobre o efetivo crescimento do nacionalismo na sociedade agrária avançada, enquanto Smith pouco teve em conta o fato de algumas comunidades étnicas terem se tornado nacionalistas e outras não. Nessa perspectiva, Breuilly (2000) destacou a interferência dos empreendimentos e interesses políticos na configuração dos contextos institucionais e geopolíticos do nacionalismo.

Considerando divergências de posições dos autores quanto ao caráter do nacional, pode-se dizer que as teorias sobre os nacionalismos, a partir da segunda metade do século XX, destacaram a valorização dos conceitos de cultura e identidade que se estabelecem pelo pertencimento a uma nacionalidade. Na visão dos modernistas, o fato de milhares de pessoas se reconhecerem como pertencentes a um “nós” criaria condições para se sobrepor o sentimento de fazer parte à coletividade nacional aos critérios distintivos como classe e gênero, religião e profissão, faixa etária, dentre outros. Para se reconhecer como indivíduo membro de uma cultura nacional, é preciso um esforço para corresponder e se identificar com modelos. O sujeito nacional, nessa perspectiva, também se constrói dentro do território do Estado-nação e passa a ser mencionado nos discursos políticos, jurídico e social, estando correlacionado à imagem de “todos”.

2 MARXISMO E A QUESTÃO NACIONAL

El arte de escribir historias está en saber sacar de lo poco que se ha comprendido de la vida todo lo demás, pero acabada la página se reanuda la vida y una se da cuenta de que lo que sabía es muy poco.
(Italo Calvino, El caballero inexistente, 1995, p. 22).

Esta seção apresenta contextos, concepções e posições dos primeiros autore(a)s marxistas a abordar a questão nacional, a começar pelos fundadores do materialismo histórico, Karl Marx e Friedrich Engels, estendendo-se a nomes do marxismo ocidental, alguns com participação importante nos debates da Segunda e Terceira Internacional. A escolha dos autore(a)s e das obras foi baseada nos critérios do pioneirismo ao tratamento do tema nacional e colonial, da visibilidade alcançada pelo debate entre os marxistas e, especificamente, no que se referiu à abordagem de questões como: a) a concepção e o significado de *nação*, assunto que divide autores, dentro e fora do domínio acadêmico; b) a oposição entre o desenvolvimento da internacionalização do sistema capitalista de produção e o nacionalismo como ideologia e c) a relação entre o colonialismo, o imperialismo e a ascensão das lutas emancipatórias nacionais.

No marxismo, a produção teórica sobre a questão nacional se fez presente com forma e peso distintos entre autore(a)s e as épocas, não se constituindo categoria central ou estrutural para a análise da formação do capitalismo e das relações políticas advindas. Desde Marx e Engels, o tema apareceu de maneira pontual, entretanto, durante o período da hegemonia da Segunda Internacional, as nações e os nacionalismos representaram assunto relevante entre marxistas os ortodoxos e os heterodoxos (DAVIS, 1979; HOBBSAWM, 1989; ALMEIDA, 2014;)

Longe de aderir à esquematização apressada do debate sobre o nacional na produção marxista que separa e distingue momentos, autores e pontos de vista, é importante considerar que o tema confunde, aproxima e opõe autores e, em muitas obras, dificulta consensos e ou revisões mais sistematizadas entre autores e textos. Interessa, aqui nesta tese, detectar a complexidade dos diversos posicionamentos políticos e epistemológicos tanto dos autores e obras quanto do fenômeno nacional, objeto de estudo até hoje atravessado por contradições.

De Marx às lideranças políticas dos contextos Europeu e Russo-soviético, do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX, bem como para intelectuais e ativistas de movimentos anticoloniais, a questão nacional foi tema direto e indireto,

representando ponto de inflexão marxista a respeito da experiência da formação nacional dos Estados capitalistas, da via socialista e da autodeterminação dos povos, bem como do papel e do lugar do proletariado e da classe burguesa na condução das transformações econômicas, políticas e sociais.

A concepção de nação entre os diversos membros da Segunda Internacional pode ser, hoje, considerada clássica, principalmente, pela originalidade e pelo pioneirismo de colocar em debate o problema das nacionalidades nos antigos impérios czaristas e austro-húngaro. Para o assunto, voltaram-se Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Otto Bauer, Lênin, Stalin, autores de diferentes correntes políticas e interpretações distintas sobre o social dentro do marxismo.

Com discussões acaloradas, Otto Bauer e Vladimir Lênin destacaram-se pelos esforços de respostas e sistematização conceituais mais elaboradas acerca do problema das origens, características e emergência das nações e nacionalismos em meio ao advento do capitalismo e da alternativa socialista. O tema permaneceu presente também pelo interesse em considerar o debate sobre a possibilidade do socialismo em um único país, identificado pela contradição entre a internacionalização das forças produtivas imposta pelo socialismo e sua efetivação em um Estado, presentes em textos de autores como Zinoviev, Stalin e Trotsky.

A questão nacional continuou a interessar e, já no fim da década de 1940, fora do continente europeu, a contribuição teórica de Mao Tse-Tung ao marxismo-leninismo e à Revolução Cultural representaram experiências particulares a respeito da relação entre luta classes e forças produtivas, patriotismo e internacionalismo, cultura nacional e as massas.

Entre muitos marxistas ocidentais das primeiras gerações a abordar a questão nacional, esteve presente a ideia contrária à centralidade da introdução do colonialismo no debate sobre a questão nacional, uma vez que a crescente condição internacional do capital faria regredir à presença do nacionalismo, concebido como uma mera ideologia da burguesia de se afirmar como classe social. Essa concepção fortaleceu as convicções internacionalistas, conquistou adesões e, no entanto, ao longo do século XX, constituiu-se como crítica social, ponto de debate e inflexões para a produção teórica e a práxis dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e políticos emancipatórios, sobretudo na periferia do capitalismo.

A despeito do caráter economicista predominante nas discussões sobre o nacional dos membros da Segunda Internacional, pode-se assinalar a relevância

social e política das *lutas de libertação nacional*, a crítica anticolonialista e anti-imperialista que, embora não tenham sido temas centrais, anteriormente, abordados pela geração de marxistas das internacionais foram, décadas adiante, retomados pela produção teórica marxista e pela experiência política da esquerda mundial.

A atenção ao problema colonial foi reivindicada e fundamentada por alguns autores não europeus, especialmente, de países com passado colonial e fortes desigualdades quanto às relações étnico-raciais. Entre eles, nesta tese, destaca-se a contribuição teórica e política de José Carlos Mariátegui (Peru), Kwame Nkrumah (Gana), Frantz Fanon (Martinica), Amílcar Cabral (Guiné Bissau e Cabo Verde), que serão abordados na Secção 3. Muitos com formação marxista heterodoxa, eles consideraram o caráter estrutural do colonialismo, do racismo e do imperialismo para o capitalismo, as particularidades da formação econômica e social dos continentes e regiões, do perfil das elites burguesas locais, apontando a necessidade de adaptação e atualizações no debate marxista a respeito da questão nacional.

Em rigor, o predomínio da análise macroeconômica das nações e dos nacionalismos sofreu algumas dificuldades em apontar argumentos mais consistentes para variedade de comunidades nacionais e movimentos nacionalistas surgidos desde o século XVIII, sobretudo em contextos não europeus. Em contrapartida ao domínio de bibliografias e antologias centradas na experiência nacional europeia, cresceu, nas últimas décadas do século XX, a produção de autores como Lowy e Haupt (1974), Mármora (1986), Galissot (1987) e Rivadeu (1990) com contribuições mais diversas sobre a questão nacional no marxismo, tencionando a exclusividade economicista nas abordagens dos marxistas, sobretudo os representativos da geração da Segunda e da Terceira Internacionais.

2.1 Europa e URSS nas primeiras décadas do século XX: impasses do contexto nacional

Entre meados do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, a Europa Central e a Oriental, bem como a Ásia Setentrional presenciaram crescentes tensões nacionais provocadas, sobretudo pelo colapso dos impérios multiétnicos como o Austro-húngaro, Russo-czarista e Otomano, com suas antigas estruturas dinásticas e pré-capitalistas. Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, essas regiões foram palco de constantes deslocamentos e expulsão forçadas de populações

indesejadas em meio a quadros de violência, extermínios e genocídios. O surgimento de Estados como Áustria, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia deram-se por intermédio conflitos políticos e territoriais entre regiões e grupos étnicos. A formação de novas unidades políticas manteve relação estreita com o fortalecimento de reivindicações pelo direito à autodeterminação nacional dos povos e configuração étnico-linguística própria de grupos considerados minoritários, entre estes, os tchecos, os eslovenos, os eslavos do Sul, os croatas, os montenegrinos e os sérvios.

Na primeira década do século XX, a Europa, aos poucos, se organizava com base no princípio da nacionalidade em que, conforme defendia Woodrow Wilson, cada nação corresponderia a um Estado e cada Estado deveria conter uma nação. Entretanto, a definição de novos Estados-nações, paulatinamente, não representava a configuração de um continente europeu pacífico e, pelo contrário, demonstrou a exacerbação de conflitos nacionais. A dificuldade de garantir alinhamentos satisfatórios entre fronteiras políticas e culturais marcaram boa parte da realidade geopolítica da região, em um período de expansão de interesses das potências capitalistas na África e Ásia, expressado desde a partilha colonial efetuada pelo Congresso de Berlim, em 1883. Uma vez aceito o princípio da nacionalidade e suposta homogeneidade, as novas nações continuavam a ser bastante heterogêneas étnica e culturalmente. Em razão disso, tomava forma um problema: como lidar com a realidade prática da heterogeneidade cultural?

Desde o final do século XIX ampliou-se a participação popular na vida política que, conforme sublinhou Hobsbawm (2008), produziu o fenômeno da mobilização nacionalista das massas, representando um desafio para o socialismo, também interessado em organizar as camadas sociais.

O interesse marxista pela ascensão das nações e dos nacionalismos também se estabeleceu simultaneamente à crescente integração dos partidos socialistas de massas aos sistemas políticos dos Estados europeus. Em 1914, por exemplo, a entrada da Alemanha na guerra foi aceita pela maioria dos social-democratas alemães. Estabelecia-se, assim, o processo de conformação e arranjo dos partidos operários aos regimes parlamentares, propiciando a apropriação de nacionalismos e da política colonial dos Estados.

O contexto em que muitos teóricos marxistas se encontravam levou a criação dos termos *questão nacional* e *questão colonial*, além da formulação do conceito de *imperialismo*, tendo em vista esclarecer as causas para o expansionismo

econômico e político do capitalismo, provocado pela exportação de recursos importantes para a acumulação do capital financeiro.

Como resposta a essa nova realidade histórica, os marxistas apostaram em diversas análises a respeito dos contextos econômicos e políticos, as reações nacionalistas e sua relação com os modelos e vias da revolução socialista. Os debates e textos produzidos foram importantes para posicionar correntes distintas e delinear, anos depois, estratégias para vários grupos da esquerda política mundial. No debate, sobressairam-se os temas do princípio da nacionalidade, da autodeterminação nacional dos povos e da questão colonial como pontos importantes tanto para a elaboração teórica do marxismo sobre o problema quanto para a identificação do posicionamento e da prática política de social-democratas e comunistas no fim do século XIX e primeiras décadas do XX.

O fato é que, de algum modo, o socialismo e o nacionalismo mostravam-se como ideologias em concorrência e, no início do século, poucos marxistas acreditaram que o século XX pudesse ser palco da ascensão nacionalista. Considerando algumas exceções, como a Revolução Russa, a experiência do socialismo pelo mundo manifestou conciliações com o nacionalismo, a fim de ganhar força e alcançar as massas. Na época, essa aliança parecia improvável, até o crescimento do chauvinismo e a eclosão da I Guerra Mundial darem visibilidade à extensão do fenômeno nacional.

Os problemas e os desafios ao desenvolvimento e ao futuro do imperialismo e do nacionalismo na Europa Central e Oriental foram decisivos para sinalizar a necessidade de repensar tanto a questão nacional quanto a colonial, uma vez que já se tratava de contextos bem distintos dos observados, anteriormente, pelos fundadores do materialismo histórico, Marx e Engels. Ainda que as críticas acerca do caráter eurocêntrico do pensamento marxista e condenações à suposta indiferença de Marx ao problema da colônia, feitas por autores pós-coloniais e decoloniais, como Said, Marx e Engels não foram ausentes em pontuar o colonialismo e seu vínculo estrutural com o desenvolvimento do capitalismo, da reprodução de relações desiguais entre regiões e nações e do caráter exploratório sobre a mão de obra.

Considerando o contexto econômico e a centralidade que a questão nacional representou para os membros das internacionais comunistas, e no cenário político das primeiras décadas do século XX, tornam-se importantes algumas

considerações sobre as formações, propósitos, discussões e conflitos (de ideias e membros), operados dentro das internacionais.

2.2 As internacionais: propósitos e discussões sobre a questão nacional

A Internacional ou a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) reuniu organizações comunistas de várias partes do mundo. Presidida por Karl Marx, a **Primeira Internacional** ocorreu em Londres, em 1864, e apresentou-se com uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora industrial dos países de Europa Central e Ocidental, sobretudo da França e da Inglaterra.

A Comuna de Paris, de 1871, foi considerada por Engels o acontecimento resultante das discussões e das inquietações intelectuais da Internacional e, por isso, a experiência da comuna e a luta pelo direito do voto da classe operária levaram Marx a fortalecer o interesse pelas formas da ação política. Entre os pontos defendidos por Marx no Conselho da Primeira Internacional, estavam medidas contra a exportação de “fura greves”, protestos contra os maus tratos infringidos aos prisioneiros irlandeses e a luta contra a guerra. Nela, os anarquistas alinhados a Pierre Proudhon e Mikhail Bakunin manifestaram oposição ao modelo comunista apresentado por Marx, criticado por seu autoritarismo e interesse de controlar a Internacional. Entretanto, Marx garantiu o caráter socialista da organização, defendendo o compromisso com a propriedade coletiva das minas, ferrovias, florestas e comunicações.

Os conflitos entre anarquistas e comunistas estenderam-se, resultando na expulsão de Bakunin por acusação de fraude e tentativa de organizar uma sociedade secreta dentro da Internacional. Nesse ínterim, o Conselho muda a sede da Internacional para Nova York, fato decisivo para a dissolução da organização. Nos anos que seguiram ao fim da Primeira Internacional, houve o aumento do número de partidos nacionais de trabalhadores, de forte caráter marxista. Nas vésperas da Segunda Internacional, Engels manifestou oposição à criação de organizações internacionais por considerá-las, no seu tempo, impossíveis e inúteis.

A **Segunda Internacional** aconteceu anos de 1889 e 1914, 100 anos depois da Revolução Francesa, tendo como inspiração o livro *Manifesto Comunista* (2006), de Karl Marx. Após a expulsão dos membros anarquistas, foi confirmada a liderança da social-democracia alemã na Internacional sobre os comunistas. Com forte

tendência marxista, os partidos afiliados passaram a ter base nas massas e, em 1904, já participavam da eleição em 21 países. Em 1914, contavam com 4 milhões de membros e 12 milhões de votos em pleitos parlamentares. Houve conflitos entre as alas de direita, centro e esquerda que, inicialmente, eram internas aos partidos nacionais.

As ideias e as teorias de Kautsky destacaram-se na Segunda Internacional. Entre os temas debatidos, a participação dos socialistas em governos burgueses ocupou os membros da organização que, inicialmente, por intermédio de resolução de Kautsky, foi aprovada a presença em casos excepcionais. No entanto, em 1904, foram condenadas as ideias revisionistas de Edouard Bernstein, desencadeando uma série de discussões a respeito do caráter rígido da doutrina dos social-democratas.

Na Segunda Internacional, a questão nacional envolvia reflexões sobre a articulação entre a internacionalização do proletariado e o nacionalismo burguês. O crescimento do nacionalismo até a Primeira Guerra Mundial não deixava claro que o Estado-nação poderia se transformar em forma universal da legitimidade do Estado. A incerteza levava muitos socialistas a subestimarem a adesão e a mobilização que o nacionalismo adquiria. Dessa forma, o debate acerca do nacional exigia a inserção da questão colonial como também a da autonomia dos povos sem Estados, tema sobre o qual as sociais-democracias austríaca e russa se debruçaram.

O enfrentamento dessas novas questões não produziu respostas consensuais e a questão colonial, por exemplo, foi, durante algum tempo, assunto secundário diante da corrente social-imperialista, de caráter evolucionista, que enxergava o colonialismo como uma etapa necessária aos países “bárbaros”.

A perspectiva evolucionista e a ideia do colonialismo como etapa necessária ao processo civilizatório tiveram espaço entre autores de vertentes diferentes. Entre autores que mantiveram relação com o marxismo, o político e teórico alemão Eduard Bernstein (1850 – 1932) foi um dos principais nomes da social-democracia e do revisionismo da teoria marxista. Membro do Partido Social-democrata (SPD), Bernstein, apesar das aproximações com Karl Marx e Friedrich Engels, manifestou críticas significativas aos princípios do materialismo dialético, de viés hegeliano.

Bernstein fez comentários à teoria do valor em Marx; defendeu a ideia de reformas graduais no capitalismo, à introdução de alianças táticas e compromissos com as classes burguesas, manifestando repúdio à via revolucionária no processo de

transformação e emancipação das classes e das nações, fato que provocou a ira de muitos marxistas ortodoxos. Para ele, não haveria apenas duas classes sociais (burgueses e proletários) em confronto, mas várias interligadas e com interesse nacional comum. Ele defendeu o caráter evolutivo das relações econômicas e políticas, considerando que o socialismo e a democracia poderiam ser alcançados a partir de reformas, de forma consensual, pacífica e legal. Por essa perspectiva, a superação do colonialismo não seria, obrigatoriamente, pela via revolucionária. Para ele, a luta pela social-democracia envolvia uma solidariedade internacional proletária, de todos os países modernos e civilizados. Com isso, pregou o internacionalismo e a autodeterminação nacional. (BERNSTEIN, 1997).

Por fim, a questão colonial representou um dos temas mais polêmicos da Segunda Internacional. Condenado, em 1900, pelo Congresso da Internacional, o colonialismo dividiu muitos marxistas, uma vez que, para alguns, dependendo das circunstâncias e sob um regime socialista, as políticas coloniais poderiam ter um objetivo civilizador. Entretanto, a Segunda Internacional confirmou a rejeição ao colonialismo, considerado como uma prática capitalista de servidão, trabalhos forçados e extermínio dos povos nativos.

Em 1919, em Moscou, após a Revolução Russa, a **Terceira Internacional** (a Internacional Comunista/Comintern) foi fundada pela iniciativa dos bolcheviques e teve, entre alguns objetivos, a promoção do modelo comunista russo. Lênin defendeu a fundação de uma república soviética e reconheceu o princípio da ditadura do proletariado, rompendo com as tradições da Segunda Internacional, reunindo e libertando trabalhadores de todas as “cores”.

Na Terceira Internacional, aumentou a participação dos países e de partidos, entre eles, o Partido Socialista Francês e o Partido Social-democrata Independente Alemão que, em 1920, filiaram-se ao Comintern. A presença dos social-democratas criou clima de instabilidade entre membros e dirigentes da Internacional que condenaram a introdução de posições reformistas e centristas no movimento operário, defendendo a centralização, a disciplina rígida e a propaganda do exército pelos partidos nacionais e, internacionalmente, pelo Comintern.

Teses sobre a questão nacional e colonial (1980), texto escrito por Lênin, defendeu a aliança anti-imperialista dos movimentos de libertação nacional e colonial com a Rússia Soviética e os movimentos operários contrários ao capitalismo. Em 1921, Lênin percebeu a regressão do caráter ofensivo e revolucionário dos partidos

fora da Rússia, inclusive na Alemanha. O *Comintern* passou a enfrentar problemas com os conflitos internos do partido soviético e com a oposição dos trotskistas aos stanilistas (defensores do “socialismo num só país”), ao Comitê de Unidade Sindical Anglo-Russo e às estratégias para a revolução chinesa, de 1925 a 1927.

Em 1933, depois do estabelecimento do nazismo na Alemanha, a direção da Terceira Internacional recomendou a aproximação dos membros aos partidos social-democratas, de comunistas e socialistas a fim de propor ação conjunta contra o fascismo. Após o pacto de não agressão germano-soviético (1939), o *Comintern* retificou sua posição de diferenciar democracias burguesas e os Estados fascistas, assumindo postura contrária à guerra (1939 a 1941), considerada injusta e imperialista. Nesse contexto, em 1943, a Terceira Internacional foi encerrada com a justificativa de que o movimento comunista no mundo vivia um contexto diferente, não sendo mais cabível a direção por um centro internacional (JOHNSTONE, 2012).

2.3 Autores e debates: escolhas e justificativas

Os critérios de seleção dos autores e obras basearam-se no pioneirismo ao tratamento do tema nacional e colonial, a extensão alcançada entre os marxistas e, especificamente, nas tentativas de contextualizar e sistematizar perspectivas de análise sobre o significado de nação, tendo em vista a oposição entre o desenvolvimento da internacionalização do sistema capitalista de produção e o nacionalismo como ideologia. A escolha optou por autore(a)s que, em contextos das discussões das internacionais e dos conflitos pelo direito à autonomia política e cultural de grupos étnicos-linguísticos, procuraram respostas para as instabilidades da Europa Ocidental, Oriental e da Ásia Setentrional, envolvidas nos desdobramentos do colapso dos antigos Impérios Austro-húngaro, otomano e russo czarista.

Embora a questão nacional não tenha recebido um tratamento sistematizado pelos fundadores do marxismo (Marx e Engels), houve esforços da geração de marxistas posterior. Trataram-se de interpretações variadas que, principalmente, em razão dos contextos históricos e geográficos, possuíram valores e pesos teóricos distintos. Entre a condição universalizante da classe trabalhadora na luta de classes e as singularidades da autodeterminação e emancipação nacional, dentro e fora da Europa, a questão nacional manteve-se sujeita a ambiguidades e divergências.

Entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, o direito à autodeterminação dos povos esteve associado aos debates e conflitos em relação à chamada “questão nacional”, tema amplamente envolvido com as análises sobre o nacionalismo e a participação dos trabalhadores na criação de Estados-nação independentes. Em rigor, envolveu o questionamento sobre qual o lugar ocupado pelos nacionalismos centrais e periféricos deveriam ter na hierarquia do sistema internacional, bem como a posição do movimento comunista nos processos de libertação nacional.

O debate constituiu em polêmica entre os marxistas, sobretudo para os membros da Segunda Internacional, como Eduard Bernstein, Van Kol, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Otto Bauer, Lênin e Stálin. Com base na análise do imperialismo como etapa do capitalismo, Lênin defendeu a ideia de que o nacionalismo era um fenômeno burguês, criticou o caráter de “missão civilizatória” da colonização defendido por muitas nações europeias e membros da Segunda Internacional e, por isso, considerou o direito à autodeterminação das nações. No argumento de Lênin, a burguesia poderia desempenhar um papel progressista nos países de opressão imperialista. Entretanto, isso não era o mesmo que acreditar que o Estado suprimiria a exploração dos trabalhadores e das nações. A libertação nacional não poderia, segundo ao autor, ser ocultada ou indiferente à luta entre as classes burguesas e o proletariado. Não poderia significar a submissão ideológica do proletário à burguesia (BUONICORE, 2009). Lênin teve papel importante no apoio da ex-União Soviética às guerras de libertação colonial, na Guerra Fria, uma vez que boa parte dos movimentos de libertação colonial identificava-se com o comunismo, os princípios marxistas e a tradição anti-imperialista, condição que levou muitos países, após a independência, a seguirem orientações socialistas como apontou Hobsbawm (1990).

Por um tempo, ao que parece, a questão nacional foi secundária para o movimento comunista, não ocupando o alvo central das obras e discussões de Marx e Engels, sendo vista como ideologia burguesa. Entre os marxistas, o interesse e a preocupação com o fenômeno nacional deram-se à medida das pressões nacionalistas sobre os partidos políticos e destes sobre os trabalhadores (HOBBSAWM, 1990). Para Hobsbawm, o movimento comunista considerava que a existência da nação estava relacionada com determinado estágio do desenvolvimento tecnológico e econômico do capitalismo.

Por essa razão, teóricos marxistas como Otto Bauer, Rosa Luxemburgo, K. Kautsky e Lênin manifestaram atenção, sendo tema importante na Segunda Internacional Socialista. Em 1896, o Congresso de Londres aprovou o direito à autodeterminação e condenou a política colonial como a extensão da exploração e dominação capitalista. Entre 1899 e 1902, por ocasião da Guerra do Bôeres (conflito entre colonos holandeses e franceses contra o exército britânico, na Cidade do Cabo), o Congresso reprovou, por unanimidade, o colonialismo. Em 1903, o Partido Social-Democratas dos Trabalhadores da Rússia, sob a influência bolchevique, passou a defender o direito à autodeterminação.

O debate sobre os interesses nacionalistas avançou e assumiu duas perspectivas de abordagem: a) as nacionalidades e a participação operária nos movimentos nacionais; b) êxito dos ímpetus nacionalistas. No entanto, no Congresso de Stuttgart (Alemanha), em 1907, a maioria dos participantes da comissão colonial ponderou a condenação das políticas coloniais, uma vez que, caso fossem conduzidas por um regime socialista, teria um caráter civilizatório, surgindo, assim a ideia de colonialismo “positivo” ou “socialista” e podendo ter um viés humanizado, como pensou Eduard Bernstein e Von Kol. Nesse sentido, Bernstein (1997) considerou o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo; defendeu que os povos civilizados e os socialistas deveriam ter responsabilidade e garantir proteção aos povos “atrasados”, uma vez que abandonar as colônias comprometeria o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Karl Kautsky (1980) manifestou-se contrário à ideia de colonialismo positivo pois, segundo ele, haveria um equívoco em considerar apenas os europeus como aptos ao desenvolvimento independente, correndo o risco de converter em militarismo e condição para a classe burguesa. O autor chamou atenção para a aliança entre o proletariado dos países europeus e as lutas de libertação nacional das colônias, uma vez que, segundo ele, lutavam contra um inimigo comum, o capitalismo europeu.

Rosa Luxemburgo (1980, 1988) manteve postura negativa ao direito à autodeterminação dos povos, pois o estado nacional representava a fase de ascensão da burguesia não cabendo ao proletariado o debate. Em 1897, na Conferência Internacional Socialista de Londres, posicionou-se contrária à autodeterminação da Polônia. A força do Império Russo era resultante das condições internas, do atraso e das taxas cobradas ao campesinato. A política externa russa estava à serviço da burguesia à medida que a conquista de novos mercados e as regras aduaneiras

russas submetiam os consumidores aos fabricantes. Para Luxemburgo, as atividades internas russas beneficiavam o capital. O prestígio do Império Russo estava relacionado também com a anexação da Alsácia e Lorena pela Alemanha, pois dividiu a Europa em polos e guerra permanente, aproximando a França da Rússia. Em 1909, Luxemburgo considerou o direito à determinação dos povos, levantado pelo Partido Social-Democrata Russo em 1903, uma espécie de generalização, um clichê e palavra de ordem do nacionalismo burguês das nações oprimidas, não cabível ao socialismo científico. Para ela, tratava-se de uma utopia a solução dos problemas econômicos e sociais dos povos pela autodeterminação das nações no domínio do capitalismo.

A seguir, esta seção apresenta considerações e pontos de vistas da primeira geração de marxistas a abordar a questão nacional. De Marx e Engels a teóricos e lideranças socialistas, social-democratas e comunistas integrantes das internacionais, esse(a)s autore(a)s escreveram suas obras em meio aos contextos do domínio do colonialismo e grandes potências imperiais, dos embates do desenvolvimento no centro e periferia do capitalismo e das variadas reações por autonomia política e étnico-culturais, advindas do colapso dos impérios austro-húngaros, otomano e russo-czarista.

2.3.1 Karl Marx e Friedrich Engels: a questão colonial e nacional

Em suas obras, Marx e Engels não dedicaram atenção sistematizada ou continuada à questão nacional, seja pela perspectiva metodológica e ou materialista. Além dos assuntos recorrentes como os meios e formas de produção, divisão e reprodução social e desigual do trabalho, classes sociais e as vias de emancipação socialista, o tema nações e nacionalismo estiveram presentes, porém, de forma fragmentada e generalizada em textos, sendo poucas vezes tratado de forma direcionada. O caráter disperso do assunto entre os autores pode ser explicado pelo predomínio da ideia do proletariado sem pátria e da revolução socialista de cunho internacional.

Para Marx e Engels (1980, 2006), dois fundadores do materialismo histórico, em síntese, o nacionalismo era uma espécie de ideologia efêmera, burguesa, que desapareceria justamente com o sistema que a sustentava. Ao considerar a necessidade da expansão dos mercados e garantir acesso a seus produtos, a burguesia, de acordo com os autores, alojar-se-ia em todas as partes do

mundo. Ela tornaria cosmopolita a produção e o consumo em todos os países, fazendo a indústria perder sua base e caráter nacional.

Marx identificou o fenômeno do crescimento industrial em escala mundial, apto a introduzir um ritmo de nascimento de indústrias não mais dependentes de matérias-primas locais, mas das regiões mais distantes, nas quais os produtos eram consumidos por todos. Nessa perspectiva, havia, progressivamente, segundo os autores, o enfraquecimento da capacidade de satisfação dos mercados por intermédio dos produtos nacionais em detrimento ao fortalecimento da produção de regiões mais distantes. Em razão disso, para eles,

o antigo isolamento local e nacional, em que cada qual bastava a si mesmo, cede lugar às relações universais, a uma interdependência universal entre as nações. E isto se refere tanto aos produtos materiais quanto às produções do espírito. As produções intelectuais das diversas nações tornam-se uma propriedade comum de todos. A estreiteza de espírito e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais inviáveis e das numerosas literaturas nacionais e locais, constitui-se uma literatura universal. (MARX e ENGELS, 1980b, p. 18).

No entanto, isto não diminuiu ou desqualificou o debate. Marx não desconheceu a nação, tampouco sua força sobre as diferentes classes. Houve referências ao fenômeno nacional, um fato presente na realidade histórica e das relações sociais do século XIX, sendo possível localizar algumas inferências políticas, teóricas e metodológicas, muitas delas indiretas, as quais se pode indagar a respeito da concepção histórico-materialista de nação.

Nos contextos históricos determinados, a classe nacional, segundo ele, esteve associada à tarefa de promoção do desenvolvimento nacional. Na história moderna, a burguesia cumpriu o papel progressista de liderança e de condução do desenvolvimento da produção mundo a fora. Com a internacionalização das relações de produção, não haveria mais a necessidade de liderança burguesa e, em consequência, estaria superada a necessidade do Estado nacional. Segundo Marx e Engels (2006), houve intersecção entre o interesse do progresso social e do nacional à medida que a luta nacional colaborou para o desenvolvimento das forças produtivas e ou da revolução.

A questão nacional, de acordo com Marx e Engels (2006), se apresentava, justamente, quando alinhada ao chamado “progresso social”. Com isso, não se estranha certa desconsideração do autor para com as nações “atrasadas” como, por

exemplo, em publicação de 1849, quando identifica a conquista do Texas pelos “ianques” ao “interesse pela civilização”. Para o autor,

Bakunin culpará os americanos de uma ‘guerra de conquista’ que, se traz um sério golpe à sua teoria fundada na ‘justiça e na humanidade’, foi, contudo, feita unicamente no interesse da civilização? Ou será um mal que a bela Califórnia seja arrebatada aos preguiçosos mexicanos, que não sabem o que fazer dela? Que os enérgicos ‘yankees’ aumentam a moeda em circulação explorando prontamente as minas de ouro que aí se encontram, que em poucos anos eles concentrem, no melhor litoral do Oceano Pacífico, uma densa população e um comércio desenvolvido, que criem grandes cidades, estabeleçam linhas de barcos a vapor, uma estrada de ferro de Nova York a São Francisco, que pela primeira vez abram verdadeiramente o Oceano Pacífico à civilização, dando assim, pela primeira vez na História, uma nova orientação ao comércio mundial? A ‘independência’ de alguns californianos e texanos espanhóis deverá sofrer com isto, a ‘justiça’ e outros princípios morais serão prejudicados aqui e acolá, mas o que representa isto comparado a estes acontecimentos de alcance mundial? (ENGELS, 1980, p. 24-25).

A expressão “proletários do mundo uni-vos” transformou-se em lema universal do programa de internacionalização do socialismo. Karl Marx considerou a solidariedade condição central para unir o proletariado no mundo não sendo extensiva apenas aos membros de uma nacionalidade ou do Estado nacional. Em razão disso, talvez, se possa compreender o fato de a questão nacional não ter lugar predominante nas obras do autor.

O interesse de Marx acerca da questão nacional não foi aleatório ou isolado a outros assuntos e problemas de sua época. Assim, o investimento em compreender o lugar da questão nacional em Marx exigiu a atenção a outro tema: o colonialismo. A discussão sobre a ascensão das nações e a emancipação nacional pode ser considerada, sobretudo, como resultante, ou ainda desdobramento, de estudos anteriores do autor sobre o sistema colonial e a formação do modo de produção capitalista.

Apesar de não ter sido considerado tema por excelência de suas obras, a análise do colonialismo fez-se presente, ainda que por intermédio de uma produção pouco numerosa, dispersa e com *status* diferente. Entre eles artigos, cartas e mesmo notas de leituras. Os textos abordaram os contextos do colonialismo às margens do capitalismo, na periferia da Europa, na América e em Ásia, representando não a mera referência do autor à existência do sistema colonial, mas o caráter exploratório,

violento, desumano e mesmo inerente à expansão e ao domínio da modernidade e do capitalismo.

A produção intelectual de Marx acerca do colonialismo deve ser lida considerando as preocupações do autor sobre o futuro do mundo moderno e sua transformação pela revolução. Eles são fundamentais para a compreensão das etapas, trajetórias e até ambiguidades do pensamento e ação política do autor.

No contexto de sua produção teórica sobre o assunto, a colonização foi abordada como tomada militar e ocupação territorial de nações metropolitanas sobre povos considerados periféricos e não civilizados, por intermédio da dominação política de colonizadores sobre de autóctones, da extração predatória dos recursos naturais locais, da escravidão e exploração da mão de obra de grupos sociais, com base em critérios da racialização. Ele se constituiu pelo uso da força e subjugação de povos. Em Marx, foi possível, inclusive, verificar o emprego do termo *colonialismo* em menção à expansão mundial dos países europeus, iniciada no século XV, levando, dessa forma, a abordagem da colonização como um sistema com estreita ligação à formação e ao modo de produção capitalista.

Juntamente com Engels, Marx escreveu sobre a colonização entre os anos de 1840 e 1880, em meio ao capitalismo mercantil levado à frente pela expansão industrial, a livre concorrência e o domínio econômico da Inglaterra nas relações continentais. O período também representou os avanços do imperialismo e dos monopólios econômicos europeus, do chauvinismo na Europa, da intolerância crescente entre etnias e nações, ao fortalecimento das ideologias racistas e dos ódios do século XIX. Nos estudos sobre o tema, houve exemplos diversos sobre as características do sistema colonial, com relatos de crimes e sofrimentos de vida. Além do registro das formas do sistema colonial na América, Marx observou de forma atenciosa as colônias inglesas, apontando nelas a presença do ódio racial e segregação, da escravidão, da pilhagem, da fome, da repressão e da tortura (MARX, 1978).

A despeito de muitas críticas feita por autores pós-coloniais a respeito da indiferença de Karl Marx ao tema do colonialismo, o autor não escondeu o sofrimento dos povos colonizados. A estrutura da administração colonial inglesa foi apresentada de forma objetiva, tendo o autor considerado a violência como algo próprio à origem do capital industrial. Para Marx, a colonização esteve associada ao método pelo qual se desenvolveu a acumulação primitiva. Tanto como o capitalismo colonial quanto o

operado nos centros urbanos, a exploração de povos originários, operários e camponeses representam, para o autor, faces da expansão dos interesses do capital. À medida que a indústria de algodão inseria na Inglaterra a escravidão das crianças, nos Estados Unidos, simultaneamente, ela tornava mercantil o tratamento dos negros (MARX, 2017). Dessa forma, certamente, há um caráter de denúncia da violência colonial que se expressou de maneira variada ao longo da produção do autor.

A modernização e a civilização se configuraram como certa promessa da colonização nos primeiros textos de Karl Marx sobre o assunto. Para ele, a vitória do proletariado inglês seria um passo estratégico para a libertação das nações oprimidas, uma vez que a luta de classes e as revoluções decorrentes da tomada de consciência dos trabalhadores seriam, de certa forma, decisivas para a suspensão do sistema colonial. Se por um lado a colonização era violenta e cruel, por outro, era etapa para o progresso, daí, para Marx, o colonialismo na Índia e na Argélia poderiam ser vistos como uma oportunidade ou saída da condição precária.

Certa visão positiva do colonialismo pode ser encontrada no *Manifesto Comunista*, onde a burguesia e a civilização apareceram como termos com relativa compatibilidade, uma vez que a civilização estaria representada tanto pelos avanços e conquistas da indústria inglesa quanto pelos costumes, valores e educação burguesa. Apesar do caráter exploratório da classe burguesa, ela teria o papel de destruir o feudalismo por intermédio da ação das forças produtivas, sendo, dessa forma, necessária a transição de uma sociedade sem classes. (MARX; ENGELS, 1965, p.163).

Afinal, por que a burguesia não efetuava um progresso sem submeter os indivíduos e os povos ao sangue e à lama, à miséria e à degradação? Essa era uma pergunta de Marx na ocasião em que observa a colonização na Índia. A civilização burguesa teria um preço. A hipocrisia e a barbárie estariam inerentes à civilização burguesa, onde na metrópole assumia formas “respeitáveis” e na colônia ações e posturas cruéis (MARX; ENGELS, 1978). Segundo os autores, apenas uma grande revolução teria condições de extirpar a face hedionda do processo civilizatório e, enquanto isso não chegava, as regiões conquistadas seriam forçadas a seguir o percurso rumo à civilização.

No Livro I de *O Capital*, Marx (2017) posicionou o sistema colonial no centro do processo de acumulação primitiva, apresentando e examinando os modelos e propósitos de povoamento colonial. Para o autor, a destruição do feudalismo havia se

dado pelos avanços, desenvolvimento e extensão do domínio do capital em áreas externas ao mundo da mercadoria, traduzindo-se na colonização das sociedades pré-capitalistas, situadas às margens da região central europeia. Extinguir o feudalismo significava substituí-lo por relações e estruturas novas de produção material como, segundo Marx, ocorrera na colonização britânica na Índia.

Em razão disso, no território indiano, a Inglaterra teria uma dupla responsabilidade, a de destruir e reorganizar, à medida que, pela colonização poderia liquidar a velha sociedade indiana para inseri-la na modernidade, ainda que fosse sobre as ruínas da anterior. Haveria, na expectativa de Marx, a possibilidade de alcançar certos progressos pela introdução do capital nas sociedades pré-capitalistas como, por exemplo, a unidade política, a propriedade privada, os meios de transporte, a educação etc. Ao mesmo tempo que, no domínio inglês na Índia, o exército destruía e a indústria saqueava, o capital fazia investimentos, construía, reorganizando o sistema produtivo, com chances, inclusive, de superá-lo tendo em vista o desenvolvimento dinâmico das forças produtivas locais.

No entanto, o argumento de Marx não se sustentou frente ao fracasso da promessa e da missão civilizatória e modernizadora da colonização inglesa. Os interesses do capital mostraram-se fortes e, entre as metrópoles e as colônias, a troca foi estabelecida de forma desequilibrada e desigual. As estruturas produtivas entre as regiões eram distintas e a produtividade do trabalho estivera sempre em prol da nação colonizadora, uma vez que produzia mais valor e mais lucros. O monopólio colonial possibilitou aos capitalistas europeus oportunidade de comercializar mercadorias acima do valor, por intermédio de uma concorrência desleal que submetia às colônias atividades menos produtivas. O engano do autor sobre o futuro da colônia com a inserção do capital não diminuiu as descobertas e denúncias de Marx ao sistema colonial e sua relação com a formação capitalista mercantil e industrial. Em *Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857-58* (2011), Karl Marx (2011) esclareceu que o desenvolvimento da produção mercantil simples não leva, obrigatoriamente, à produção mercantil capitalista.

Pelo que parece, os argumentos e escritos de Marx sobre a colonização levaram a considerar o tema na perspectiva do processo de unificação do mundo pelo capital (dialética mercantil mundial da indústria) e a oportunidade da revolução. O alcance do progresso dar-se-ia pela introdução da colônia no sistema mundial seja como lugar de emigrantes ou supridora de matérias-primas. Se por um lado o sistema

colonial garantia lucros altos para capitalistas europeus, por outro, Marx não suspeitava da possibilidade de a colonização conduzir à industrialização da periferia, ainda que houvesse barreiras como o próprio regime colonial e inexistência da propriedade privada.

Para o autor, não haveria uma longa resistência contra a expansão do capital e, em razão disso, a industrialização seria possível. Entretanto, ele não considerou que a expansão capitalista nas áreas centrais do sistema dificultaria a generalização homogênea e equilibrada do desenvolvimento, condenando a periferia ao subdesenvolvimento. Em rigor, diante do contexto histórico no qual escreveu Marx não havia meios de prever ou identificar que a dimensão mundial do capitalismo se daria, no futuro, de forma desigual, não sendo o capitalismo apenas a extensão de um modo de produção uniforme em todos os continentes.

Com base na observação da dominação inglesa na Índia, para Marx, a saída ao colonialismo estava na revolução proletária dos países avançados que, num processo mais amplo, introduziriam o socialismo estendendo-o às várias regiões do mundo. É nesta perspectiva que previu, em certa medida, a relevância dos movimentos de libertação nacional, ainda que não tenha sido tema explorado pelo autor (MARX; ENGELS, 1978). Um exemplo disso foi, em 1850, a previsão do crescimento na China de uma república chinesa. A possibilidade de reconhecer uma revolução em algum lugar fora da Europa, na Índia, Egito ou Argélia, por exemplo, foi significativo de certo caráter humanista do autor, considerando o racismo presente na época. No entanto, as lutas dos povos colonizados ainda eram tomadas ou consideradas como extensões de ações que deveriam ser protagonizadas pelo proletariado europeu. Isso não significou que Marx subestimou a colonização e a violência a ela inerente, tampouco a priorização do sofrimento e objetivos dos proletários das metrópoles a dos colonizados. O sofrimento e as condições desumanas são extensivos a todos, pensava Marx e, por isso, haveria condições globais para a emancipação.

Marx e Engels também manifestaram preocupação acerca do perigo do racismo e do aburguesamento de parte da classe operária inglesa. Em 1856, os autores declararam certo reconhecimento acerca da indiferença dos trabalhadores ingleses em relação à realidade das colônias. Eles advertiram sobre o fato de a liberdade dos cidadãos ingleses ter algum fundamento na opressão das colônias (MARX; ENGELS, 1978). Ainda que não identificassem a extensão dos

desdobramentos do imperialismo, os proletários tinham conhecimento da exploração das colônias em prol das metrópoles e, igualmente, da classe operária. Em razão disso, os autores temiam o perigo da participação dos operários no monopólio colonial da Inglaterra, um assunto delicado para muitos marxistas, uma vez que comprometia a ação do internacionalismo, sobretudo operado por movimentos trabalhistas e partidos de esquerda do Norte.

Por essa perspectiva, fica claro que os primeiros posicionamentos de Marx sobre o problema colonial possuíram estreita relação com a questão nacional. Em específico, o caso irlandês chamou atenção por sua dimensão colonial e nacional, conduzindo a discussão sobre o envolvimento da luta de classes na metrópole e a libertação nacional nas colônias.

Ao observar a situação dos irlandeses e ingleses, Marx considerou que a luta do movimento operário inglês estava relacionada ao irlandês e, nessa perspectiva, a emancipação irlandesa dependeria da emancipação social de todos os trabalhadores. Esse argumento nasceu da percepção de que os movimentos operários estavam divididos por critérios de nacionalidade, não se constituindo como unidade frente aos capitalistas. Marx parecia acreditar que a classe trabalhadora inglesa “não poderá fazer nada [...] enquanto não romper com a política das classes dominantes.” (MARX; ENGELS, 1978, p. 349). Em razão disso, identificou-se no texto o uso e a menção dos termos nação “oprimida” e “opressora”, especificamente, nas análises acerca da relação entre as lutas operárias e nacionais, entre as classes e as nações.

A relação entre os proletários ingleses e irlandeses foi um dos pontos mais discutidos por Marx acerca do problema colonial e nacional. Seu texto *A questão Irlandesa* tornou-se referência e ponto central para o debate. Segundo Marx,

[...] os centros industriais e comerciais da Inglaterra têm agora uma classe operária cindida em dois campos inimigos: proletariados ingleses e proletariados irlandeses. O operário inglês comum detesta o operário irlandês como um concorrente que rebaixa seu nível de vida, sente-se a seu respeito, como membro de uma nação dominante e tornar-se desta forma, um instrumento de seus aristocratas e capitalistas contra a Irlanda e assim consolida seu poder sobre si próprio. Preconceitos religiosos, sociais e nacionais jogam-no contra o operário irlandês, comporta-se em relação a ele, mais ou menos como os brancos pobres contra os negros, nos antigos estados escravistas da União americana. O irlandês lhe paga na mesma moeda; vê nele simultaneamente o cúmplice e o instrumento cego da dominação inglesa na Irlanda. (MARX, 1980a, p. 22).

Marx salientou a formação de um antagonismo entre irlandeses e ingleses, mantido artificialmente e fortalecido pela imprensa e meios que dispõem as classes com poder, constituindo, na visão do autor, a fraqueza da classe operária inglesa e também a razão escondida do confronto entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Desse antagonismo nasceu a dificuldade de colaboração franca entre as classes operárias dos dois países, provocando rivalidades entre eles e mesmo uma guerra. A Inglaterra, potência industrial dominante no mercado mundial, era um país importante para a revolução operária, uma vez que possuía condições materiais maduras para tal. Para a Associação Internacional dos Trabalhadores, era importante estimular avanços na revolução social na Inglaterra e, para isso, a liberdade da Irlanda era fundamental. Sensibilizar e conscientizar a classe operária inglesa sobre a emancipação nacional da Irlanda não se constituía, segundo Marx, uma questão abstrata, um simples apelo à justiça ou ao humanismo, mas o próprio imperativo da condição da emancipação social inglesa.

Para Marx, na Irlanda, a introdução do capital britânico e a dominação colonial eram responsáveis pela destruição da indústria local, tornando-a exportadora de matérias-primas para os ingleses. Segundo o autor, os irlandeses necessitavam ser autônomos em relação à Inglaterra e, para isso, duas questões mereciam atenção na Irlanda: a revolução agrária e tarifas protecionistas contra os produtos ingleses, medida capaz de motivar e garantir o desenvolvimento da indústria irlandesa. Por um lado, a dominação britânica implantou uma aristocracia de proprietários de terras, com aspectos feudais e semifeudais, leais à presença inglesa e responsáveis por fazer da Irlanda uma fornecedora de mão de obra barata, produtos e comida para a Inglaterra. Essa elite irlandesa era também controladora das leis e dos impostos, impedindo aos nativos direitos, terras e máquinas, punido os traidores da coroa britânica, sobretudo o pequeno campesinato, que empobrecia. Por outro lado, a ausência de tarifas aos produtos irlandeses comprometia o fortalecimento da indústria na Irlanda, pois garantia a predominância da produção industrial inglesa e a manutenção do capital no campo, incentivando a uma economia agrícola para exportação. Na Irlanda, segundo Marx (ano), diferentemente da Inglaterra, seria difícil a luta entre capitalistas industriais e os proprietários rurais, uma vez que os ingleses impediram e destruíram a possibilidade de desenvolvimento da indústria local irlandesa, impedindo a concorrência aos produtos ingleses. (MARX; ENGELS, 1972).

Em rigor, a natureza da questão se referia à sobreposição de as divergências entre nações em relação aos conflitos intranacionais, tendo, nessa perspectiva, a possibilidade emancipatória das ideias nacionalistas das colônias pela quais, na visão de Marx, os proletários das nações dominantes poderiam se beneficiar, ainda que, em compensação, o nacionalismo colonialista pudesse estar a serviço da burguesia.

Marx, com isso, considerou que os irlandeses poderiam ser um motor promotor da transformação tanto na Irlanda quanto na Inglaterra. Por isso, as lutas pelo socialismo e pela libertação nacional podiam ser consideradas aliança possível, uma vez que apoiar a autodeterminação da Irlanda seria um dever dos operários ingleses, fortalecendo, assim a luta de classes inglesa. No entanto, os avanços da guerra franco-russa (1870) e a dissolução da Comuna de Paris deslocaram a atenção da revolução para a Alemanha. Marx pareceu evitar, assim, generalizar seus argumentos para além do caso irlandês, sobretudo a vincular o processo de libertação nacional a uma teoria da revolução.

Certamente, as considerações de Marx sobre a colonização estiveram alinhadas a certa preocupação com a conquista da revolução e, em consequência disso, com a escalada mundial do comunismo, ainda que não tenha estabelecido observações completas sobre a transposição da relação colonial e nacional para realidades não europeias, em específico as latino-americanas ou afro-asiáticas, no contexto de suas independências nacionais.

As considerações de Marx sobre a questão nacional e colonial permanecem como alvo de análises dentro e fora do marxismo. Em bibliografias e ou antologias sobre nações e nacionalismos, o autor continua a parecer, sendo alvo de críticas e atualizações. Em estudo sobre as abordagens que fundam as origens do nacionalismo e sua relação com a modernidade, Anthony Smith (1994) incluiu o pensamento de Marx e Engels sobre a questão nacional entre as teorias que sustentam o “paradigma modernista”, apontando o caráter de novidade que o fenômeno nacional representou a partir do surgimento da modernidade e do capitalismo. Ainda que não tenham formulado teoria sistematizada sobre o tema, eles sinalizaram o interesse em entender o aparecimento das nações como resultante do desenvolvimento do capitalismo e posicionamento da burguesia como classe dominante que molda o Estado e a sociedade à sua imagem.

Hobsbawm (2008) sublinhou que a ideia de “livre mercado” comprometia a visão dos economistas políticos liberais acerca da relevância da nação para o desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, essa condição, possivelmente, levou Marx e Engels a considerar os pressupostos da prioridade das classes e da internacionalização da revolução socialista sobre a questão nacional. Afinal, o assunto preocupou-os na medida em que era relacionado ao sucesso e ou ao fracasso da revolução proletária. Dessa forma, os nacionalismos passariam a ter contribuições se conseguissem destruir os antigos regimes feudais ou se ajudassem a formação de Estados burgueses ou, ainda, caso significassem estremecimentos no capitalismo de países mais avançados, contribuindo para a causa e a agenda dos movimentos proletários como, por exemplo, na Irlanda.

Engels (ano), à luz do conceito de Hegel (1995) de “povos sem história”, construiu um argumento de que os nacionalismos “reacionários” eram atribuídos aos pequenos povos agrários que, com o surgimento do capitalismo, acabaram se aliando aos Impérios absolutistas, como os tchecos e os eslavos do Sul que, em 1848, posicionaram-se com a Rússia no embate contra poloneses, húngaros e alemães. A designação sublinhava que certos povos, em razão do atraso econômico e por ocuparem pequenas dimensões territoriais, teriam dificuldade ou mesmo incapacidade para participar do progresso histórico. Por esse argumento, Engels considerou um caráter reacionário próprio aos movimentos nacionalistas de origem agrária. Em observação aos estudos sobre o tema, Hobsbawm (1990) apontou certo anacronismo na tendência de apontar “chauvinistas” às abordagens de Engels e, por isso, defendeu a ideia de que as nações necessitariam de grandes dimensões para se firmarem historicamente, de forma viável e ampla, no contexto ideológico da Europa da metade do século XIX.

Em rigor, a valorização positiva ou negativa das demandas e a agenda dos movimentos nacionalistas mostrava que a leitura do desenvolvimento capitalista como uma tendência homogeneizadora e progressista já se expressava no *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Para eles,

devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia [...] arrasta para a torrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os preços baixos de seus produtos são a artilharia pesada que destrói as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis ao estrangeiro. Sob pena de morte, ela obriga todas

as nações a adotarem o modo burguês de produção, força-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX; ENGELS, 2006, p. 88-89).

Dessa forma, o entendimento do modo e produção capitalista, acima expressado, aproximou-se das fontes de interpretação do desenvolvimento da economia política liberal à medida que o avanço do capitalismo se dava de maneira homogênea e uniforme. Como destacou Nairn (1981, 2000), assim, o mercado, a indústria e a literatura mundial, sinalizados no *Manifesto*, conduziram todos ao nacionalismo e mesmo a uma contradição, entre as classes sociais, um proletariado e uma burguesia, essencialmente iguais em toda a parte, como se fossem duas classes cosmopolitas em uma mesma batalha.

Em oposição à visão dominante de progresso que o marxismo clássico compartilhava, o desenvolvimento do capitalismo se manifestou de forma desigual e combinado entre países e continentes, produzindo muito mais desequilíbrios e fragmentações do que nivelamento e homogeneidade econômica e social. A contradição diz respeito à contraposição entre a velocidade de expansão de um sistema de produção que se mundializava com a promessa de unificação da sociedade e a crescente geração de conflitos. Para Nairn (1981, 2000), a origem do nacionalismo teria forte relação com certo desenvolvimento desigual do capitalismo no âmbito internacional, por isso, constituiu-se como uma resposta das periferias a esse problema e a expressão particular do mundo moderno.

Nos estudos de Marx que o levaram à redação de *O Capital*, o autor sofisticou sua compreensão acerca do avanço do capitalismo. A hipótese da homogeneização da produção e dos modos de vida era também simultânea ao processo de nascimento de diferenças e desequilíbrios entre as sociedades humanas. Assim, Marx teria considerado a existência de diversas formações políticas na passagem das economias pré-capitalistas para o capitalismo e deste para o socialismo. O argumento pode ser justificado pelo interesse do autor, nos anos de 1870, pelas estruturas agrárias russas, em estudos sobre a comuna camponesa e as formações pré-capitalistas, publicadas, posteriormente, no século XX.

A dinâmica da evolução das relações capitalistas em Marx pode ser uma boa chave para a compreensão do fenômeno nacional ao longo dos séculos XIX e XX. Todavia, não haveria condições neste trabalho à exposição da ampla obra do

autor alemão. Por isso, cabe considerar, à luz do argumento de Nairn (1981), a tese de que o “marxismo”, como ideologia exposta, inicialmente, por Engels e, em seguida, pelos membros da Segunda Internacional, fortaleceu a visão do desenvolvimento capitalista homogêneo e progressista.

Nessa perspectiva de análise, pode-se considerar que as reflexões de Marx e Engels sobre a nação e o nacionalismo estiveram sob a âmbito conjuntural. A abordagem mais sistematizada foi dada pela geração da Segunda Internacional.

2.3.2 Karl Kautsky: origem e propósitos das nações

Karl Kautsky (1854-1938), possivelmente, um dos principais herdeiros intelectuais de Engels, levou à frente o debate sobre a questão nacional, ganhando destaque entre os membros da Segunda Internacional, principalmente, à medida que desenvolveu, desde muito cedo, o interesse por uma teoria sobre a formação e desaparecimento da nação. Kautsky (1980a, 1980b, 1980c) construiu a reflexão sobre a questão nacional com base na experiência e na história da Europa e dos EUA, desenvolvendo os conceitos da *fatalidade* da superação das nacionalidades pouco expressivas e de *hegemonia* das nações industrializadas. Em suas discussões, incluiu a ideia de interesse nacional que pode ser expressa pela burguesia ou pelo proletariado, conforme as condições do tempo e do espaço.

Dois textos sobre o assunto destacaram-se em sua obra: *A nacionalidade moderna*, de 1887, e *Nacionalismo e internacionalismo*. No primeiro texto, o autor analisou a nação tendo como base a perspectiva social e histórica. Kautsky, um tcheco com cidadania austríaca e língua alemã, considerou o fenômeno nacional próprio ao capitalismo. Segundo ele, a economia das comunidades pré-capitalistas resultou tanto em mercados unificados quanto numa identidade nacional, ainda que o nacionalismo tivesse raízes em um momento anterior à ascensão da burguesia.

Nos Estados pré-capitalistas, pode-se reconhecer elementos básicos para o desenvolvimento de uma língua, literatura, arte e filosofia nacional. Para o autor, o problema encontrava-se, justamente, no fato de os bens culturais estarem na posse da aristocracia e as demais comunidades encontrarem-se circunscritas aos seus campos culturais. Até o momento em que se dissolveram as comunidades locais, pode-se começar a falar em um período nacional. A partir da baixa idade Média e da Idade Moderna Europeias tanto o comércio quanto a centralização política, o território das

comunidades autônomas e a formação dos exércitos nacionais foram conduzindo as bases para o estabelecimento dos Estados nacionais.

Kautsky destacou o antigo interesse pela unidade dos agrupamentos humanos e, com isso,

as lutas engendradas pela aspiração à unidade e independência nacionais duram há séculos: lutas entre elementos que combatem pela centralização e elementos particularistas, no interior da nação; lutas entre as diversas nações pela preservação das fronteiras, pelas vantagens comerciais e também pela própria existência etc. A longo prazo, elas engendraram nas diversas populações, uma tradição nacional, um sentimento de parentesco entre os co-nacionais de um lado e, de outro, um sentimento de aversão aos 'inimigos hereditários', que se tornou quase um instituo, uma disposição que se transmite e só precisa um pouco de estímulo para desencadear sua ação. O sentimento nacional tornou-se assim uma força motriz que age de forma independente, sem ligação com o desenvolvimento econômico e que pode, mesmo em certos casos, converter-se em seu obstáculo. (KAUTSKY, 1980, p. 28).

Para o autor, enquanto a burguesia revolucionária dedicou-se a oposição ao Antigo Regime, a defesa da nação foi progressiva. O Estado nacional foi resultante do desenvolvimento das forças produtivas e o interesse pelo nacional era algo, fundamentalmente, burguês, o que levava o proletariado, em primeiro momento, a coincidir com a conformação burguesa, uma vez que teria interesse do livre trânsito para trabalhar. Este argumento tornou-se uma espécie de tese ortodoxa dentro da posição marxista a respeito da origem e da superação dos Estados nacionais e nacionalidades.

No entanto, segundo Kautsky (1980), em fins do século XIX, a nação converteu-se em um recurso ideológico da superioridade e sujeição de classes. O desenvolvimento capitalista implicou em uma crescente internalização dos domínios econômicos e culturais. Dessa forma, domínios culturais internacionais como o cristianismo (mundo ocidental) e o islamismo (oriente), por exemplo, chegaram ser mais amplos que as nações, o que levou à existência de certas línguas universais como inglês, o francês e o alemão, necessárias para participar de uma cultura cada vez mais universal. Para Kautsky, houve uma tendência à homogeneização cultural em que, por isso, passaram a ser estreitos os limites nacionais. Assim, o "sentimento nacional" não apenas significaria a solidariedade, sendo também o apego às tradições, a aversão aos vizinhos, o que o aproximaria de um caráter reacionário, uma

força “autônoma”, sem relação com o “desenvolvimento histórico”, possível de se tornar um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Em rigor, para Kautsky, o nacionalismo teria um sentido duplo. De certa forma, foi, por um lado, uma etapa progressiva dos agrupamentos pré-capitalistas e, por outro, um fenômeno reacionário que produzia contradições com a tendência de internacionalização própria do capitalismo. Nessa perspectiva, apenas o socialismo teria chances de resolver a contradição, uma vez que geraria o fim da fragmentação estatal e a racionalização da economia, internacionalmente, integrada. Com isso, Kautsky acreditava que o avanço da unificação cultural não traria impedimentos, pois a humanidade não estaria dividida em nações. Os proletários teriam papel importante na defesa das liberdades uma vez que eles

devem defender tanto as liberdades burguesas quanto a unidade e a independência de sua nação contra os elementos reacionários, particularistas, e também contra eventuais ataques externos. Neste (sic) sentido, eles são nacionais. Mas seus interesses não se opõem aos interesses de seus camaradas de classe de outras nações. Aos capitalistas de uma nação interessa que seus homólogos de classe estrangeiros façam produzir nas condições menos favoráveis. Os operários de uma nação têm maior interesse que seus camaradas de classe estrangeiros estejam na situação mais favorável possível. Quanto mais salários aumentam na Alemanha, mais as organizações operárias etc., são consolidadas e reforçadas e isto é melhor não somente para os trabalhadores alemães, mas também para os suíços, franceses, ingleses etc. e inversamente. Quanto melhor as condições dos operários de uma nação, maiores são as possibilidades de permanecerem em seu país ao invés (sic) de emigrarem para concorrer com o vizinho, menos os capitalistas desta nação terão a possibilidade de rebaixar, através de política de dumping, os preços das mercadorias e os salários no estrangeiro. (KAUTSKY, 1980, p. 35).

No texto *Socialismo e nacionalidade*, escrito em 1909, Kautsky destacou, em Estados ainda não completamente formados, a tendência ao aparecimento de objetivos de coesão entre os indivíduos que falam a mesma língua. No entanto, ainda que fosse reforçado pelo próprio espírito de desenvolvimento, isso seria, segundo Kautsky, uma das formas possíveis da expansão do Estado sem transgredir o princípio da nacionalidade. Para o autor, a aproximação de várias nações em um Estado comum seria uma outra forma. O Estado nacional é superior ao Estado de nacionalidades e pode entrar em contradição com as tendências do desenvolvimento nacional, uma vez que, na visão de Kautsky, apenas possuiria frações de nações com

a maior parte dessas no exterior. Por outro lado, advertiu Kautsky, para várias nações pequenas num mesmo território, a formação de um Estado nacional aparecia como um único meio de obter vantagens de um Estado maior, com resultados objetivos mais expressivos aos de se manter o Estado de nacionalidades.

Além disso, Kautsky explicou que na reunião de co-nacionais em países com pouco desenvolvimento econômico e com proletariado jovem e pequeno, o papel dos socialistas é lutar pelos interesses do futuro e preparar as condições da luta de classes. A relação do socialismo e do nacionalismo estava, segundo o autor, à medida que os movimentos nacionais eram conduzidos por interesses coletivos e não individuais. Na questão da defesa da nacionalidade, importava para Kautsky, manter a prevalência dos objetivos da coletividade sobre os da burguesia. Dessa forma, o proletariado deve guardar e apoiar os interesses relativos ao futuro de todas as sociedades que, segundo ele, se confundia com os interesses da humanidade. Ainda que não estejam motivados por lutas nacionais, os socialistas de cada país não podem perder ou abandonar o interesse no desenvolvimento da sociedade. O bem de uma nação, segundo o autor, não pode ser tomado como lei suprema ou absoluta em detrimento aos dos indivíduos. Kautsky considera que,

[...] É certo que estamos convictos de que a sociedade socialista oferece os melhores fundamentos para o desenvolvimento multiforme de cada personalidade e também de cada nação. É certo que lutamos desde hoje pela igualdade dos indivíduos e das nações. Mas sabemos que na sociedade atual os interesses do indivíduo podem muito bem entrar em conflito com os da coletividade e exigimos que, neste (sic) caso, o interesse geral preceda ao interesse individual. [...] Para o burguês sua nação é soberana, o bem da nação é a lei suprema – enquanto ele não leva o indivíduo ao trono. Para nós, o bem da coletividade internacional situa-se mais alto. Nós não somos antinacionais, assim como não somos hostis ou sequer indiferentes à individualidade. Mas o bem de nossa nacionalidade não é o critério supremo de nossa ação. (KAUTSKY, 1980, p. 41).

Para o autor, o conceito de nação estava relacionado com a determinação de algumas características: um mercado unificado e a língua comum, resultante do processo de unificação linguística, iniciado no absolutismo e consolidado no capitalismo. Além desses, considerou, também, o papel da difusão da escrita na formação nacional, à medida que normaliza e padroniza a língua, dificultando as misturas entre línguas, permitindo o contato entre gerações distintas. Para Kautsky,

intelectuais, burocratas e o exército mantiveram entusiasmo na uniformização das línguas, pois, pelo trabalho destas, nasciam “nações”.

Em síntese, Kautsky concebeu as nações como fenômeno burguês, próprio da unificação de mercados e línguas. Sua tese sobre o vínculo entre nação e língua foi uma das primeiras dentro do marxismo, sendo de significativa relevância em sua época. No entanto, pode-se apontar certo caráter unilateral na sua abordagem sobre a questão nacional, o que levou Otto Bauer (1980a) a levantar críticas.

2.3.3 Rosa Luxemburgo: o direito à autodeterminação e o socialismo

A polonesa Rosa Luxemburgo apresentou contribuições significativas tanto para prática política revolucionária quanto ao debate a respeito de temas estratégicos ao marxismo e ao desenvolvimento capitalista e sua relação com as liberdades democráticas, as nacionalidades e a autodeterminação dos povos. Entretanto, a leitura apressada dos textos e as posições políticas assumidas pela autora podem acarretar em uma visão ingênua e ou sujeita a erros sobre a fortuna crítica de Rosa Luxemburgo, sobretudo, no que tange ao posicionamento de suas questões, contradições e os contextos históricos e econômicos sobre os quais escreveu.

As considerações, as situações e os temas políticos defendidos por Rosa Luxemburgo podem, numa primeira leitura, aparecer sob o aspecto de incongruência, na medida em que ora defendeu o direito de associação e liberdade de imprensa e ora rejeitou o direito de independência das pequenas nações. Nessa perspectiva, como explicar a aparente espécie de contradição? Cabe, para isso, entender as origens e a história da militância de Rosa Luxemburgo, integrante do Partido Social-Democrata da Polônia desde sua fundação, em 1893.

O livro *A questão nacional e a autonomia* reuniu os principais artigos e ensaios publicados pela autora sobre o assunto, entre os anos de 1908 e 1909, na *Revista Social-Democrata. Órgão da Social-democracia polonesa e lituana*. Nesses trabalhos, Rosa Luxemburgo (1988) expôs seus argumentos que se tornariam pontos importantes para uma das discussões mais polêmicas entre os marxistas no início do século XX, o direito à autodeterminação dos povos e à nacionalidade. As posições de Luxemburgo sobre a questão nacional se estenderam sobre a participação e lugar do Estado e do proletariado; a centralização, o autogoverno e a autonomia. Os textos,

inicialmente, escritos em polonês, tiveram pouca circulação entre os socialistas europeus, obtendo traduções e difusões posteriormente.

A defesa dos movimentos nacionais, segundo Luxemburgo (1988), dependia da análise contextual de cada região e de cada povo. Para ela, significou saber se esses movimentos importavam ou não para a revolução socialista, ou seja, em que medida os movimentos de libertação nacional podiam trazer mais aliados à revolução proletária. Rosa Luxemburgo tinha dúvidas sobre a possibilidade dessa aliança. Ela temia que os movimentos nacionais contribuíssem para o estabelecimento de novos estados capitalistas, retirando o movimento operário da revolução socialista e rompendo a unidade internacional dos trabalhadores. Para ela, interessou acelerar o advento do socialismo que só poderia ser um processo internacional.

De acordo com Luxemburgo, o contexto econômico e político no qual se inseriam as lutas e as discussões marxistas era diferente de quando Marx e Engels escreveram. Para ela, a burguesia havia se transformado em classe dominante com pouca oposição ao antigo regime, mas, fundamentalmente, ao proletariado. A autora acrescentou também que a Rússia já não era o símbolo de reação contra a Europa, uma vez que havia se transformado com a modernização do Estado, posteriormente, com a Guerra da Crimeia (1853-56) e com as convulsões sociais de 1905.

A autora insistiu nisso, numa época, em que as lutas de libertação nacional, de caráter progressista e anti-imperialista, deveriam receber o apoio dos socialistas de qualquer parte do mundo. A posição de Rosa Luxemburgo mereceu atenção, inicialmente, pela postura contrária à autonomia política da Polônia e, em seguida, pela defesa de um internacionalismo intransigente. O desenvolvimento capitalista na Polônia, segundo Luxemburgo, estava relacionado à Rússia, condição que justificava a burguesia polonesa defender interesses próprios e a formação de um Estado independente. A aproximação com a burguesia russa implicava a criação de barreiras aduaneiras, o que significava, para a autora, a resistência da pequena burguesia intelectual polonesa, interessada em construir um projeto nacional. Alguns membros da intelectualidade polonesa buscaram entender a razão dos proletariados entre eles, alguns socialistas do PSP, considerados por Rosa Luxemburgo como “social-patriotas”.

Em seu texto *A Questão polonesa*, de 1896, ela defendeu que a emancipação da Polônia não podia ser conduzida pelo proletariado de outra região,

uma vez que não poria em risco o poder do czarismo russo. Entre 1895 e 1897, a autora apresentou fortes críticas ao programa de unificação nacional e a formação do Estado polonês independente do PSP, fundado em 1892. No contexto em que Rosa Luxemburgo escreveu, os poloneses encontravam-se divididos entres três Estados, a Rússia, a Áustria e a Alemanha. Anteriormente, em 1867, Marx (1961) havia apoiado o processo de separação polonesa em razão da participação de muitos em movimentos revolucionários pela Europa. O apoio foi também extensivo à necessidade de conter ações contrárias à Rússia por intermédio da formação de um “cordão sanitário”, ajudando a promoção de uma revolução na Alemanha. Com bases nesses antecedentes dos fundadores do materialismo histórico, o Partido Socialista Polonês validou muitas posturas, conquistando aprovação de muitos filiados da social-democracia. Rosa Luxemburgo chamou a atenção para uma nova configuração capitalista, aberta no fim do século XIX, que tornava aqueles argumentos sem sentido.

Em rigor, havia uma palavra de ordem que preocupava a autora – a independência da Polônia. A autonomia polonesa já era aceita pelo partido socialista polonês, mas Rosa Luxemburgo temia que a independência não faria a Polônia um país livre da Rússia. De acordo com ela, o desenvolvimento econômico da Polônia esteve integrado ao mercado russo, o principal comprador da produção polonesa, ideia argumentada pela autora em sua tese de doutorado sobre a questão. Para Luxemburgo, não havia interesse da burguesia e do proletariado poloneses desligarem-se da Rússia, não havendo condições reais e materiais para um estado polonês independente. Na Polônia, o avanço do capitalismo havia criado uma classe polonesa e russa com interesses comuns, alinhadas à luta pela revolução socialista e a queda do czarismo. Para Rosa Luxemburgo,

a ideia nacional polonesa se distingue por seu caráter muito particular. Contrariamente aos movimentos nacionais da Europa Ocidental e Central, o movimento nacional polonês não se originou da ideologia burguesa em pleno surto capitalista. Na Polônia, é uma ideologia da nobreza que tem suas raízes no sistema feudal. Eis a razão por que a abolição da corveia em 1863 despertou os movimentos nacionais. A burguesia polonesa, sendo em sua grande parte maioria de origem estrangeira (ela se instalou na Polônia no início do século XIX) mostrava-se sempre hostil à ideia de independência nacional. Ainda mais que nos anos vinte e trinta do século XIX, a indústria polonesa estava atrelada à exportação, antes mesmo da criação de um mercado interno.” (LUXEMBURGO, 1980, p. 74).

A ideia de independência era, segundo Rosa Luxemburgo, algo defendido pelos pequenos proprietários agrícolas e burgueses, além de grupos de intelectuais nacionalistas, como esclareceu Isabel Loureiro (2019)¹¹. Rosa Luxemburgo considerava a independência da Polônia retrógrada, uma vez que não contribuía para o movimento socialista. Patriotismo e socialismo eram termos que não se condiziam, segundo Luxemburgo. No entanto, é importante destacar que a posição dela sobre a independência e a autodeterminação dos povos não era unívoca, sendo necessária a análise de cada país, de cada situação e, de forma concreta, a avaliação da história. Assim, Rosa Luxemburgo teve visões diferentes em relação à Polônia e à Turquia, não adotando sempre uma única posição sobre a autodeterminação dos povos e o fenômeno das nacionalidades. A independência dos povos submetidos à Turquia (gregos, sérvios, armênios) foi defendida por Rosa Luxemburgo que, nesse caso, assumiu uma posição contrária à Marx e Engels. Eles eram apoiadores da Turquia, pois a consideravam um empecilho ao Império Czarista nos Balcãs, na Guerra da Criméia.

Para Rosa Luxemburgo, as composições feudais do Império Turco constituíam um freio à expansão capitalista e derrubá-las tornara-se fundamental para que esse processo deslanchasse. Na perspectiva de Luxemburgo, os obstáculos ao capitalismo também significavam um atraso na luta socialista. Como para a autora o socialismo estava em primeiro lugar, ganhou destaque a relação entre a luta do proletariado e a questão nacional, até porque poucos acreditavam que

o proletariado polonês compreende perfeitamente a necessidade de unir-se aos operários russos em sua luta contra o czarismo. Deste (sic) modo todas as tentativas de isolar artificialmente a sociedade polonesa da sociedade russa são contrárias ao progresso social. Após a bancarrota da ideia de independência, o nacionalismo polonês

¹¹ Isabel Loureiro (2019), no livro *Rosa Luxemburgo. Os dilemas da ação revolucionária* (Ed. Unesp), desenvolveu importante trabalho de análise sobre os determinantes e as ambiguidades do pensamento revolucionário de Rosa Luxemburgo. Loureiro, com domínio da vida e obra de Luxemburgo e contribuições de literatura secundária, construiu uma crítica sobre a relação entre a teoria marxista e a prática revolucionária a partir da contribuição intelectual da autora polaco-alemã. No livro, Loureiro destacou a ideia da criatividade e da história dos oprimidos, os perigos das tensões a respeito da unificação radical entre teoria e prática revolucionária no marxismo, as armadilhas liberais ou social-democratas e as medidas antidemocráticas dos primeiros líderes soviéticos, mostrando Rosa Luxemburgo como uma das principais herdeiras da perspectiva de solidariedade ativa com a Revolução de Outubro de 1917. Isabel Loureiro também analisou a posição de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional e a autodeterminação, sua viabilidade e propósito, tema que a conduziu ao enfrentamento com outros marxistas.

apresenta agora uma 'ideologia sobressalente' composta de vagos projetos separatistas, que serve de disfarce aos desejos reacionários da grande e pequena burguesia e da nobreza. A dialética da história revela-se muito mais maleável que as rígidas convicções de certos políticos que especulam sobre a 'vontade dos povos'. Esta 'tradição nacional' que vários revolucionários russos, alemães e outros, sempre associaram às correntes progressistas, tornou-se, nos conflitos político-sociais poloneses a ideologia da contra-revolução. [...] É em nome da 'ideia nacional' que M. Omowski, chefe da Democracia Nacional, qualificou os socialistas de 'inimigos da sociedade' para justificar as 'violências nacionais' cometidas contra eles. [...] A ideia nacional polonesa, cujos inícios foram simbolizados por um nobre insurreto cujo heroísmo atraiu a admiração do mundo inteiro, morre nas mentiras dos *houligans* (bandidos, no original) nacionalistas, fiéis servidores do absolutismo e do imperialismo czarista. (LUXEMBURGO, 1980, p. 76-77).

Nessa perspectiva, nota-se o caráter complexo da avaliação de Rosa Luxemburgo a respeito das nacionalidades e da autonomia. Sobre a alternância de posicionamentos de Rosa Luxemburgo, é relevante destacar o ponto em comum nas análises da autora. Luxemburgo conferiu um peso particular na prevalência do interesse de classe sobre o sentimento patriótico. Ela recorreu aos argumentos econômicos – o desenvolvimento capitalista na Polônia e formação da classe operária – para amparar uma postura política revolucionária – a importância da luta pelo socialismo e não pela independência nacional. Luxemburgo, assim, construiu uma espécie de antinomia expressa, de um lado, por sua crítica e tomada de decisão frente à questão nacional e, de outro lado, pela ausência de análise na tomada de decisão em outros campos em que se posicionou.

Para Isabel Loureiro (2019), a posição de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional permaneceu sujeita às críticas e interpretações diversas, dentro e fora do marxismo. Em muitos comentários sobre a autora, é recorrente a menção da relação simplista e dependente da superestrutura aos processos econômicos, feitos por Luxemburgo na análise das independências nacionais. Por outro lado, há também a referência ao papel inventivo das massas na história. Em rigor, havia, segundo Loureiro, a consideração atenta de Luxemburgo sobre a necessidade de se avaliar as condições regionais que determinavam o processo e a autenticidade das lutas pela independência nacional e a virada revolucionária ao socialismo. Por essa razão, a autora interrogou:

As divergências estão em outro ponto: será que os movimentos de libertação nacional podiam (e em que medida) tornar-se aliados da

revolução proletária? Para Luxemburgo, não só isso não era possível, como ela temia que esses movimentos levassem à instauração de novos Estados capitalistas, afastando o movimento operário da revolução e quebrando a unidade internacional dos trabalhadores nos Estados plurinacionais. É preciso reconhecer que, depois de um século de lutas de libertação nacional, ela acabou tendo razão. As lutas pela independência nacional não levaram à constituição de governos socialistas, nem sequer progressistas, e sim ao monopólio do poder de novas elites, adeptas de políticas autoritárias. (LOUREIRO, 2019, p. 8-9).

Rosa Luxemburgo pode ser posta em situação contrária à defendida por Kautsky na medida em que apresentou desconfiança às posições nacionalistas dentro do marxismo. Nessa perspectiva, Luxemburgo considerou que a ideia do “direito das nações” não era suficiente para explicar e justificar a postura dos socialistas a respeito das nacionalidades, uma vez que não levavam em conta as condições históricas nem consideravam um fundamento do socialismo moderno – a sociedade de classes. O direito das nações à autodeterminação dos povos deveria tomar a nação como uma unidade social e política homogênea. Apesar disso, Rosa Luxemburgo (1980b, 1988) admitiu que a nação era uma das categorias da ideologia burguesa e que o marxismo a havia submetido a uma revisão significativa, mostrando que por trás do sentido de “liberdade” e “igualdade” diante da lei, existe um contexto histórico específico. Por essa razão, advertiu a autora, “na sociedade de classe, não existe nação como entidade sócio-política homogênea, em contrapartida, em cada nação existem classes com interesses e ‘direitos’ antagônicos.” (LUXEMBURGO, 1980b, p. 67-68).

A partir da interpretação do imperialismo como novo estágio do desenvolvimento capitalista, um grupo pequeno de marxistas da Segunda Internacional apoiou a primordialidade de prosseguir a estratégia operária revolucionária. Para eles, a revolução russa de 1905 havia levado à frente significativa onda de convulsões sociais pela Europa, impossibilitando a confiança em alianças com a burguesia, cada vez mais opressora e reacionária, segundo os autores.

Esse argumento esteve presente em nomes importantes da história do socialismo, entre eles Rosa Luxemburgo e Lênin. Com eles, desenvolveram-se consideráveis discussões acerca da questão nacional e colonial, principalmente, o consentimento das nações à autodeterminação. Ainda que não tenham estabelecidos debates diretos e públicos, em 1908, Rosa Luxemburgo publicou o texto *A questão nacional e a autonomia*, criticando as posições do Partido Socialista Polonês (PSP). Já Lênin começou a escrever sobre a questão poucos anos depois.

Para Luxemburgo (1988), o imperialismo do Estado nacional não significava a organização política mais desenvolvida, uma vez que se destacava pelo “Estado conquistador supranacional”. Além disso, considerou a autora, as lutas nacionais pela separação política não deveriam ser base para a estratégia revolucionária e socialista, pois esta precisava da concorrência do proletariado de nacionalidades diversas. Nessa perspectiva, o nacionalismo teria relação com a substituição dos interesses do proletário pelos interesses da burguesia. Em estados com pluralidade étnica, como a Rússia czarista, a separação das etnias por nações diminuiria as forças das condições da classe trabalhadora do país.

Como alternativa ao predomínio do interesse nacional sobre a causa proletária, Rosa Luxemburgo defendeu o domínio da democracia e do socialismo sobre a ideia de nação. O direito à autodeterminação dos povos não era abstrato, devendo ser considerado se a separação política era progressiva ou se não estava alinhada aos interesses da classe trabalhadora, conforme os debates travados entre marxistas no Congresso de Londres, em 1896. Para Luxemburgo (1980a, 1980b ano), de acordo com as condições na Polônia, o único meio progressivo para os trabalhadores poloneses era a luta revolucionária disposta ao proletariado da Rússia, a fim de demolir o czarismo e constituir a república. Para a autora, o fascínio nacionalista do proletariado polonês posicionava-o sob a liderança da pequena burguesia, dificultando as possibilidades de estabelecer a democracia. A autonomia da Polônia, segundo ela, não estaria associada ao federalismo, à separação ou mesmo contrária à centralização. Rosa Luxemburgo defendia as políticas centrais em linha com as características de cada lugar e cada região, com mais participação democrática do proletariado de cada nação. Dessa forma, tratou-se da defesa do autogoverno local que, oposto à federalização, não permitia a fragmentação.

Depois de um século de sua militância e obras, pode-se verificar certa comprovação das colocações de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional. As lutas nacionais transformam-se em governos retrógrados, uma vez que essas não levaram à construção de governos socialistas, tampouco progressistas. Pelo contrário, elas conduziram ao estabelecimento do monopólio do poder por novas elites com políticos autoritários. Para Rosa Luxemburgo (1988), os bolcheviques pensavam que a independência das pequenas nações levaria ao alinhamento com a revolução, algo que não aconteceu, ao contrário, alinharam-se a movimentos contra a revolução.

2.3.4 Otto Bauer: a respeito de uma teoria para nação

Preocupado com o futuro do Império Austro-húngaro diante dos nacionalismos dos diversos povos presentes na região, o marxista Otto Bauer esteve incomodado com a ausência de teorizações sobre a nação, que aumentava à medida que o assunto conquistava importância entre os Estados. Para ele, tanto o avanço da ideologia nacional quanto os ideais do romantismo não chegavam a explicar a essência da categoria de nação. Dessa forma,

numa época de grandes lutas nacionais, mal chegamos a ver as primeiras abordagens de uma teoria satisfatória da essência da nação. No entanto, tal teoria é certamente necessária. A ideologia nacional e o romantismo nacional nos afetam a todos e pouco (sic) de nós podemos pronunciar em alemão a palavra nacional sem lhe dar um tom singularmente emotivo. Qualquer um que pretenda compreender e criticar a ideologia nacional tem que encarar a questão da essência da nação. (BAUER, 2001, p. 45).

Otto Bauer considerava o pressuposto moderno do “caráter nacional” em oposição aos aspectos de perenidade da nação, defendido por muitos nacionalistas. Sobretudo, ele criticou a “Escola histórica” de direito e a ideia de “espírito do povo” (*volkgeist*). Segundo Bauer (2011), esse conceito não oferecia elementos suficientes para justificar a nação, tendo que ser explicado, uma vez que o espírito nacional não servia para esclarecer a comunhão do caráter nacional, sendo aquele, na verdade, a metáfora do próprio caráter. Assim,

o caráter nacional em si, entretanto, como já sabemos, não é a explicação do modo de comportamento de nenhum indivíduo, mas apenas o conhecimento da relativa semelhança de comportamento dos compatriotas num período de tempo definido. Ele não é uma explicação; antes, exige uma explicação. (BAUER, 2011p.48).

Bauer (1980a), de certa forma, alinhado às considerações de Marx e Engels em *Manifesto comunista*, também era partidário da ideia das nações modernas como produto do desenvolvimento capitalista, uma vez que ele reproduziu uma cultura nacional extensiva a todo o povo e que ultrapassou as fronteiras da aldeia, desenraizando a população e rompendo os vínculos locais para, em seguida, redistribuí-los por critérios de lugar e ocupação, na formação das modernas classes e profissões.

Até 1917, Otto Bauer foi um integrante da social-democracia austríaca, alinhado à tendência de centro. Suas produções intelectuais e debates, dentro e fora do Partido Social-Democrata da Áustria, aproximaram-no da ala esquerda do partido, principalmente a partir de suas ponderações e posições a respeito da questão nacional dentro da história o marxismo. Em 1908, ele publicou *A Questão nacional e a social-democracia*, destacando-se pela profundidade teórica na abordagem do tema.

Membro do chamado *austromarxismo*, uma corrente intelectual que estabeleceu aproximações entre o materialismo histórico e o pensamento de Kant¹², renovando, em Viena, as discussões dos intelectuais marxistas. As reflexões de Bauer sobre a nação foram alvo de elogios e críticas dos participantes da Segunda Internacional (Kautsky e Lenin), e promoveram impactos na política austríaca. Apesar da qualidade da obra, algumas ideias de Otto Bauer foram postas de lado durante muito tempo pelo marxismo.

Na obra *La question des nationalités et la social-démocratie* (1987), de Otto Bauer, três capítulos são centrais para a construção de sua concepção sobre a nação e o princípio da nacionalidade: *O conceito de nação*; *O socialismo e o princípio de nacionalidade e*; *A valorização da nação na sociedade socialista*. Neles, Otto Bauer defendeu a tese de que a nação era um conjunto de seres humanos, vinculados em comunidade de caráter e destino. Ele parte da visão de que a comunidade surge a

¹² O automarxismo foi uma corrente de pensamento marxista que se estabeleceu entre o fim do século XIX até 1934, em período anterior à Primeira Guerra Mundial. Destacaram-se nomes como Max Adler, Otto Bauer, Rudolf Hilferding e Karl Kautsky. Sob influência do neokantianismo, do positivismo na Filosofia, do surgimento de novas posições nas Ciências Sociais e da necessidade de enfrentar os problemas do Império dos Habsburgo, os automarxistas desenvolveram publicações e dedicaram-se à promoção da educação dos trabalhadores e à direção do Partido Social-Democrata Austríaco (SPO), em franco crescimento. Entre os princípios teóricos, defenderam a ideia de que o marxismo era um sistema de conhecimento sociológico, uma ciência da lei da vida social e do seu desenvolvimento causal. Por isso, era cabível entender a relações entre causalidade e teleologia para, com isso, perceber que, na vida, as causas dos acontecimentos e objetos não são mecânicos, mas mediadas pela consciência. Para eles, até os fenômenos econômicos não são, exclusivamente, materiais (perspectiva materialista), mas possuidores de caráter “mental”. A perspectiva sociológica do marxismo, defendida pelos austromarxistas, também foi extensiva aos estudos sobre o nacionalismo. Otto Bauer desenvolveu análises teóricas sobre a história das nações, considerando a história não mais a luta entre as nações. Na sua visão, estas seriam o resultado de lutas históricas. A nação estaria relacionada ao aparecimento do caráter nacional e ao nacionalismo no indivíduo, sendo a nacionalidade reflexo de determinações históricas, das condições sociais e técnicas de trabalho. (BOTTOMORE, 2012).

partir da ação duradoura de pessoas que partilham o mesmo modo de existência e ou sorte, num vínculo essencial e voluntário. Essa relação é distinta da concepção de sociedade, caracterizada pela união de pessoas numa formação a partir de pressões e normas externas (língua, moral, direito), em vínculos arbitrários. Para Bauer, a comunidade de caráter não significava que as características individuais dos membros fossem homogêneas. Tratavam-se de vínculos substanciais entre as pessoas que nasciam de forma espontânea, capazes de produzir uma força de unificação sobre os membros da comunidade, determinando uma espécie de caráter coletivo.

Em relação à ideia de comunidade de destino, Otto Bauer considerou que a presença de uma história em comum permitia o estabelecimento das nações. Para o autor, o caráter nacional referia-se a uma estrutura de espírito, um certo gosto intelectual e ou um modo de reagir aos estímulos, decorrente da velocidade de processos históricos que acarretavam mudanças na história do presente e do futuro. Nessa perspectiva, para Bauer, o caráter nacional podia ser considerado como modificável, permitindo o termo distanciar-se de concepções “substancialistas” de nação, tanto na relação com o aspecto racial quanto na visão do “espírito do povo”, defendida pelo romantismo, com fortes aspectos da essencialidade metafísica do termo.

Otto Bauer, com isso, considerou que comunidade não se restringia à identidade. Destacou diferenças entre a formação nacional e de classe, considerando as dimensões da experiência, do destino, da sorte e do caráter na origem e na construção desses agrupamentos humanos. A comunidade de destino, não, representou para Bauer, a submissão à mesma sorte, mas uma forma de experiência comum por intermédio de trocas e interações constantes e contínuas. Para ele, ingleses e alemães vivenciaram, em circunstâncias, tempos e locais diferentes, o avanço do capitalismo e, por isso, não faria sentido torná-los um único povo. Em razão disso, não seria a identidade de destino que formaria a nação, mas a condição de viver e sofrer a comunidade de destino, argumentou Bauer. Nesse sentido, à luz de Kant, ele referiu-se à comunidade como “interação recíproca profunda” (BAUER, 1980a, p. 80), daí, seria apenas o destino vivido na interação mútua, intensa e constante, capaz de fundar a nação. Uma vez que a nação não era produto da mera identidade de destino, ela seria diferente de todas as outras comunidades de caráter como, por exemplo, a classe. Nessa perspectiva,

os proletários de todos os países possuem traços de caráter semelhantes. Apesar de todas as diferenças, a condição de classe idêntica imprimiu no caráter do trabalhador alemão e inglês, francês e russo, americano e australiano, os mesmos traços: mesmo ardor combativo, mesma disposição revolucionária, mesma moral de classe, mesma vontade política. Ora (sic) neste caso não é uma comunidade de destino, mas a semelhança da sorte vivida que engendrou a comunidade de caráter. Porque ainda que possam existir relações de comunicação entre trabalhadores alemães e ingleses, elas são ainda assim muito mais tênues que as relações que ligam o trabalhador inglês ao burguês inglês porque vivem ambos na mesma cidade, lêem os mesmos murais, os mesmos jornais, participam dos mesmos acontecimentos políticos ou esportivos e eventualmente se falam, diretamente ou por intermédio de diversos intermediários entre capitalistas e trabalhadores. (BAUER, 1980a, p. 80).

A ideia de comunidade de destino atribuída à nação era, para Bauer, também associada à articulação entre os laços de sangue dos indivíduos e a formação de relações, à medida que se misturavam as comunidades distintas, entre gerações e gerações. Bauer expôs, com esse argumento, o valor decisório da cultura na formação nacional e, sobretudo, o papel da linguagem como instrumento de comunicação importante para a união e a criação de vínculos entre os indivíduos. Bauer observou que havia mais laços de comunicação entre burgueses e trabalhadores ingleses do que entre trabalhadores ingleses e alemães. A linguagem era fator significativo na formação nacional, pois por ela se constituía, além comunicação, a transmissão oral dos bens culturais, dos conhecimentos entre gerações e a educação.

De qualquer forma, Bauer não eliminou o elemento biológico na sua concepção de nação. Ele criticou o determinismo das visões baseadas na aptidão não histórica do fenômeno nacional e alinhado à composição genética da formação da comunidade nacional. Em rigor, para Bauer (1980, 2001), as qualidades de uma nação são determinadas pelas condições de vida dos homens, sua relação com a vida coletiva e a natureza e, mais precisamente, a ascendência comum dos grupos e formação das tradições de costumes, práticas sociais, religião que são, de acordo com Bauer, elementos eficazes à formação da história em comum, base para se construir o caráter nacional. É por isso que:

o caráter do indivíduo nunca é somente o conjunto das qualidades que herdou, é também sempre determinado pela influência da cultura que lhe foi transmitida: pela educação da qual se beneficia, pelo direito ao qual está submetido, pelos hábitos conforme os quais vive, pelas

concepções de Deus e do mundo, da moralidade e da imoralidade, do belo e do feio, que lhe são transmitidas pela religião, filosofia, ciência, arte e política que exercem sua influência sobre ele – mas sobretudo pelo que determina todas estas manifestações: a maneira pela qual ele conduz entre seus compatriotas sua luta pela existência, pela qual satisfaz suas necessidades. (BAUER, 1980, p. 82).

Otto Bauer dedicou-se aos aspectos significativos da formação nacional alemã. Durante a Idade Média, considerou Bauer, os camponeses não faziam parte da nação dos alemães, formada por uma comunidade cultural das classes dominantes. O autor estendeu essa observação para sua época (século XIX-XX), na medida em que a cultura nacional continuou a ser a cultura da classe dominante e que as massas não pertenciam à nação, excluídas, assim, da cultura nacional.

Para Bauer (2001), havia considerações a serem feitas ao capitalismo na constituição do fenômeno nacional e da cultura. Para o autor, o capitalismo impedia a integração do operário à comunidade nacional. Por intermédio da defesa de uma política “evolucionista-nacional”, Bauer acreditou que apenas o socialismo teria chances de permitir às massas possuir a história e a cultura da nação. Essa postura determinava a crença na luta do proletariado pela democracia, por melhorias na economia e na educação, pela igualdade no sufrágio, pela liberdade de imprensa, reunião e associação. Ele opôs-se ao conservadorismo nacional, que tentava conservar a peculiaridade nacional como meio de se manter a ordem social vigente na Alemanha. Por essa razão, era preciso entender que, no período de transição do capitalismo ao socialismo, quando o antigo for destruído, as autoridades antigas forem trocadas e as relações de propriedade estiverem desfeitas, o antigo e o tradição terão perdido sua aura. Para o autor, seria dessa forma que as massas aprenderiam a destruir o antigo, estando aptas a construir o futuro a partir de seus próprios escombros.

Na sociedade socialista, a revolução da consciência das massas seria garantida por sua prática cotidiana como tal, conferindo-lhe poder para a consulta e para a tomada de decisão. Além disso, a conscientização seria possível também por conta da educação, que libertaria os homens à medida que disponibilizaria os bens culturais a todos, à nação e à humanidade. Liberaria, assim,

totalmente da tradição dos meios restritos, ampliando seu horizonte e tornando-se assim capazes de colocar a si mesmos seus desígnios e bem escolher os meios para seus fins. Assim, para o homem da sociedade socialista, nenhuma fronteira de Estado que há tempos as

épocas passadas traçaram para seus próprios desígnios será mais sagrada. [...] Enquanto as associações locais restritas no interior da nação perdem sua força, a comunidade nacional de cultura abrange a totalidade dos compatriotas, a comunidade nacional se torna para eles um fato seguro e imutável [...] Assim se materializa para eles o princípio da adaptação do poder externo à comunidade interna, que é o pensamento fundamental do princípio de nacionalidade.” (BAUER, 1980, p. 98).

Para Otto Bauer, não fazia sentido opor o internacionalismo ao interesse nacional. O desenvolvimento do cosmopolitismo seguiria com os interesses nacionais, a fim de alcançar a autodeterminação das nações, uma vez unidas pelo conjunto do povo.

Diferentemente da posição de marxistas como Kaustky, Otto Bauer defendeu a desconformidade de romper a ligação do nacionalismo com a ascensão do capitalismo, recebendo, por isso, críticas dos membros da Segunda Internacional, tanto da direita quanto da esquerda. Para Bauer, a internacionalização da cultura acontecia mediante a assimilação e a adaptação da cultura às questões nacionais.

Bauer considerou o problema nacional como a luta social da incorporação das massas às nações e à cultura nacional, sem concebê-lo por intermédio do enfrentamento pelo direito da separação política, fato que o diferenciou da noção de Lênin¹³. Otto Bauer manteve posição particular a respeito do Estado multinacional austro-húngaro por algum tempo, até que a política de anexação nos Balcãs e os conflitos entre Sérvia e Rússia tornaram-se insustentáveis. Bauer, em 1917, com a destruição do império austro-húngaro, passou a defender posições mais à esquerda do Partido Social-Democrata Húngaro, aproximando-se da defesa do direito das nações à autodeterminação.

2.3.5 Vladimir Ilych Ulianov (Lênin): autodeterminação e imperialismo

Entre os anos de 1913 e 1916, depois das posições de Rosa Luxemburgo promoverem debates significativos entre os marxistas sobre a questão nacional, Lênin

¹³ Antes ele defendia a autonomia nacional e cultural. Independentemente da discordância teórica, Lênin combatia a defesa por Bauer da integridade do Império Austro-húngaro. Bauer opôs-se à introdução na Áustria do modelo de revolução bolchevique, defendendo as concepções de “revolução lenta” e da “violência defensiva”. Desenvolveu estudos sobre as condições da revolução austríaca e a russa, como também sobre o fascismo e sobre as características da economia capitalista depois da Primeira Guerra Mundial.

também escreveu artigos a respeito do tema, polemizando, em muitos aspectos, com as abordagens da autora marxista polonesa. Lênin sempre esteve atento ao debate acerca desse assunto. O autor posicionou seus argumentos no contexto das discussões polarizadas entre, de um lado, teóricos austromarxistas e russos defensores da autonomia nacional e, de outro, como Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek¹⁴, críticos ao marxismo que levava em conta a emergência da formação nacional, a diferenciação entre nações opressora das oprimidas.

Lênin colocou-se na tentativa de encontrar uma estabilidade diante das posturas polarizadas entre chauvinistas e os defensores da autodeterminação nacional, uma vez que sabia da dificuldade de compor um estado alheio à razoável satisfação de interesses nacionais, historicamente, subjugados. Para o autor,

uma tendência própria a todo movimento nacional é a formação de Estados Nacionais, porque são os que melhor satisfazem as exigências do capitalismo moderno. Os fatores econômicos mais profundos contribuem para isto; e para a Europa Ocidental – mais ainda, para todo mundo civilizado – o Estado Nacional é típico, normal, no período capitalista. [...] compreender o que é a livre determinação das nações, se entende sua separação, como estado, das outras coletividades nacionais estranhas, se entende a formação de estados nacionais independentes. (LÊNIN, 1980, p. 152).

Lênin sustentou o direito das nações à autodeterminação, considerando que eram direitos fundamentais para o marxismo. O apoio à possibilidade de as regiões decidirem por si a autodeterminação não significava, segundo Lênin, o auxílio

¹⁴ Os autores austro-marxistas foram pouco conhecidos, se comparados aos demais marxistas ocidentais. De certa forma, vivendo sob a sombra dos bolcheviques no poder na Rússia e a derrota política, autores como Otto Bauer, Karl Renner e Strasser desenvolveram considerações significativas sobre a questão nacional. De Otto Bauer, destacou-se o texto *A questão das nacionalidades e a social-democracia*, em que o autor discutiu o fortalecimento dos conflitos entre tchecos e alemães, sendo criticado tanto por Kaustky quanto Lênin pelo caráter idealista da abordagem. Para Bauer, era importante pensar a presença dos componentes nacionalistas nos movimentos operários, uma vez que introduzia interesses burgueses à luta social. Otto Pannekoek (1873-1960), no texto *Luta de classe e nação*, de 1912, estabeleceu crítica a desconfiança de Bauer em relação à cultura nacional. Ciente da importância dos líderes partidários, da mobilização popular e democratização dos órgãos públicos, Pannekoek explicou que proletários e burgueses poderiam fazer leituras diferentes de um mesmo texto, já que são distintos os fundamentos do pensamento e a visão de mundo dessas classes. O sionismo socialista do judeu-russo Ber Borochoy (1880-1917) pode ser caracterizado pela defesa de um nacionalismo estabelecido por etapas em que a “existência nacional” antecede a “luta de classes”. O conceito de “condições de produção” foi estratégico para o autor fundamentar a necessidade do território nacional como base da revolução social.

da social-democracia à separação, inclusive, podia dar-se em oposição a partir da denúncia do nacionalismo burguês.

Com referência às considerações de Marx a respeito do caso irlandês, Lênin argumentou que o interesse da social-democracia em ampliar a democracia não poderia deixar de fora o direito à autodeterminação, na medida em que isto faria o jogo dos nacionalistas das nações opressoras, distanciando os trabalhadores dos países oprimidos em alcançar uma luta comum. Para Lênin (1980b), Rosa Luxemburgo errou ao apoiar a postura dos ultrarreacionários nacionalistas russos, recusando o direito por intermédio da polarização contra os socialistas poloneses. Lênin argumentou que ela defendia, fortemente, a análise histórica da questão nacional, em vários países e épocas, no entanto, não determinava, com precisão, o estágio histórico do capitalismo na Rússia, no início do século XX, tampouco as particularidades do tema neste país. Ela expusera como vários marxistas analisaram o assunto e que as boas intenções desses mascaravam a incapacidade de uma aplicação prática. O autor comenta que, na obra de 1898, ela mostrou o rápido desenvolvimento industrial da Polônia, pondo-se contra a independência do país que vendia produtos manufaturados para a Rússia e, com isso, manteve fixa a conclusão de que havia a predominância, puramente, dos fatores econômicos na relação entre Rússia e Polônia. Segundo Lênin, alguns elementos mereciam esclarecimento na tese de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional e a autodeterminação dos povos. Ora, segundo Lênin, ela não foi capaz de explicar as características históricas concretas dos movimentos nacionais e a estrutura social do poder na Rússia em relação à Polônia burguesa. Assim, na visão de Lênin,

para os social-democratas, o 'direito de livre determinação' certamente não tem a mesma importância que para os social-democratas russos. É muito natural que a luta contra a pequena burguesia polonesa, cega pelo nacionalismo, tenha obrigado os social-democratas poloneses a 'forçar a mão' com um zelo particular (às vezes mesmo um pouco exagerado). Jamais um marxista russo cogitou em acusar os social-democratas poloneses de serem contra a separação da Polônia. Estes social-democratas só cometem um erro quando tentam, como faz Rosa Luxemburgo, negar a necessidade de incluir o direito de livre determinação no programa dos marxistas russos. (LÊNIN, 1980b, p. 157-158).

A crítica de Lênin à Rosa Luxemburgo estendeu-se também à ideia utópica da independência dos pequenos Estados, em contextos do imperialismo. Segundo

Lênin, ela confundia o campo político com o econômico, uma vez que o domínio do capital financeiro e burguês significava a possibilidade de se obter avanços democráticos. Nessa perspectiva, era importante para Lênin apoiar a luta da ampliação democrática, avançando os limites rumo ao socialismo.

No texto *A revolução socialista e o direito das nações a autodeterminação*, de 1916, Lênin (1988) expôs três tipos de países, com características econômicas e políticas diferentes, em que a social-democracia aparecia com desafios distintos. Assim, Lênin distinguiu:

a) Primeiro grupo: os países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental e os Estados Unidos, que chegaram a concluir os movimentos nacionais burgueses progressivos e muitos destes foram países opressores de outras nações, cabendo aos trabalhadores lutar contra essa opressão (1988, p. 149);

b) Segundo grupo: constituído pelos países do leste europeu, onde nasciam movimentos democráticos burgueses, em que os trabalhadores deveriam estar a favor das transformações, com respeito à questão nacional e empenhados em unir a luta de classes dos proletários das nações opressoras à dos trabalhadores das nações oprimidas (1988, p. 149);

c) Terceiro grupo: composto por países coloniais e semicoloniais, caracterizam-se pela presença de movimentos democráticos em formação. Para Lênin, isso obrigava os socialistas a defender a liberdade das colônias, apoiando os elementos mais progressistas dos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional. Esse era um dos argumentos mais significativos e de influência de Lênin e, sobretudo, esteve presente a partir dos movimentos de libertação das colônias fora da Europa, dos conflitos entre nações do centro e leste europeu com a crise dos impérios russo, austro-húngaro e da Turquia, na Primeira Guerra Mundial (1988, p.150).

As diferenças entre as nações opressoras e oprimidas, estabelecida por Lênin (1988), suscitavam, de certa forma, tarefas para os socialistas, considerando as características de cada país onde estavam. Implicava, também, a crítica às predisposições “social-patriotas”, ou seja, a que sustentava o imperialismo e a concentração econômica como progressivos, opondo-se ao direito à autodeterminação; ou aquela que reconhecia a autodeterminação, negando a necessidade da revolução socialista nas nações opressoras. Nessa perspectiva, por intermédio da discussão sobre a autodeterminação, Lênin alinhou a questão nacional

ao internacionalismo proletário e à luta pelo socialismo, referenciando ideias de Marx a respeito da Irlanda. Lênin defendeu a necessidade de o proletariado das nações opressoras apoiar a autodeterminação sob o risco de se esconder atrás de uma política burguesa e chauvinista, retrógrada e incapaz de introduzir uma política independente de classe. De acordo com Lênin,

a tarefa consiste em salvaguardar a unidade da luta de classe do proletariado pelo socialismo, combater vitoriosamente todas as influências burguesas e aqui-reacionárias do nacionalismo. Nas nações oprimidas, a separação do proletariado em um partido independente acarreta, às vezes, uma luta tão encarniçada contra o nacionalismo da nação em questão que se deforma a perspectiva e se esquece o nacionalismo da nação opressora. [...] Igualdade completa entre as nações; direito das nações a dispor de si mesmas; união dos operários de todas as nações: eis o programa nacional ensinado aos operários pelo marxismo, pela experiência do mundo inteiro e pela experiência da Rússia. (LÊNIN, 1980b, p. 163-165).

Talvez, esteja nesse ângulo de abordagem, a crítica fundamental de Lênin às considerações de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional, autodeterminação e desenvolvimento das relações de produção no contexto do imperialismo. Lênin interrogava a generalização de não se defender a autodeterminação das nações do império czarista. Com isso, a defesa do direito à autodeterminação tornara-se, segundo Lênin, a maneira de permitir a livre e voluntária associação, aproximando os trabalhadores das nações opressoras e oprimidas. Tratou-se mesmo, para o autor, da reconciliação dos movimentos nacionalistas das nações oprimidas com o socialismo. Para Lênin (1980b), ainda que existissem contradições, componentes reacionários e progressivos dentro dos sentimentos de “orgulho nacional” e “amor à pátria”, o socialismo não podia negar o fenômeno nacional, devendo, pelo contrário, identificar os elementos positivos contra os negativos.

Por este argumento, Lênin passou a considerar o orgulho de “ser russo” como algo relacionado à revolução e à rebeldia diante das opressões, uma vez que, na Europa do século XX, a proteção da pátria passava pelo uso de todos os meios contra a monarquia e contra os capitalistas, possibilitando, assim, a disputa dos conteúdos identitários da nação e a relevância da intervenção política sobre o tema. O “orgulho russo”, expressão mencionada por Lênin (1988, p. 118-121), representou uma resposta ao crescimento oportunista do chauvinismo e ideais liberais de independência e autonomia no início do século XX. Atento à expansão do espírito

nacional e dos debates sobre o direito à autodeterminação dos povos, Lênin defendeu a importância de os social-democratas *gran-russos* posicionarem-se em relação ao problema nacional, sobretudo num período em que o capitalismo vivenciava o nascimento de “novas” nações, grandes e pequenas. Para ele, os proletários *gran-russos* conscientes não poderiam ser indiferentes ao orgulho nacional, uma vez que amavam a própria língua e a pátria e se esforçavam para que as massas trabalhadoras fossem alçadas à vida consciente dos democratas e dos socialistas. Para o autor, não era admissível ver a violência dos czaristas, aristocratas e capitalistas submeterem a pátria russa ao atraso e à submissão do povo. Por isso, fazia sentido o orgulho originado da consciência e da resistência contra a opressão e da inteligência da classe operária criar um partido revolucionário, em 1905, apto a destruir as estruturas latifundiárias arcaicas da Rússia.

O sentimento de orgulho nacional é também pelo nascimento de uma classe revolucionária, capaz de dar bons exemplos de luta pela liberdade e pelo socialismo. O orgulho estender-se-ia também aos que não se conformavam com sua condição de escravo e que aspiravam a liberdade. Os grandes operários, de acordo com Lênin (1988), deveriam estar impregnados pelo orgulho nacional, uma vez que eram defensores de uma “Grande Rússia”, livre e independente, democrática, republicana e que estabelecia relação com os países e nações vizinhas com base no princípio humano da igualdade e não a partir dos privilégios feudais. Defender a pátria passava pelo uso dos meios revolucionários contra a monarquia, os latifúndios e os capitalistas, considerados por Lênin os maiores inimigos.

Em rigor, Lênin posicionou-se contrário à contraposição entre o internacionalismo socialista e os movimentos nacionais, uma vez que, para o autor, eram complementares. O direito à autodeterminação nacional (direito a ter um Estado próprio) não se tratava de defender o nacionalismo de nação opressora.

As considerações de Lênin contra Kautsky e Rosa Luxemburgo estiveram sustentadas pela confiança na convergência do socialismo e os movimentos nacionais das nações oprimidas no contexto da revolução internacional. A revolução social, para Lênin, seria produzida à medida em que se mesclava à guerra civil do proletariado contra a burguesia nos países desenvolvidos, os movimentos democráticos e revolucionários e os de libertação nacional nos países não desenvolvidos.

2.3.6 Josef Stalin: a burguesia e as lutas nacionais

Josef Stalin também se dedicou ao tema da questão nacional e, em muitos aspectos, suas posições sobre o assunto repetiram ideias apresentadas por Lênin, sobretudo a defesa do direito à autodeterminação e a crítica à autonomia cultural-nacional dos austromarxistas. No entanto, ao contrário de Lênin, Stalin chegou a desenvolver uma concepção mais objetiva de *nação* definindo-a como uma comunidade estável, historicamente formada, com idioma, território, economia, fisionomia espiritual e psicologia sob a condução de uma comunidade de cultura (STALIN, 1980a, p.132-139). Para ele, era a presença articulada de todos esses determinantes (língua, território, economia e psicologia) que garantiam a formação da nação, sendo o ‘caráter nacional’ o único traço essencial da nação, uma vez que, para Stálin, os demais foram considerados exigências para o amadurecimento da nação e não signos distintivos desta. Assim, o “caráter nacional é a soma de signos que distinguem os homens de uma nacionalidade dos de outra, o complexo de qualidades físicas e morais” (STÁLIN, 1980a, p. 136).

Enquanto Lênin concedeu mais atenção às vertentes políticas dos movimentos nacionais emergentes na Europa, Stálin centrou-se em construir uma explicação sobre a nação, que fosse alternativa às concepções de Otto Bauer. Ele ofereceu uma rígida definição, na qual era necessária a presença de todos os termos para uma nação ser qualificada como tal. Para Stálin, a ideia de Bauer, segundo a qual a nação era um conjunto de homens vinculados numa comunidade de caráter à base de uma comunidade de destinos, era frágil, na medida em que excluía os vínculos obrigatórios da comunidade com o território, a língua e a economia. De acordo com Stálin,

Bauer se refere aos judeus como uma nação, embora ‘não tenham língua comum alguma’, mas que é ‘comunidade de destinos’ e que vínculos nacionais podem mediar, por exemplo, entre judeus georgianos, daguestanos, russos e norte-americanos, completamente desligados uns dos outros, que vivem em diferentes territórios e falam distintos idiomas? [...] E se neles fica algo em comum, é a religião, sua origem comum e alguns vestígios de caráter nacional. Disto tudo não resta dúvida. Como se pode, porém, sustentar seriamente que ritos religiosos fossilizados e vestígios psicológicos que se vão esfumando influam nos destinos’ dos referidos judeus com mais força que a vida econômico-social e cultural que os rodeia? Pois só partindo dessa superposição se pode falar, em geral, dos judeus como uma só nação.” (STÁLIN, 1980, p. 137).

A interrogação de Stálin esteve centrada no objetivo de entender o que Bauer considerou como nação, o que determina o “espírito nacional” místico e que se basta a si mesmo como elemento gerador de vínculos entre os indivíduos. Stálin manteve a concepção de Otto Bauer sob suspeita, uma vez que a identificou como limitante, justamente pela impossibilidade, segundo Stálin, de separar o caráter nacional do solo em que o faz nascer, das condições materiais de produção da vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, pare ele:

o ponto de vista de Bauer, ao identificar a nação com o caráter nacional, separa a nação do terreno em que é assentada e a converte numa espécie de força invisível, que se basta a si mesma. O resultado não é uma nação viva e real, mas algo místico, imperceptível e de além-túmulo. Pois – repito – que nação judaica é essa, composta de judeus georgianos, danguestanos, russos e norte-americanos e outros judeus que não se compreendem entre si (porque falam idiomas distintos), vivem em diferentes partes do planeta, não se verão nunca uns aos outros, não atuarão jamais conjuntamente, nem nos tempos de paz nem nos tempos de guerra? Não, não é para estas ‘nações’, que só existem no papel, que a social-democracia estabelece seu programa nacional. A social-democracia só pode levar em conta nações reais, que atuam e se movem e, portanto, obrigam a ser tratadas como reais. Bauer, evidentemente, confunde a *nação*, categoria histórica, com a *tribo*, categoria étnica. (STÁLIN, 1980, p. 138).

No texto *O movimento nacional*, escrito em 1913, Stálin (1980) procurou, à luz da experiência dos movimentos de libertação ocidentais e orientais, defender a nação e a autodeterminação como categoria e condição históricas próprias do capitalismo em ascensão. Para ele, o processo de liquidação do feudalismo e a expansão das forças produtivas do capital conduziram a formação dos Estados nacionais independentes. De acordo com Stálin, haveria também distinções relativas ao processo de nascimento das nações na medida em que, no Ocidente, as nações se converteram em Estados e, no Oriente, foi característico o aparecimento de Estados multinacionais, com várias nacionalidades. Para Stálin, haveria uma explicação para essas distinções. No Oriente, os vestígios do feudalismo fizeram-se presentes; o capitalismo ainda apresentava debilidades de se estabelecer e as nacionalidades não tiveram força suficiente para consolidar-se economicamente a fim de se formar como nações.

Com o alcance do capitalismo nos Estados orientais, segundo Stálin, as nações consolidaram-se economicamente a partir do crescimento do comércio, dos sistemas de comunicação moderno, da literatura e das artes, presenciando o nascimento da “ideia nacional” e de “sentimentos nacionais”, sobretudo entre intelectuais. As nações postergadas, na visão de Stálin, não se estruturaram na forma de Estados independentes. Elas foram atravessadas pela resistência dos dirigentes das nações dominantes, situação que levou, inevitavelmente, à formação dos movimentos nacionais. Stálin destacou, com isso, um caráter conflitivo e particular, não entre as nações, mas entre as classes governantes das nações dominantes e retardadas.

O enfrentamento estabelece-se entre a burguesia urbana da nação oprimida e a da nação dominante como, por exemplo, entre tchecos e alemães. Aparece, segundo Stálin, entre a burguesia rural (nação oprimida) e os grandes patrões da nação dominante, como entre ucranianos na Polônia. O confronto sobre o nacional pode, ainda, desenvolver-se entre a burguesia “nacional” das nações dominadas contra a aristocracia de grandes nações, como visto entre a Polônia, Lituânia e Ucrânia na Rússia. Com isso, Stálin chamou a atenção para o papel ativo da burguesia nas lutas nacionais. Assim,

a burguesia da nação oprimida, que se vê acossada por toda a parte, entra naturalmente em ação. Apela para ‘os de baixo de seu país’ e principia a falar de ‘pátria’, ao pretender fazer da sua própria causa a causa de todo o povo. Recruta para si um exército entre seus ‘compatriotas’, no interesse da ‘pátria’. E ‘os de baixo’ nem sempre permanecem surdos aos seus apelos e se agrupam em torno da sua bandeira: é que a repressão de cima também os afeta, provocando o seu descontentamento. (STÁLIN, 1980b, p. 142).

Josef Stálin, dessa forma, considerou que a formação do movimento nacional estava relacionada ao grau de participação do proletariado e dos camponeses. Além disso, o conteúdo das lutas nacionais não podia ser o mesmo em todas as partes, advertiu Stálin, uma vez que era determinado, integralmente, pela variedade de reivindicações que podia motivá-lo. Pode, assim, possuir caráter mais agrário ou idiomático; ter nascido por intermédio de reclamações em nome da igualdade de direitos civis e de liberdade religiosa. Nas diferenças entre as motivações, transpareciam os traços constitutivos da nação – idioma, território etc. – não encontrando, segundo Stálin, qualquer reivindicação sobre o “caráter nacional”,

característica defendida por Otto Bauer e considerada por Stálin algo incompreensível. (STÁLIN, 1980).

A condição da relação entre as classes burguesas do capitalismo em ascensão e a capacidade de a burguesia conseguir arrastar o proletariado às lutas nacionais conferiu, de acordo com Stálin, a aparência popular geral ao movimento nacional. Para ele, no entanto, era apenas uma aparência e a luta nacional não deixava de ser uma luta burguesa.

O direito à autodeterminação das nações e dos povos estava, para Stálin, associado ao direito de as nações determinarem seus destinos, uma vez que não poderia haver o direito de alguém intervir, pela força, a vida de uma nação, de destruir escolas e instituições, violar hábitos e costumes, perseguir idiomas e menosprezar os direitos dos indivíduos. Stálin fez a defesa da autodeterminação e, no entanto, fez ressalvas. A social-democracia teria papel importante contra a violência exercida sobre as nações, mas não apoiaria todos os costumes e as instituições de uma nação. Ela empenhar-se-ia em combater costumes e instituições nocivas, a fim de oferecer às classes trabalhadoras a possibilidade de liberdade.

A nação podia ordenar-se de acordo com suas vontades, era soberana, tinha direito a estabelecer relações federativas com outras nações, sendo iguais em direitos. Mas, para Stálin, isso não significava "que a social-democracia vá defender todas as reivindicações de uma nação, sejam quais forem. [...] Os deveres da social-democracia, que defende os interesses do proletariado, e os direitos da nação, integrada por diversas classes, são duas coisas distintas." (STÁLIN, 1980, p. 146).

O argumento de Stálin centrou-se na defesa do direito à autodeterminação das nações e no objetivo da social-democracia em conduzir o fim da política de opressão entre as nações. Essa posição, para Stálin, era diferente da política do proletariado consciente e da burguesia interessada em fortalecer e aprofundar os movimentos nacionais. Em sua visão, não podia o proletariado consciente estar ajustado e sob a perspectiva da ideia "nacional" da burguesia.

2.4 Conclusões: nação e nacionalismo sob a perspectiva marxista

Pelo que se levantou neste capítulo, a discussão sobre a questão nacional entre os marxistas constituiu-se complexa e repleta de tensões. A pergunta sobre o que é nação deixa mais interrogações e ambivalências do que definições precisas e

definitivas entre os autores. Em trabalhos mais recentes sobre nação e nacionalismos, continua a presença de posições unilaterais quando deveria se apresentar uma visão dialética sobre o assunto, considerando as ambivalências, explícitas e implícitas, dentro e entre as concepções do fenômeno nacional.

Na maior parte dos trabalhos a respeito da formação das nações e das nacionalidades, duas perspectivas de abordagem aparecem: a) a ênfase de destacar o caráter de “invenção” e “construção” sobre o “orgânico”; b) abordar as tensões entre as visões sobre a questão, sem considerar a conexão intrínseca entre elas e a formação de diferentes tipos de nação. Em rigor, tratou-se da oposição entre a visão do universalismo ilustrado, da cidadania e da democracia frente ao nacionalismo romântico que sinalizava o vínculo contratual entre os membros de uma nação.

No centro da Segunda Internacional, o pensamento economicista e mecanicista esteve hegemônico, dificultando o desenvolvimento de uma teoria da nação menos determinista aos aspectos econômicos. A oposição entre o nacionalismo e o internacionalismo, na herança do trabalho de Karl Marx, foi, em muitos aspectos, o sentido da Segunda Internacional. Lênin procurou superar essa dicotomia na medida em que acreditou na confluência das lutas pelo socialismo dos países centrais com os movimentos de libertação nacional das colônias. Considerando o fracasso da expansão do movimento revolucionário em escala mundial, a postura de Lênin tornou-se improcedente, ainda que suas ideias tenham sido retomadas por movimentos de libertação nacional no processo de descolonização das décadas de 1950 e 1960. Naquela oportunidade, houve a junção das perspectivas da teoria do imperialismo de Lênin com as teorias da dependência, sinalizando uma característica importante do processo revolucionário dos países do Terceiro Mundo. Ainda que Lênin acreditasse na força do movimento socialista nos países desenvolvidos, ele também considerou a convergência dos proletários das nações oprimidas com suas burguesias na luta pela independência política.

A relação entre o nacionalismo e o socialismo, para Otto Bauer, deu-se de modo diferente do que para Lênin. De acordo com Bauer, era importante a luta pela incorporação das massas à cultura nacional, na perspectiva de uma estratégia nacional-evolucionista, destacando, assim, a diferenciação interior de toda a nação. No entanto, considerando a característica ideológica da nação de vincular seus membros em uma comunidade, além das diferenças de classes, muitos marxistas conceberam a nação como um instrumento de dominação de classe. De qualquer

forma, parece artificial a divisão cultural sinalizada por Bauer, uma vez que, levando em conta que a cultura nacional está nas mãos das classes dominantes, concebe-se essas como superior.

Nessa perspectiva, faz-se necessário o estudo da relação entre a homogeneização, implícita à ideia de nação, com as contradições de classes internas a ela, sobretudo no aspecto cultural. No entanto, tornou-se importante contabilizar os desenvolvimentos do marxismo no campo da ideologia, Estado e hegemonia, temas que estiveram presentes nas obras e alvo das discussões de autores posteriores a Karl Marx e à Segunda Internacional, entre eles, Antônio Gramsci, nos anos de 1920 e 1930, e os marxistas estruturalistas dos anos de 1960, revitalizadores da teoria marxista. Ainda que essas contribuições sobre ideologia, Estado e hegemonia, e sua relação com a constituição da nação, não estivessem claramente presentes na Segunda Internacional, os autores desta mostraram significativa perspicácia na medida em que, em sua época, chamaram a atenção para a complexidade do tema no marxismo.

Rosa Luxemburgo destacou o caráter ideológico do nacionalismo e considerou ariscada a política nacional do proletariado, pois representava a perda da independência de classe, aproximando-se da política burguesa. Tratou-se, para Luxemburgo, da possibilidade de a ideologia nacional estar a serviço da reprodução do sistema econômico e suas irregularidades e desigualdades de base. No entanto, vale observar, que considerar o nacionalismo como mero instrumento de dominação de classe pode resultar num esquematismo reducionista extremo. A base da nação é a incorporação das classes mais pobres à vida política, mesmo que de maneira formal, por intermédio da igualdade jurídica, fato que não impede de reconhecê-la como comunidade abstrata e “imaginada”, capaz de encobrir as desigualdades sociais. Além disso, é importante destacar que todo elemento ideológico deposita-se sobre componentes reais e materiais, não podendo ser tomado como uma mera “mentira”.

Outra ideia importante no debate marxista sobre a questão nacional diz respeito à percepção do caráter não estático do termo. Otto Bauer teve significativa contribuição no processo de ver a nação como uma espécie de devir contínuo e que não pode ser tratada, segundo Bauer, em termos orgânicos-historicistas, pois a nação possui gênese, descontinuidades e redefinições em relação aos grupos sociais em disputa. Ela apresenta certa continuidade tanto na conexão com o Estado como na edificação de um passado e de futuro que a conferem coerência.

Por outra perspectiva, Lênin destacou o fato de a identidade nacional ser composta por vários elementos, inclusive, contraditórios e em conflito. Por isso, acrescentou que a identidade não poderia ser, por condição prévia, “reacionária” em relação às classes sociais, sendo, segundo Lênin, um equívoco colocar em contraposição classes sociais e identidade nacional, ou apontar uma classe como fundamento de uma nação, uma vez que as classes ajustam-se no nível nacional. Dessa forma, parece que o ponto é localizar a relação estrutural entre capitalismo e a formação das nações, evitando qualquer esquematismo.

De acordo com Kautsky, a origem do capitalismo esteve associada à formação de um mercado unificado e dependeu da unificação das línguas. No entanto, é necessário não tomar essa definição de maneira restritiva, ainda que o mercado e a língua sejam elementos importantes na formação das nações. Nessa senda, as considerações de Stálin sobre o fenômeno nacional também deixaram de lado múltiplas variáveis na composição das nações. Em rigor, as iniciativas esquemáticas ou as definições “objetivas” sobre a formação e o sentido das nações apresentaram quase sempre o termo a partir do acúmulo de elementos, dificultando a compreensão da questão nacional dentro de suas transformações.

Ao preservar certo distanciamento ao formalismo, Lênin e Rosa Luxemburgo discutiram a questão nacional a partir da consideração das variáveis políticas e, sobretudo, observaram a viabilidade de articulação entre os movimentos nacionalistas e a defesa pelo socialismo. Com a ciência de terem tomado posições distintas em muitas situações e temas, Lênin e Luxemburgo interessaram-se por destacar os empecilhos presentes entre os movimentos nacionalistas e suas intenções revolucionárias, principalmente, internacional. Eles questionaram os princípios de o essencialismo nacional negligenciar a relevância da questão. Para ambos, o tema da superação do Estado nacional pelo socialismo estivera presente nas transformações do início do século XX e, antes de identificar erros e acertos, importou destacar a contribuição dos autores ao debate. Neles, pode-se identificar uma pergunta: em quais situações os movimentos nacionais podem alinhar-se ao movimento operário, representante da revolução socialista internacional?

Otto Bauer também teve importância em relação ao tema, apresentando uma argumentação que destacou a história, evitando definições objetivas, substancialistas ou subjetivas sobre nação. Bauer não privilegiou a relação da nação com o Estado e o componente ideológico do nacionalismo. Ele considerou a nação

como fenômeno autônomo ao desenvolvimento capitalista e apontou o socialismo como sistema capaz de superar a sociedade de classes na medida em que forma uma comunidade nacional integradora das classes sociais.

Em rigor, há um déficit na produção dos autores da Segunda Internacional no que diz respeito à problematização das contradições entre a formação das nações e a estrutura capitalista. A ausência de uma perspectiva dialética de abordagem sobre o problema nacional manteve-se pelo século XX em posições como “internacionalismo intransigente” e “anti-imperialismo nacional”. A leitura dos autores da Segunda Internacional é, nessa perspectiva, importante, a fim de enriquecer as conceituações atuais, principalmente, apontar a complexidade do fenômeno nacional na tradição teórico política.

3 NAÇÕES E NACIONALISMO FORA DO EIXO EUROPEU: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

Cada historiador de la multitud, de los desposeídos, de los sulbalternos y de los esclavizados tiene que lidiar con el poder y la autoridad del archivo, y con los límites que este establece con respecto a qué puede saber-se, a qué perspectivas importan y a quién está dotado del peso y la autoridad del actor histórico.

(Saidiya Hartman, *Wayward Lives*)

3.1 O pensamento social africano e o desafio da construção nacional

Durante a década de 1940, apenas a Etiópia e Libéria não estava sob o domínio da colonização europeia. Em 1963, passadas duas décadas, 29 países ficaram independentes na África por processos de resistências populares, movimentos nacionalistas, frentes políticas e diversas lutas anticoloniais. O interesse por unidade, organização e estratégias a respeito das soluções ao problema colonial somados ao desenvolvimento e expansão de um pensamento social e político africano deram forma ao processo independentista e nacional na África.

O fortalecimento da crítica e do combate ao sistema colonial provocaram mudanças na ordem política africana. Com isso, surgiram ações em proveito de unidades políticas e nacionalismos com a participação de vários segmentos e atores da vida social como intelectuais, movimentos estudantis e sindicais, ligas e associações civis, partidos e entidades políticas, dentre eles, a revista *Preséance Africaine*, a *Convention People's Party*, na Costa do Ouro; a Frente de Libertação Nacional – FLN, na Argélia; a União Progressista Senegalesa (Senegal); o Partido Comunista Angolano – PCA, em Angola; e o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA (DEVÉS-VALDÉ, 2008; BARBOSA, 2020).

Há vários motivos que explicam a expansão do interesse independentista e nacionalista na África. Entre eles, destacaram-se os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e a influência, no cenário internacional, da União Soviética e dos Estados Unidos (EUA) por intermédio da chamada Guerra Fria. A esses, é importante acrescentar as ações da Organização das Nações Unidas (ONU) no continente, a independência de países asiáticos e o agravamento das contradições do colonialismo.

Muitos africanos participaram da Segunda Guerra Mundial, em campos de batalha, sobretudo nas Forças Armadas da França. A experiência no conflito serviu para perceberem o peso da discriminação social europeia e do racismo praticado pelo

nazifascismo alemão e italiano. Com o término da guerra, no retorno à Europa ou à terra natal, boa parte dos jovens africanos já possuíam outro olhar sobre si, o europeu e o processo colonial ao qual eles e gerações africanas foram submetidas. A percepção da segregação racial existente levou muitos a se afiliarem em movimentos anticoloniais e de libertação nacional.

A convocação de jovens africanos para guerra foi também simultânea ao recrutamento de outros ao trabalho forçado em áreas agrícolas e de extração mineral na África, conduzidas por empresas europeias. Os custos da guerra levaram as nações imperialistas da Europa a fortalecerem os meios de produção de riqueza e lucros, intensificando as contradições na divisão social do trabalho e práticas violentas para o controle das atividades laborais. A violência corporal e moral, as baixas condições de segurança, o excesso de horas de trabalho às quais muitos africanos foram submetidos também os levaram ao conhecimento da dominação colonial e à aproximação ao anticolonialismo. A crítica ao colonialismo aparecia em vários grupos, nos sindicatos¹⁵, igrejas, movimento estudantil, intelectuais e partidos políticos (PENNA FILHO, 2009).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, muitos países europeus saíram com significativos problemas econômicos, além de dificuldades para recompor os serviços e a infraestrutura de cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 e orientada pelos princípios das relações amistosas entre nações, deu ênfase às ações de promoção da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, transformando-se em uma instituição importante na escuta das questões e

¹⁵ Em razão da precária industrialização na África e da repressão dos países europeus, a formação dos sindicatos foi tardia e, apenas, na década de 1940, notificou-se as primeiras organizações sindicais. Gana e Nigéria destacaram-se na criação e legalização dos sindicatos. No entanto, as iniciativas sofriam com a pequena filiação de trabalhadores que tinham baixos salários, comprometendo a estrutura e a capilaridade das ações sindicais entre os trabalhadores. Além disso, a crescente migração de camponeses para as cidades aumentava, significativamente, o contingente de exército de reserva, de trabalhadores disponíveis às condições de trabalho e remuneração. A dificuldade de acesso à instrução e a pouca formação técnica e especializada dos africanos comprometiam, de certa forma, a ação militante. No entanto, trabalhadores do Quênia e da África Ocidental francesa chegaram a conquistar resultados. Paralelamente aos sindicatos, associações patronais também foram criadas. Houve também o surgimento de centrais de trabalhadores com relevante influência europeia, entre elas a *Confédération Générale Du Travail*. Muitos dirigentes dessas entidades tiveram formação militante na França e no Leste-Europeu. A luta por questões trabalhistas transformou os sindicalistas em importantes nomes para a formação dos quadros dos partidos africanos e para a defesa de ideal nacionalista na África. (BARBOSA, 2020; PENNA FILHO, 2009).

interesses do mundo colonizado. A UNESCO, instituição da ONU, redigiu relatórios e realizou conferências que contribuíram para a visibilidade ao surgimento do nacionalismo africano. (KI-ZERBO, 2000, p. 162).

As lutas e a emancipação dos países asiáticos contra o jugo colonial também foram importantes experiências que serviram de estímulo à questão nacional na África. Líderes como Gandhi e Mao Tsé-tung inspiraram de formas distintas os africanos. Em seguida à independência do Vietnã, da Indochina Francesa e da Indonésia, houve conferências afro-asiáticas que promoveram a circulação de ideias e de experiências independentistas entre lideranças de países africanos e asiáticos.

A partir dos anos de 1950, iniciou-se um processo de aproximação e alianças entre os continentes africano e asiático. Conferências e o movimento dos países não alinhados envolveram vários países da África e da Ásia na formação do chamado Terceiro Mundo, ou “terceiro mundismo”, importante para impulsionar as independências políticas e o nacionalismo nesses continentes. Para o despertar da consciência e do sentimento de partilha, foi importante um conjunto de conferências, a começar pelo Congresso dos Povos Oprimidos, em Bruxelas, em 1927.

Em 1947, ano da independência da Índia, foi realizada a primeira conferência afro-asiática, em Nova Deli, convocada por Nehru, na época, primeiro-ministro da União Indiana. Dois anos depois, em 1949, no mesmo país, 19 estados voltaram-se a se reunir. Em 1955, na Indonésia, aconteceu a Conferência de Bandung, evento importante para o movimento nacionalista africano, que reuniu 29 países, dentre eles o Egito, a Líbia, a Libéria, a Etiópia, a Birmânia, o Ceilão, a Índia, o Paquistão e, ainda, a Costa do Ouro, uma colônia britânica que, dois anos depois, tornar-se-ia independente, sendo conhecida pelo nome de Gana. No encontro, foram discutidas a tensão entre a República da China e o Estados Unidos, a influência da França no Norte da África, o conflito entre Indonésia e Holanda. Por unanimidade, todas as formas do colonialismo foram condenadas. Alguns princípios foram postos em discussão, como o respeito pela soberania e a integridade territorial das nações africanas grandes e pequenas; e a igualdade de todas as raças e nações. Os debates serviram de estímulo aos líderes africanos nas lutas contra o colonialismo europeu, o racismo e a inferiorização dos povos negros. As ideias de Bandung estenderam-se à I Conferência dos Estados Independentes da África, em 1958, em Acra, capital de Gana. O encontro foi também fundamental para a discussão sobre o “não alinhamento”, a manutenção da paz mundial e a solidariedade aos povos africanos

ainda colonizados. Tratou-se dos primeiros passos para a defesa da unidade africana e a possibilidade de uma “terceira via” entre o mundo capitalista e o socialista. No mesmo ano, em Acra, a Conferência dos Povos Africanos reuniu 62 organizações nacionalistas, entre elas a União dos Povos de Angola (UPA), fortalecendo a criação de uma Comunidade dos Estados Independentes de África, fortemente estimulada por K. Nkrumah.

Em 1961, acontece a I Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em Belgrado, tornando-se já visíveis os conflitos entre os membros participantes, sobretudo quanto à questão da manutenção da “neutralidade” política. A proposta do nacionalismo africano e de uma África como unidade e independente foi ameaçada pela divisão das lideranças nacionalistas em dois grupos, os do Estado de Casablanca (Gana, Guiné-Conacry, Mali, Líbia, Egito de Nasser, Marrocos e o FLN, movimento pela libertação da Argélia) e os de Monróvia (Camarões, Libéria, Nigéria e Togo). A separação representava tanto divergências ideológicas quanto posições sobre os rumos do não-alinhamento, tão defendido anteriormente. O grupo de Casablanca aproximou-se dos países socialistas e o de Monróvia manteve-se próximo ao modelo capitalista. A garantia da neutralidade confrontava-se com as pressões internacionais, as dificuldades econômicas e a pobreza dos países recém-independentes na África.

Para completar o contexto do espírito das lutas anticoloniais e de formação nacional, a independência do Egito também foi um acontecimento significativo para o aumento das lutas anticoloniais e independentistas na África. Por intermédio de um golpe de Estado, o coronel Gamal Abd El-Nasser chegou ao poder em 1954. Anticolonialista, ele defendeu e aprofundou a defesa da aproximação e da boa relação com os árabes, sendo um dos principais nomes no processo de nacionalização do Canal de Suez, alvo do interesse de franceses e de ingleses. Na oportunidade, denunciou os efeitos do imperialismo inglês no Egito e a manipulação dos lucros da empresa pelos britânicos, argumentando que os egípcios tinham o direito à hidrovia, fato que repercutiu na popularidade de Nasser e o apoio das massas à decisão, tanto no Egito quanto nos demais países árabes. Nos anos de 1950, dando continuidade ao processo de independências nacionais, Marrocos e Tunísia também se tornaram independentes.

Ainda pouco explorado pelas Ciências Sociais, um dos momentos mais ricos da historiografia moderna do século XX é o referente aos *movimentos de libertação nacional* africano após a Segunda Guerra Mundial. O período é também

conhecido por historiadores e cientistas sociais como a “descolonização”¹⁶, iniciada pela independência da Índia (1947), e relacionado ao término dos sistemas coloniais prolongados até meados da segunda metade do século passado. Ele foi marcado tanto pela via indireta neocolonial da “descolonização”, gerenciada pelas metrópoles, quanto pelo aparecimento de resistências e movimentos políticos emancipatórios, organizados pela população colonizada contra o colonialismo na África.

Para alguns estudiosos, sob o ponto de vista econômico, as “independências” foram resultantes do colapso da administração colonial uma vez que o sistema direto de dominação não era mais vantajoso para potências europeias. O desgaste financeiro aumentava diante das despesas militares para conter os movimentos de libertação nacional¹⁷. Assim, a metrópole seria responsável pelo processo de transição e de condução à formação dos Estados nacionais. Houve, nesse entendimento, a sinalização da força de certa ideologia colonial, defendida pelas potências imperialistas, em que o processo de descolonização promoveria uma série de benefícios como a pacificação da população africana, pobre e submetida às disputas étnicas; além do acesso à economia e a modelos institucionais capitalistas

¹⁶ O uso de termo *descolonização* merece atenção para evitar o descuido de tomá-lo como um processo histórico resultante da vontade unilateral das potências imperialistas. Alvo de críticas por muitos autores, o termo não trata da decisão e da ação de “des-colonizar” promovido pelas metrópoles. Nesta tese, a palavra *descolonização* significa o processo histórico, desencadeado, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, em que se desatacam o fortalecimento do pensamento social africano e dos movimentos de resistência à exploração colonial e de defesa da libertação nacional como, por exemplo o Pan-africanismo e suas variantes históricas, bem como o movimento cultural Negritude, de partidos e frentes nacionais, levados à frente por políticos, ativistas, intelectuais e artistas negros desde os anos de 1930. Por esses, o debate sobre a condição econômica e política africana ganharam visibilidade internacional e, sobretudo, introduziram a reflexão sobre o sentido de negro e da negritude, da cultura e da identidade nacional. No processo de descolonização, esteve em curso transformações significativas nas relações políticas e jurídicas entre colônias e metrópoles, a crítica à empresa colonial e o combate ao regime de dominação direta. (VENÂNCIO, 2009; PENNA FILHO, 2009; VISENTINNI, 2012).

¹⁷ No livro *História das Colonizações*, Ferro (1996) apresenta considerações significativas sob a tese do colapso da empreitada colonial e da decisão das metrópoles em conduzir a independência colonial por intermédio do neocolonialismo. De acordo com Ferro, “entregues a si mesmos, os movimentos de libertação raras vezes puderam vencer militarmente o ocupante – foi o caso, porém, no Quênia, na Birmânia, e talvez no Vietnã –, porque sua inferioridade era demasiado acachapante, sobretudo na África negra, e porque as consequências de um conflito armado podiam ser fatais. Outro caso: o movimento de libertação era dividido – sobretudo entre os que colaboravam, os que rejeitavam e os que ficavam meio lá meio cá. Uma terceira situação: o oprimido era ele mesmo opressor. [...] Por último, em certas colônias, a política metropolitana conseguiu frear ou canalizar a ascensão do nacionalismo; foi o que aconteceu, no quadro britânico, com a criação da West Indian Federation e da South Arabian Federation, ou na França com a formação da União Francesa.” (FERRO, 1996, p. 347).

européus. Essa ideologia reforçou a visão do “despropósito” da resistência e dos movimentos de libertação nacionais, uma vez que o colonialismo aparecia como fenômeno positivo, benéfico para a África. (BENOT, 1981; CHAMBERLAIN, 1997; VENÂNCIO, 2009).

Em abordagem diferente, para Terence Ranger, a realidade africana, na verdade, era outra. A África não esteve passiva ao domínio colonial e

a importância que a resistência africana teve no passado – de onde emerge a sua ‘herança sufocada’ e ‘calada’ pelo poder colonial – explodiu no período pós-bélico, culminando nos movimentos de libertação nacional [...]. As ideologias das lutas de libertação são portanto, instrumentos úteis para comprovar ‘aos céticos que o imobilismo da África era somente uma aparência superficial e que algo estava amadurecendo em meio às piores dificuldades. (RANGER, *apud* VILLEN, 2013, p. 34-35).

O caráter dialético relativo à constituição dos Estados independentes na África, e nele a dúvida sobre a emancipação como negociação/concessão das metrópoles e a conquista da independência pelos próprios africanos, posicionaram a descolonização como condição irreversível. Considerando os contextos, circunstâncias, ações, resultados e parte significativa de textos produzidos pela reflexão de seus ideológicos e militantes, os movimentos de libertação nacional dizem respeito a um processo bem mais amplo do que confrontos militares e a luta armada.

Ao optarem pelo viés nacional, as independências políticas apresentaram-se como alternativas de emancipação, guardando particularidades e ambiguidades regionais, avanços e retrocessos. No contexto internacional, a crítica ao sistema de colonização do Ocidente não podia se fazer visível sem a participação das lutas de libertação africana e asiáticas, bem como a expansão e o fortalecimento do *pan-africanismo* (com suas vertentes) e do *pensamento social africano* que, considerando o perfil dos intelectuais e ativistas, os contextos políticos e a época, mantiveram profícuas relações com o marxismo, a práxis revolucionária socialista e o nacionalismo. Por estes, a luta *anticolonial* expressou tanto a crítica à exploração econômica e ao domínio político das metrópoles quanto a busca pela ação revolucionária própria à realidade africana e a constituição de um lugar – próprio e autônomo, social e cultural – para a história e para a identidade da África e dos negros. A contribuição desses autores, obras e ações políticas envolveram a articulação de temas e métodos de abordagem que podem ser entendidos na medida do peso

tomado por questões como a ideologia, o papel dos intelectuais no nacionalismo, a presença das elites e da pequena burguesia e o movimento de solidariedade africana.

Na primeira metade do século XX, as transformações na ordem mundial, particularmente, entre as duas guerras mundiais, foram importantes para o surgimento e para disseminação das ideias nacionalistas na África. Na manifestação das primeiras elites protonacionalistas, havia o interesse da conquista de uma cidadania integral, com direitos plenos, nos moldes do que fora conquistado pela Revolução Francesa e tendo como parâmetro a ideia de uma coesão e equilíbrio nacional. A percepção sobre o assunto implicava em entender a necessidade de uma evolução rumo a uma expressão nacional própria.

Boa parte dessas ideias nasceram fora do continente africano, nos anos de 1920, por intermédio de intelectuais, artistas e ativistas, descendentes de africanos que foram viver nos Estados Unidos, Caribe e capitais europeias. Entre alguns nomes destacaram-se W.E.D. Du Bois¹⁸, Marcus Garvey¹⁹ e C. L. R. James, sociólogo e

¹⁸ Entre o fim do século XIX e início do XX, nos EUA, questões negras entram em pauta por intermédio de movimentos intelectuais e artísticos que expressaram críticas à situação dos negros norte-americanos. Entre os participantes, destacou-se W.E.B. Du Bois, um dos precursores dos movimentos e ativismos negros. Historiador, sociólogo e escritor, Du Bois nasceu em 1863 em Massachusetts, e cedo manifestou interesse pelos estudos. Du Bois foi contrário às leis Jim Crow e ao “Compromisso de Atlanta”, proposto por Booker T. Washington, em 1895, que determinava a aceitação dos negros do Sul às normas políticas, às duras condições de trabalho e ao acesso legal dos brancos à educação básica em troca do respeito e prosperidade econômica. Ele ajudou a fundar a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP), em 1909, que se tornou uma das mais importantes entidades da luta pelos direitos civis. Defensor da solidariedade entre os africanos espalhados pelos continentes, ele foi secretário do Primeiro Congresso Pan-africano. *As Almas do Povo Negro* é um dos livros mais importantes do autor e, por ele, o autor apresenta a trajetória cultural e de lutas dos negro(a)s. A importância da obra de Du Bois ultrapassou os EUA e as particularidades do lugar e o significado do negro na sociedade estadunidense após a abolição da escravidão e da Guerra Civil, apontando questões a respeito da formação da sociedade, da subjetividade e da subalternidade. Para ele, com o fim da escravidão e a expansão da industrialização, a violência física foi estendida ao racismo. Du Bois acreditava que os negros estavam sujeitos à uma espécie de véu e dupla consciência. Por um lado, não eram vistos como, de fato, eram, dificultando o acesso ao mundo como ele é. Por outro, as relações raciais criaram a ideia de negros e brancos a partir da divisão que determinou modos distintos de existência, argumento que, mais tarde, serviu de base para os estudos sobre a *braquitude*. (BARBOSA, 2020; MACEDO, 2016; PINTO, 2020).

¹⁹ Em 1920, em Nova York, a chegada do jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) representou um fortalecimento às denúncias e às críticas à degradação do negro. Ele foi um dos principais nomes do nacionalismo negro nos EUA, sendo considerado também um líder importante no movimento “de volta para a África”. Em 1914, ele fundou a Associação Universal para o Progresso Negro (UNIA) que reunia simpatizantes da igualdade e do orgulho negro, espalhados pelo Caribe, pelos EUA e pela África. Os membros tinham o objetivo de promover a consciência, o amor e a unidade da raça negra; a libertação do domínio colonial e o desenvolvimento da África; a luta contra o preconceito e o desaparecimento dos valores

historiador da República de Trindade e Tobago, autor de uma das obras pioneiras sobre a Revolução Haitiana e a diáspora africana, *Os jacobinos Negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*.

O pan-africanismo desempenhou um papel significativo como movimento de aproximação entre lideranças políticas, intelectuais e artistas em defesa de um projeto de unidade para a África e em prol da libertação do poder colonial pelos africanos. Ele invocou à consciência dos africanos o despertar da exploração colonial exercida pelo Ocidente no continente.

Um dos intelectuais da primeira geração pan-africanista, Willian Edward Du Bois chamou a atenção para a necessidade de uma intervenção política e nacionalista no continente, a fim de promover a dignidade africana por intermédio do encontro dos povos da África, do acesso dos africanos à participação na sociedade em situação de igualdade, livres da inferioridade e da subjugação racial. (ANDRADE, 1997; COPOCO, 2013).

Em seguida às guerras mundiais do século XX, a orientação política e ideológica do pan-africanismo forneceu elementos importantes para o desenho do nacionalismo na África. Para Villen (2013),

a dupla componente 'reabilitação e unidade do mundo negro' – que caracterizava inicialmente o pan-africanismo e que depois foi recuperada pelo movimento cultural da negritude por meio do apelo à consciência da unidade cultural – vem substituída por uma exigência política direta de união dos países africanos em vias de independência. Foi propriamente no Quinto Congresso Pan-africano realizado em Manchester no ano de 1945, que o movimento assumiu uma direção declaradamente política, com o propósito de enfrentar em termos radicais o problema da descolonização e servir de ponto de referência para os movimentos de libertação nacional na África. Como colocou em evidência Yves Benot, a causa primária do movimento pan-africano, ou seja, a exigência da unidade, tomou um sentido concreto por meio das lutas dos movimentos de libertação nacional e da conscientização da necessidade da construção de perspectivas diferentes para uma África independente (VILLEN, 2013, p. 36).

africanos; a defesa da educação para os negros com destaque à cultura africana. Em 1920, a UNIA já contava com mais de cinco milhões de associados nos EUA e mais de mil e duzentas divisões em 43 países, tornando-se o maior movimento de massa de povos negros no século XX. Naquele ano, no Madison Square em Nova York, foi proclamada a Declaração dos Direitos dos Povos Negros do mundo. Na revista *Negro World*, Garvey defendeu que o retorno à África dependia de independência do continente africano e da criação de um governo e nação capazes de proteger o futuro dos negros. (BARBOSA, 2020; MACEDO, 2016; PINTO, 2020).

Na ocasião da independência de Gana, em 1957, Kwame Nkrumah, um dos teóricos e políticos mais expressivos do pan-africanismo, chegou a pronunciar “a África deve unir-se”, considerando a necessidade estratégica de libertação em todo o continente e o risco e ou fracasso de revoluções independentistas isoladas. O sentido de união de Nkrumah e a experiência da *Conferência de Bandung*, em 1956, impulsionaram o surgimento da *Conferência dos Estados Independentes Africanos*, em Acra, em 1958. Por esta, ficou estabelecido o teor anti-imperialista comum das lutas de libertação nacional e a predisposição de cooperação dos governos dos países independentes e em via de emancipação. As conferências debateram as lutas e os projetos de descolonização de cada país africano, por intermédio da definição de planos concretos contra as condições de dependência econômica, o colonialismo e o imperialismo, o racismo, o tribalismo e o separatismo religioso.

Com base nesse espírito e na postura de cooperação, o pan-africanismo estabeleceu etapas para a formação de governos autônomos na África, a ver: a) independência nacional; b) consolidação nacional; c) unidade transnacional e comunitária e; d) reconstrução econômica e social segundo os princípios do socialismo científico.

As lutas pela independência nacional responderam, de maneira própria, às circunstâncias e aos problemas coloniais, conduzindo processos a comporem modelos alternativos de desenvolvimento a respeito da autossuficiência dos povos do Terceiro Mundo. Nisso, sinalizou-se um mérito dos movimentos de libertação nacional: a capacidade de reivindicar, no domínio jurídico, um reconhecimento internacional tanto sobre a criminalidade do colonialismo quanto da legitimidade da guerra de libertação. A importância histórica residiu também na introdução de elementos novos à teoria e à práxis sobre a via revolucionária, o nacionalismo, a cultura e a identidade nacional, até então, dominadas por modelos e experiências de países, obras e autores da modernidade europeia.

Manuela Ribeiro Sanches (2011) sublinhou o aspecto decisivo das lutas por independência nacional na África para a ordem mundial. A autora considerou que as mudanças e as revoluções, deflagradas na segunda metade do século XX, iniciaram

com a reivindicação do direito à autodeterminação e à independência total por parte das antigas colônias europeias. Neste [...] contexto, a descoberta da negritude, associada, de modo mais ou menos

explícito, a uma consciência pan-africana, com enfoques diferentes, mas complementares, foi sem dúvida, um dos momentos decisivos que marcaram [...] o pensamento e as práticas políticas que também contribuíram decisivamente, não para o fim do (neo)colonialismo, mas para seu questionamento radical. [...] Sem este, quer os movimentos anticoloniais, quer a perspectiva pós-colonial não seriam possíveis. Esse momento caracterizar-se-ia pela afirmação da identidade negra ou africana e pelas reivindicações de uma descolonização fora e dentro da Europa, nomeadamente através do questionamento das narrativas eurocêntricas, a luta pela independência, bem como pela criação de uma via alternativa aos dualismos da Guerra Fria, através da noção de Terceiro Mundo. (SANCHES, 2011, p. 11).

O posicionamento da questão da negritude no centro dos debates das lutas de libertação africana inspirou as reivindicações de tomada de consciência quanto ao direito à diferença, tornando-se meio importante para a conquista da igualdade efetiva na África por intermédio do questionamento dos preconceitos raciais e culturais ainda presentes nas sociedades contemporâneas, sobretudo em países em que as feridas coloniais continuam abertas. Nas lutas anticoloniais e nacionais, os discursos em torno da questão racial, da racialização e do racismo foram oportunos para o despertar a respeito das dicotomias entre o “nós” e “eles”, entre o colonizador e colonizado, o branco e o negro, o europeu e o indígena, o nacional e o estrangeiro.

Pouco estudado no Brasil, o período que envolve as independências, a expansão do pensamento social africano e o nascimento do nacionalismo africano é vítima, aqui, de forte eurocentrismo ainda resistente na produção acadêmica. Há uma escassez de trabalhos que considerem o papel desempenhado por uma intelectualidade e razão africanas que colocaram a ideia de África no centro de preocupações epistemológicas, políticas e econômicas no século XX, inclusive sobre a repercussão e a recepção de autores africanos e dos movimentos pan-africanistas no Brasil. Para Barbosa (2020), há tempo que estudiosos brasileiros dedicam-se à relação do África-Brasil, no entanto,

é uma produção que basicamente se circunscreve ao caráter histórico-cultural dessa relação África-Brasil, em geral ignorando que os intelectuais da própria África refletiram sobre suas realidades. É como se os africanos estivessem condenados a só produzir cultura ‘popular’, ‘ancestral’, ‘tradicional’: subsídios para as elaborações mentais externas. (BARBOSA, 2020, p. 10).

As considerações levantadas por Barbosa (2020) alinham-se às de Villen (2013) a respeito da riqueza da produção intelectual e da práxis revolucionária que o

momento das independências nacionais africanas trouxe. Além disso, o período também revelou uma África revoltada e em movimento, bem distinta das imagens de penúria econômica e ou da “passividade” da população, comumente aceitas e difundidas mundo afora sobre o continente. Em oposição a isso, o que se viu, por intermédio de muitos processos de independência nacional africanos, foi uma África reativa, por intermédio da denúncia dos cinco séculos de colonialismo, do sistema de exploração econômica (riquezas naturais e da mão de obra escrava) e da dominação política, social e psicológica sobre grupos étnicos, tribos e nações africanas. Verificaram-se, também, repostas – práticas e teóricas – sobre o lugar e meios para conduzir a revolução, construir a cultura nacional e a sociedade pós-colonial.

Os desafios das sociedades para se libertarem do jugo colonial, de atrasos econômicos e das subjugações culturais, continuam presentes nos contextos da “era global”, nas desigualdades econômicas e nas assimetrias políticas do sistema internacional de Estados-Nação, prolongando-se na pobreza das periferias e semiperiferias das regiões do chamado “Sul global” ou “pós-colonial”. Herdeiros das dificuldades do que foi considerado, no século XX, de “Terceiro Mundo” e “subdesenvolvimento”, compõem-se por países com significativos déficits democráticos e baixos indicadores de desenvolvimento econômico, social e humano.

O continente africano tem assumido, historicamente, a posição de periferia imposta pelo mercado mundial capitalista. Na África, os séculos de tráfico de escravos e a permanência da superexploração do trabalho, sustentados pelo racismo, continuam a constituir heranças dolorosas do colonialismo e do imperialismo, tornando-se, cada vez mais, profundas e expandidas, depois da Segunda Guerra Mundial.

3.2 A questão nacional na América Latina

Boa parte do interesse e das discussões sobre as nações e o nacionalismo na América Latina envolve, em rigor, duas ideias. A primeira diz respeito ao fato de as Américas terem sido negligenciadas no debate e na bibliografia sobre o nacionalismo, fortemente construído por contribuições de autores da Europa Central e oriental a partir da experiência política, especificamente, da formação dos Estados modernos deste continente a partir do século XVIII. A segunda trata da produção de conhecimentos acadêmicos sobre o fenômeno nacional americano, produzido fora da

Europa que, em muitos aspectos, estão envolvidos com as práticas políticas de defesa de libertação colonial e emancipação nacional, estabelecidas por intelectuais, artistas e políticos desde o século XIX.

Em consulta à bibliografia produzida ao longo do século XX e considerando o fortalecimento do debate acerca das nações e do nacionalismo nas últimas décadas do mesmo século, o estudo sobre as origens, as condicionalidades, formas e impactos da formação das nações e dos nacionalismos sobre a história, política e vida social dos continentes não europeu teve pouco espaço. Entre as principais antologias publicadas sobre o tema, a maioria em língua inglesa, predominou a presença de autores europeus e, na tradição marxista, alemães, russo e austro-húngaros.

Na década de 1990, a publicação das coletâneas *Nationalism* (1994), de John Hutcison e Anthony Smith; *Becoming national* (1996), de Geoffrey Eley e Ronald Grigor Suny; e *Mapping the nation* (1996), de Gopal Balakrishann (publicado no Brasil em 2000) são exemplos significativos tanto dos esforços em entender a resistência do nacionalismo como fenômeno político de relevância quanto da ausência de debates acerca da experiência nacional na periferia do capitalismo. Em 1995, a ASEN (Associação para o estudo da etnicidade e do nacionalismo), publicou *Nations e nationalism*, concentrando observações sobre a Europa e apenas um ensaio sobre nações americanas. A *Canadian review of studies in nationalism* (revista canadense de estudos sobre o nacionalismo), publicação especializada na temática, ainda se caracteriza pela predominância de artigos e ensaios com abordagens europeias.

Por muito tempo, fez-se presente entre os autores a ideia de que as nações americanas não atendiam aos conceitos e à experiência europeia de nação, seja em termos de origens, formações, conflitos étnicos e ou grau de desenvolvimento no capitalismo internacional. Além disso, diferentemente da Europa, a formação nacional americana teria admitida, abertamente, a pluralidade de grupos étnicos e imigrantes e, ainda que se identificassem formas de assimilação, não conseguiram ocultar uma ascendência étnica coerente. Nessa perspectiva de abordagem, no interior e entre as nações americanas, acreditou-se que não teriam produzido o nível de violência, de repressão e mesmo de deslocamentos de populações indesejadas como visto na Europa, no Oriente Médio e mesmo em África e na Ásia. Essa visão reforça uma avaliação que sublinha o caráter negativo e regressivo do nacionalismo, responsabilizando-o por uma série de atrocidades como, por exemplo, o imperialismo,

as guerras, o fascismo e o holocausto, que resulta de um “vazio moral e intelectual dos programas nacionalistas.” (WEIBE, 2000, p. 33).

Além disso, verifica-se muitos estudos de casos, inclusive estudos comparados de nações e nacionalismo na região da América Latina, mas, em geral, não houve, ao longo da tradição dos estudos sobre o nacionalismo, tentativas mais sistematizadas de teorizar o tema a partir da experiência latino-americana que ponha em confronto as teorias e as abordagens da literatura especializada, sobretudo a anglo-saxônica que, desde os anos de 1970, concentrou esforços em relação ao tema.

A despeito da atenção reforçada de estudos sobre a experiência conturbada do nacionalismo como, por exemplo, no Leste Europeu ou no Oriente Médio, Benedict Anderson foi uma exceção ao abrir espaço para o registro da experiência das nações e do nacionalismo no Sudoeste asiático e América Latina. Embora fortemente identificado na bibliografia sobre o nacionalismo como um autor que associou o fenômeno nacional ao advento do capitalismo editorial e da modernidade europeia, ele reconheceu tanto a originalidade e o pioneirismo da reivindicação nacional *dos criollos*, na América Latina quanto distinções em relação ao nacionalismo europeu. Para Anderson, havia desencontros entre a identificação e a diferenciação dos *criollos* com a metrópole espanhola que despertaram dúvidas e reivindicações quanto ao reconhecimento e ao pertencimento deles em relação à metrópole espanhola.

Lominstz (2001) considerou que Benedict Anderson, em contextos da produção intelectual europeia, foi o último a dar primazia às Américas e, em específico, à América Latina, mantendo uma oposição às abordagens de Ernest Gellner, Anthony Smith e Hobsbawm que costumam considerar a Europa como lugar de origem do nacionalismo. Para Anderson (2000), o nacionalismo teria um vínculo com a crise do sistema colonial europeu, no círculo das independências americanas, em específico a partir da formação dos Estados Unidos e os desdobramentos nas independências da América central e sul-americana, na primeira metade do século XIX. O argumento de Anderson sublinhou a experiência da formação nacional americana, ainda que suas condições de origem, como o capitalismo editorial, a secularização das línguas, o declínio das monarquias absolutistas e a centralização estatal tivessem começado na Europa, conforme apontou no livro *Comunidades imaginadas* (2008).

Notou-se que a maior parte da literatura latino-americana demorou a incorporar o pressuposto de Benedict Anderson. Dava-se como fato que as ideias independentistas, de forte caráter liberal e iluminista, eram expressões emancipatórias advindas da Europa e isso impedia qualquer consideração do nacionalismo como um autóctone.

Apesar do caráter eurocêntrico das análises, há uma produção relevante de estudos sobre o nacionalismo nas Américas e, em particular, sobre a América Latina, em razão das especificidades da formação nacional em contextos de lutas anticoloniais e anti-imperialistas, em que indígenas e negros tiveram pouco espaço e representatividade na construção do Estados nacionais.

A consideração desses termos ajuda a repensar as particularidades assumidas pelo nacionalismo na América Latina e apontar as diferenças em relação aos modelos e às formas de abordagem. Em estudo sobre as formas assumidas pela imaginação nacional hispano-americano ao longo do século XIX, Mônica Quijada (2003) identificou três momentos: o primeiro, relativo às independências, propriamente dita; o segundo, referente à formação e à consolidação do Estado nacional e; o terceiro, diz respeito ao contexto da passagem do século XIX para o XX, na América Latina. Para a autora, interessou apontar como os limites da imaginação nacional variaram ao longo desse período.

Nas independências das colônias hispano-americanas, prevaleceu um certo tipo de patriotismo cívico em que a conquista da cidadania por meio dos instrumentos republicanos seria aberta aos *criollos* e aos mestiços. Nessa fase, as reformas nas instituições educacionais constituíam meios estratégicos para a moldagem de uma cidadania moderna. Tratava-se de um Estado educador e reformador, como defendeu Simón Bolívar, à medida que defendia a suspensão dos hábitos de obediência e de opressão para a formação de cidadãos livres.

Depois de consolidadas as independências nacionais na América Latina, a nação passou a ser identificada com o ideal de progresso, orientada pelos princípios econômicos, políticos, educacionais e tecnológicos da Europa. O progresso envolvia a defesa do livre comércio, a adoção de costumes civilizados da educação formal (escolar), baseadas na ilustração e nos conhecimentos científicos. No entanto, para a construção de marcos civilizatórios mais consistentes, havia um obstáculo a ser superado, a herança mestiça e, sobretudo, os autóctones, os indígenas e os negros, considerados, a partir de então, bárbaros e, por isso, inerentemente, hostis ao

progresso material da civilização. Como saída ao impasse, a imigração europeia foi incentivada pelos recém-governos estabelecidos, tendo como objetivo a ocupação (ou “colonização”) do interior dos territórios das jovens nações latino-americanas, tido como áreas “vazias” e “desérticas”, apesar de serem habitadas por indígenas.

Entre as décadas da passagem do século XIX para o XX, houve uma reorientação nos modos de imaginar a nação na América Latina, mesmo em regiões em que a consolidação do Estado nacional foi considerada bem-sucedida, como a Argentina. O caráter oligárquico e liberal das jovens nações criollas se fortalecia, concomitantemente à exclusão das comunidades de indígenas e negros que continuavam às margens dos quadros econômicos, políticos e institucionais dos novos Estados nacionais, seja por intermédio da condição de mão de obra escrava, servil ou barata, pela dificuldade de acesso à educação formal, ou pela proibição de ocupar cargos públicos nas esferas estatais. Daí o interesse entre grupos intelectuais e militantes, alguns alinhados à esquerda progressista de influência marxista, de pensar a nação a partir do resgate dos elementos autóctones, da valorização do mestiço, do indígena, do negro e da cultura local.

A defesa da inclusão dos povos originários na formação nacional pretendia estender a imaginação nacional para as camadas, historicamente, exploradas pela conquista colonial, expulsas de suas terras, aculturadas e ou assassinadas e, com isso, estabelecer os marcos da crítica e da oposição às nações *criollas*, alienadas de suas raízes autóctones.

O desafio de introduzir a América Latina nos estudos sobre nações e nacionalismo exige a reposição do olhar sobre a história do subcontinente. Primeiramente, é necessário pensá-la a partir dos objetivos, das dinâmicas e do lugar ocupado pela região ao longo do desenvolvimento desigual e depende do capitalismo moderno. Em segundo, é relevante considerar os objetivos, meios e sujeitos dos processos de independência nacional e de que forma envolveram lutas anticoloniais, a crítica ao imperialismo e a participação de indígenas e negros na formação nacional latino-americana. Em terceiro, cabe identificar o lugar ocupado pelas elites burguesas na formação nacional, avaliando o grau de autonomia em relação às metrópoles ibéricas e ao imperialismo estadunidense.

Nessa perspectiva, algumas considerações podem ser pontuadas acerca das particularidades, dificuldades e mesmo desafios da formação nacional latino-americana. A inserção subalterna do subcontinente no capitalismo internacional

(plano externo) e a persistência do legado colonial na economia, na política e na cultura (plano interno) definiram impasses tanto para os caminhos para a modernização latino-americana, definitiva e completa nos moldes europeus, quanto para a alternativa da revolução socialista na região. Como resultado, a formação nacional se configurou com base em ambiguidades intrínsecas à América Latina em que, de um lado, os objetivos do crescimento econômico e desenvolvimento social se fizeram presentes em meio aos quadros de dependência financeira, endividamentos públicos do Estado, industrialização incipiente, manutenção de formações sociais pré-capitalistas, estruturas agrárias baseadas no grande latifúndio e na exportação de produtos primários. Por outro, a conciliação com o passado colonial, a valorização da ancestralidade autóctone e negra, bem como o reconhecimento das particularidades da cultura local não se fizeram fortes o suficiente a ponto de definir políticas de educação e memória que garantissem vias emancipatórias aos grupos sociais na cultura e na identidade nacionais. O nacionalismo seria, dessa forma, um projeto inconcluso na América Latina.

O nacionalismo latino-americano oscilou entre duas tendências, ora excludentes ora combinadas. A primeira referiu-se a um nacionalismo econômico, desenvolvimentista, contrário a dependência e ou a favor da redefinição da mesma; e a segunda esteve associada aos movimentos e lutas de grupos sociais marginalizados em prol de direitos, justiça social e ampliação democrática do Estado.

A experiência do fenômeno nacional na América pode servir de contraponto ou mesmo abjeção à ideia de que a nação seja, necessariamente, uma comunidade imaginada, constituída como uma camaradagem horizontal, como defendeu Benedict Anderson. Ao contrário, as nações hospedaram profundas desigualdades econômicas (exploração, dominação, opressão de classes e grupos sociais) que se articulam com o fenômeno de hierarquização e racialização das culturas, povos e grupos sociais, já introduzida no processo de conquista territorial e colonial hispânico-ibérica, desde o século XIX. As comunidades imaginadas nacionais foram constituídas na tensão de polos: horizontalidade/ hierarquias; igualdade/ desigualdade; identidade / diferença.

3.3 Autores e debates: escolhas e justificativas

Os autores apresentados nesta subseção representam nomes ausentes da bibliografia e da literatura tradicional ocidental sobre nações e nacionalismos, sobretudo, nas coletâneas e antologias sobre o tema a partir dos anos de 1980, que tiveram significativa repercussão na Europa e nos Estados Unidos. Ainda que não sejam reconhecidos como autores especializados no tema, com dedicação exclusiva ao assunto ao longo de sua produção intelectual, nesta tese, estão presentes em razão de alguns propósitos. Primeiramente, por intermédio da crítica ao colonialismo, ao imperialismo e ao eurocentrismo, José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon e Amílcar Cabral, propuseram uma leitura original e própria acerca da questão nacional na América Latina e na África, analisando-o no contexto da reprodução desigual do capitalismo entre os continentes. Um segundo ponto relevante é a consideração do fenômeno nacional tanto como um problema teórico quanto da luta política, fortemente associada aos movimentos de libertação nacional, lutas anticoloniais e anti-imperialistas na periferia mundial. Em terceiro lugar, foram autores que questionaram as teses sobre o protagonismo e o papel estratégico da burguesia nacional para a formação das nações e dos nacionalismos latino-americanos e africanos. Com isso, refletiram o tema suspeitando das teses que condicionam o nacionalismo às etapas da modernização capitalista para o socialismo. Por fim, eles problematizam a construção das nações periféricas a partir da crítica à racialização da cultura e ao racismo, reivindicando, assim, a presença de novos sujeitos – os autóctones, indígenas e negros – na construção da imaginação nacional dessas regiões.

Por essas razões, o valor e a atualidade de alguns intelectuais e ativistas políticos latino-americanos africanos e caribenhos como *José Carlos Mariátegui*, *Frantz Fanon*, *Amílcar Cabral* despontaram tanto como lideranças políticas da luta e do debate anticolonial e anti-imperialista na África, América Latina e Caribe, quanto pela produção intelectual sobre temas urgentes ao processo de descolonização e construção nacional fora da Europa, dentre eles a crítica política e econômica do colonialismo, o nacionalismo e a via revolucionária, a assimilação cultural, a alienação colonial e o racismo.

É importante considerar que esses autores apresentam formações intelectuais próprias e se dedicaram a contextos específicos, podendo apresentar aproximações e ambivalências. O peruano José Carlos Mariátegui, na década de

1920, escreveu a respeito da realidade econômica e política latino-americana como herança do processo colonial. Em um trabalho sobre a história econômica do Peru, Mariátegui destacou a necessidade de considerar a particularidade do “problema indígena e agrário” nos processos de construção da nação e da identidade nacional na América Latina. Com isso, a reivindicação da dimensão étnico-racial introduziu um debate pioneiro no marxismo latino-americano a partir de diálogo com o marxismo ocidental.

Frantz Fanon e Amílcar Cabral foram contemporâneos e escreveram no período pós-Segunda Guerra Mundial, em meio aos processos de descolonização na África e as lutas independentistas nacionais africanas, sustentando a crítica à lógica de exploração econômica e de racialização do sistema colonial.

Amílcar Cabral foi o principal líder dos movimentos de libertação colonial das ex-colônias portuguesas na África. Sua contribuição no campo político e intelectual estende-se desde o bem-sucedido combate de libertação, as táticas de guerrilha, as estruturas do governo participativo às considerações sobre raça, identidade, construção nacional e democracia. Sem dúvida, a resistência política, econômica, social ou cultural foi também um elemento importante para a motivar a transformação na África. Para Cabral, ela estava envolvida com a consciência e o uso político da cultura popular contra o imperialismo, oferecendo ao povo uma direção no combate ao colonialismo e o neocolonialismo, além de força motivacional histórica.

O entendimento dos autores sobre essas questões não serve apenas para a compreensão da descolonização, da libertação nacional africana e da construção identitária das nações na América Latina. Ele é significativo também para esclarecer, pelo viés da crítica e da autocrítica revolucionária de Mariátegui Fanon e Cabral, como assuntos que, no passado, foram tidos como restritos à relação unilateral da África e da América Latina com a Europa, entre colônias e metrópoles europeias, possuem extensões e desdobramentos além destes continentes. Podem ser a chave para a análise dos atuais problemas persistentes nas relações entre os países do “Sul global” com os do eixo que conquistaram crescimento econômico; bem como dos países e das comunidades francófonas, anglofônicas e lusófonas em que o Brasil está inserido.

Estudar esses autores é parte importante da análise mais ampla sobre a continuidade e as contradições dos domínios históricos, sociais e políticos deflagrados pela colonização e as independências nacionais. Trata-se da oportunidade de, a partir

dos diagnósticos, teorias e práxis propostas sobre a situação colonial, a questão racial e as vias da independência nacional, apontar o que há de passado no presente.

A leitura de Mariátegui, Fanon e Cabral sustenta também o entendimento sobre a extensão de problemas da herança colonial nas relações internacionais, como, por exemplo, o problema migratório internacional, a intolerância cultural e os fundamentalismos, o racismo e os antirracismos, a ascensão e o colapso do eurocentrismo, as exigências e as consequências da luta identitária (étnico-racial, gênero e nacional) que a modernidade, o colonialismo e o imperialismo ajudaram e que não podem ser analisados separadamente. Por isso, no debate sobre as características e sobre os conflitos da política e da cultura contemporânea, não podem faltar o conhecimento sobre a extensão dos problemas do colonialismo, da racialização da cultura e do racismo. Nesse sentido,

os actuais debates em torno do multiculturalismo, da interculturalidade ou da hibridização/mestiçagem não transcendem, em parte, as premissas que enformaram os discursos coloniais e as reações – anticoloniais – a estes. Talvez também por isso a sua revisitação faça sentido, num tempo hesitante entre a celebração da hibridez dita pós-colonial e os ‘choques civilizacionais’, sem que essa tensão seja pensada adequadamente. (SANCHES, 2011, p. 12).

A leitura dos textos anticoloniais, dos contextos de libertação nacionais e de crítica ao racismo do século XX, dos autores aqui propostos, não significa um olhar que se fixa ao passado. Importa propiciar meios para o entendimento do que somos no presente e o que queremos ser, considerando os contextos nacionais e transnacionais, com os fluxos migracionais, financeiros e midiáticos. A (re)leitura implica também a abertura à diversidade de propostas que esses textos sinalizaram a respeito da realidade (pós) colonial, nacional e racial e aos desdobramentos aos quais a África e a América Latina estão submetidos.

3.3.1 José Carlos Mariátegui e América Latina

3.3.1.1 José Carlos Mariátegui: perspectiva marxista e América Latina

O peruano José Carlos Mariátegui continua a ser um dos nomes mais importantes da produção política e teórica do pensamento crítico latino-americano, especialmente pelo autor apontar a relevância das categorias de raça e classe,

presentes na relação entre a questão agrária e indigenista no processo de constituição nacional neste subcontinente. Na fortuna crítica dos estudos marxistas, ainda é frequente associá-lo a certa condição geográfica latino-americana, sendo, muitas vezes, abordado a partir da referência aos autores clássicos e ocidentais do marxismo. O alcance de suas obras no âmbito internacional parece não ter conseguido minimizar, ou mesmo suspender, o caráter de autor periférico nas Ciências Sociais, inclusive, na América Latina. Além disso, entre as organizações e as militâncias políticas progressistas, ele pouco apareceu como pensador estratégico para as lutas sociais do continente no século XX. A hipótese do “esquecimento” ou do “pouco reconhecimento” acadêmico das obras mariáteguianas pode significar um ponto de partida para a compreensão das características e das ambiguidades tanto da formação intelectual latino-americana quanto dos movimentos e lutas sociais e anti-imperialistas.

A recepção do autor nos círculos acadêmicos e políticos tem merecido atenção, sobretudo pela oportunidade de entender as particularidades da formação das Ciências Sociais e do marxismo na América Latina. Após sua morte e à medida das mudanças nos contextos políticos, econômicos e sociais internacionais do continente, ao longo do século XX e primeiras décadas do XXI, as edições, traduções e análises das obras de Mariátegui receberam leituras diversas, sendo interpretadas a partir de temas e categorias-chave como, por exemplo, revolução, imperialismo, colonialismo, eurocentrismo e marxismo latino-americano (RUBBO, 2021).

Ainda pouco lido no Brasil, até os anos de 2000, havia poucas traduções para o português de sua produção intelectual. O livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* foi a primeira obra acessível de Mariátegui em língua portuguesa aos brasileiros, tendo sido prefaciada, em 1975, pelo sociólogo Florestan Fernandes, leitor e divulgador de Mariátegui no Brasil ²⁰. Na corrida para corrigir o atraso das publicações, há cerca de 20 anos, livros e artigos de Mariátegui passaram a ser publicados com mais intensidade, crescendo o interesse pelo autor peruano.

²⁰ No Brasil, além do livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicado em 1975, pela editora Alfa-ômega, foram editadas duas antologias: *Mariátegui* (com organização de M. L. Belotto e A.M.M. Corrêa, São Paulo, Ed. Ática, *In: Grandes Cientistas Sociais*, vol. 27, 1982) e *Do sonho às coisas – retratos subversivos* org. de Pericás, São Paulo, Boitempo, 2005). A recepção de José Carlos Mariátegui no Brasil apresentou variedade de leituras, destacando, entre elas, a perspectiva do marxismo heterodoxo, com a inclusão de certo misticismo e a leitura das condições do capital-trabalho e de classe na América Latina, a partir de Lênin e Gramsci, sobretudo o uso do conceito de hegemonia.

Além do interesse de Florestan Fernandes pela presença marxista na América Latina, outros intelectuais latino-americanos também tiveram aproximação com a fortuna crítica de José Carlos Mariátegui. De forma separada e independente, autores como Orlando Fals Borda (Colômbia), Pablo Gonzáles Casanova (México), Oscar Terán (Argentina), Rodolfo Stavenhagen (México-Alemanha), Gerád Pierre-Charles (Haiti), José Nun (Argentina) e Aníbal Quijano (Peru) foram alguns exemplos de autores compromissados em consolidar as Ciências Sociais em seus países e entender, pelo ponto de vista investigativo, as particularidades da formação econômica e política latino-americana, sua posição de dependência e de periferia do sistema capitalista mundial, tal como fez Mariátegui.

A emergência do pensamento radical latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1970, era simultânea aos processos políticos de restrição dos direitos democráticos, às ditaduras civil-militares e à crescente situação de endividamento internacional pelos quais os países latino-americanos passaram. A referência ao pensamento e à ação política de José Carlos Mariátegui não se restringiu ao objetivo de entender o contexto do capitalismo peruano, mas se colocou como perspectiva de análise original, avançada e heterodoxa para abordar o marxismo e a via socialista revolucionária a partir de uma tradução à realidade econômica, política e cultural da América Latina.

O conhecimento sobre as particularidades históricas da formação da sociedade peruana constituiu ponto de partida para o entendimento de que as formas de governo e as organizações políticas dos povos não poderiam ser meras reproduções de modelos europeus ou estadunidenses. A teoria e a prática política haveriam de estar abertas às perspectivas estratégicas e historicistas, inclusive o marxismo, na medida em que considerasse a singularidade da relação capital – trabalho no contexto peruano, a permanência de estruturas econômicas, políticas e sociais pré-capitalistas e de servidão, bem como a questão racial, especificamente, a indígena.

Para Mariátegui, seria importante pensar uma época e as formas que a moldam e não as tomar de forma isolada a partir da análise de fenômenos excepcionais e ou desconectados. Segundo o autor peruano, era relevante identificar, no processo histórico de uma sociedade, os condicionantes capazes de determinar, no âmbito íntimo e coletivo, realidades, ambientes e estruturas sociais. Com isso, outro interesse também se sublinhava: certa afinidade em reconhecer, dentro de um

período histórico, as características da variedade de sujeitos integrantes de uma sociedade.

Com uma postura mais alinhada à heterodoxia e tendo o marxismo como filosofia e ideologia, o autor também se destacou pelo estilo dos textos, presente no uso do gênero ensaístico e jornalístico e, especialmente, pela sensibilidade de aproximar a análise política à literatura e à história econômica, social e cultural. Para ele, a narrativa jornalística permitia a(o)s leitor(a)s certa identificação das partes de um fenômeno social mais amplo, facilitando o reconhecimento dos problemas do cotidiano por intermédio de uma linguagem mais objetiva, sem abrir mão da sinceridade subjetiva e da parcialidade que, segundo ele, deixava-o mais próximo dos homens interessados em construir uma nova sociedade sobre as ruínas da velha²¹. A experiência no jornalismo abriu caminho para o debate sobre a dimensão do escritor Mariátegui, as extensões e os limites do texto nas ciências sociais e no marxismo.

Mariátegui dedicou-se a avaliar a forma como o capitalismo havia se formado no Peru e na América Latina, com grande atenção para os aspectos míticos, religiosos e comunitários da ancestralidade dos povos latino-americanos, especificamente a herança incaica. O mito não estaria associado à mentira, à fantasia ou a algo que danifica a ciência. Mariátegui toma-o como elemento catalizador e mobilizante, capaz de provocar afetos, paixões e imagens relevantes para estimular as lutas sociais e a transformação revolucionária nos setores populares. Para ele, no Peru, o mito esteve associado à tradição das culturas indígenas e mais especificamente, às heranças do império incaico.

José Carlos Mariátegui nasceu em 1894, em Moquegua (Peru). Teve uma vida curta, acometida por uma saúde debilitada, muito relacionada aos desdobramentos de uma infecção na perna esquerda quando criança e que, já adulto, deixou-o numa cadeira de rodas. As dificuldades físicas de locomoção aproximaram-no do gosto pela leitura e pelos estudos. Em Lima, foi autodidata e, aos 14 anos, ingressou no jornalismo. Trabalhou em periódicos importantes do Peru e intensamente na promoção de debates, críticas sociais e no ativismo político de vanguarda, nas primeiras décadas do século XX.

²¹ Mariátegui, José Carlos. La Paz de Versalles y la sociedade de las naciones (conferência). In: *Amauta*, n.31, Lima, jun/jul. de 1930.

Muito cedo, em razão de confrontos com o governo local, exilou-se na Europa entre 1919 e 1923. Inicialmente, residiu na Itália e, em seguida, na França, mantendo afinidade significativa tanto com marxistas ocidentais quanto com a ação política de vanguarda como, Walter Benjamin, György Lukács e Antonio Gramsci, além do movimento operário italiano. De volta ao Peru, estabeleceu forte militância política nos movimentos universitários, operários e indigenistas. Nesse período, criou a revista *Amauta*²² e colaborou na formação do Partido Socialista do Peru por meio do qual pediu ingresso na Internacional Comunista.

Morreu aos 35 anos, tendo uma produção intelectual e política intensa. Entre os anos de 1923 e 1930, a maior parte das obras de José Carlos Mariátegui concentrou-se no campo da Sociologia. Nelas, a questão nacional estabeleceu-se pelo interesse em defender o conceito da nação dentro de uma perspectiva que levasse em conta, na época, a articulação entre a propriedade da terra, o imperialismo, a educação e o legado cultural dos indígenas no Peru.

3.3.1.2 A realidade econômica e formação social do Peru

No encontro com a realidade econômica e histórica peruana, Mariátegui (2010) identificou particularidades nas relações capital-trabalho e das classes, bem como o coletivismo agrário e a herança comunitária de vários grupos sociais originais o que, na visão do autor, aproximava a cultura dos índios peruanos à experiência de um certo comunismo primitivo. O acesso e o uso comum da terra, para ele, era um traço atávico, uma característica perene na região. Em *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*, Mariátegui lembrou que:

a organização coletivista, regida pelos incas, tinha amortecido o impulso individualista nos índios; mas havia desenvolvido extraordinariamente neles, em proveito desse regime econômico, o hábito de uma humilde e religiosa obediência ao seu dever social. Os incas tiravam todo proveito social possível dessa virtude de seu povo,

²² A revista *Amauta* foi importante publicação peruana de difusão da arte e cultura, entre 1926 e 1930, editada por José Carlos Mariátegui. Vanguardista e contestadora da ordem política e econômica, destacou-se tanto pelos artigos críticos ao imperialismo quanto pela valorização e recuperação da cultura indígena do país. Surge como apartidária, portadora de jornalismo independente e crítico às elites políticas, herdeiras da política opressora dos colonizadores. A revista teve papel central na difusão de movimentos literários e artísticos, bem como nas transformações políticas da sociedade peruana nos anos de 1920, significando meio de fortalecimento da esfera pública e formação da opinião pública.

valorizavam o vasto território do império construindo caminhos, canais etc., e o estendiam submetendo à sua autoridade as tribos vizinhas. O trabalho coletivo e o esforço comum eram frutiferamente empregados nos fins sociais. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 33-34).

Para o autor, os conquistadores espanhóis destruíram essa forma coletiva, solidária e orgânica de produção e de uso da terra, rompendo a nação inca em comunidades dispersas e introduzindo uma nova organização política e econômica à colônia. A exploração do ouro e da prata pela corte espanhola deu-se a partir da expansão de uma forma de economia feudal que se erguia sobre as “ruínas e os vestígios de uma economia socialista” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 34). Diferentemente de outras possessões coloniais, no Peru, não houve a presença de grande contingente de colonizadores interessados na fixação à terra e no estabelecimento de raízes na região. O empreendimento militar e eclesiástico dominou bem mais do que o econômico e o político, explicou José Carlos Mariátegui (2010), reforçando a falta de aptidão dos espanhóis para criar e manter núcleos de trabalho. A organização colonial espanhola, no Peru, caracterizou-se pela presença de poucos espanhóis e mestiços a explorar uma vasta região, exterminar índios e importar escravos negros para o trabalho nas fazendas da costa peruana.

Os estudos de Mariátegui foram importantes no apontamento da permanência de desigualdades econômicas e sociais após a independência nacional do Peru. A economia peruana esteve distribuída em atividades agrícolas e de extração mineral. Em síntese, a área costeira era produtora de açúcar e algodão. O Norte dedicava-se à extração de petróleo. A região das serras do Sul estava envolvida com a produção de lã, borracha e folhas de coca. No interior do país mantiveram-se os terratenentes na exploração dos povos indígenas, em estruturas latifundiárias pré-capitalistas o que, para ele, significava traços de ligações feudais ou, de certa *feudalidade*, nas relações de pessoalidade, de subserviência e de dependência dos camponeses aos latifundiários serranos, a oligarquia gamonal, como eram conhecidos. Na área costeira peruana, havia a concentração da terra, com trabalhadores assalariados em regime de capitalismo agrário. Havia uma aristocracia submetida ao imperialismo e à interferência do capital estrangeiro, sobretudo o estadunidense, envolvido com o gerenciamento das exportações de matérias-primas primárias e o setor de finanças do Peru.

Os avanços das estruturas capitalistas e do capital imperialista no Peru firmavam-se, ao mesmo tempo, à presença de formas de produção material consideradas pré-capitalistas. Para o autor, no Peru, diferentemente do processo recorrente de formação das cidades capitalistas no Ocidente,

a concentração capitalista foi precedida por uma etapa de livre concorrência. A grande propriedade moderna não surge, por conseguinte, da grande propriedade feudal, como provavelmente imaginam os latifundiários *criollos*. Muito ao contrário, para que surgisse a grande propriedade moderna, foi necessário o fracionamento, a dissolução da grande propriedade feudal. O capitalismo é um fenômeno urbano: tem o espírito do burgo industrial, manufatureiro, mercantil. Por isso, um de seus primeiros atos foi a liberação da terra, a destruição do feudo. O desenvolvimento da cidade precisa se nutrir da atividade do camponês. No Peru, contra o sentido de emancipação republicana, se encarregou ao espírito do feudo – antítese e negação do espírito do burgo – a criação de uma economia capitalista. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 51).

Entre as principais características da economia peruana na passagem do século XIX ao XX, destacavam-se: o estímulo à exportação; a abertura ao capital estrangeiro e a concentração dos investimentos públicos em infraestrutura urbana e rodovias. O controle monetário estava entre os grandes latifúndios e o setor bancário, mais interessados na produção agroexportadora, sobretudo de açúcar e de algodão, em detrimento à produção alimentar, pouco incentivada. Com isso, constituíam-se os próprios “paradoxos” da modernidade peruana, sustentado pela hegemonia do capital imperialista, pelo processo de desnacionalização dos setores produtivos e pela consequente presença de uma burguesia conservadora, sem sentimento nacional e espírito progressista²³.

O resultado disso foi a acentuação de disparidades internas em território nacional, uma vez que a penetração imperialista criava forte concorrência com a pequena indústria local, reforçando o caráter fragmentado da economia, bem como do tecido social peruano. A inserção do Peru no mercado internacional estabelecia-se a partir da fragmentação geográfica interna (selva, serra e o litoral) e por meio de formação social, fortemente dividida entre Norte, Centro e Sul. O isolamento e as

²³ No *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 2006), o modelo de burguesia progressista foi exemplificado a partir das revoluções burguesas do século XVIII. Interessadas em introduzir um novo curso à política moderna, ela defendia novas relações de produção, libertação dos trabalhadores dos vínculos feudais (servis) e pessoais à terra, bem como a formação do mercado de trabalho.

distâncias geográficas criavam cidades com pouca interligação econômica, com concentração de atividades econômicas regionais e que desenvolviam itinerários de exportação com mercados estrangeiros. De acordo com Mariátegui, a pouca relação entre as regiões se estabelecia pelo setor financeiro e bancário e por órgãos políticos centrais, em Lima. O Estado, como conjunto de instituições e poderes políticos, não tinha força sobre o (re)posicionamento do capital no Peru. A ausência de um sistema de comunicação, de circulação de mercadorias e de trabalhadores constituiu um obstáculo ao desenvolvimento industrial local e condição para determinações e conflitos de classe e raça entre os diferentes grupos sociais dessas regiões. A formação do proletariado e das classes médias urbanas se dava, simultaneamente, ao empobrecimento e à servidão indígena, da concentração de poder do gamonalismo e das precárias condições dos trabalhadores assalariados do setor agrário.

3.3.1.3 Conceito de nação em José Carlos Mariátegui

O conceito de nação desenvolvido por José Carlos Mariátegui se estabeleceu a partir da articulação de algumas questões e problemas pertinentes à formação econômica e social do Peru, entre elas, cinco merecem ser destacadas: a apropriação da terra, o imperialismo, o socialismo, o lugar e participação do indígena e as características do sistema educacional peruano, conduzido pela colonização espanhola. Em torno desses temas, Mariátegui desenvolveu suas considerações sobre as características e os impactos do domínio colonial hispânico e os entraves ao desenvolvimento do Peru, após a independência e estabelecimento dos regimes republicanos. Suas análises foram determinantes para o diagnóstico da relação entre o regime de propriedade rural e a condição servil dos indígenas, bem como acerca das vias da construção nacional e os desafios da nação peruana.

No conjunto da obra de Mariátegui, ainda que o conceito de nação não se encontre de forma direta, fez-se presente. A articulação abstrata, com revisão conceptual e de autores sobre a questão nacional, ocupou relativa centralidade dos escritos de Mariátegui. No entanto, o uso e a recorrência da palavra estiveram de maneira constante e recorrente em seus textos e pensamento político, sendo parte constitutiva da defesa de um projeto político para o Peru. Sua visão sobre nação procurou reunir alguns princípios marxistas e a concepção vanguardista do

pensamento e da prática política europeia da época com a herança política e cultural incaica.

Para o autor, interessou compreender a realidade nacional peruana em sua relação com a mundial (MARIÁTEGUI, 1994). Para ele,

a história contemporânea nos ensinou a cada passo que a nação não é uma abstração, não é um mito; porém, a civilização, a humanidade, tampouco o são. A evidência da realidade nacional não contraria, não se contrapõe com a evidência da realidade internacional. (MARIÁTEGUI, 1994, p.511).

Nessa perspectiva, esteve presente no pensamento de Mariátegui a dialética entre o nacional e o internacional. De um lado a necessidade de construir a nação peruana em acordo e coerência com a história de seus povos e as condições materiais da realidade econômica e política do país. De outro, a necessidade de inserir o Peru dentro do sistema internacional dos estados-nação, de forma mais autônoma e não dependente. O conhecimento sobre internacionalismo fazia-se útil para Mariátegui uma vez que o autor o reconhecia como um fenômeno mais amplo, contrário às tendências chauvinistas e isolacionistas dos nacionalismos vigentes. O internacionalismo, na visão de Mariátegui, seria menos utópico e romântico e mais realista. Para ele,

o internacionalismo não é unicamente uma ideia, um sentimento; é sobretudo, um fato histórico. A civilização ocidental internacionalizou e tornou solidária a vida da maior parte da humanidade. As ideias, as paixões propagam-se de modo veloz, fluido, universal. [...] os costumes regionais declinam pouco a pouco. A vida tende à uniformidade, à unidade. Adquire o mesmo estilo, o mesmo tipo, em todos os grandes centros urbanos. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 36).

Em rigor, o internacionalismo chamou atenção de Mariátegui por seu caráter longo e, em específico, por não ser uma corrente nova, uma vez que a civilização europeia já, há algum tempo, preparava uma espécie de organização internacional da humanidade, atraindo para si todos os povos e raças. Tratava-se, segundo Mariátegui, de uma “civilização dominadora que não tolera a existência de nenhuma civilização concorrente ou rival.” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 37). Além disso, ele também considerou que o internacionalismo não era, exclusivamente, um movimento revolucionário. Havia, para o autor, um internacionalismo socialista e outro burguês, e a existência de ambos não significava absurdo ou contradição.

O caráter livre-cambista da expansão capitalista se fazia, independentemente, do crescimento da nação. A nação não conseguia conter o avanço dos interesses capitalistas tampouco as fronteiras do capital e, por isso, desnacionalizava-o. A indústria se lançava à conquista de mercados estrangeiros e as mercadorias passavam a desrespeitar limites para circular, livremente, entre os países. Em muitos momentos, a reação ao internacionalismo do capital se manifestou pelo protecionismo, uma vez que a disputa por mercados passou a ter caráter nacionalista, ainda que a função internacional da economia tenha ganhado, cada vez mais, força pelo capital financeiro e a finança internacional. Havia, nessa perspectiva, segundo Mariátegui, o fortalecimento de uma contradição entre a economia internacionalista e a política nacionalista da sociedade burguesa.

A lucidez sobre a tensão entre o interesse nacional e o internacional foi constante nos estudos de Mariátegui e acompanhou seus estudos sobre a formação da nação no Peru, sua história e os desafios nas primeiras décadas do século XX. Para ele, chamava atenção a complexidade do Peru diante da relação entre os aspectos da realidade e história local e os elementos constitutivos da modernidade internacional. Assim,

uma rápida incursão pela história peruana informa-nos de todos os elementos estrangeiros que se mesclam e combinam na nossa formação nacional [...]. Temos o dever de não ignorar a realidade nacional, mas também temos o dever de não ignorar a realidade mundial. O Peru é um fragmento de um mundo que segue uma trajetória solidária. Os povos com mais vocação para o progresso são sempre aqueles com mais vocação para aceitar as consequências da sua civilização e da sua época. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 45).

Com o conhecimento acerca da relação nacional – internacional, Mariátegui pode dedicar-se a observações mais precisas sobre os sentidos da questão nacional. No pensamento político de Mariátegui, a concepção sobre nação e nacionalismo passava, de forma específica, pelo conhecimento de certas particularidades da história das organizações políticas do Peru, anteriores ao processo colonial. Como socialista, ele construiu uma leitura da realidade peruana a partir de uma perspectiva internacionalista que levou em conta a análise da história e das condições materiais locais do continente, em específico, a região incaica. Na visão de Mariátegui, para entender a formação da nação no Peru, era necessário, inicialmente, considerar que, no continente latino-americano, já havia civilizações com organizações políticas e

econômicas anteriores à conquista e ao domínio colonial espanhol. Para Mariátegui, elas foram submetidas a um processo de saqueio de terras e a subjugação política e cultural que se reproduziu ao longo do tempo.

O conhecimento sobre as formas de organização política e social no capitalismo foi relevante para Mariátegui defender a ideia de que o Peru precisava se tornar uma nação independente. Para ele, apenas as nações independentes teriam condições de alcançar formas mais efetivas de organização social para superar o capitalismo.

A experiência de exílio na Europa e o conhecimento sobre as organizações e lutas do proletariado europeu permitiu a Mariátegui reconhecer certa incompreensão do operariado e das lideranças progressistas da Europa em relação às lutas estabelecidas pela classe proletária oriental. Mariátegui identificou naqueles a ausência de solidariedade e compartilhamento da visão internacionalista de classe.

A posição da Terceira Internacional sobre o problema colonial e nacional do mundo fora da Europa foi a de estimular e fomentar as insurreições dos povos do Oriente ainda que o caráter de classe e do proletariado não fosse reconhecido, no sentido clássico. Elas deveriam ser apoiadas pelos comunistas e proletários europeus, juntamente com suas organizações políticas. A posição de apoio, todavia, não recebia a adesão de todos os socialistas, uma vez que muitos, na visão de Mariátegui, se colocaram contra as emancipações políticas das colônias, defendendo apenas os movimentos socialistas (MARIÁTEGUI 1994, p. 901).

A condição madura das organizações e ações políticas do proletariado em países de capitalismo avançado se opunha à situação de regiões do chamado “Oriente”. De acordo com Mariátegui, na Europa, as organizações já possuíam meios mais eficientes para lutar contra as incorreções estruturais do sistema capitalista, diferente de outros países periféricos, sobretudo aqueles com passado colonial. Nestes, a luta de classe não havia alcançado força suficiente para conduzir um processo de ruptura do capitalismo.

O entendimento de Mariátegui sobre o estágio da organização social dos países orientais e suas mudanças sociais deteve-se na experiência estabelecida pela revolução nacionalista na China, pelo “orientalismo revolucionário” de Mustafa Kemal na Turquia, pelas lutas por emancipação e contra o colonialismo inglês, na Índia, conduzido por Mahatma Ghandi. Esses foram importantes para o posicionamento da crítica e do combate ao imperialismo que, na visão de Mariátegui, constituíram as

bases nacionalistas desses países, representando para os trabalhadores subjugados pelo domínio imperialista, o desafio de libertação por intermédio da aliança de classes em oposição ao imperialismo. Por essa razão, Mariátegui considerou o nacionalismo revolucionário um dos movimentos mais interessantes de sua época, em específico, sua posição de combate ao imperialismo, notificado por ele a partir do conhecimento acerca da história e dos acontecimentos presentes nesses países.

Nas considerações e abordagens de Mariátegui sobre o nacionalismo, destacou-se o sentido revolucionário atribuído aos propósitos da nação peruana. Ele entendia que era importante operar a transformação da sociedade (burguesa) com fortes elementos feudais para o socialismo. Após seu retorno da Europa ao Peru, a visão amadurecida sobre a experiência e a teoria socialista e os embates enfrentados pela classe trabalhadora europeia tornava-se simultâneo ao interesse em conhecer as relações econômicas, políticas e sociais do Peru a partir da luta de classes. A propagação das ideias de luta de classes dos trabalhadores europeus determinou a difusão dos princípios socialistas na América Latina, tendo em Mariátegui um propagador importante no Peru. Ele contribuiu com a disseminação entre os estudantes peruanos de uma visão mais ampla sobre a situação dos trabalhadores pelo mundo e, sobretudo, acerca das vias de organização social e das lutas do operariado contra a exploração e a opressão.

O conhecimento sobre as ações políticas contra a exploração capitalista na Europa foi decisivo para a formação do olhar crítico de Mariátegui sobre o colonialismo e a expansão imperialista estadunidense no Peru e os desafios para a conquista de uma soberania e superação de atrasos econômicos e déficits democráticos. Segundo Mariátegui, a luta anticolonial e anti-imperialista representava a posição e o estágio nacional dos países não europeus. O argumento da luta contra o imperialismo significou o ponto principal de diferenciação de Mariátegui em relação à proposta da APRA, de Haya de la Torre, que considerava o imperialismo uma fase inevitável para o desenvolvimento capitalista dos países atrasados, com características feudais e pré-modernas, como o Peru. Haya de la Torre também acreditava que a classe média era a mais preparada para a condução da luta política no Peru e, por isso, sua relevância histórica.

Entretanto, na visão de Mariátegui, não eram suficientes os discursos e a luta anti-imperialista na construção da nação peruana. Por isso, para ele,

o anti-imperialismo, por si só, não constitui nem pode constituir um programa político, um movimento de massas voltado para a conquista do poder. O anti-imperialismo, supondo-se que possa mobilizar, junto com as massas operárias e camponesas, a burguesia e a pequena burguesia nacionalistas (já negamos terminantemente esta possibilidade) não anula o antagonismo entre as classes, não suprime a diferença de interesse entre elas. Nem a burguesia nem a pequena burguesia, no poder, podem fazer uma política anti-imperialista. [...] Os investimentos do capital estrangeiro no Peru crescem em relação estreita e direta com o desenvolvimento econômico do país, com a exploração das riquezas naturais. [...] O que é que a pequena burguesia mais demagógica pode opor à penetração capitalista? Nada, a não ser palavras. Nada, a não ser uma passageira embriaguez nacionalista. A tomada de poder por parte do anti-imperialismo, como movimento demagógico populista, se fosse possível, não representaria nunca a conquista do poder pelas massas proletárias, pelo socialismo. A revolução socialista teria como inimigo encarniçado e perigoso [...] a pequena burguesia estabelecida no poder, obtido mediante suas palavras de ordem. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 133).

Em oposição a essa visão, Mariátegui compreendeu que os povos submetidos ao imperialismo teriam o protagonismo de derrubar a dominação imperialista e a via era a formação de uma sociedade socialista. A perspectiva de analisar as particularidades da formação econômica e social dos países periféricos e a diferença entre esses e a Europa serviu para Mariátegui perceber que o processo histórico estabelecia-se em um descompasso e, em razão disso, determinava o nível de consciência de classe do proletariado do mundo e a fase de construção nacional.

Os estudos sobre a realidade econômica, política e social do Peru unia-se à formação marxista do autor, conferindo a originalidade de sua leitura sobre a nação peruana. O ponto de vista de Mariátegui sobre nação foi constituído a partir da articulação de duas perspectivas: a indígena, autóctone; e a socialista, marxista, internacionalista. De acordo com Mariátegui, a referência aos indígenas deveria ser garantida, recuperada e introduzida no ideal e no modelo de nação a ser construída no Peru. O componente marxista, socialista e internacionalista ficou mais forte após o contato com as vanguardas da esquerda progressista europeia, durante seu exílio de três anos na Europa, principalmente, pelo contato com comunistas italianos e autores do marxismo romântico. Sobre os anos de formação política fora do Peru, Michel Löwy (2005) destacou a importância para Mariátegui de autores como Friedrich Nietzsche, Henri Bergson, Miguel de Unamuno e Georges Sorel.

Em rigor, marxismo e nação se constituíram como dois elementos-chave para Mariátegui. Os termos também representaram tensões que atravessaram os escritos do autor, muitas vezes, sinalizando contraposições propositivas entre vanguarda e indigenismo, Ocidente e mundo andino (GALINDO, 1980). A defesa da comunidade por Mariátegui fortaleceu sua crítica ao capitalismo e podia significar a possibilidade de o Peru seguir outra orientação, não repetindo os erros do Ocidente, principalmente, nos domínios econômicos.

Mariátegui tem consciência do contraponto entre o modelo de comunidade (incaica) e as bases do desenvolvimento do capitalismo moderno, sustentado pela formação de assimetrias econômicas entre os continentes. O sistema comunitário, o mutirão, o compartilhamento da terra e do modo de produção coletivo consistiam em heranças que resistiram à conquista e ao colonialismo espanhol e seu modelo de produção mercantil capitalista. Para ele, os povos andinos tiveram uma trajetória diferente e independente dos europeus, principalmente, pela continuidade do espírito coletivista. Essa abordagem aproxima Mariátegui da história e da experiência indígena peruana, encontrando, no princípio coletivo da comunidade, uma possibilidade mais autêntica para pensar na nação. Nessa perspectiva, a leitura de Mariátegui da realidade peruana e suas observações sobre a formação da nação no Peru, concentram significativa postura crítica ao eurocentrismo como também aos círculos liberais e marxistas da época.

Como saída à predominância de um modelo de formação política nacional e econômica europeu, Mariátegui considerou que a nação peruana teria condições de se formar a partir do reconhecimento e da introdução de formas de organização social comunitária predominantes no Peru. Na concepção de nação de Mariátegui, ela trazia, de certa maneira, a tarefa de negar o capitalismo, sem abandonar as contribuições alcançadas pela sociedade moderna. A formação da nação peruana também tinha o desafio de evitar o confronto com as formas de organização comunitárias do país, principalmente, em um contexto (anos de 1920 e 1930), em que o imperialismo dos EUA avançava. Nessa perspectiva, Mariátegui interessou-se pela construção da nação a partir de um percurso próprio e não por intermédio de um mimetismo ao modelo europeu de nação.

A insistência em estabelecer parâmetros próprios para a construção da nação implicava a defesa do socialismo como saída mais viável e efetiva ao domínio imperialista e ao capitalismo. No entanto, em contraposição à Terceira Internacional,

nos países periféricos, Mariátegui não enxergava a revolução burguesa como uma fase a ser cumprida para a revolução socialista. Sua aposta estava na luta iminente e urgente pelo socialismo, sem transições temporárias, uma vez que a etapa burguesa poderia comprometer o caráter emancipatório da nação.

Na visão de Flores Galindo (1980), para Mariátegui, o socialismo seria importante para a reivindicação das tradições nacionais e para por fim ao atraso econômico e social, implantado pelo colonialismo e que a independência não conseguiu resolver. O nacionalismo e a revolução nacionalista estariam, desta forma, em correspondência. A concepção de nação em Mariátegui passaria pela introdução do socialismo e que este fosse construído com base na tradição dos povos incaicos, com raízes na história e na organização social dos autóctones.

No texto *A revolução socialista latino-americana*, de 1929, Mariátegui reflete sobre as origens e as aproximações entre o socialismo e a sociedade indo-americanas. Para ele,

o socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas, nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento mundial, a que não se pode subtrair nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura nem um destino particulares. [...] E o socialismo, afinal, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. De ser criação heroica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 112).

O trecho expressou o caráter internacionalista do socialismo e também certa tradição americana em relação ao comunismo, experimentada pelas comunidades incaicas. Nessa perspectiva, para Mariátegui, o socialismo teria no Peru, a oportunidade de crescer, uma vez que já haveria bases e sementes de seus princípios e valores coletivos, herdados das organizações políticas e sociais anteriores ao período colonial.

A aposta de Mariátegui na urgência e viabilidade da via socialista esteve centrada na ideia de que essa seria a única forma de superação do atraso econômico e social dos países periféricos. Esse argumento se fortalecia por sua avaliação do

processo de independência das colônias hispânicas. Para ele, a independência não significou a superação, por completo, dos problemas coloniais. O processo não havia sido emancipatório nem nacionalista, pelo contrário, esteve sujeito ao ideal americanista.

Para Mariátegui, o ideal nacionalista apenas teria condições de existir e ter êxito se fosse construído a partir da coexistência de nacionalidades. A conquista da independência não formou uma nação e uma nacionalidade, sobretudo porque o indígena, na visão de Mariátegui, não havia participado de sua formação. O destino histórico dos povos da América espanhola conferia um passado comum solidário que era, para ele, a base para a construção nacional.

O pensamento político de Mariátegui acerca da nação não se constituiu de maneira aleatória, mas pelo apontamento das determinantes e das tensões da formação nacional. Por isso, sua concepção sobre nação apresentou-se a partir de uma postura investigativa que se deu por intermédio tanto da análise da formação histórica, econômica política e social do Peru, quanto por interlocuções com a vanguarda política internacional. Com resultado, a formação da nação peruana não se fazia isolada do resto do mundo, tampouco significava um projeto de elites, imposto, de cima para baixo, aos peruanos.

Mariátegui pensou a nação juntamente com questões fundamentais a um país de passado colonial e sujeito ao imperialismo estadunidense. Entre os assuntos e problemas pertinentes ao debate sobre a nação, estavam a soberania e autonomia política e econômica. Para que um projeto de nação fosse estabelecido em consideração àqueles elementos, ele acreditava ser necessário uma coesão interna, constituída pela inclusão e pela participação política, social e cultural dos peruanos, a despeito de raça, religião e ideologia.

A destruição da cultura inca pela colonização, ausência do índio na formação nacional e o não reconhecimento da tradição comunitária das organizações sociais incaicas no período que sucedeu a independência, levaram Mariátegui a julgar o Peru uma nação incompleta, com uma nacionalidade em formação. Nessa perspectiva, disse Mariátegui:

el Perú es todavía una nacionalidade em formación. Lo están construyendo, sobre los inertes estratos indígenas, los aluviones de la civilización el Perú autóctono. Frustó la única peruanidad que há existido. Los españoles extirparon del suelo y de la raza todos los elementos vivos de la cultura indígena. Reemplazaron la religión

incásica com a religión católica romana. De la cultura incásica no dejaron sino vestígios muertos. Los de descendientes de los conquistadores y los colonizadores constituyeron el cimiento del Perú actual. La independencia fue realizada por esta población criolla. La idea de la libertad no brotó espontaneamente de nuestro suelo; su germen nos vino de fuera. [...] La independencia aceleró la asimilación de la cultura europea. El desarrollo del país ha dependido de este proceso de asimilación. (MARIÁTEGUI, 2021, p. 327-38).²⁴

A independência conduzida por ideias liberais das elites criollas e mestiças, na visão de Mariátegui, não criaram espaços efetivos para a democracia e a emancipação dos peruanos. Os escravos africanos e afrodescendentes não receberam liberdade efetiva e, quando aconteceu, não significou o exercício da cidadania e a igualdade de direitos em relação às classes burguesas, de proprietários rurais. A realidade econômica e social dos mestiços pobres não se alterou de forma expressiva. Eles permaneceram excluídos de direitos, continuamente vistos como inferiores e não europeus.

Para ele, a negação da história pré-colombiana pelas classes dominantes esteve associada ao sentimento de superioridade tanto do conquistador quanto do espanhol colonizador e do *criollo*. Em resumo, a classe dominante peruana negou a participação do índio no processo de construção nacional e, dessa forma, na nação oligárquico-burguesa do Peru, não houve lugar para o autóctone. Mariátegui explicou que o período pré-colombiano foi “demasiado” autóctone, nacional e indígena para “emocionar” os criollos da República (MARIÁTEGUI, 1994).

Mariátegui tinha conhecimento da necessidade dos peruanos e, sobretudo, dos povos colonizados se reconhecerem como nacionalistas, visto que este posicionamento era fundamental para a libertação imperialista e garantia da condição soberana da nação.

O interesse pelo estímulo ao nacionalismo surgiu dos estudos de Mariátegui sobre as características desempenhadas pelo nacionalismo na Europa, as

²⁴ O Peru é, ainda, uma nacionalidade em formação. Constrói-se o Peru sobre as inerte camadas indígenas, sobre os aluviões da civilização ocidental. A conquista espanhola aniquilou a cultura inca. Destruiu o Peru autóctone. Frustrou a única peruanidade que existiu. Os espanhóis extirparam do solo e da raça todos os elementos vivos da cultura indígena. Substituíram a religião inca pela religião católica romana. Da cultura inca só deixaram vestígios mortos. Os descendentes dos conquistadores e dos colonizadores constituíram o fundamento do Peru atual. A independência foi realizada por esta população crioula. A ideia de liberdade não brotou espontaneamente do nosso solo; seu germe veio de fora. [...] A independência acelerou a assimilação da cultura europeia. O desenvolvimento do país decorreu diretamente deste processo de assimilação. (Tradução livre do autor).

diferenças e as especificidades desse nas regiões colonizadas e submetidas ao jugo do imperialismo. Para ele, nas nações europeias, o nacionalismo teve ampla identificação com o conservadorismo, tendo, inclusive, forte inclinação imperialista, sendo reacionário e anti-socialista. O sentimento patriótico entre os europeus fortaleceu os interesses das classes dominantes, facilitou a expansão do capitalismo e a conquista de novos mercados para aquisição de matérias-primas e garantia do consumo dos produtos da indústria europeia.

Entretanto, entre os povos colonizados, o nacionalismo possuiu características distintas, uma vez que, na visão de Mariátegui, teve um perfil revolucionário, principalmente, por sua aproximação ao socialismo. Nos países com passado colonial, a nação e o nacionalismo não cumpriram seus objetivos, tampouco findaram sua missão histórica. A autoafirmação das identidades locais e a recuperação da história era, segundo Mariátegui, condições importantes para o combate à dominação imperialista e para a construção soberana da nação.

Com essa perspectiva de análise sobre o nacionalismo europeu e o operado nos países periféricos, submetidos ao colonialismo e ao imperialismo, Mariátegui pode defender a ideia de que, entre os povos colonizados, a necessidade da construção de uma nacionalidade era meio fundamental para o estabelecimento da coesão na luta anticolonial e anti-imperialista e para a formação do socialismo indo-americano.

Em rigor, Mariátegui se empenhou em construir um sentido de nação que levasse em conta a história dos povos originários, os valores e a cultura dos autóctones sem que, para isso, fosse necessário deixar de aproveitar avanços técnicos da Europa. Dessa forma, a concepção de Mariátegui de nação e nacionalidade peruana exigia o estabelecimento de uma soberania que a classe dominante do Peru não teve condições e objetivos de realizar. Além disso, Mariátegui defendeu a importância de uma base de troca de experiência e de relações entre as nações periféricas e demais nações ocidentais a fim de proporcionar o melhor desenvolvimento dos povos.

A concepção de nação peruana para Mariátegui só faria sentido se implicasse a existência de um processo de construção soberana e integral, capaz de incorporar e articular tanto um novo regime de propriedade rural e a valorização e integração do indígena com sua história e cultura, quanto a ruptura das heranças da condição colonial e estruturas imperialistas, após a independência. Por fim, a nação

como superação do atraso econômico e social, na visão de Mariátegui, seria alcançada pela construção do socialismo por intermédio da via revolucionária.

3.3.1.4 Raça e os entraves da formação nacional: indígenas, negros e mestiços

A consciência sobre os efeitos do imperialismo e o conhecimento das particularidades econômicas, políticas e sociais peruanas foram ponto de partida para as considerações de Mariátegui sobre as vias e os modelos da formação nacional na América Latina. Na discussões sobre a construção da frágil nação peruana, o autor destacou alguns elementos: a) o caráter agroexportador e subalterno do país na economia mundial; b) a burguesia rentista e a classe dirigente sem sentimento nacional, c) o projeto de soberania e de investimento local, incapaz de propor um desenvolvimento nacional; d) a dificuldade de acesso à terra e a presença do grande latifúndio e; e) a ausência ou pouca representatividade dos indígenas, negros e mulatos indígenas na formação da cultura nacional.

Em razão desses pontos, a questão nacional, para Mariátegui, estava fortemente relacionada com as condições, o lugar e as formas pelas quais os países periféricos haviam sido introduzidos na economia internacional, um argumento que bem explicou seu envolvimento com o marxismo. Para o autor, a dimensão internacionalista da questão nacional também envolvia a relação dos movimentos nacionalistas com a práxis revolucionária e, sobretudo, como o socialismo se colocava como viabilidade entre as nações em formação. Por isso, considerou importante a particularidade da trajetória das lutas nacionais no Oriente, juntamente com os aspectos mais tradicionais e da modernidade ocidental que, segundo ele, seriam relevantes para a revolução anticolonial.

A concepção de Mariátegui sobre o nacionalismo não se restringiu à dimensão econômica e internacional do fenômeno, uma vez que havia determinantes e condições sociais e culturais que explicavam seu surgimento e sua expansão. Em *Ensaio de interpretação sobre a realidade peruana*, Mariátegui observou o surgimento do nacionalismo em relação ao aparecimento do idioma e das literaturas nacionais. Na história do Ocidente, em específico na Europa, o autor apontou o papel da Reforma e do Renascimento na criação de fatores ideológicos e espirituais da revolução liberal e do capitalismo, capazes de romper a unidade do latim e do papado, por intermédio da expansão da individualização nacional das literaturas. Segundo

Mariátegui, o nacionalismo na historiografia literária era um fenômeno com raiz política pura e, por isso, como movimento estético e político, foi constitutivo da modernidade. O tema literário “nacional” havia sido estratégico para a difusão da ideologia nacionalista.

No entanto, no Peru, a literatura nacional teve forte influência espanhola, uma vez que, sendo literatura escrita, foi pensada e sentida em espanhol, língua dos colonizadores. Em razão dos povos autóctones não terem desenvolvido a escrita e formas literárias mais narrativas, mantiveram-se integrados por intermédios de lendas, representações coreográficas e teatrais. Mariátegui (2010, p. 226) considerou que a escrita e a gramática quéchuas foram, em sua origem, obras espanholas. Por isso, “a língua castelhana, mais ou menos americanizada, é a linguagem literária e o instrumento intelectual dessa nacionalidade, cujo trabalho de definição ainda não se concluiu.”

Nessa perspectiva, tanto o nacionalismo quanto a literatura peruana possuíam base espanhola. O indígena não teria participado da formação nacional, pois estivera preso à tradição oral. Como resultado, a tradição indígena passou por um processo de incorporação à literatura pela intermediação da língua espanhola. Para Mariátegui, era importante corrigir essa deficiência na formação nacional e na literária peruana, instituindo uma tradição original que passasse pelo reconhecimento da história e da cultura dos autóctones em combate às heranças do colonialismo. Assim, para Mariátegui,

a debilidade, anemia, a flacidez de nossa literatura colonial e colonialista provêm de sua falta de raízes. A vida, como afirmava Wilson, vem da terra. A arte tem necessidade de se alimentar da seiva de uma tradição, de uma história, de um povo. E no Peru a literatura não brotou da tradição, da história e do povo indígena. Nasceu de uma importação da literatura espanhola; depois se nutriu da imitação da mesma literatura. Um cordão umbilical doentio a manteve ligada à metrópole. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 231).

Com esses pontos, o autor aproximou os propósitos da formação nacional aos objetivos e meios das lutas anti-imperialistas, na medida em que posicionava a nação como desafio central para a revolução socialista que levasse em conta o problema colonial e, sobretudo, a questão indígena. Nessa perspectiva, Mariátegui sublinhou e cobrou uma interpretação mais dialética de análise, que levasse em conta o local, o nacional e o internacional na formação social latino-americana. Quando

Mariátegui considerou o problema do latifúndio e da servidão indígena como herança de economias pré-capitalistas, o autor chamou atenção para um traço característico, no Peru: a relação entre o colonialismo e as estruturas feudais ou semifeudais, que comprometiam a formação capitalista peruana, a formação de um Estado liberal central e a viabilidade de um projeto nacional. Para ele, o regime de propriedade da terra determinava as estruturas e os propósitos políticos e administrativos de toda a nação. “O problema agrário – que até agora a república não pôde resolver – domina todos os problemas da nossa nação. Sobre a economia semifeudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais.” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 70).

Dessa forma, a propriedade e a concentração da terra eram, para Mariátegui (2010), o problema-chave para existência das assimetrias econômicas e políticas peruanas, herdadas do processo colonial espanhol, da fragilidade do movimento de independência e da forma como o capitalismo se estabelecia no país. Com o desenvolvimento das relações capital-trabalho, era urgente a necessidade de alterar as formas da propriedade no Peru. No entanto, segundo ele, a questão da terra não poderia ser resolvida sem a consideração do problema indígena e, conseqüentemente, da alteração da extensão das jornadas laborais, das baixas condições de trabalho e de remuneração, bem como a reivindicação de seu protagonismo e sua emancipação por intermédio da educação.

A crítica de Mariátegui acusava os efeitos do latifúndio e o responsabilizava pela condição de pauperização e exclusão dos indígenas na sociedade peruana. Corrigir o problema da concentração da terra era um passo importante para superar a posição de inferioridade e subserviência dos povos originários do Peru. Além disso, a questão indígena e a concentração da terra constituíam um problema econômico e social que não poderiam ser resolvidos por parâmetros unilaterais e ou exclusivos como condutas administrativas, jurídicas, étnicas, morais, eclesiásticas ou educacionais.

Mariátegui introduzia, dessa forma, algo original ao debate sobre a questão da emancipação nacional e a análise da realidade peruana – a emergência da raça e sua relação com a propriedade de terra e o trabalho. O reconhecimento do problema indígena no Peru levou Mariátegui a apontar o entrelaçamento dos conceitos de raça e classe, chamando atenção para a centralidade da relação *raça e capital-trabalho*, *raça e lutas sociais*. Para ele, “todas as teses sobre o problema indígena que ignoram

ou aludem a ele como problema econômico-social, são outros tantos exercícios teóricos – e, às vezes, apenas verbais – condenados a um descrédito absoluto.” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53).

Assim, Mariátegui assegurou a ideia de que o problema indígena não era de âmbito moral, pois essa concepção só reproduzia uma visão liberal e humanitária, oitocentista, iluminista que motivava a defesa dos “direitos humanos” e o sentido moral da civilização. No entanto, “uma concepção liberal, humanitária e iluminista” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 57), não foi capaz, segundo o autor, de deter nem corrigir os métodos do imperialismo europeu. A luta anti-imperialista, acrescentou o autor, confiava na força dos movimentos de emancipação das colônias e bem menos na ação humanitária dos países.

Para o autor peruano, também não fazia sentido esperar da ação religiosa uma solução para a questão do índio, uma vez que a expansão do catolicismo não havia alterado a situação indígena. Pelo contrário, envolveu-se com a expansão e a consolidação do colonialismo espanhol predatório na região. Além disso, reduzir o problema indígena a uma questão étnica reforçava as teses e as argumentações imperialistas, pois alimentava a ideia da hierarquização das raças. Dessa forma,

a suposição de que o problema indígena é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. Esperar a emancipação indígena de um cruzamento ativo da raça aborígine com imigrantes brancos é uma ingenuidade antissociológica, concebível apenas na mente rudimentar de um importador de carneiros merinos. Os povos asiáticos, aos quais o povo índio não é inferior em nenhum ponto, assimilaram admiravelmente a cultura ocidental, no que esta tem de mais dinâmico e criador, sem transfusões de sangue europeu. A degeneração do índio peruano é uma invenção vagabunda dos leguleios feudais. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 57).

Outra posição combatida por Mariátegui (2010) foi a defesa da educação e da alfabetização dos indígenas como condições para sua inclusão e emancipação. Sem a consideração do acesso à terra, a discussão pedagógica estaria esvaziada, acreditava ele. A educação não se reduzia, para ele, à construção de escolas ou métodos didáticos de alfabetização, como a perspectiva liberal colocava. Era urgente a alteração das relações de propriedade no Peru. Não adiantava, na visão do autor, a existência de índios eruditos, mas ainda explorados, em situação de miséria e despolitizados.

O componente racial no desenvolvimento da luta de classes interferia, de acordo com Mariátegui, na condução da transformação social no Peru, sobretudo, na composição da nação peruana. No artigo *Ponto de vista anti-imperialista*, de 1929, ele abordou as particularidades e os desdobramentos do imperialismo na constituição econômica e cultural da sociedade peruana. O autor suspeitava da força do “espírito” nacional na classe burguesa e na aristocracia peruana, uma vez que nelas faltavam os traços de identificação e de solidariedade à história ancestral comum da região. Para explicar isso, comparou a burguesia peruana aos burgueses e nobres na China. Assim,

a colaboração da burguesia e, também, de muitos elementos feudais, na luta anti-imperialista chinesa explica-se por razões de raça, de civilização nacional, que entre nós não existem. O chinês nobre ou burguês sente-se entranhadamente chinês. Ao desprezo do branco pela sua cultura estratificada e decrépita responde com o desprezo e o orgulho de sua tradição milenar. O anti-imperialismo na China, portanto, pode apoiar-se no sentimento e no fator nacionalista. Na Indo-América, as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia crioulas não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia crioulas não se sentem solidárias com o povo pelos laços de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, antes de mais nada, brancos. O pequeno burguês mestiço imita este exemplo. A burguesia limenha confraterniza com os capitalistas ianques, e até mesmo com seus simples empregados, no Country Club, no Tennis e nas ruas. [...] O fator nacionalista, por estas razões objetivas que, seguramente, a nenhum de vocês escapa, não é decisivo nem fundamental para a luta anti-imperialista no nosso meio. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 131).

Pelo que é exposto, segundo o autor, a sociedade peruana havia se formado sem o índio e contra o índio. Para a classe dominante, formada por *criollos*, os indígenas representavam grupos sociais com qualidades intelectuais inferiores e tal qualificação autorizava as elites explorarem os índios, subjugando-os também como escravos. Para Mariátegui, nisso residia um traço importante da realidade peruana e da própria incompletude da nação.

Os *criollos* reproduziam os preconceitos e as segmentações raciais, sociais e culturais, herdadas das relações coloniais espanholas e que se estendiam do trato com os indígenas às formas de aceitação da herança cultural da ancestralidade pelas elites. Por mais que o Peru tivesse o interesse de livrar-se da dominação imperialista, inserindo-se na ordem mundial do século XX como economia capitalista agrária e de

minérios, havia uma questão a superar: o sentimento de inferioridade dos nacionais frente ao mundo europeu e estadunidense, introduzindo-se de forma soberana nas relações internacionais. A rejeição dos povos originários era, para ele, um obstáculo à construção nacional e mesmo à negação da nação peruana.

Mariátegui destacava a dificuldade de assimilação cultural entre o povo peruano. A convivência de povos originários, *criollos* e espanhóis não se estabeleceu de forma pacífica na formação de uma cultura comum, mas de forma contrária, a partir de uma negação contínua das elites aos índios. O modelo educacional do Peru foi o que mais propagou as relações de exclusão indígena, por intermédio do racismo e desmonte da episteme dos povos originários. Tanto no vice-reinado quanto na república peruana, após a independência, o índio manteve-se fora da escola. Na visão de Mariátegui a educação tinha papel importante no desenvolvimento de uma nação soberana, todavia, ele acreditava num modelo educacional diferente dos liberais e que incorporasse a contribuição dos conhecimentos e da cultura indígena na formação da educação e cultura nacional.

Engajado e atento aos movimentos estudantis e às reformas universitárias que se espalhavam por alguns países da América Latina nas décadas de 1920, ele manteve aproximação com a juventude, reforçando a crítica sobre o caráter superficial da formação universitária que, segundo Mariátegui, formava homens de letras e leis, sem qualquer envolvimento com os problemas reais do país e, por isso, incapacitados de erguer uma nação. Ele considerou que os espanhóis e os *criollos* (após a independência) haviam excluídos os indígenas do processo educacional, comprometendo um projeto genuíno de nação. Com isso, defendeu uma educação com identidade própria, que alinhava conhecimentos universais e nacionais com a história dos povos originários, à medida que permitia o resgate e o encontro com a cultura incaica.

3.3.2 Frantz Fanon

As inquietações e ideias do médico psiquiatra martinicano Frantz Fanon continuam, cada vez mais, à prova do tempo. Elas estenderam-se entre as áreas da Psiquiatria, da Filosofia e da política, repercutindo em práxis revolucionária e em ativismo originais nos debates e nas ações anticoloniais e de libertação nacional, contra o racismo e o imperialismo no século XX, dentro e fora da África. Frantz Fanon

dedicou-se a entender as razões, as características e os impactos do colonialismo nas relações entre metrópoles e colônias, destacando tanto os aspectos econômicos e sociais quanto a psicopatologia da colonização, os efeitos culturais e psicológicos do processo colonial sobre o colonizador e também sobre o colonizado.

Frantz Fanon nasceu em Fort de France, na Martinica, em 1925, numa família burguesa de classe média, com significativa estabilidade econômica que o conferiu oportunidades de acesso à educação escolar. Por volta dos 18 anos, ele se inscreveu como combatente das forças armadas gaullistas, no Caribe, participando da Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha nazista. No front francês, a experiência como soldado negro fez o jovem martinicano tomar contato com a discriminação racista, despertando sua atenção e inquietação quanto à violência da Europa em relação às colônias e à população negra, considerada “incivilizada”, por isso, não reconhecida e oprimida. Em razão dos serviços prestados à França durante a guerra, foi condecorado com a medalha da Cruz da Guerra, não podendo recebê-la em manifestação pública, em Paris, pelo fato de sua pele sinalizar suas origens e o não pertencimento à França. Discriminado, voltou à Martinica, em 1945, quando terminou seus estudos secundários, aproximando-se de Aimé Césaire, poeta, intelectual e político martinicano, nome expressivo na produção artística e militância da cultura negra a partir dos anos de 1930, dentro e fora da França.

Em 1947, em virtude de uma bolsa de estudos, inscreveu-se na Faculdade de Medicina em Lyon (França), tornando-se, em seguida, médico psiquiatra. No percurso de formação universitária, Fanon tomou contato com a Filosofia, a Antropologia e o Teatro, áreas que, mais tarde, foram fundamentais na construção do pensamento e na práxis multidimensionais de Frantz Fanon tanto na medicina quanto na política.

Já como médico residente do Hospital psiquiátrico Saint-Alban, em Paris, ao observar seus pacientes, Fanon apontou a alienação como elemento importante da relação entre o somático e o psíquico, entre a estrutura e a história dos indivíduos²⁵.

²⁵ No Hospital psiquiátrico de Saint-Alban, Frantz Fanon trabalhou com François Tosquelles, psicoterapeuta catalão, antifranquista, que lutou na Guerra Civil Espanhola nas forças republicanas do Partido dos Trabalhadores da Unificação Marxista. Na Segunda Guerra Mundial, com a França invadida e sob o comando das forças de Hitler, François Tosquelles foi responsável por experiências inovadoras na área da Psiquiatria. Para ele, tratava-se de fazer os pacientes cuidarem do hospital e serem agentes de saúde mental, metodologia que, em seguida, foi denominada de “psicoterapia institucional”. Sua formação na Catalunha foi próxima a revolucionários e a artistas surrealistas, fato que explica a ousadia e a criatividade

Em 1953, foi admitido para a carreira em hospitais públicos psiquiátricos, sendo também nomeado ao Hospital de Psiquiatria de Blida, na Argélia, onde sua prática médica colocou em xeque os parâmetros da psiquiatria clássica, a teoria do primitivismo dos indígenas, a alienação e a despersonalização dos autóctones. (CHERKI, 2005; NOGUEIRA, 2020).

No processo terapêutico, Fanon condenou o encarceramento no tratamento psiquiátrico; insistiu na relação mais próxima entre médicos e pacientes; introduziu a ocupação laboral como método terapêutico e considerou todas as referências culturais (língua, organização social da vida etc.) possíveis no diagnóstico e no tratamento do sofrimento psíquico. Com isso, Fanon esteve a favor do desenvolvimento da socioterapia e de uma abordagem sociogênica na assistência psiquiátrica ao mesmo tempo em que fez a defesa da liberdade dos oprimidos contra a dominação e a exploração dos indivíduos no processo colonial e no capitalismo. O caráter libertário dos métodos terapêuticos alternativos adquiridos na França foram, depois, desenvolvidos por Frantz Fanon na Argélia, entre 1953 e 1956, e na Tunísia, a partir de 1957. (CHERKI, 2005).

Em 1955, quando a Guerra da Argélia começou, Fanon destacava-se pelo caráter político e revolucionário de sua psiquiatria, fortalecendo sua reputação entre médicos e militantes argelinos. O psiquiatra interrogou a indiferença do governo socialista francês em relação ao interesse dos argelinos pela independência. As posições anticoloniais de Fanon envolvia-o, cada vez mais, com a causa argelina. Em 1956, Fanon advertiu sobre as dificuldades de conduzir a atividade de psiquiatria, de desalienar os indivíduos num país onde persistiam a extensão das desigualdades sociais e assassinatos, onde o autóctone continuava despersonalizado por políticas colonialistas do governo local.

As críticas à realidade argelina provocaram indisposições de Fanon com o regime vigente na Argélia, fato que o conduziu à demissão do cargo de médico psiquiatra e a subsequente expulsão da Argélia. Em 1957, na França, o tempo e as circunstâncias já eram suficientes para o envolvimento definitivo de Fanon com a resistência revolucionária, com as pautas e as ações anticoloniais da Frente de

no Hospital de Saint-Alban. Na França, teve contato com significativos nomes da intelectualidade e militantes da resistência francesa, como Georges Canguilhem Tosquelles e dos fundadores da psicopatologia do trabalho, entre eles Louis Le Guillant e Paul Sivadon (RUIZ *et al.*, 2013).

Libertação Nacional (FLN) da Argélia. A autodeterminação de Fanon foi base para levá-lo ao interesse intelectual de entender seu tempo e sua realidade local, sendo estratégica para aceitar os apuros do engajamento político, uma vez que isso o retirava da segurança da vida dos membros da classe média. (FAUSTINO, 2021, 2018; KHALFA, 2021).

Na Frente de Libertação Nacional (FLN), partido nacionalista argelino, Fanon teve participação significativa como membro de publicações da FLN, *Résistance Algeriène* e *El Moudjahid*. Em 1958, foi indicado pela FLN para participar do VII Congresso Pan-africano da Acra, em Gana, primeiro país da África Subsaariana a alcançar a independência da dominação britânica. Na oportunidade, conheceu lideranças importantes das lutas anticoloniais africanas como Kwane Nkrumah, de Gana; Félix Moumié, líder das insurreições em Camarões; Tom M' Boya, do Quênia e; Holden Roberto, de Angola.

Fanon conheceu o programa e também a dinâmica revolucionária da FLN à medida que a guerra algeriana avançava. Ele acompanhou, internamente, todas as contradições da organização, as disputas de poder entre os representantes políticos e o exército. O descontentamento em relação às situações contraditórias da Frente não fez Fanon abandonar a defesa da libertação nacional da Argélia e de uma psiquiatria inovadora. O engajamento de Fanon na questão nacional argelina foi simultâneo à sua atração pela África subsaariana, encaminhando-o ao trabalho pela independência de vários países, dentre eles Gana, Camarões, Angola e Mali.

Em 1959, Frantz Fanon participou do IIº Congresso de Escritores e Artistas Africanos negros, em Roma, onde realizou uma comunicação sobre os fundamentos da cultura nacional e as lutas por libertação, integrando, em seguida, o manuscrito do livro *Os Condenados da Terra*. Em 1952, casou-se com a francesa Josie Dublé. Eles estiveram juntos até sua morte precoce, em 1961, com 36 anos, de leucemia mielóide, nos Estados Unidos.

3.3.2.2 *Produção intelectual e práxis revolucionária*

Longe do interesse editorial e mesmo de muitos centros universitários durante algumas décadas, Fanon representou, de forma relevante, o que esteve à margem do cânone da supremacia branca. No entanto, nas últimas décadas, tem-se verificado a referência de Frantz Fanon em muitos debates na Sociologia, na Ciência

Política e na Filosofia, sobretudo com o fortalecimento da problemática étnico-racial e do racismo nas sociedades contemporâneas; com os impasses políticos do multiculturalismo do mundo global; com a crítica epistemológica e metodológica nas ciências e nas artes no Ocidente; com o advento de teorias do pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-moderno, pós-coloniais e decoloniais²⁶. Cresceu a publicação de livros de e sobre Frantz Fanon, além de textos, grupos de pesquisa, reuniões e eventos que voltam a interessar e mobilizar editoras, ativistas, movimentos políticos, a Filosofia e as Ciências Sociais.

Frantz Fanon foi bem conhecido tanto no meio político africano quanto na extrema esquerda europeia. Em 1960, foi nomeado embaixador do Governo Provisório da República Algeriana (GPRA), em Acra (Gana), espécie de governo em exílio da Frente de Libertação Nacional. No mesmo ano, Fanon participou da IIª Conferência dos Povos africanos, da Conferência pela Paz e a Segurança na África, em Acra e, também, da Conferência Afro-asiática de Conakry, da Guiné (FAUSTINO, 2018).

Uma das propriedades da produção intelectual fanoniana é a preocupação com o destinatário de seus textos e ideias, ou seja, os negros, os africanos e os

²⁶ O pós-estruturalismo refere-se ao grupo de filósofos franceses que, a partir dos anos de 1960, estiveram interessados nos estudos da recepção e em repensar a racionalidade das Ciências Humanas tendo como referência conhecimentos da Linguística de Ferdinand de Saussure e da Fonologia. Os pensadores pós-estruturalistas proporcionaram bases para a constituição dos Estudos Culturais anglo-saxão, com o desenvolvimento crítico sobre a cultura contemporânea e a expansão de análises políticas para além dos conflitos de classe social. Insatisfeitos com a tradição do pensamento marxista, sobretudo o ortodoxo, pesquisadores da Sociologia, da Crítica Literária, dos Estudos de Mídia e da Psicologia almejavam nova referência para o desenvolvimento do pensamento crítico nas Ciências Humanas. Os pós-estruturalistas deram atenção a certos temas e problemas não valorizados até então na tradição das Ciências Humanas, como: a constituição das identidades, a crítica às metanarrativas históricas e da antropologia humanista, a socialização do desejo, a justaposição entre racionalidade e poder, e a centralidade da noção de discurso na organização da vida social. O pós-estruturalismo integra pensadores com diferenças consideráveis entre si, particularmente, no que se refere às referências filosóficas. Os leitores das teses pós-estruturalistas são, na maioria, pesquisadores oriundos de áreas externas à Filosofia e conduzem os debates para o campo da Crítica da Cultura. O termo é pouco usado na França, país de origem de boa parte dos autores pós-estruturalistas. Entre os pensadores normalmente relacionados ao pós-estruturalismo estão Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard e Michel Foucault. Para alguns estudiosos, o grupo completa-se com o psicanalista Jacques Lacan e o crítico literário Roland Barthes. Apesar das diferenças, argumenta-se a existência de afinidades entre os autores, principalmente: a aproximação com a genealogia de crítica de Friedrich Nietzsche; a crítica ao humanismo (Martin Heidegger, Carta ao Humanismo) e às teorias sistêmicas do estruturalismo; a significativa desconfiança com os ideais normativos da razão moderna e as perspectivas iluministas e de emancipação.

colonizados. Isso reforçou sua relação com outros contemporâneos, intelectuais, políticos e ativistas, envolvidos com o compromisso de estabelecer um entendimento sobre a África e a negritude.

Nessa perspectiva, a produção intelectual e a práxis política de Frantz Fanon não deve ser isolada da trajetória do pensamento social africano, do pan-africanismo²⁷ e da repercussão do movimento de negritude na cultura e na arte do século XX tanto no continente americano quanto na África e na Europa. Fanon esteve atento às discussões e às ações promovidas por esses no que tange a necessidade, os meios, as condicionalidades e os desafios para a unidade e ou união africana, estabelecendo, por isso, diálogos com importantes lideranças como Patrice Lubumba, Kwane Nkrumah e mesmo de pensadores de língua portuguesa como Amílcar Cabral, envolvidos com os contextos e os movimentos de libertação nacional em Angola, Cabo Verde e Guiné.

Parte significativa de estudiosos sobre Fanon pouco destaca a relação propositiva de Frantz Fanon com o pan-africanismo, suas causas e temas, o autor deu respostas às questões e mesmo discordou de posturas levantadas por autores pan-

²⁷ As influências e as repercussões do pan-africanismo desempenham papel importante na formação de redes de conexão entre líderes, contextos e épocas da história recente da África e da diáspora africana, influenciando a agenda de temas e as lutas do debate sobre o continente e os movimentos negros, dentro e fora da África. Para Faustino (2018), no Brasil, a luta negra também apresentou significativo diálogo com a história e com autores do pan-africanismo. Intelectuais e ativistas do movimento negro brasileiro como Lélia Gonzáles, Abdias do Nascimento e Clóvis Moura desenvolveram importantes diálogos com pensadores da África e da diáspora africana, sob o contexto de influência do pan-africanismo. Além disso, no Brasil, no início do século XX, o jornal *O Menelick* e demais publicações da imprensa negra nascente introduziram no país questões à luz do conhecimento e da sensibilidade ao contexto mais internacional das lutas e dos movimentos em favor da emancipação negra, africanas e afro-diaspóricas. Já no século XIX, a Revolução Haitiana teve repercussão no Brasil, uma vez que representou para as lutas negras já existentes uma dose de esperança quanto a viabilidade da libertação. Para as elites brasileiras, o que acontecera no Haiti e o haitianismo eram alvo de preocupação e medo. Para alguns historiadores, em 1835, a Revolta dos Malés, na Bahia, foi exemplo de um levante com fortes semelhanças às propostas políticas da Revolução Haitiana. Nos anos de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU), do Brasil, esteve bastante atento tanto às ações políticas dos *Black Panthers* (Panteras Negras) nos EUA quanto ao que acontecia em Angola, por intermédio de variedade de contatos entre negros dos dois países. A articulação entre ativistas negros brasileiros com intelectuais de esquerda, e mesmo com diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, levou o Brasil a ser o primeiro país a considerar a independência de Angola. Nessa perspectiva, na história das lutas negras, antes e depois do pan-africanismo, é possível apontar uma rede de circulação de ideias, de contatos e aproximações entre líderes e as causas negras, que ultrapassa as fronteiras continentais, não se resumindo a posturas e ações isoladas em contextos regionais. (FAUSTINO, 2018).

africanistas e afro-diaspóricos, constituindo, dessa forma, as bases de uma ação e práxis particular.

O termo *pan-africanismo* não aparece de forma direta nos escritos de Fanon, embora o autor e ativista tenha sido contemporâneo do movimento e próximo de muitos líderes. Considerando que a extensão, vertentes e capilaridade dos objetivos e ações do pan-africanismo e sua relação com a diáspora africana, tanto as considerações de Frantz Fanon sobre ação revolucionária anticolonial quanto suas posições teóricas sobre raça e racismo, cultura e racialização do capitalismo não podem ser tratadas sem a referência de um caráter ontológico que aproximou o pan-africanismo, a diáspora e a postura radical antirracista. Segundo o autor, essa aproximação deve ser vista sob a perspectiva da inevitabilidade da discussão da condição negra. O autor não se deixou levar pela afeição ingênua do cromatismo africano, tampouco enganou-se com as elites negras locais e às divisões entre os africanos, produzidas pelo colonialismo.

Nesse sentido, Faustino (2018) e Khalifa (2020, 2021) lembram a necessidade do registro de Fanon como revolucionário dentro de circuito mais amplo de autores e lideranças políticas que posicionaram o problema racial e colonial africano como estrutural à formação capitalista. Por isso, não se trata de um autor restrito a África, uma vez que as questões advertidas por ele são constitutivas da história das relações políticas, econômicas e culturais modernas.

Frantz Fanon foi lido de forma diversa pelos partidos e pela militância de esquerda, por movimentos negros e por círculos acadêmicos. Primeiramente, entre os anos de 1970 e 1980, destacou-se pelos estudos da práxis revolucionária, sobretudo, por intermédio da obra *Os Condenados da terra*. Em seguida, a partir dos anos 2000, o interesse sobre Fanon esteve centralizado em análises sobre a subjetividade, passando a ser tratado muito mais com um autor da teoria e do pensamento anticolonial e antirracista e menos da revolução. É relevante nessa perspectiva, o papel desempenhado por autores pós-estruturalistas e do pensamento pós-colonial, dos estudos culturais e subalternos como Stuart Hall, Hommi Bhabha, Gayatri Spivak que, ao se debruçarem sobre os escritos de Frantz Fanon, chamaram atenção para a atualidade das questões levantadas pelo martinicano. (FAUSTINO, 2018; FANON, 2021a, 2021b).

Frantz Fanon escreveu entre as décadas de 1950 e 1960, no contexto mundial após a Segunda Guerra Mundial, no curso da recuperação econômica da

Europa e da crise da empreitada colonial europeia, da Guerra Fria, da emergência política dos países não alinhados, do Terceiro Mundismo, da Guerra da Indochina (1946-54), das revoluções Cubana (1959) e Argelina (1954-62), da escalada dos movimentos de autodeterminação dos povos e de libertação nacional na África, na Ásia e no Oriente Médio. Fanon foi produto de sua época e de uma corrente de pensadores e militantes em que ele é, por sua vida e obra, o reflexo mais lírico e concluído do intelectual e militante capaz de alinhar a consciência do momento histórico e a sensibilidade necessária à revolução.

O pensamento fanoniano está desenvolvido em cinco obras: *Pele negra, máscaras brancas* (1952); *Sociologia da revolução*, anteriormente, publicado como *L'an V de la revolution algerienne* (1959); *Condenados da terra* (1961); *Em defesa da Revolução Africana* (1964), antologia póstuma, publicada pela esposa e; *Écrits sur l'aliénation et la liberté* (Escritos sobre a alienação e liberdade), de 2015. Além dos livros, na França, nas últimas décadas do século XXI, foram publicados textos de Frantz Fanon que trazem, de maneira expressiva, o desembaraço e a amplitude de inclinações para associar política e subjetividade.

Pele negra, máscaras brancas e *Condenados da terra* constituem os textos mais lidos e traduzidos do autor e, para muitos estudiosos, neles se encontram os principais temas. Os livros constituíram clássicos da anticolonização e decolonização, inscrevendo-se na lista de um pequeno grupo de obras precursoras a dar espaço à “voz” dos colonizados²⁸, entre eles W. E. B. Dubois, C. L. R. James, Aimé Césaire,

²⁸ Alguns autores e obras constituíram um legado significativo na introdução e no pioneirismo do debate sobre a negritude e a questão colonial, entre eles W. E. B. Dubois, C. L. R. James. Um grande texto precursor à *Condenados da terra*, de Frantz Fanon, é *Cahier d'un retour au pays natal*, do poeta surrealista martinicano Aimé Césaire, escrito antes da Segunda Guerra Mundial. A poesia de Césaire é ponto de partida para a elaboração dos fundamentos do conceito de *negritude*, termo criado por este artista e intelectual que, interessado e pressionado por lideranças comunistas, veio a ocupar cargos políticos. Foi presidente da Câmara de Fort de France e deputado pelo Partido Progressista, empenhado em instaurar, na Martinica, um socialismo independente dos princípios stalinistas. O livro conquistou atenção do poeta surrealista André Breton que considerou a sensibilidade e a originalidade de Aimé Césaire para literatura da época. *L'Anthologie de la poésie nègre et malgache*, de Léopold Sédar Senghor, de 1947, reuniu autores negros e desempenhou importante papel na reivindicação do lugar da cultura negra e do sentido do conceito de negritude. A obra *Orfeu negro*, do filósofo Jean Paul Sartre, condenou o colonialismo e se destacou pela crítica de um intelectual europeu à situação da violência colonial. O livro marcou a opinião pública da esquerda intelectual e política europeia, apoiadora dos movimentos de independência na África e na Ásia. Outra obra é *Retrato do colonizado, precedido pelo retrato do colonizador* (1957), do tunisiano Albert Memmi. Ele construiu um estudo impactante sobre a psicologia colonial, escrito antes da dramática guerra argelina (1961-62). Na obra, Memmi apresentou a

Leopold Sédar Seghor, Jean Paul Sartre e Albert Memmi. Eles têm obtido maior atenção, repercussões e estudos tanto por parte da academia quanto pela ação da esquerda política internacional, convertendo Fanon numa espécie de “profeta” do Terceiro Mundo.

3.3.2.3 *Colonialismo e racismo*

Frantz Fanon foi rigoroso na leitura acerca da construção e da condição social do negro, dos sentidos da negritude, dos impactos da assimilação cultural e da alienação colonial. Para o autor, a colonização não foi apenas um processo de exploração econômica com apoio de armas e força militar. Muito além do controle e exploração colonial, a colonização introduziu a condição de alienação como processo mais amplo e efetivo da desumanização do outro (indígenas e negros), do embaraço da construção subjetiva e identitária dos colonizados, uma vez que a escravidão mostrou-se como um fenômeno da despersonalização dos indivíduos. A alienação colonial esteve atrelada à condição da renúncia dos sujeitos à sua própria cultura para adotar uma identidade diferente – a dos brancos, do colonizador. Tratou-se, com isso, do que Frantz Fanon considerou de a negação da negação do negro, um processo de internalização pelos negros do ideal branco.

O autor também se dedicou a analisar o papel estrutural da violência no processo e sistema colonial, considerando-a parte da relação entre colonizador e colonizado, meio para a introdução da dominação colonial, do medo, do terror e da despersonalização do colonizado. A violência foi parte constitutiva do sistema de exploração econômica, por intermédio da pilhagem de riquezas, da apropriação do excedente e das trocas desiguais entre as colônias e as metrópoles no comércio internacional. A imposição do trabalho forçado, por meio da punição ou da remoção do excedente, bem como a obrigação dos africanos ao pagamento de impostos forma condicionantes ao uso da violência pelos colonizadores.

Para Frantz Fanon, o mundo colonial era compartimentado em dois, as casernas e os postos policiais. Diferentemente das sociedades metropolitanas

análise das identidades e as relações entre colonizador e colonizado no campo da psicologia coletiva e dos valores culturais internalizados pelos indivíduos no processo colonial. Memmi posicionou-se contrário à visão de limitar o colonialismo ao conceito imperialista de Lênin ou mesmo a luta de classes marxista, contrariando boa parte da intelectualidade francesa.

capitalistas, onde o poder institucional da escola e da Igreja impunha a submissão moral aos operários, no mundo colonial, explica Fanon, o policial e o soldado eram os responsáveis pela manutenção da ordem por intermédio da força e, dessa forma,

suas intervenções diretas e frequentes, (sic) mantêm o contato com o colonizado e lhe aconselham, com coronhadas ou napalm, que fique quieto. Como vemos, o intermediário do poder utiliza uma linguagem da violência. O intermediário não alivia a opressão, não disfarça a dominação. Ele expõe, ele as manifesta com consciência tranquila das forças da ordem. O intermediário leva a violência para os cérebros dos colonizados. (FANON, 2005, p. 54-55).

Frantz Fanon identificou a dimensão política da violência e, sobretudo reconheceu sua importância por intermédio da luta armada na emancipação política dos países do Terceiro mundo após a Segunda Guerra Mundial. A violência do colonizado, no processo de libertação colonial e nacional, foi resultado do próprio regime. Sendo a violência elemento constitutivo da relação entre colono e colonizado, a reversão dessa condição não poderia ser por meio pacífico, tampouco seria resultado de um processo mágico, de um abalo natural ou de uma concordância amistosa. Frantz Fanon destacou o caráter conflitivo e de combate da descolonização que se desenrolou pelo signo da violência. Nessa perspectiva,

a violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, demoliu sem restrições os sistemas de referência da economia, os modos de aparência, de indumentária, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonial irromperá nas cidades proibidas. Explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito forte [...]. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la no mais profundo do solo ou expulsá-la do território. O questionamento do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional dos pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação passional de uma originalidade apresentada como absoluta. (FANON, 2005, p. 57).

A violência sobre o colonizado é física (escravidão, torturas e mutilações, saqueios, maus tratos e assassinatos) e também ontológica, epistemológica e de encobrimento de identidades coletivas. É também simbólica, na medida em que a linguagem e a enunciação, por meio do uso de palavras e expressões verbais, esteve a serviço da racialização e do racismo, da negação das referências culturais e da

alienação do colonizado. Linguagem e racismo possuem relação estreita, segundo Fanon.

A linguagem tanto opera a relação entre falantes e ouvintes quanto estabelece o lugar do colonizador e do colonizado, do branco e do negro. Toda forma de linguagem, segundo Fanon, significava também uma forma de pensar o mundo e, nesse sentido, um meio de inserção nas relações sociais, de adesão às regras civilizatórias. Por isso, Frantz Fanon insistiu no entendimento do fenômeno da linguagem como meio para compreender a dimensão para-o-outro do homem de cor. O autor alertou para o papel da linguagem na instituição do elo racial na cultura, destacando que

falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. [...] o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa. Não ignoramos que é uma das atitudes do homem diante do Ser. Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito. Já se vê aonde queremos chegar: existe na posse da linguagem uma extraordinária potência [...]. (FANON, 2008, p. 33-34).

A atenção de Frantz Fanon sobre a linguagem inicia-se no livro *Pele negra, máscaras brancas*, em capítulo que analisa a relação do negro com a linguagem e, especificamente, o elo existente entre a experiência vivida e a construção do conceito de negro por intermédio do uso da linguagem. O autor compreende a língua e a fala como dimensões sociais, históricas e relacionais que expressam e constroem as relações de poder entre indivíduos e grupos sociais. Por intermédio da construção de significados e sentidos, identidade, estereótipos, estigmas, a linguagem constitui o *si* e o *outro*, sob a perspectiva recíproca. O negro perde sua língua e para dizer ou falar algo de si usa a língua do europeu e não a sua, por isso é visto e nomeado pela linguagem do outro. Como seres de linguagem, os negros são tipificados e submetidos a essencialização uma vez que são posicionados frente à linguagem europeia (no caso, a língua francesa nos estudos do autor). No contexto do processo e sistema colonial, a linguagem criou o preto e negro, coisificando-o e alienando-o.

Fanon, nessa perspectiva, estudou a linguagem sob o âmbito da formação dos sujeitos humanos e da colonização na medida em que considerou essa tanto

como subordinação material dos povos quanto experiência capaz de condicionar as formas de expressão, apreciação e entendimento entre colonizadores e colonizados, brancos e negros. Para ele, o colonizado possui um complexo de inferioridade que nasceu da perda da singularidade cultural e de sua posição em face da linguagem da nação civilizadora e da cultura metropolitana. O uso da linguagem no processo colonial foi também determinante para a subjugação de saberes, sinalizando, dessa forma, uma colonização do saber ou, em termos de Aníbal Quijano, a colonialidade epistemológica. (FANON, 2008; QUIJANO, 2005).

Este é um ponto importante na argumentação de Frantz Fanon: a desumanização do negro e os impasses do reconhecimento para si e diante do outro. Para o autor, o negro entre pretos e dentro de seu país não tinha a necessidade de confirmar seu ser diante de um outro. No entanto, qualquer ontologia, adverte Fanon à luz da *Fenomenologia do espírito* de Hegel (“ser para o outro”), era impossível de se realizar em sociedades colonizadas. Dessa forma:

há na Weltanschauung (ideologia) de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. Pode-se contestar, argumentando que o mesmo pode acontecer a qualquer indivíduo, mas, na verdade, está mascarando um problema fundamental. A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devem nos lembrar que a situação tem um duplo sentido. Responderemos que não é verdade. Aos olhos do branco, o negro tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, p. 104).

Segundo Frantz Fanon, para entender a modernidade é necessário analisar a relação recíproca e fundamental entre colonialismo e o racismo. A crítica anticolonial e anti-imperialista de Frantz Fanon não esteve desassociada da análise dos efeitos do eurocentrismo sobre a cultura africana e da necessidade de se construir um novo humanismo que fosse livre da hegemonia dos parâmetros grego e romano, do racionalismo ocidental que separou razão e emoção, o inteligível do sensível, o sujeito do objeto. A experiência do humanismo europeu não procedia de uma igualdade entre os indivíduos uma vez que estava preso à racialização. (GARCIA, 2017).

Um novo humanismo e homem, defendeu Fanon, a começar, pela crítica ao colonialismo e à visão essencialista ou determinista sobre o negro que o transformou em objeto, sem fala, pensamento ou representação, desumanizando-o. Afinal, interrogava Frantz Fanon: o que é o homem negro? O que quer o homem negro? A posição do negro como ser humano era dificultada e defrontava-se com a racialização dos corpos, com a condição do humano estar associada ao branco. Para os negros, o outro era branco. Diante da impossibilidade de ser branco e humano, restava aos negros e colonizados as máscaras brancas. (FANON, 2008).

No compromisso de identificar e criticar o componente racista do humanismo ocidental e no projeto de universalização do homem europeu, e também de esclarecer as razões e consequências do colonialismo, Fanon chamou a atenção para a ausência, no marxismo ortodoxo, do termo *racismo* e da relação entre raça e classe social nos debates marxistas a respeito da organização econômica capitalista.

De acordo com Fanon, o racismo não era uma espécie de “doença” que acometia os indivíduos ou um fenômeno independente das relações econômicas e culturais, mas o próprio sintoma do capitalismo moderno. Fanon considerou central introduzir a análise sobre raça, racismo e racialização nas análises sobre o colonialismo e a fez, paralelamente, a temas tradicionais da Sociologia, à discussão da diferença, da identidade, da cidadania e da subjetividade²⁹.

²⁹ Na época moderna, o nascimento da expressão *subjetividade humana* esteve relacionado a acontecimentos e movimentos na política, ciências e religião como a Reforma, o Iluminismo, a Revolução Francesa. Ele também foi resultante da experiência do contato do homem branco europeu com o mundo novo, selvagem e agnóstico, provocado pela expansão marítima e comercial pelo Atlântico, o tráfico negreiro e a colonização da América, o imperialismo na África e na Ásia. A Reforma Protestante fracionou as crenças e práticas cristãs, colocando a questão da diferença no eixo dos novos dogmas religiosos e descobertas científicas. Segundo Habermas (2002, 2004), Hegel descobriu a subjetividade como princípio do novo tempo, o moderno. Para o autor, “o princípio do mundo moderno é, em geral, a liberdade da subjetividade, princípio segundo o qual todos os aspectos essenciais presentes na totalidade espiritual se desenvolvem para alcançar o seu direito.” (2002, p. 26). Se para Habermas, à luz de Hegel, a subjetividade foi um elemento fundante da cultura moderna e parte do projeto de emancipação humana na história, Michel Foucault (2002, 2008), por outro lado, problematizou o termo tanto como processo de subjetivação, por intermédio das técnicas de governamentalidade, quanto como modos de subjetivação no interesse de saber como os sujeitos se relacionam consigo mesmos. A Sociologia posicionou a diferença na perspectiva dos excluídos e, em níveis diversos, aos selvagens, do anárquico, do inculto, do estrangeiro imigrante e aos que fugiam ao padrão comum nacional, das ideologias modernas liberais, democráticas e capitalistas. Segundo Foucault (2008), para entender a subjetividade era necessário analisar os mecanismos de produção da diferença e da identidade. Elas dividem o sujeito na sua dimensão interior e o posiciona como objeto a ser regido e classificado a partir de categorias como o louco, o doente, o criminoso etc. Nessa perspectiva, é possível a transposição da alteridade como diferença biológica para a alteridade como diferença cultural,

Para Frantz Fanon, a crítica e o combate ao colonialismo não se resumiam à luta pela descolonização. Significava, sobretudo, a libertação da subjetividade do colonizado dado que a colonização da subjetividade, do comportamento e dos hábitos produzia patologias como a loucura e a alienação psíquica, temas explorados de forma significativa nos livros *Pele negras, máscaras brancas* e *Alienação e liberdade*. A alienação do negro é subjetiva e extensiva a vários domínios da vida social. A desalienação subjetiva, explicou Fanon (2008), referia-se ao processo de tomada de consciência subjetiva relativa à situação social, política e econômica que incluía a práxis política, levando negros e colonizados a lutarem pela transformação do mundo. Na concepção de Fanon, a revolução não seria possível sem a descolonização do pensamento e das esferas da vida cotidiana.

É significativa a análise multidimensional e interdisciplinar de suas obras, utilizando-se de vários autores, metodologias e mesmo paradigmas epistemológicos da Psiquiatria e da Psicanálise, das Humanidades e das Ciências Sociais, dentre eles, Karl Marx (marxismo e materialismo), Friedrich Hegel (dialética), Jean Paul Sartre (existencialismo) e Merleau Ponty (fenomenologia). No pensamento de Frantz Fanon, há também o diálogo significativo com a vanguarda política da esquerda revolucionária africana (Frente de Libertação Nacional) e latino-americana, na medida em que acompanhou as transformações da luta anticolonial e da Revolução Cubana, levadas a frente por Fidel Castro e Che Guevara.

política e econômica. A colonização e o imperialismo foram decisivos para o aumento da medida empírica e excludente da diferença, sobretudo a partir de técnicas e de tecnologias modernas produtoras de subjetividade humana na identidade. Com o advento da era moderna e colonial, notou-se a aprovação do modelo cartesiano da identidade, racional e nacional como base para o progresso, acesso e inserção dos agrupamentos humanos e sociedades à civilização. Na intensificação das relações econômicas, políticas e culturais entre metrópoles e colônias, o eurocentrismo aparece como fim legítimo, necessário e legal dessas identidades, apto a promover o domínio epistêmico do conhecimento e do saber europeu sobre grupos, etnias, nacionalidades e regiões não europeias. No domínio nacional moderno, fortalecem-se práticas constitutivas identitárias baseadas na racionalidade e a partir de um polo produtor geograficamente fixo, com normas e padrões de comportamentos (raça, classe e gênero) próprio de uma esfera pública burguesa. É nessa perspectiva que, no espaço público burguês, ganhou destaque o cidadão, elemento central da identidade modernizada. Esse surge para criar e produzir permanentemente, a diferença. De acordo com Foucault (2008), o cidadão existe também para permitir um espaço de poder e autoridade moderno, racionalizado e dotado de formas econômicas, estruturas políticas e legais novas, não mais feudais. As relações entre Estado, instituições, grupos sociais e indivíduos operam-se a partir dos princípios do “fazer morrer” alguns e “deixar viver” outros, regulamentado pelo aparecimento da “razão de Estado”.

O conhecimento das obras e a ação revolucionária de Frantz Fanon continuam a despertar o pensamento e os ativismos negros dos EUA (movimento dos Panteras Negras) e também do mundo francófono e latino-americano. No Brasil, foi relevante a leitura das obras de Frantz Fanon pelo movimento e pelas entidades negras a partir da década de 1970, bem como por intelectuais, artistas e escritores de tradição de esquerda³⁰.

A fortuna crítica de Fanon tem interessado gerações e é constituída por leituras e comentadores com itinerários, visões e perspectivas teóricas distintas, dentre elas as marxistas, os Estudos Culturais, pós-coloniais e decoloniais. O autor possui um estilo particular de escrever e problematizar, distinguindo-se do legado

³⁰ Para FAUSTINO (2015), no Brasil, a chegada e leitura das obras de Frantz Fanon está associada à visita de Jean Paul Sartre e Simone Beauvoir ao país, em agosto de 1960, quando, na oportunidade de conferências às lideranças e militantes da esquerda política brasileira, mencionaram a questão da Revolução Argelina e as contribuições dos escritos de Frantz Fanon. Interessada no tema da revolução e das vias de realização nos contextos dos países periféricos, parte significativa dos intelectuais e militantes brancos brasileiros conheceram Fanon a partir da leitura do prefácio de Jean Paul Sartre no livro *Os condenados da terra*, de Fanon. A leitura destacou mais os aspectos a respeito da crítica ao regime econômico de exploração colonial e menos ao negro e à dimensão racial do colonialismo e do capitalismo. Na academia, o debate intelectual sofria com a pouca participação ou ausência de negros, contribuindo, assim, para a fraca ressonância do debate racial na universidade. O sociólogo Florestan Fernandes, ao destacar temas como a “democracia racial” e o racismo no país, o fez também graças ao diálogo com ações dos movimentos negros brasileiros e autores negros fora do Brasil. Nos anos de 1970 e 1980, com o Movimento Negro Unificado (MNU), a questão racial passou a ser tratada, ainda que de forma tímida. Frantz Fanon será retomado, sobretudo, por intelectuais pretos atentos aos movimentos de libertação africana em Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau. Naquele período, em razão de poucas traduções e publicações no Brasil, de e sobre Fanon, ainda se notavam leituras baseadas em *Os condenados da terra*. Tanto a esquerda quanto os movimentos negros sublinharam os aspectos relativos à práxis revolucionária do autor martinicano. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria e os avanços da agenda liberal ocidental, outros temas passaram a ocupar a esquerda, sobretudo a democracia, seus poderes e suas instituições. De acordo com Faustino (2015), o interesse por Frantz Fanon foi posto de lado, uma vez que o tema da revolução perdeu o protagonismo de outrora. No Brasil, Fanon é retomado pelas universidades a partir da produção teórica do autor. A perspectiva revolucionária fica em segundo plano. A partir dos anos 2000, a contribuição de Fanon recomeçou a ser estudada e valorizada entre autores da teoria pós-colonial e pensamento decolonial, sendo priorizada a dimensão dos estudos sobre a subjetividade em detrimento, muitas vezes, ao viés político e revolucionário. A retomada dar-se-á por intermédio da crítica à negritude e à identidade na obra de Fanon. Na perspectiva histórica da recepção no Brasil, as ideias e obras de Frantz Fanon tiveram aproximações e influência na produção intelectual de vários brasileiros, dentre eles o sociólogo e político Alberto Guerreiro Ramos, o educador e filósofo Paulo Freire (*Educação como prática da liberdade*, de 1966; *Pedagogia do oprimido*, de 1968; *Pedagogia da autonomia*, de 1996); o sociólogo e historiador Clovis Moura (*Brasil: raízes do protesto negro*, de 1981; *Sociologia do negro brasileiro*, de 1988); no teatro e no ativismo de Abdias Nascimento; como também na tese-manifesto “*Uma estética da fome*”, de 1965, do cineasta Glauber Rocha (2020). (FAUSTINO, 2015).

acadêmico europeu, alternando o tom lírico e profético, gêneros e níveis do discurso. Em seus textos, nota-se a transposição e a confrontação de experiências pessoais na psiquiatria com dados do campo político. Ao cruzar elementos do ensaio crítico com a análise política, cultural e psicológica, as obras de Frantz Fanon ainda causam desconforto para acadêmicos mais ortodoxos. No entanto, é justamente o estilo fanoniano de tematizar o problema colonial e racial das características mais original que sinalizou a própria modernidade de Frantz Fanon.

3.3.2.4 Nação e nacionalismo em Frantz Fanon: conceitos e usos

Os conceitos e usos dos termos nação e nacionalismo em Frantz Fanon estiveram relacionados, de forma significativa, à união de seus conhecimentos sobre prática revolucionária, à fontes teóricas oriundas da Filosofia (Hegel), da Psicanálise (Freud) e da tradição marxista, sobretudo o marxismo leninismo. A questão nacional atravessou os estudos de Fanon, estando presente, direta ou indiretamente, em observações sobre a visão de mundo dos antilhanos, na percepção acerca da realidade argelina, na constituição da Psicologia e da consciência do colonizado, no caráter e propósito da revolução africana, na desconfiança crítica aos perigos da homogeneização da negritude, bem como no papel atribuído à cultura nacional e na construção do “novo humanismo” na sociedade, após a independência.

Nos ensaios de Frantz Fanon, a concepção e o valor atribuído à nação e ao nacionalismo encontram interlocução propositiva com as bases conceituais às quais os marxistas posicionaram a questão nacional e o problema colonial. Os estudos iniciados por Karl Marx e Friederich Engels, e que foram aprofundados, posteriormente, por Vladimir Lênin, partiram do argumento de que, em regiões e contextos de opressão colonial, a questão nacional mostrava-se como elemento fundamental para a ação política, a luta por transformação social e a construção de uma sociedade nova, apta a resolver as divergências de classe e ou relativas ao direito à identidade nacional.

Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, o debate sobre o problema da autodeterminação nacional dos povos introduzia, na tradição dos estudos marxistas até o século XIX, a exposição de algumas outras contradições, além da já conhecida entre proletário e burguesia. Entre novos temas trazidos ao debate, destacou-se, sobretudo o par dialético colonizador x colonizado. As análises de Lênin,

expostas na seção anterior desta tese, foram importantes para a contextualização da nação, do nacionalismo e do direito à autodeterminação dos povos a partir da relação profícua e crítica com os propósitos do imperialismo e o do neocolonialismo.

Em rigor, a herança marxista-leninista foi retomada após a Revolução Russa pelo Congresso de Baku dos Povos Oprimidos, em 1920, quando o emblema “proletários do mundo uni-vos”, da Primeira Internacional, sofreu alteração, uma vez que a opressão e a violência perpetrada nos países periféricos, coloniais e semicoloniais alcançou visibilidade nas esferas políticas progressistas e da esquerda internacional. O emblema “proletários e povos oprimidos do mundo, univo-os” passou a expressar a emergência da inclusão de outros sujeitos históricos, até então silenciados. A necessidade de entender outras formas de exploração e subjugações, fora do continente europeu, avançou pelas décadas seguintes, consistindo debates significativos sobre o problema colonial, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Depois da Segunda Internacional, as discussões e as divergências entre autores marxistas e lideranças socialistas, sociais-democratas e comunistas acerca do colonialismo e da questão nacional podem apresentar pistas importantes para o entendimento do conceito e do uso do termo nação e nacionalismo em Frantz Fanon.

A ideia de Marx de que os operários não tinham pátria e de que a exploração e a hostilidade de uma nação por outra seria abolida conforme fossem superados os antagonismos entre classes, internamente, às nações foi, recorrentemente, debatida pela literatura marxista. Marx e Engels defenderam a união do proletariado pelo mundo construindo e, dessa forma, inauguraram o sentido internacionalista da ação dos trabalhadores e do socialismo. Todavia, é importante considerar que a análise marxista também foi orientada pelas condições materiais que determinam a superestrutura de uma sociedade, uma vez que se utilizam de referenciais econômicos para compreender as manifestações próprias da cultura e da ideologia. Nessa perspectiva, ao estudar as condições materiais dos trabalhadores de uma nação e as vias para superação da exploração e opressão pela revolução burguesa e o socialismo, a transformação alcança um caráter nacional. O primeiro rompimento a ser realizado é o das desigualdades internas da nação para, em seguida, as nações socialistas conduzirem o fim das rivalidades entre as nações.

A tensão dialética se estabelecia entre nacionalismo e internacionalismo, uma vez que se negam, se complementam e se preveem. O percurso do proletariado na luta contra o capitalismo exigia a estruturação nacional e também uma

solidariedade que rompesse as fronteiras nacionais. Em cada nação, o princípio do internacionalismo determinava, dessa forma, a postura crítica e combativa ao nacionalismo burguês e ao chauvinismo.

Se a concepção da questão nacional em Frantz Fanon e sua aposta na construção nacional podem ser verificadas em relação aos desdobramentos das noções, conceitos e debates presentes na tradição da literatura marxista-leninista, foi também importante o conhecimento do martinicano sobre as práticas revolucionárias conduzidas pelos movimentos de independência nacional na Indochina e na China. No entanto, muitas referências não aparecem de maneira explícita nos escritos do autor.

Com o objetivo de identificar as interlocuções entre autores e obras que cruzaram muitos ensaios de Fanon, Jean Khalfa (2015) elaborou uma relação comentada da biblioteca de Frantz Fanon, sinalizando, em certos aspectos, as origens das ideias e pensamentos do martinicano. O estudo identificou a significativa presença de obras de Lênin e de Mao Tsé-Tung, como também apontamentos sobre o marxismo fora do eixo europeu, revelando pistas importantes sobre as referências e os desvios ao marxismo nas obras de Fanon.

Certa perspectiva de aproximação de Fanon às leituras maoístas é possível identificar quando observou, criticamente, a ação dos colonialistas em seduzir, permanentemente, a confiança e a fidelidade dos colonos, bem como o crescente compromisso revolucionário do povo com a luta armada para combater o imperialismo³¹. Fanon interpretou as condições específicas da colonização na Argélia e do momento da Revolução Nacional, mostrando a apelação dos colonizadores aos súditos e nacionais aculturados, membros integrantes da burguesia e da burocracia local³².

³¹ Mao Tse-Tung expressou considerações importantes sobre as condições materiais e as especificidades do processo revolucionário em um contexto não europeu. Manifestou observações significativas sobre o real e fundamental objetivo na revolução nacional na China e seu combate ao imperialismo, bem como o papel designado aos trabalhadores e massas populares. Para ele, “o objetivo da revolução chinesa na etapa atual não é abolir o capitalismo em geral, mas derrotar a dominação do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático e estabelecer uma república de nova democracia das amplas massas populares, com os trabalhadores como força principal.” (TSÉ-TUNG, 1980, p. 217).

³² Para Frantz Fanon, no livro *Por uma revolução africana*, “a primeira tática dos países colonialistas consiste em ir buscar apoio aos colaboradores oficiais e aos feudais. [...]. As autoridades colonialistas esperam com confiança, depois ansiedade, e finalmente sem esperança, os resultados dessas mensagens. Solicitados de novo, os servidores tomam o hábito, até então desconhecido, de declinar convites, fogem às encenações oficiais e adotam

O que esteve em jogo no processo revolucionário argelino foi o que Fanon considerava o despertar da nação e que, na sua visão, podia significar as condições de desalienação dos homens. Daí, para ele, a necessidade e a emergência da luta armada, do povo em armas, da guerra total. Ela seria capaz de fazer explodir a multiplicidade de realidades econômicas existentes dentro da nação, visto que romperia, ao mesmo tempo, as heranças feudais e os privilégios instituídos e desfrutados pelas elites. Segundo Fanon, uma vez deflagrada e iniciado o processo de tomada de consciência nacional, este seria inextinguível e permanente, significando tanto a libertação da nação quanto dos seus membros.

Se para Ho Chi Minh (1980), a defesa da libertação dos povos oprimidos, em tempos de capitalismo monopolista, deveria fazer parte da revolução proletária³³, Fanon (2021b), no texto *Os intelectuais e democratas franceses diante da revolução Argelina*, observou que na história das lutas emancipatórias dos países coloniais, não houve o alinhamento entre o povo colonizado e as classes operárias dos países colonizadores. Segundo Fanon,

cabe assinalar que não há qualquer tentativa de explicação junto ao conjunto da população do país colonialista. Como não tem influência sobre o povo, sobre o país, a esquerda democrática, fechada sobre si mesma, acaba se convencendo, por meio de artigos ou estudos, de que Bandung foi a sentença de morte do colonialismo. Ora, quem deve ser informado é o povo real, os camponeses e os trabalhadores. Incapaz de comentar, de explicar a milhões de operários e camponeses do povo colonialista as realidades do drama que se inicia, a esquerda democrática se vê resumida ao papel de Cassandra. Ela anuncia os cataclismos, mas, deixando de preparar a opinião pública, faz com que essas profecias, inexplicáveis no período pré-insurrecional, sejam equiparadas à cumplicidade no momento da explosão. (FANON, 2021b, p. 122-23).

muitas vezes um vocabulário novo. É que o compromisso revolucionário se revela cada vez mais total e os colaboradores têm consciência do gigantesco despertar do povo em armas.” (FANON, 2021a, p. 99-100).

³³ No texto *A revolução de outubro e os povos do oriente*, Ho Chi Minh argumentou sobre a necessidade de pensar aproximações entre as lutas independentistas das colônias e a do proletariado dos países de capitalismo avançado. Para ele “na era do capitalismo monopolista, grandes potências controladas por um punhado de financistas exercem seu domínio sobre os países dependentes e semidependentes; assim, a libertação dos povos dos países oprimidos tornou-se parte integrante da revolução proletária. [...] A luta revolucionária dos povos coloniais e semicoloniais auxilia o proletariado dos países capitalistas.” (MINH, HO CHI, 1980, p. 261).

O autor chegou a apelar aos intelectuais e à esquerda francesa o respeito ao direito da autodeterminação, ao exercício da vontade nacional e o combate ao colonialismo. Ao chamar atenção para a ausência de solidariedade dos democratas e dos proletários franceses ao colonialismo na Argélia e contra a repressão da revolução argelina, Fanon também expôs a estratégia recorrente do sistema colonial em persuadir os trabalhadores das metrópoles sobre o colonialismo e convencer o proletariado metropolitano em reduzir a ação solidária, disposta pelo internacionalismo.

Nessa perspectiva, Fanon advertia sobre a necessidade fundamental de superar as bases materiais de exploração e que a solidariedade dos intelectuais, comunistas e trabalhadores das metrópoles sobre o sistema e violência colonial não podia ser tratada como um ato de fé. Na visão de Frantz Fanon, significava, inclusive, o entendimento da condição alienada e de explorados que também estavam submetidos.

No texto *Carta à juventude africana*, Fanon (2021c) argumentou que a ausência da solidariedade metropolitana sinalizava e fortalecia a necessidade de a decisão dos povos colonizados reconhecerem, para e entre si, sua existência nacional como integrantes de um Estado livre e soberano. Para o autor,

o povo argelino trava, há quatro anos, um combate muito duro contra o colonialismo francês. Vocês não ignoram o esforço colossal que a França tem realizado para manter sua dominação. [...] Já nos dirigimos numerosas vezes aos países coloniais em geral e sempre nos pareceu importante assinalar o malogro de certos dados e o surgimento de teses inesperadas. [...] O mundo colonial vem sofrendo, há quinze anos, ataques cada vez mais violentos, e o edifício decadente está a ponto de desabar. Hoje em dia ninguém contesta que essa destruição do colonialismo é a marca específica do pós-guerra. O processo histórico, nascido das múltiplas contradições inerentes ao sistema capitalista e dinamizado pela vontade nacional dos povos oprimidos, preside ao nascimento de Estados independentes. Os povos colonizados em geral se reconheceram em cada movimento, em cada uma das revoluções desencadeadas e levadas a cabo pelos oprimidos. (FANON, 2021c, p. 177).

Com isso, se destacava para Fanon, tanto a dialética entre colônia e metrópole quanto entre nacionalismo e internacionalismo. Se para Lênin o nacional e o internacional estavam interligados, isto se fazia pelo estabelecimento de dois argumentos. Primeiramente, uma nação apenas podia ser livre caso seus membros

estivessem também livres e, em segundo, as nações só existiriam sem distinções, ou situações de alienação e exploração por intermédio de liberdades individuais.

Em rigor, o âmbito da independência nacional para os povos colonizados apoiava-se na ideia de que a construção de uma nova sociedade, diferente e em oposição ao colonial, se dava por intermédio da formação de uma nação. O homem colonizado, na visão de Frantz Fanon, ao reconhecer e rejeitar a opressão, vivenciava uma mudança radical que o fazia não mais aceitar o regime colonial.

No mesmo texto citado acima, Fanon complementa, chamando atenção tanto para a solidariedade entre os homens a favor da democracia quanto para a presença crescente da consciência nacional entre os colonizados. Segundo Fanon,

os homens subjugados e oprimidos por nações estrangeiras são hoje convidados a participar plenamente da obra de demolição do sistema colonial. E não é exagero dizer que, se as partes do mundo onde a existência nacional já se concretizou marcam o passo sem superar suas contradições, é precisamente porque toda nova marcha para o progresso implica a libertação das colônias. (FANON, 2021c, p.178).

Para o autor, a independência permitia o surgimento das condições espirituais e materiais da transformação humana, não apenas a modificações econômicas e políticas. Além disso, de acordo com Fanon, a independência também dizia respeito às mudanças interiores e aos arranjos nas estruturas sociais e familiares que implicavam o surgimento da nação soberana.

A psicopatologia dos indivíduos colonizados foi caracterizada, segundo Fanon, pelo signo da repressão e da negação. Com base na análise hegeliana da dinâmica estrutural e identitária entre senhor-escravo, ele pode refletir sobre a impossibilidade do senhor (colonizador e o metropolitano) e do escravo (colonizado) se livrarem de uma relação baseada em estereótipos, estigmas e subjugações, fora dos processos de libertação colonial.

Desprender-se da colonialidade foi considerado por Frantz Fanon requisito para a fundação do novo homem, completo e restaurado. O processo revolucionário e a consciência da questão nacional significavam, precisamente, a ruptura da condição psicopatológica de alienação, inferioridade e subjugação. Era o momento da tomada de consciência dos colonizados como povos livres, homens e mulheres e, para isso, fazia-se necessário pensar e tomar a cultura nacional como uma entidade

dinâmica e heterogênea que superasse visões essencialistas relativas à raça e à cultura.

O interesse de Frantz Fanon pela questão nacional também implicou a identificação dos sujeitos históricos aptos a conduzir a revolução e a construir a nação. As considerações de Fanon à respeito dos sujeitos da revolução constituíram análise consistente e original sobre as bases materiais e das classes sociais na Argélia pré-revolucionária. A indicação dos elementos feudais deixados pelo processo colonial argelino e a condição de ser colônia de povoamento francesa permitiram Frantz Fanon (2005) entender que a colonização havia criado desagregações entre o proletariado colonizado. Segundo o autor, três categorias de proletariado podiam ser apontadas com suas características:

a) *proletariado autóctone*: se porta de forma burguesa e reacionária, vive à custa do que sobra da exploração colonial francesa e da extração da mais valia dos camponeses; não constitui uma classe revolucionária, visto ser vulnerável aos conchavos e alianças com os partidos “nacionais” reformadores.

b) *camponeses*: conforme as condições dos resquícios da feudalidade do sistema econômico dos colonos argelinos, os camponeses representariam a classe revolucionária. No entanto, a segmentação entre o campo e as áreas urbanas e as desigualdades econômicas e sociais os tornam desclassificados e explorados pelo proletariado urbano;

c) *lumpen-proletariado*: de origem camponesa, não foi acolhido e incorporado à vida da cidade, vivendo sob condições econômicas e sociais precárias, em subempregos e moradias insalubres; era a classe mais fragilizada e servia de mão de obra disponível e mal paga pelos interesses do capital colonial. Todavia, como classe, mostrava-se mais sensível à identificação da causa nacional e revolucionária.

As características de classe e categorias sociais, presentes entre a massa de autóctones, mostrou a configuração do tecido social argelino e as formas de inserção dessas no processo de colonização. Por essa perspectiva, destacou Fanon,

abandonando os campos, onde a demografia provoca problemas insolúveis, os camponeses sem terra, que constituem o *lumpen-proletariado*, se precipitam para as cidades, amontoam-se nas favelas e tentam infiltrar-se nos portos e nas cidades nascidos da dominação colonial. [...] O camponês que permanece defende com tenacidade as suas tradições e, na sociedade colonizada, representa o elemento disciplinado cuja estrutura social continua sendo comunitária. [...] Em sua espontaneidade, as massas rurais se mantêm disciplinadas,

altruístas. O indivíduo se apaga diante da comunidade. Os camponeses têm desconfiança em relação ao homem da cidade. [...] Ele é considerado pelos camponeses como um trãsfuga que abandonou tudo o que constitui o patrimônio nacional. (FANON, 2005, p. 136).

Para Frantz Fanon, a análise das características de classe dos autóctones, na Argélia, foi relevante para perceber tanto as origens da divisão social do trabalho e relações de força entre classes e categorias sociais quanto para o peso das tradições para certos grupos sociais. Por fim, Fanon teve conhecimento de que nem todos estavam capacitados para o processo revolucionário. Para ele, nos países coloniais, uma vez que as insurreições nasceriam no campo e se dirigiriam para as cidades, somente o campesinato era revolucionário. Na visão de Fanon foi, em específico, o *lumpen-proletariado*, aqueles obrigados pelo empobrecimento do campo e exploração colonial a abandonar a terra natal e viver em torno das áreas urbanizadas, em bairros de miséria. Eles constituíam os grupos com forças mais espontâneas, radicais e, potencialmente, as mais revolucionárias entre os colonizados (FANON, 2005).

A análise feita por Frantz Fanon sobre o perfil e as condições de classe na Argélia foi importante para identificar a particularidade, protagonismo e sucesso dos novos sujeitos históricos nas revoluções nacionalistas, como também para avaliar o seu desempenho após a independência nacional e o estabelecimento do estado pós-colonial.

Fanon observou o comportamento dos grupos nas insurreições e sua desconfiança crescente contra a política tradicional. Identificou o sentimento de ódio pela “política”, pela demagogia e, dessa maneira, para o autor, se manifestava um fenômeno de espontaneidade nas lutas por libertação nacional. A nação era uma causa nacional e coletiva entre os insurgentes. De acordo com Fanon,

os múltiplos grupos rebeldes nascidos nos campos atestam, nos lugares onde estouram, a presença ubíqua e geralmente densa da nação. Cada colonizado em armas é um fragmento da nação agora viva. Esses grupos põem em perigo o regime colonial, mobilizam as forças deste, dispersando-as, ameaçando a todo instante asfixiá-las. Obedecem a uma doutrina simples: façam com que a nação exista. O problema é claro: é preciso que os estrangeiros partam. Vamos constituir uma frente comum contra o opressor e reforçemos essa frente pela luta armada. (FANON, 2005, p. 156).

A concepção de nação em Frantz Fanon também não pode ser apresentada sem a discussão sobre o lugar da cultura nacional no enfrentamento do sistema colonial. Para o autor, três momentos foram significativos para o entendimento do problema e do desafio da cultura. O primeiro momento referia-se à assimilação e dizia respeito à apreensão pelo colonizado (das metrópoles) da cultura e dos valores do colonizador. O segundo estava relacionado à fase de rememoração e de internalização do passado imemorial dos povos colonizados, em que se podia prever o renascimento da cultura dos autóctones. Por fim, o terceiro momento reportava-se à luta em que o colonizado envolvia-se com a cultura local e o povo, constituindo a oportunidade para o nascimento de novos contextos e sentidos para a história e a identidade dos povos originários.

A luta pela libertação nacional e a construção da nação representavam, ao mesmo tempo, acontecimentos determinantes para o processo de desalienação dos colonizados nos domínios ontológicos individuais e de classe social. Elas provocavam mudanças nas estruturas materiais, econômicas e, sobretudo, permitiam a sustentação da cultura nacional, efetivamente, popular. Para Fanon, se as controvérsias dos conceitos de negritude estiveram baseadas numa leitura metafísica ou idealista, a consciência e a cultura nacional e popular seriam, verdadeiramente, capazes de destruir os domínios do colonialismo, o estatuto psicossocial de colonizador e do colonizado.

Segundo Frantz Fanon, a nação podia ser considerada uma etapa necessária à luta anticolonial. O reconhecimento da história e a reivindicação dos valores de uma cultura passada não eram, na concepção de Fanon, princípios conceituais suficientes, ou mesmo justificaria, o nascimento de uma nação, muito menos uma cultura nacional futura. A nação como momento fundamental da luta anticolonial não estabelecia, apenas e cientificamente, a existência de uma administração territorial anterior à colônia atual, ou a presença de uma certa “sensibilidade nacional” prévia. Além disso, no ponto de vista de Fanon, a questão nacional não podia ser tratada nem resumida apenas na defesa de uma nação futura. Para ele, tratou-se de colocar em jogo a operacionalidade do termo frente à situação colonial que abrangia a luta contra a barbarização do passado autóctone, da história e modelos de organização econômica, política e cultural dos povos originários, da condenação desses à categoria de “incultos” e “sem história”.

A concepção política de Fanon sobre nação e nacionalismo não teve como alvo a revisão, direta e ou sistematizada, da literatura ocidental sobre o termo, ainda que seja possível identificar influências e interlocuções. A originalidade de suas considerações sobre o tema esteve na capacidade de articular a questão nacional com alguns assuntos, dentre eles: as particularidades econômicas e políticas do domínio colonial na África; os impactos do colonialismo sobre psicopatologia dos colonizados e; os efeitos do discurso homogeneizante da “negritude” sobre a cultura e consciência nacional.

A “negritude”, na visão de Frantz Fanon, representou a primeira confrontação cultural dos intelectuais africanos contra a homogeneização do discurso colonialista. Ela significou espécie de resposta à barbarização do passado das colônias, realizado pelas metrópoles e intelectuais colonizados cooptados para, com isso, justificar interesses imperialistas e “humanistas”. Todavia, o investimento demasiado na definição, valorização e, sobretudo, essencialização da cultura e identidade dos negros colonizados, poderia resultar, segundo Fanon, nos perigos da homogeneização e racialização da cultura dos povos originários. Nessa perspectiva, o discurso da negritude, em última instância, se apresentou como funcional ao poder colonial, uma vez que operava a partir da definição de papéis e representações pré-estabelecidas: os negros respondiam ao poder imperial como “negros”, independentemente das circunstâncias históricas, políticas e psicológicas efetivas.

A posição de Frantz Fanon parece oscilar entre a negação de uma tendência homogeneizadora da negritude e a iminência da reivindicação nacional, da construção da nação no contexto histórico das lutas anticoloniais e anti-imperialistas. Fanon esteve, assim, preocupado com a racialização da luta de libertação nacional ser uma rua sem saída perigosa, ou mesmo equívoco, uma vez que levaria à interpretação naturalista e essencialista da cultura e da raça. Nessa perspectiva, podemos entender a defesa de Fanon pela nacionalização e não por uma leitura “metafísica”, baseada na racialização das reivindicações em curso nas colônias e levadas à frente pelas lutas emancipatórias.

Frantz Fanon pode, dessa forma, conceber e refletir a questão nacional a partir de parâmetros mais específicos, coerentes às condições materiais e à realidade política dos povos africanos colonizados. A articulação propositiva entre a negação da negritude e a afirmação da cultura nacional permitiu não apenas pensar a nação na África. Ela possibilitou pensar, de forma crítica, os riscos da homogeneização

essencialista da cultura e da raça na dinâmica processual da luta anticolonial. Significou, também evitar, em última instância, a leitura da negritude e da operacionalidade anticolonialista, como termos a-históricos, indiferentes às circunstâncias históricas concretas.

Frantz Fanon mostrou, assim, certo conhecimento a respeito das vicissitudes das lutas de libertação nacional e da construção da nação. Elas não constituíam-se por uma duração, pela continuidade de inquietações, pela renovação de compromissos com luta e até mesmo o reconhecimento de que, a independência nacional pode revelar realidades divergentes e antagônicas. Por essa razão, para Fanon,

a luta de libertação nacional não consiste em transpor um espaço de uma só passada. A epopeia é cotidiana, difícil, e os sofrimentos que se suportam superam todos os do período colonial. Embaixo, nas cidades, parece que os colonos mudaram. Os nossos são mais felizes. São respeitados. Os dias se sucedem aos dias e o colonizado engajado na luta, o povo que se deve continuar a dar o seu apoio não deve desistir. Não deve imaginar que o objetivo já está atingido. Não deve, quando lhes apontam os objetivos reais da luta, imaginar que isso não é possível. Mais uma vez, é preciso explicar, é preciso que o povo veja para onde vai, como ir até lá. A guerra não é uma batalha, mais uma sucessão de combates locais, na verdade, nenhum é decisivo. (FANON, 2005, p. 166).

Nessa perspectiva, as concepções e os usos da nação e do nacionalismo em Frantz Fanon parecem introduzir ângulos mais singulares ao debate da questão nacional. Em rigor, Fanon não se fixou no aparecimento de um *ser nacional* fixo e homogêneo, mas, provavelmente, na emergência de um *estar nacional* que deve ser enfrentado por sujeitos em transformação que se constituem na luta emancipatória. A luta por libertação nacional e a nação não seriam a busca ou a recuperação de um estado e tempos anteriores à conquista e ao sistema colonial. Tratam, na visão de Fanon, em um momento de luta contra as classificações e as categorias impostas pelo colonialismo.

Por fim, tendo como referência a ação revolucionária nacional, seus contextos, condições e sujeitos na África, podemos apreender que o conceito de nação em Frantz Fanon não se resumiu a uma realidade ou entidade política estática, pré-estabelecida, mas algo que se impunha como um horizonte. A concepção do autor sobre nação era programática e estava endereçada ao futuro. A nação se confundia,

nessa perspectiva, com os sentidos e rumos da constituição e criação revolucionária, capaz de propor uma resposta epistemológica coletiva.

3.3.2.5 Nação, consciência e cultura nacional

Nos estudos e análises de Fanon (2005), a consciência nacional não se confundia com o nacionalismo, uma vez que se traduzia na vontade manifesta dos povos e que se estabelecia, no processo de descolonização, pela criação de homens novos, não sendo esses produtos tardios ou posteriores na formação nacional. A crítica de Fanon a qualquer tipo de reformas ou adaptação no sistema colonial explicou a defesa do autor pela originalidade e força genuína da nação e pelo fato de a independência nacional ser condição indispensável para a existência de homens e mulheres livres, proprietário dos meios materiais que permitem a transformação radical da sociedade. Dessa forma, o combate anticolonialista e a inerente perspectiva nacionalista orientaram, na produção intelectual de Franz Fanon, as discussões acerca dos termos *nação*, *nacionalismo* e *liberação nacional*.

Em *Os condenados da terra*, Frantz Fanon (2005) apresentou uma visão positiva da cultura nacional, uma vez que a considerava base para o reconhecimento entre os sujeitos colonizados, premissa pela qual podia se afirmar sujeitos independentes, bem distintos dos construídos pelo colonialismo. A cultura nacional estaria envolvida à certa afirmação de um passado com o objetivo de ser reinterpretado para alcançar um futuro diferente do imposto pela história colonial. Além disso, a cultura nacional representava o meio pelo qual se inicia os fundamentos da consciência da necessidade da luta nacional.

O fato é que, na tradição do marxismo crítico do Sul e nos contextos coloniais, o fenômeno nacional e sua dimensão anti-imperialista têm sido, historicamente, apreendidos como narrativa da nova conexão emancipatória dos povos oprimidos e colonizados. Diante da dimensão de crítica burguesa da ideologia nacionalista, exposta por Lênin e, tempos depois, pelo marxismo europeu, na herança do marxismo latino-americano e africano, a questão nacional esteve, estreitamente, associada às lutas por emancipação e por independência colonial.

Essa perspectiva implicou mudanças na análise marxista, uma vez que Frantz Fanon considerou que o sistema colonial impôs a divisão do mundo a partir de determinantes raciais. A condição de branquitude não circunscrevia apenas a cor da

pele, mas a presença de um corpo-político, na medida em que ser branco significava ser colono, ao mesmo tempo que ser rico implicava a condição de colono.

A abordagem fanoniana sobre o sistema colonial e o racismo ajudaram a entender que as categorias de colonizado/colonizador não estavam posicionadas apenas pela cor da pele, mas por variedade de registros que determinavam além da cor de pele, a classe social e a divisão internacional do trabalho. O reconhecimento da desigualdade manifestada pelas relações racializadas sustentava não apenas a crítica ao racismo, mas também a defesa de Fanon pela cultura nacional dos países colonizados como condição para a emancipação.

Dessa forma, para ele, a nação não era apenas um requisito da cultura, seu entusiasmo e renovação, sendo, antes de tudo, uma exigência, pois a nação podia reunir para a cultura os elementos distintos e indispensáveis, capazes de conferir confiança, movimento e criatividade. Igualmente, seu caráter nacional é o que irá autorizar a inclusão em outras culturas. Assim, para Fanon, o que não existe não pode agir sobre a realidade, tampouco influenciá-la. Para isso, o autor acredita que, antes de tudo, o restabelecimento da nação deve proporcionar vida (no sentido mais biológico da palavra) à cultura nacional (FANON, 2005).

Em consideração às premissas das ações revolucionárias, Frantz Fanon abordou a falsa divisão do marxismo eurocêntrico, pelo qual um revolucionário deve escolher entre uma posição política nacionalista, de um lado, ou internacionalista, de outro. Fanon acreditava que a luta pela libertação nacional de um povo era, simultaneamente, uma luta de libertação nacional no campo internacionalista.

Nesse sentido, para Fanon, no contexto das lutas independentistas africanas, era fundamental o compromisso do intelectual africano com a criação de sua nação que fosse nova em concepção e mais do que um espaço de articulação entre economias burguesas e instituições capitalistas, no que tange à padronização de normas mercantis. Para ele, considerando as regiões e os povos colonizados, era necessário entender a nação como espaço de descobertas e confluência de e entre experiências de oprimido(a)s, espaço de emancipação nova e urgente. Por isso, paradoxalmente, o argumento de Frantz Fanon exige pensar os processos de emancipação a partir da lógica de libertação nacional e não nacionalista.

O anticolonialismo de Frantz Fanon reúne contribuições do marxismo crítico, do comunismo do mundo árabe e mulçumano, do pan-africanismo e da crítica caribenha ao capitalismo racial. As ideias do martinicano estiveram presente de forma

diversa em grandes projetos de libertação de lutas de emancipação do século XX e, hoje, a releitura de seus textos podem permitir (re)estabelecer as lutas contra o capitalismo, o imperialismo e o racismo. Em rigor, nas obras de Fanon, a requisição da cultura nacional dos colonizados como lugar de disputa para a nova existência dos povos, sua crítica a reprodução dos padrões eurocêntricos (inclusive nas esquerdas políticas) e sua contestação da civilização europeia – a modernidade ocidental – exige lê-lo como um autor relevante para o resgate e (re)interpretar do legado das lutas emancipatórias.

3.3.3 Amílcar Cabral

3.3.3.1 *Amílcar Cabral: biografia e formação política*

A obra intelectual e as ações políticas de Amílcar Cabral estão alinhadas aos contextos históricos, movimentos de libertação nacional e ao despertar do pensamento social africano do pós-guerras. Após 1950, no contexto de cerca de 40 países constituindo-se como estados independentes, interrogações apareceram a respeito das bases, natureza e sustentabilidade da independência política e econômica no momento pós-colonial. Para muitas lideranças políticas e intelectuais, o período não foi apenas uma “mudança de cor” nas esferas de poder na África, mas também a necessidade de verificar a melhor via para o continente. A independência exigiu também entender as condições, os processos e o nível de envolvimento popular pelos quais as independências aconteceram, ou seja, se foram conquistas do povo ou resultantes de negociações decididas pelas metrópoles pela via neocolonial. Além disso, o período representou o nascimento de novos projetos e alternativas para o continente, o fortalecimento das resistências e a necessidade da unidade da organização política africana.

Amílcar Cabral nasceu na Guiné Bissau, em 1924. Aos oito anos, mudou-se com a família para a ilha de Santiago, em Cabo Verde, onde frequentou a escola primária, crescendo sempre sensível ao contexto de miséria social do país. Na adolescência, entre os anos de 1941 e 1943, Cabral enfrentou a crise de fome e a

seca pela qual o país passou, levando à morte cerca de 2500 pessoas e o aumento da migração forçada de caboverdianos para outros países³⁴.

Em 1944, Amílcar concluiu, com destaque, os estudos no Liceu São Vicente. Jovem, em 1945, ganhou uma bolsa de estudos em um concurso da Missão Ultramar e se transferiu para Lisboa (Portugal), onde ingressou na formação universitária em Agronomia, no Instituto Superior de Agronomia (ISA), área considerada por ele estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde. Em Lisboa, começou a participar dos movimentos antifascistas e do grupo de estudos da Casa dos Estudantes do Império, onde também foi diretor. A oportunidade ampliou os encontros com outros africanos, dentro e fora de Portugal, fortalecendo intercâmbios e, sobretudo, discussões sobre o problema colonial, o fascismo, a urgência da independência das colônias e a identidade africana³⁵. Nesse momento, crescia em Amílcar Cabral a ideia de que a educação colonial na metrópole era uma base significativa para a consolidação da consciência imperial³⁶. Ao defender os direitos da autodeterminação dos povos, prescrito pelas Nações Unidas, Amílcar desconfiava do interesse e das condições de Portugal em aderir à descolonização, em abandonar a administração colonial direta pelo neocolonialismo.

Após o término dos estudos em Ciência Agrária, em 1953, Amílcar Cabral retornou para a Guiné Bissau como engenheiro agrônomo da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais, incumbido de realizar a medição do

³⁴CARREIRA, Antônio (1984). *Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)*. Lisboa/Cabo Verde: Ed. Ulmeiro, p. 124.

³⁵ Entre 1944 e 1965, a Casa dos Estudantes do Império foi o endereço da associação de jovens dos territórios ultramarinos de Portugal que se mudaram de suas regiões para estudar na metrópole. Criada sob os ideais coloniais da ideologia do Estado Novo, fundado por Antônio de Oliveira Salazar, em 1933, a Casa promoveu o contato entre jovens portugueses e africanos, tendo o objetivo de fortalecer a mentalidade imperial e a identidade portuguesa entre os estudantes das colônias. No entanto, rapidamente, os encontros despertaram o espírito crítico contra a ditadura fascista e o sistema colonial português, estimulando o interesse pela cultura dos povos colonizados. Pela Casa, passaram muitos jovens que se tornariam intelectuais e ativistas dos movimentos nacionalistas e das lutas pela independência das colônias portuguesas na África. Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Eduardo dos Santos, Agostinho Neto, Alda Espírito Santo, Noémia de Souza foram alguns, dentre outros. Eles iniciaram os ciclos de estudos e, em 1950, a Casa foi sede do nascimento do Centro de Estudos Africanos. FRANCO, Paulo F. C. *Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida*. 2009. 177 f. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade São Paulo.

³⁶ PAULO, João Carlos. Da “Educação Colonial Portuguesa” ao Ensino no Ultramar. In: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDURI; Kirt (dir.) *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930 – 1998)*. Lisboa. Ed. Círculo de Leitores, v.V, 1999, p. 309.

Recenseamento Agrícola para o governo português. O trabalho permitiu a Cabral viajar pelo interior do país, conhecer as características e distribuição da população “indígena”, além das dinâmicas da agricultura precária voltada à exportação colonial, tendo contato com a realidade econômica, social, cultural e étnica. A oportunidade serviu para Cabral dar-se conta dos problemas relativos à terra, ao regime de propriedade rural, aos modos e aos usos do cultivo do solo pelos nativos e, com isso, às desigualdades entre o campo e as áreas urbanas, os cabo-verdianos e os guineenses. Além disso, a experiência como agrônomo nas regiões proporcionou o reconhecimento da diversidade cultural e étnica constitutiva da região de Cabo Verde e Guiné Bissau e sua estreita relação com a dominação colonial.

Tratou-se do momento que ele reconheceu a necessidade, as motivações e a relevância das lutas anticoloniais e também as conquistas que elas poderiam possibilitar. O envolvimento direto de Cabral com a problemática econômica e social incomodou dirigentes portugueses, que o desempossaram do posto, conduzindo Amílcar Cabral ao exílio em Guiné Bissau. A essa altura, ele se tornara um publicista internacional a respeito do que acontecia na Guiné Bissau, rompendo o silêncio sobre a realidade colonial africana.

Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para a Independência que, depois, se tornaria o Partido Africano para a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC)³⁷. Em 1950, já envolvido com ações políticas contra a exploração

³⁷ O Partido Africano pela Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC) foi resultado do movimento anticolonialista liderado por Amílcar Cabral e outros militantes a favor da luta de libertação nacional desses países. De orientação marxista-leninista, o PAIGC foi a principal organização política na condução da guerra de independência das antigas colônias portuguesas na África. Em torno de suas lideranças e ações, o partido manteve a defesa dos princípios da unidade e da luta dos grupos sociais e étnicos de Guiné Bissau e Cabo Verde. Para o PAIGC considerava a luta anticolonial africana deveria ser a de todos os africanos e de países do continente. O pensamento político do partido deveria ser convertido em ações, estratégicas e táticas de conscientização e mobilização coletiva contra o sistema colonial e estabelecimento do estado-nação. Com o assassinato de Amílcar Cabral, em 1973, o partido foi presidido por seu irmão, Luís Cabral. Em 24 de novembro, o PAIGC declarou a independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, só posteriormente, em 25 de abril de 1974, por Portugal. Na Presidência da República deste 1974, Luís Cabral foi destituído do posto em 1980, em razão de acusações de desviar os interesses do partido. Como resultado, houve a ruptura dos países e a divisão do partido entre Guiné Bissau e Cabo Verde. A onda de instabilidade no e entre os países provocou a revisão da constituição (1984) e a introdução do multipartidarismo, pondo fim aos anos de sistema político, baseado em sistema único. Desde os anos 90, Guiné Bissau presencia conflitos políticos entre partidos e grupos étnicos da região. Em 1998, uma guerra civil pôs revoltosos contra o governo de Nino Vieira, sendo destituído em 1999. O país passou a ser governado por junta militar e, em 2000, o líder do PAIGC perde as eleições Kumba Ialá,

colonial, organizou uma greve no Porto da Guiné, lugar estratégico para o trânsito de mercadorias. A ação foi coibida com violência pelo governo português de Antônio Salazar, tendo cerca de 50 mortos e centenas de feridos.

Nesse período, Amílcar Cabral já tinha conhecimento sobre os avanços da Frente de Libertação Nacional da Argélia, estando ciente da repressão e violência das metrópoles sobre os movimentos de crítica ao sistema colonial, inclusive o assassinato de líderes. Não tardou para Amílcar perceber a violência como componente constitutivo das relações coloniais e, com isso, o fracasso das tentativas de libertação nacional pela via da negociação pacífica. Cabral (1980a) identificou que a contradição revolucionária principal era entre colonizadores e colonizados e que essa era mais forte do que a entre o proletariado e a burguesia dos países colonizadores. Ele posicionava-se, assim, significativa desconfiança à predominância da tese da luta de classes como motor da história, defendida por Karl Marx e a tradição marxista da época.

Para Amílcar Cabral, a dominação e a resistência eram vistas a partir da perspectiva das leis da física, uma vez que toda força de ação é seguida por outra de reação. Cabral considerava-as questões inseparáveis, que deveriam ser tratadas em duas dimensões: a cultural e a econômica. Por esta via de análise, chamou a atenção sobre a antiga presença de reações à dominação no continente africano e que isso constituía parte da herança cultural africana, reconhecida, por ele, nos movimentos de libertação nacional.

No pensamento político de Cabral, destacou-se o caráter dialético, na medida em que teoria e ação se complementam, em que a teoria ensina o que se quer destruir, indicando o que se quer construir. Para ele, a revolução era fruto de um pensamento em movimento e prática precisos para a qual não havia modelo pré-formado ou importado de algum lugar. Defendeu a tese de que o colonialismo e o imperialismo, como sistemas de dominação modernos, significavam o bloqueio da história de outros países. Do ponto de vista econômico, tornou as forças produtivas da colônia dependentes da metrópole que modelava conforme seus interesses. A relação entre capitalismo e colonialismo era estreita e um não existia sem o outro, de acordo com Cabral (1980a). Como característica, no âmbito das relações entre os

do Partido da renovação Social (PRS). Em 2003, após golpe militar, foi criado o Comité Militar para a Reposição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD).

continentes, havia a formação de uma periferia e um centro que sempre acumulava riqueza. Em razão disso, para Cabral, o movimento de libertação nacional deveria ter uma natureza revolucionária, agir contra o sistema capitalista e, dessa forma, construir o socialismo antiautoritário e democrático. No argumento de Cabral esteve presente a dimensão conflituosa e, cada vez mais, inevitável da luta armada na condução das lutas anticoloniais e nacionais.

Em rigor, as contribuições de Amílcar são extensivas aos âmbitos políticos e socioculturais, aos domínios da teoria e das ações revolucionárias e emancipatórias no século XX. Entre elas, é possível destacar:

a) seu empenho no encorajamento da população para uma participação ativa, criativa e alternativa aos problemas de Guiné Bissau e Cabo Verde;

b) a clareza e a lucidez de Cabral sobre as contradições que marcavam a sociedade colonial, suas forças produtivas e os sujeitos históricos constituídos, uma vez que foi capaz de construir análise detalhada do colonialismo no âmbito econômico, político, cultural e das relações étnico raciais;

c) o alcance internacional dos processos de libertação nacional do continente africano e, em caso específico, o das colônias portuguesas, dado que Amílcar Cabral estabeleceu importante rede de comunicação entre os países e lideranças políticas africanas, lusófonas, europeias, asiáticas e latino-americanas acerca do problema colonial, do racismo, da resistência e das vias para a independência e o desenvolvimento da África;

d) a importância conferida à nação e ao nacionalismo africano na construção da sociedade e do estado pós-colonial, considerando aqueles não como um fim em si, mas como meio para conquistar a independência e a unidade política dos cabo-verdianos e guineenses;

e) sua preocupação em garantir a unidade do PAIGC e dos movimentos e organizações políticas de libertação nacional passava pelo desafio de reconhecer a diversidade étnica – o etnicismo – e combater os conflitos étnicos (tribalismo), considerados por Cabral resultados da manipulação e do oportunismo da política de assimilação cultural da administração colonial portuguesa;

e) sua defesa acerca da força de transformação da teoria e da cultura, capaz de promover a afirmação da identidade, romper o consenso sobre o destino colonial, a tese da minoridade histórica dos povos africanos, apresentando esses como sujeitos aptos a agir e a reagir;

Amílcar Cabral participou ativamente, durante 10 anos, das lutas independentistas em Guiné Bissau, como combatente e teórico, dando visibilidade internacional ao problema, particularidades e permanência do colonialismo português, pouco conhecido e abordado. Em 1973, foi assassinado, sendo a independência do país reconhecida por Portugal, apenas, em 1974. Ela foi resultado dos anos da luta armada e representou a vitória militar e, sobretudo, a política do povo da Guiné Bissau e de Cabo Verde.

3.3.3.2 Nação e nação-classe: conceitos e objetivos em Amílcar Cabral

O conceito de nação e nacionalismo esteve presente nos escritos de Amílcar Cabral, no entanto, esporadicamente, sistematizados ou submetido à revisão teórica organizada. O uso da palavra e sua defesa no processo de luta anticolonial e de libertação nacional, em Cabo Verde e na Guiné Bissau, tornou os termos recorrentes e relevantes nos propósitos dos movimentos emancipatórios e de transformação social, nos anos entre 1960 e 1980, levados à frente por Amílcar Cabral e o PAIGC. A riqueza da formulação conceitual da nação acompanhou, nesse sentido, os objetivos e as vicissitudes da ação política de libertação colonial, o diagnóstico das especificidades da realidade histórica, econômica e política da África e o conhecimento dos impactos do colonialismo sobre as regiões, nos modos e nos usos da terra e das forças produtivas. Além disso, a ideia de nação em Amílcar Cabral teve que lidar com a condição de heterogeneidade cultural e étnica de Cabo Verde e da Guiné Bissau e dar respostas (e ou soluções) ao “tribalismo”, a presença das desigualdades, dos privilégios e das distinções entre grupos étnicos nas regiões, resultantes das políticas de assimilação cultural impostas pelo processo de dominação colonial português. O domínio colonial instaurou a divisão étnica, fragilizou as economias das sociedades tribais, dissipou as lealdades tribais, constituindo um problema para a construção da consciência nacional.

O esforço de Amílcar Cabral para posicionar a nação e o nacionalismo africano no centro dos debates e das ações políticas dessa época esteve relacionado à força e à extensão alcançada pelo nacionalismo no pensamento pan-africanista. Além disso, manteve relação com o crescimento de movimentos e de organizações políticas em prol da descolonização e da construção nacional, as discussões acerca

da negritude e (re)africanização e a influência do marxismo-leninismo sobre muitos intelectuais, artistas e lideranças políticas africanas.

A crítica e o combate ao colonialismo e ao imperialismo, crescente dentro e fora da África, impunha aos africanos a necessidade de pensar as vias da libertação colonial e as formas de construção do Estado pós-colonial, com a designação de suas estruturas e sujeitos históricos. Implicava, também, a decisão sobre dois modelos, ou opções a seguir: de um lado, a dominação indireta – o neocolonialismo – com a participação dos nativos nacionais e as classes dominantes das metrópoles no aparato estatal; de outro, a via revolucionária, em que a superação da condição colonial seria alcançada por intermédio da participação popular organizada, em movimentos e partidos, detentores de um projeto nacional político próprio, autônomo e democrático para o Estado-nação.

A atenção de Amílcar Cabral à urgência de soluções ao problema colonial e ao imperialismo partia de uma análise das condições materiais e históricas de Cabo Verde e da Guiné Bissau e, sobretudo, da disponibilidade e do preparo das massas populares para a luta anticolonial e a construção da nação. Nessa perspectiva, segundo Cabral,

basta lembrar que, nas condições históricas atuais – liquidação do imperialismo que lança mão de todos os meios para perpetuar a sua dominação sobre os nossos povos, e consolidação do socialismo sobre uma parte considerável do globo – só duas vias são possíveis para uma nação independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de Estado) ou adotar a via socialista. Esta opção, de que depende a compensação dos esforços e sacrifícios pelas massas populares do decurso da luta, é fortemente influenciada pela forma de luta e pelo grau de consciência revolucionária. (CABRAL, 1980a, p. 38).

A ideia de nação foi, para Amílcar Cabral, condição axiomática e seu conceito era evocado segundo critérios associados ao paradigma ocidental jacobino. A nação aparecia em seus escritos como condição que assimilava a cidadania e a nacionalidade, dificultando a predominância de qualquer identidade intermediária entre o indivíduo e a nação. Essa postura nascia do fato de Cabral ser contrário à ilusão essencialista das culturas continentais e ou étnico raciais. No entanto, para Cabral, essa visão não dispensava certa flexibilização do conceito, tendo em vista compatibilizá-lo com as realidades específicas de Cabo Verde e da Guiné Bissau. Essas regiões não constituíram uma entidade cultural homogênea capaz de pressupor, de forma espontânea e imediata, a criação de um Estado-nação, nos

moldes da experiência europeia. Dessa forma, Amílcar Cabral não postulava a nação como uma entidade homogênea predeterminada, sugerindo que a forma nacional fosse de responsabilidade coletiva e favorável a todos os grupos sociais.

Cabral tinha conhecimento da dificuldade de aproximação dos grupos étnicos e dos perigos para a luta nacional e anticolonial em se manter as divergências políticas entre eles. A nação passava pelo aceite dos grupos étnicos e pela articulação da tradição e do costume, elementos importantes para a criação e a renovação das lealdades dentro e entre as tribos e os grupos étnicos. A nação, nessas condições, exigia alguns requisitos relativos ao consentimento ou anuência voluntária dos membros, como também a consciência do pertencimento a uma comunidade que se afirma a partir da ligação a um território. Por isso, o reconhecimento desse problema (e ou contradição) pode explicar certa falta de precisão em pontuar os critérios identitários que definem um projeto nacional.

Para Amílcar Cabral, a idealização do estado envolvia a criação de uma nação e isso o aproximava do cerne da discussão da tradição racionalista ocidental sobre os fundamentos da nação e do nacionalismo: a homogeneização identitária da população e o desaparecimento das estruturas sociopolíticas do passado em favor de uma nova entidade, a nação. Nesse ponto, Cabral deparava-se com duas visões, em concorrência, sustentadas pela relação propositiva e conflitiva entre a tradição e a modernidade, na história e na cultura da África. Por um lado, a ideia de modernidade do estado-nação, fortemente associada a algo “novo”, distinto das tradições e costumes dos autóctones e que, por isso, exigia dos africanos a negação de si em detrimento ao moderno. De outro, a necessidade de considerar as particularidades socioculturais, as formas de vida e de organização social africanas.

O discurso do Estado-nação como unidade política e cultural homogênea confrontava-se com a diversidade étnica, a pluralidade e a diferença. A ideia ocidental de associar nacionalidade e cidadania exigia estabelecer o lugar das identidades locais. No entanto, de acordo com Amílcar Cabral, na África, as identidades étnicas e culturais deveriam existir abaixo do espírito nacional. Daí, pode-se explicar certo pessimismo de Cabral com relação às diversidades étnicas, uma vez que podem significar ameaça à unidade política e à resistência africana contra o colonialismo.

Em compensação, Amílcar Cabral acreditava que a submissão de Cabo Verde e da Guiné Bissau ao mesmo processo de dominação colonialista e racista foi suficiente para garantir uma base comum aos diferentes povos dessas regiões. A

violência colonial enfrentada por cabo-verdianos e por guineenses permitiu, na visão de Cabral, uma experiência partilhada entre os diferentes grupos étnicos e categorias sociais nessas regiões, capaz de favorecer a aquisição de uma consciência de pertencer a uma identidade coletiva. O colonialismo havia criado, nessa perspectiva, um sentimento de pertencimento que ultrapassava as identidades locais sem, contudo, eliminá-las. Daí, a ideia de que a unidade entre grupos étnicos não significava a homogeneidade, uma vez que um nível de identidade não precisava fazer desaparecer outros. O caráter multiétnico, de acordo com Cabral, não consistia em um impedimento para a construção da nação, mas um desafio e um objetivo político. O estado construído pela luta e pela independência poderia permitir a criação de uma nação, ainda que a inexistência de nações precedesse os estados africanos.

Amílcar Cabral, de certa forma, evitou categorizar o termo nação e, por isso, sua perspectiva de análise e de defesa da construção nacional africana permanece particular e complexa, tendo em vista o contexto social, cultural e histórico da África. Sua preocupação de aproximar e minimizar divergências econômicas e políticas entre os grupos étnicos presentes em Cabo Verde e na Guiné Bissau esteve no cerne dos objetivos da nação e da idealização da função do Estado como uma organização que fosse respeitada, após a independência. De acordo com Cabral, era fundamental pensar a libertação anticolonial, mas sobretudo, em como estabelecer os princípios e as garantias de sustentação do Estado pós-colonial e, para isso, necessitava definir o papel dos revolucionários autóctones na construção da nação.

A construção da nação aparecia, dessa forma, envolvida com a discussão estratégica e, por vezes, tática de estabelecer as bases para uma unidade nacional que sustentasse o Estado e um novo estatuto econômico, político e cultural que rompesse com o passado e a administração colonial. A luta de libertação anticolonial esteve, nesse sentido, simultânea à construção de uma nação, sendo interdependentes. Para Cabral, tratou-se de tomar a nação como condição inalienável para a conquista da autodeterminação de um povo e, por isso,

costuma-se dizer que a libertação nacional se fundamenta no direito, comum a todos os povos, de dispor livremente do seu destino e que o objetivo dessa libertação é a obtenção da independência nacional. Embora estejamos de acordo com essa maneira vaga e subjetiva de exprimir uma realidade complexa, preferimos ser objetivos. Para nós, o fundamento da libertação nacional, sejam quais forem as formulações adotadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história: e o objetivo da

libertação é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. (CABRAL, 1980a, p. 34).

Além disso, mais do que a construção do Estado, interessava a Cabral a ideia de um projeto em curso de nação que se estabelecia na luta. A ideia de “forjar” uma nação na luta, defendida por Amílcar Cabral, pode estabelecer interlocuções e ou contrapontos propositivos ao argumento de nação “imaginada”, posta por Benedict Anderson (2008). Para “forjar”, “conceber’ e ou “criar’ era preciso, segundo Cabral, partir de alguma base comum que envolvesse a comunidade de sangue, de história e ou de interesse, além da luta das populações de Guiné Bissau e de Cabo Verde contra o colonialismo para que, assim, todos os interesses fossem consentidos. (CABRAL, 1974) Forjar a nação e nela garantir o amálgama dos traços culturais positivos de grupos distintos, inclusive os da cultura do opressor (língua portuguesa), era para Amílcar Cabral condição inexorável dos objetivos da luta anticolonial e emancipatória.

A libertação nacional se identificava com o processo evolutivo que permitisse ao povo o conhecimento de sua realidade e o sentido de unidade para autodeterminação por intermédio da participação e da organização popular desde o âmbito político ao psicológico e ao cultural. Dessa maneira, Amílcar Cabral afastava-se de certo dogmatismo teleológico (a nação como resultado de causas predeterminadas biológicas, étnicas ou linguísticas), aproximando-se de uma visão que considera a nação como expressão mais dinâmica e plural da realidade. A defesa do direito à autodeterminação dos povos, levantada por Cabral, inseria-se também, dessa forma, em preocupações sobre o direito à diferença.

Nessa perspectiva, o objetivo do nacionalismo antecipativo de Cabral envolvia um pensamento utópico e a criação de um mundo e de um “homem novo”, capazes de eliminar a condição colonial. Para ele, a nação tratava-se de um processo em construção permanente, feito sobre os restos de uma realidade anterior e que, por isso, podia apresentar contradições e confrontos entre as dimensões positiva e negativa dos elementos do passado, como, por exemplo, a tradição e as etnias. Amílcar Cabral considerava associar a nação à ideia de “destruição criadora” por ser mais apropriada às condições da luta anticolonial.

A libertação nacional era assim, na visão de Cabral, um projeto em contínuo questionamento e articulação de seus envolvidos, visto que devia incluir a cidadania. A nação e a libertação não eram um fim a ser anunciado a partir de modelos pré-

estabelecidos, tampouco devia ser tomada como pontos culminantes da história, ou obra exclusiva de uma elite imaginativa. A nação, pelo contrário, pertencia ao povo e dependia, segundo Amílcar Cabral, de significativo engajamento e adoção da população, sendo aberta a várias influências. O movimento de libertação nacional devia ser capaz de efetuar, solidamente no processo de ação política, segundo Cabral,

a confluência dos níveis de cultura das diversas categorias sociais disponíveis à luta e transformá-los na formação cultural nacional que serve de base ao desenvolvimento da luta armada e que é a sua condição. Convém notar que a análise da realidade cultural dá já uma medida das forças e das fraquezas do povo em face às exigências da luta e representa, portanto, uma contribuição valiosa para a estratégia e as táticas a seguir, tanto no plano político como militar. Mas só no decurso da luta, desencadeada a partir de uma base satisfatória de unidade política e moral, a complexidade dos problemas culturais surge em toda a sua amplitude. Isso obriga com frequência a adaptações sucessivas da estratégia e das táticas às realidades que só a luta pode revelar. A experiência da luta demonstra como é utópico e absurdo pretender aplicar esquemas utilizados por outros povos durante a sua luta de libertação e soluções por eles encontradas para os problemas que tiveram que enfrentar, sem considerar a realidade local (e, especialmente, a realidade cultural). (CABRAL, 1980b, p. 68).

Paralelamente, a visão de nação em contínua construção, interessou também a Amílcar Cabral apontar quem seriam os sujeitos históricos da construção nacional. Em específico, preocupava-se em identificar quais os mais preparados para assumir os quadros do Estado pós-colonial e também definir responsabilidades, perfis e posturas tanto antes, durante e depois da independência.

A urgência da luta anticolonial e a necessidade de garantir sua unidade levou Amílcar a questionar a visão moderna sobre a historicidade dos povos não ocidentais; a rejeitar o domínio da luta de classes como motor da história e; defender outros sujeitos além do proletariado urbano nas lutas anticoloniais e emancipatórias.

Cabral insistiu no reconhecimento de todos povos na história, contrariando a tradição hegeliana acerca da ausência de historicidade entre os não europeus. Para ele, essa visão servia aos objetivos da conquista colonial e aos objetivos do imperialismo e, portanto, a luta por libertação nacional exigia a inserção e reconhecimento da história dos autóctones, inclusive os que não tiveram contato direto com o colonialismo. A submissão das colônias ao capitalismo internacional

fortalecia a condição colonial por intermédio do embargo da história e das contradições internas dos povos submetidos ao colonialismo.

Com isso, também se colocava a necessidade de outra correção, em particular, o predomínio da existência de duas únicas classes sociais universais – a burguesia e o proletariado – como componentes fundamentais do processo histórico. A luta de classes não consistia em mentira, mas sua universalidade não fazia sentido. As classes sociais, segundo Cabral, eram produtos da história europeia e não podia se aplicar à África, tendo em vista a situação colonial e as circunstâncias particulares da realidade material, das forças produtivas e da constituição étnica do continente. A burguesia e o proletariado, nos moldes das sociedades industriais da Europa, não existiam nessas regiões. Cabral interrogava, assim, sobre o argumento que condicionava a história dos povos à existência e aos conflitos entre as classes sociais. Para ele, uma pergunta se colocava:

será que a história só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenômeno classe e, conseqüentemente, a luta de classes? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômade e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra. Mas seria também – o que nos recusamos a aceitar – considerar que vários agrupamentos humanos na África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Cuanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muitas ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história. (CABRAL, 1980a, p. 27).

Para Cabral, a base da história estaria nas forças produtivas, uma vez que a alteração dessas levaria às mudanças nas relações produtivas. Nessa perspectiva, pode-se apontar uma significativa contribuição de Amílcar Cabral para a ortodoxia marxista acerca da progressão histórica das sociedades. Amílcar Cabral soube utilizar o conhecimento da herança marxista adaptando-o à realidade africana que queria transformar. Por isso, fazia sentido para ele, assim como para Frantz Fanon, pensar as relações raciais, a alienação e o racismo colonial.

A atenção às particularidades da luta de classes e da correlação de forças em cada país já havia sido uma recomendação para os comunistas da Terceira Internacional. Os aspectos da questão nacional e o problema colonial também

estiveram presentes no âmbito das discussões e resultaram na constatação da urgência de pensar a situação concreta dos países coloniais, semicoloniais e dependentes. Intelectuais e lideranças políticas africanas como Kwame Nkrumah (Gana), Thomas Sankara (Burkina Faso) e Amílcar Cabral, em Cabo Verde e Guiné Bissau, ampliaram o debate iniciado na Internacional, apresentando considerações importantes sobre a relação estrutural entre colonialismo, imperialismo e capitalismo, como também sobre a configuração de classes e raça na África, o perfil e o papel da burguesia, dos camponeses e dos trabalhadores urbanos nas lutas anticoloniais e de libertação nacional.

Como desdobramentos das considerações de Amílcar Cabral a respeito da dificuldade e da fragilidade da luta de classes em contextos africanos, Cabral destacou a ideia e a categoria da *nação-classe* para fazer frente ao colonialismo, uma vez que o termo podia agrupar todos os grupos sociais (autóctones, camponeses, trabalhadores urbanos, etnias diversas) em torno de um projeto político comum revolucionário e emancipatório. A *nação-classe* seria capaz de transcender as divisões e fragmentações internas da sociedade autóctone, nos domínios étnicos, culturais e econômicos. Para ele, mais do que a luta de classe, era o Estado colonial que dirigia a história na África e, em razão disso, havia uma sociedade colonial a ser confrontada e superada pelos africanos.

O combate ao colonialismo e ao imperialismo exigiu o entendimento das diferenças entre o sistema colonial e o neocolonial, sobretudo saber qual o lugar da nação e da solução nacionalista, revolucionária ou reformista, para os problemas da sociedade colonial. Assim, de acordo com Cabral,

outra distinção importante a fazer entre a situação colonial e a neocolonial reside nas perspectivas da luta. O caso colonial (em que a nação classe se bate contra as forças de repressão da burguesia do país colonizador) pode conduzir, pelo menos aparentemente, a uma solução nacionalista (revolução nacional): - a nação conquista a sua independência e adota, em hipótese, a estrutura econômica que bem lhe apetece. O caso neocolonial (em que as classes trabalhadoras e os seus aliados se batem simultaneamente contra a burguesia imperialista e a classe dirigente nativa) não é resolvido através de uma solução nacionalista; exige a destruição da estrutura capitalista implantada pelo imperialismo no solo nacional e postula, justamente, uma solução socialista. (CABRAL, 1980a, p. 37-38).

A crença e a aposta de Amílcar Cabral na luta por libertação nacional eram dependentes da constituição de sujeitos que não fossem apenas conscientes dos

impactos da dominação colonial e preparados para a revolução, mas sobretudo, aptos para a construção de um Estado-nação após a independência. Ao analisar as particularidades das forças produtivas, da configuração econômica, política e étnico cultural dos grupos sociais cabo-verdianos e guineenses, Cabral percebeu que a única classe mais capacitada para conduzir o projeto de transformação social era a pequena burguesia.

A grande burguesia africana, quando existia, não apresentava disposição e condições para levar a luta por libertação nacional às últimas consequências. Não tinha coragem ou ousadia, na visão de Amílcar Cabral, para se posicionar, de forma radical, contra o imperialismo. Sua deficiência estava no peso e no comprometimento dos interesses econômicos particulares, na intenção de manter privilégios, na vontade de tornar-se classe dominante com controle das terras e recursos naturais, após a independência. Para Cabral, a grande burguesia não possuía motivação suficiente pelos interesses coletivos, tampouco identificação com povo.

Em oposição, a pequena burguesia em Cabo Verde e na Guiné Bissau, sobretudo a cabo-verdiana, reunia componentes relevantes para o processo de luta anticolonial e de construção nacional. A pequena burguesia, de acordo com Cabral, era, em boa parte, constituída por africanos com escolaridade, capacitações técnicas específicas e, principalmente, conhecimento do aparelho de Estado e da administração colonial. Além disso, muitos possuíam identificações étnicas mais frágeis e, por isso, mais preparados a combater os tribalismos e as divergências étnicas. Amílcar Cabral acreditava que a pequena burguesia tinha o compromisso de tomar o poder na independência.

No entanto, no que tange a seu perfil de classe social, Cabral defendia a tese de que a pequena burguesia e a burguesia cabo-verdiana e guineense deveriam cometer o “suicídio de classe”. Esse seria o requisito para elas poderem participar da luta nacional, pois, uma vez destituída da condição de classe burguesa, poderia ressuscitar a condição de trabalhador revolucionário, já identificada com as aspirações populares. Na visão de Amílcar Cabral,

essa alternativa - trair a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional. A solução positiva, em favor da revolução, depende daquilo a que, ainda recentemente, Fidel Castro chamou, com propriedade, desenvolvimento da consciência revolucionária. Essa dependência atrai necessariamente a nossa atenção sobre a

capacidade do dirigente da luta de libertação nacional de se manter fiel aos princípios e à causa fundamental dessa luta. Isso revela, em certa medida, que se a libertação nacional é essencialmente um problema político, as condições do seu desenvolvimento imprimem-lhe algumas características que são do âmbito da moral. (CABRAL, 1980a, p. 41).

Diante das contribuições de Amílcar Cabral acerca da construção nacional na África, algumas considerações são cabíveis quanto aos desdobramentos e a continuidade do projeto de Estado-nação pós-colonial. Em rigor, a ideologia nacionalista teve alguns desafios, resultantes das próprias contradições que determinaram os rumos do Estado e da nação no continente, após a independência. De um lado, ela foi uma estratégia bem-sucedida de unidade política em torno de um projeto de luta anticolonial e construção de um estado. Por outro, a nação e o nacionalismo como discurso político na construção da unidade e da identidade nacional teve dificuldade de se constituir como força mobilizadora, permanente e definitiva, capaz de reunir populações, etnias, grupos, categorias e classes sociais fragmentadas que foram contidas, arbitrariamente, em espaços e territórios ao longo do processo colonial.

O modelo africano de nacionalismo mostrou-se distinto do europeu dos séculos XVIII e XIX, quando transformações econômicas, políticas e sociais criavam um sentido de comunidade em torno de uma língua, história e costumes partilhados (criados e ou imaginados), comuns e identificáveis, aptos a diferenciar povos pela identidade nacional. Ainda que existissem elementos que pudessem facilitar, eles estiveram dispersos em razão do colonialismo. Na África, diferentemente da Europa, o Estado-nação se constituiu de certa estabilidade.

A identidade nacional como “destruição criadora” encontrava contexto particular. De acordo com Anthony Smith, a identidade nacional e a nação eram construções complexas e compostas por elementos inter-relacionados no âmbito das dimensões étnica, cultural, territorial e institucional. Os termos expressam relações de solidariedade entre membros de comunidades que estão unidos por laços de memória, mitos e tradições. Nessa perspectiva, algumas dificuldades se apresentaram para o fortalecimento e a continuidade das ideias e projetos políticos de Amílcar Cabral no que tange a construção da nação e da identidade nacional, em Cabo Verde e na Guiné Bissau. Entre os elementos que tornaram a construção nacional complexa e desafiadora para Amílcar Cabral, podemos destacar:

- a) o caráter multiétnico da população dessas regiões;
- b) a ausência de uma etnia dominante durante um longo período;
- c) a inexistência de uma visão de cultura e de língua como produtos da evolução de uma comunidade;
- d) a dificuldade de considerar as identidades culturais e linguísticas locais, dentro de suas fronteiras;
- e) o tempo, relativamente curto da colonização portuguesa em Cabo Verde e na Guiné Bissau, considerando o período da conquista e da partilha (1920 e 1930) e a descolonização (após a Segunda Guerra Mundial), significou uma homogeneização precária nos âmbitos linguístico e cultural pelos portugueses.
- f) o problema da construção do sentido de povo como entidade una, constituída de vontade e de base originária da nação, posicionava a discussão, para Amílcar Cabral, entre, de um lado, os princípios da herança cultural e ancestralidade, de outro, as expectativas e a determinação do “novo homem” e sociedade.

Nessa perspectiva, a unidade africana, pensada por Amílcar Cabral, quando avaliada sob o âmbito da nação e da identidade nacional, não deixou de fora indeterminações conceituais. Em rigor, o interesse de Cabral sobre o tema envolveu certa tentativa de conciliação entre duas perspectivas de abordagem. Primeiramente, a ideia de nação como comunidade de destino, nova e em oposição a condição colonial e sustentada pela criação de um projeto político com unidade de interesse entre povos distintos que se estabelece na luta por libertação nacional. Em segundo, a necessidade da reafricanização do continente que se estabelecia por intermédio do papel da recepção da herança cultural pelos africanos colonizados, da identidade como fator de resistência contra o imperialismo e pela consideração não conflitiva da etnicidade frente a cultura nacional.

3.3.3.3 Unidade e luta política em Amílcar Cabral

Para Amílcar Cabral, a configuração de uma unidade era fundamental e estratégica para o futuro de Cabo Verde, Guiné Bissau e, de forma ampla, da África, uma vez que o objetivo do projeto político do PAIGG era a união do arquipélago à costa da África ocidental em um país continental e a expressão “União e Luta”, lema do PAIGG.

A necessidade da unidade, para Cabral, teria razões no próprio processo de colonização. A dominação estrangeira no território, além do caráter exploratório e da violência, privou o desenvolvimento político das regiões, uma vez que, sem partidos políticos diferentes, não existia propostas ou rumos distintos a escolher ou reivindicar unidade. Dessa forma, em Guiné-Bissau e Cabo Verde, foram os desdobramentos do sistema colonial que possibilitaram as condições para a construção da organização partidária, a fim de que se estabelecesse qualquer tipo de emancipação política e transformação social.

O sentido de unidade operava-se em duas dimensões. Uma concentrava-se na luta contra o colonialismo e as estruturas econômicas e sociais advindas dele e, outra, no fato de a manutenção da unidade ser condição para a criação de um novo país, após a independência nacional. A unidade não se restringia ao âmbito do número ou da quantificação da população reunida, ou de juntar pessoas como pensamentos diferentes. Para Amílcar Cabral e para o PAIGC, tratou-se de uma experiência histórica concreta, de um estado e ou qualidade de pessoas reunidas em torno de um objetivo concreto, bem como da união política a fim de executar a ação emancipatória e revolucionária.

Em rigor, a unidade esteve em torno da conscientização progressiva dos povos cabo-verdianos e guineenses sobre o que consistia o colonialismo e o neocolonialismo, bem como acerca dos objetivos da luta anticolonial e da construção nacional. A unidade também significava que as independências nacionais africanas não podiam ser iniciativas isoladas, separadas em cada país do continente. A construção da nação em um país deveria acontecer em paralelo ao desenvolvimento de outros países da própria África e, por isso, a busca pela unidade africana também envolvia a procura de relações mais paritárias do continente africano com o mundo. A África só poderia ser independente se estivesse unida, na visão de Amílcar Cabral.

A aposta de Cabral na estratégia da unidade política, dos países e de povos africanos, aproximava-o dos movimentos pan-africanistas de viés revolucionário. Para Amílcar Cabral, a crítica ao colonialismo era extensiva ao imperialismo e ao capitalismo, visto que, no pensamento político de Cabral, faziam parte de um mesmo processo. A luta contra o colonialismo já constituía um ataque ao capitalismo. Nessa perspectiva de abordagem, os princípios revolucionários de certos líderes pan-africanistas consistiam que o projeto independentista e socialista eram complementares.

O entendimento sobre a necessidade da unidade fazia-se também pelo conhecimento sobre a dimensão de esforço e de sacrifício que os envolvidos na luta por libertação nacional deveriam ter e manter. Mais do que um discurso e do uso de palavras, a ação política devia trazer alguns princípios já apontados por Lênin acerca da predisposição dos povos para compreender os acertos e os fracassos da luta. Assim, na visão de Cabral,

para criar na luta é necessário conduzi-la, desenvolver todos os esforços e aceitar os sacrifícios necessários. A luta não é feita de palavras, mas de ação quotidiana, organizada e disciplinada, de todos os elementos válidos. A atividade múltipla desenvolvida por Lenine no decurso de uma longa luta é um exemplo de continuidade e consequência de esforços e sacrifícios, assim como da capacidade para mobilizar as forças necessárias no tempo e no espaço. Demonstrando que, na luta, as dificuldades subjetivas são as mais difíceis de ultrapassar, Lenine tinha consciência desta realidade: a luta é feita de êxitos e fracassos de vitórias e derrotas, mas avança sempre e as suas fases, mesmo as mais idênticas, nunca se repetem. (CABRAL, 1980a, p. 47).

Amílcar Cabral compreendia, assim, a luta por libertação nacional como um processo e não um acidente, uma vez que as derrotas eventuais não poderiam enfraquecer a mobilização, tampouco a resistência, “porque mesmo os insucessos podem ser uma base de partida para novos êxitos.” (CABRAL, 1980a, p. 47). Cabral fez mais uma vez referência a Lênin ao argumentar sobre a dinamicidade e vicissitudes da luta contra o capitalismo financeiro e imperial operadas pelos povos submetidos ao regime colonial. Segundo ele, Lênin

demonstrou que a luta de libertação contra o domínio de uma aristocracia militar (tribal ou étnica), contra o domínio feudal e mesmo contra o domínio capitalista estrangeiro do tempo do capitalismo de livre concorrência, não é a mesma realidade histórica que a luta de libertação contra o imperialismo, contra o domínio econômico e político dos monopólios, do capitalismo financeiro, atuando sob a forma do colonialismo, do neocolonialismo. Tornou-se e deve ser evidente para todos hoje que o aparecimento do imperialismo operou uma transformação profunda e irreversível no movimento de libertação nacional, definindo-se este como a resistência natural e necessária ao domínio imperialista. (CABRAL, 1980a, p. 49).

A unidade e a luta constituíam-se juntas e representavam o princípio político do partido e da orientação das ações revolucionárias, por isso, não significavam um fim em si, mas um meio para a transformação social e a condição para cumprir um papel histórico. O modelo de unidade da luta pela libertação nacional,

de caráter revolucionário, não podia ser um produto de exportação ou importado para a África, a partir de experiências ou teorias não cabíveis da história e da realidade africana. Tratava-se, antes, de definir parâmetros democráticos e coerentes na ação política. Para Amílcar Cabral, era importante mostrar que os africanos tinham consciência dos impactos da dominação colonial e da viabilidade de um projeto socialista autônomo que partia do estudo e das condições materiais, étnico culturais e psicológicas da população colonizada.

A necessidade de unidade se fundamentava e se justificava, nessa perspectiva, no reconhecimento do sentido e da realidade da diferença cultural e das desigualdades econômicas presentes na África. Daí, para Amílcar Cabral, a unidade deveria ser um objetivo de todos, independentemente da raça, da etnia, categoria ou classe social. De acordo com Cabral, a distinção ou a divisão étnica não representavam contraposições definitivas ou impeditivos intransponíveis à unidade da luta. A separação étnica, na visão de Cabral, havia sido meio usado pela colonização para criar privilégios, tratamentos e status jurídicos distintos e hierarquizados entre cabo-verdianos e guineenses, que serviram aos propósitos do poder colonial para o enfraquecimento das resistências e de qualquer forma de unidade política e ou nacional entre africanos. A colonização promoveu a divisão territorial e de etnias, além da despersonalização do africano. A unidade das ideias e da ação política colocava-se também como conveniente para minimizar divergências políticas entre movimentos independentistas, uma vez que nem todos estavam de acordo com as propostas do PAIGC.

Pensar a nação, segundo Amílcar Cabral, envolvia a necessidade de estabelecer a unidade total de forças e não apenas aquelas relativas às políticas e às militares. Era importante unir as culturas, as formas de pensar e de evitar as divergências entre dos colonizados por conta das diferenças étnico culturais. A unidade não era apenas uma fórmula para combater o colonialismo era, na perspectiva teórica e política de Cabral, a tentativa de concretizar o projeto de unidade nacional e ou binacional. Em razão disso, pode se explicar a relevância conferida (ou autoestabelecida) por Amílcar ao PAIGC como entidade capaz de agrupar e ser superior aos grupos étnicos e às categorias sociais. Para a ação política do PAIGC ter êxito era necessário diminuir a vulnerabilidade do sentimento étnico tradicional africano à instrumentalização do colonizador. O excesso de etnicismo consistia em um obstáculo ao trabalho do partido como organização racional e planificadora da

ação política, comprometendo, com isso, a postura modernizadora do estado para a África, após a independência.

No processo de libertação nacional e contra os colonialistas, a questão da raça foi ponderada na medida em que Cabral defendeu a abertura e a participação dos brancos, caso quisessem aderir à luta anticolonial.

A crítica e o combate ao colonialismo iam além das razões econômicas que submeteram Cabo Verde e Guiné-Bissau à miséria e ao subdesenvolvimento. Para Cabral, a unidade da luta por emancipação política dessas duas regiões envolvia diversidade de motivos, dentre eles de natureza, de sangue, de história e de geografia. Havia, inclusive, uma razão tática para evitar que Cabo Verde (em condição de colônia) servisse de base área para Portugal bombardear Guiné-Bissau.

3.3.3.4 Cultura e libertação nacional

A unidade da organização política deveria ser ampla, irrestrita e integral para que fosse possível alcançar a libertação nacional. No entanto, como seria possível minimizar ou anular os conflitos étnicos e ou de classe na construção da unidade? Essa preocupação ou perigo era, segundo Cabral, uma questão que a cultura poderia se incumbir, na medida em que a retomada da cultura local seria um meio de resistência ao domínio estrangeiro e uma base para a criação de uma cultura nacional. O domínio ideológico configurava-se, dessa forma, como expressão viva tanto da realidade histórica quanto material das sociedades opressoras e oprimidas, possuindo relação estreita com o nível de forças produtivas e com os modos de produção.

Nessa perspectiva de abordagem, a luta cultural, de resistência e de construção nacional, era também parte da luta de classes. Ainda que grupos ou classes privilegiadas pudessem participar da luta anticolonial e por emancipação nacional, para Cabral, as ações da luta por libertação política deveriam ser baseadas na cultura popular, com participação determinante dos trabalhadores do campo e da cidade. O processo envolvia, também, mudanças na pequena burguesia nacionalista e revolucionária, que deveria ser “reaficanizada”, especificamente, livrar-se dos vínculos e referências à cultura dos colonizadores.

No pensamento e nas ações políticas de Amílcar Cabral destacou-se o papel importante da cultura e da identidade cultural no processo de construção de

uma sociedade nova, resultantes das lutas de libertação nacionais. O papel atribuído à cultura no processo de transformação social e na emancipação dos povos colonizados deu-se por intermédio da consideração da dominação cultural como fator de segurança do imperialismo e do sistema colonial, bem como da identificação do caráter classista e racista da cultura imperialista sobre a cultura local e sobre a identidade dos colonizados. Com isso, Amílcar Cabral chamou a atenção para a ameaça da consciência da cultura como risco à manutenção do poder colonial e do imperialismo.

Há, nessa perspectiva, a originalidade da abordagem de Amílcar Cabral, na medida em que ele posiciona a cultura como dimensão política fundamental para as lutas anticoloniais e de emancipação nacional. Para o autor,

a cultura é a síntese dinâmica, ao nível da consciência do indivíduo ou da coletividade, da realidade histórica, material e espiritual, duma sociedade ou de um grupo humano, das relações existentes entre os homens e a natureza, como entre os homens e as categorias sociais. [...] A cultura é a verdadeira base do movimento de libertação, e que as únicas sociedades que podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra o domínio estrangeiro são as que preservam a sua cultura. Esta, quaisquer que sejam as características ideológicas ou idealistas da sua expressão, é um elemento essencial do processo histórico. É nela que reside a capacidade (ou a responsabilidade) de elaborar ou de fecundar elementos que assegurem a continuidade da história e determinem, ao mesmo tempo, as possibilidades de progresso ou de regressão da sociedade. Compreende-se assim que, sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural. Também – e porque uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura – a luta de libertação é, antes de mais nada, um ato de cultura. (CABRAL, 1980b, p. 86-87).

Em rigor, considerando a luta de libertação um fato político e a condição de resistência e reativa da cultura, Amílcar Cabral defendeu dois procedimentos importantes no desenvolvimento das lutas de independência nacional: a condução de métodos políticos (inclusive o uso da violência) e o conhecimento da cultura no domínio geral e específico das realidades da sociedade dominada. Embora Cabral tenha mencionado a cultura como manifestação ampla ou mesmo de massa, para ele, ela não é uniforme, não se desenvolvendo igualmente em todos os domínios da vida social.

Cabral compreendeu que as atitudes e os comportamentos de cada indivíduo e grupo social em relação às lutas independentistas nacionais eram determinadas pelos interesses econômicos e influenciados pela cultura. O argumento de Cabral identificou tanto o *caráter de classe* da cultura quanto o fato de a diferença cultural e dos níveis de envolvimento com a cultura explicarem a presença de comportamentos distintos entre indivíduos da mesma categoria social em relação ao movimento de libertação política nacional. A cultura foi vista, nessa perspectiva, como compreensão e integração no meio social, identificação aos problemas e pretensões da sociedade, afirmação ou rejeição da luta revolucionária e transformadora da sociedade. O entendimento da cultura do lugar era vista, para Amílcar Cabral (1980b), como fundamento e condição pra o processo de transformação e emancipação dos povos.

A multiplicidade de categorias sociais e, sobretudo, de etnias, representava, para Amílcar Cabral, a complexidade em se definir o lugar e a importância da cultura no movimento de libertação política, transformação social e formação nacional. A atenção para o problema da diversidade e pluralidade étnica não poderia comprometer o entendimento do caráter de classe da cultura na condução das lutas libertárias, amplamente presente nos grupos urbanos e nas sociedades rurais com estruturas sociais verticalizadas pela presença do poder do Estado.

Amílcar Cabral articulou uma espécie de pedagogia política cultural³⁸, na medida em que dispôs a cultura como fator de formação, conscientização e mobilização social, “germe” para a participação política do povo da Guiné na contestação dos conflitos e transformação da história. A consciência cultural não se tratou, para Cabral, de um conjunto passivo e estático de costumes e crenças, tampouco era reduzida à dimensão folclórica, pois

a cultura, sejam quais forem as características ideológicas ou idealistas das suas manifestações, é assim um elemento essencial da história de um povo. É, talvez, a resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta. Como a história, ou a porque é a história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. Mergulha as suas raízes no humus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo ser mais ou menos influenciada por fatores externos. Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios dos conflitos (econômicos, políticos e sociais) que se caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber

³⁸ Mário Pinto de Andrade considerou Amílcar Cabral um pedagogo político cultural.

quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso. (CABRAL, 1980b, p. 58).

A cultura também estava ligada à oportunidade de escolhas e ao direito de os colonizados possuírem e protagonizarem a própria história. No cerne da noção e das práticas da cultura estava, para Cabral, o ser humano e a capacidade do entendimento, reação, superação e transformação, por intermédio da consciência da realidade histórica, material e subjetiva. Com isso, podia-se perceber um aspecto dialético da cultura, como dimensão dinâmica e aberta dos indivíduos em coletividade, uma vez que, por ela, manifestava-se a capacidade reativa, a força de resistência e emancipatória do ser humano. Essa visão foi contrária à ideologia imperialista a respeito da incapacidade política e cultural dos colonizados.

A complexidade cultural e sua influência no movimento das lutas anticoloniais e de libertação nacional expõe, segundo Cabral (1979, 1980b), que a cultura abrange elementos fundamentais e secundários, positivos e negativos, avanços e regressões, constituindo-se de contradições e conflitos. Esse ponto interessou Amílcar Cabral: no movimento de libertação, pontuar as contradições, a fim de se garantir o encontro de valores positivos úteis à luta e à construção da dimensão nacional.

A (re)leitura da teoria e das ações de Amílcar Cabral a respeito do sistema colonial, da condição dos colonizados e dos processos históricos e políticos da independência de Guiné Bissau e Cabo Verde abre a oportunidade para entender a necessidade de posicionar, nos domínios da teoria e da práxis, as lutas anticoloniais em simultaneidades às lutas antifascista e anti-imperialista.

Mais esquecido do que se admite nas esferas acadêmicas e pouco lembrado entre muitos partidos de esquerda e ativismos negros, Amílcar Cabral foi referência para as gerações que o conheceram e o sucederam na África. Afinal, por que é importante recuperar a atenção à sua vida e obra? Qual a atualidade de Amílcar Cabral?

Essas perguntas reportam ao desconhecimento de muitos jovens acerca dos acontecimentos, dos movimentos, dos partidos e dos países que Amílcar colaborou, validando a descolonização africana. Parte também se deve à edição de suas obras estar fora das livrarias e do alvo de publicação das editoras nas últimas

décadas. Ainda que, em Guiné Bissau e em Cabo Verde, ele apareça como herói em selos, monumentos e nomes de rua, as ideias de Amílcar Cabral sumiram dos debates políticos, sendo preservadas, em silêncio, na memória pessoal de contemporâneos, no culto encantatório e nostálgico da historiografia política desses países no século XX. No entanto, há um compromisso ético em (re)ler Amílcar Cabral. Seu legado contribui para o pensamento crítico contemporâneo recorrer e reconsiderar papéis e sentidos da revolução e da cultura como dimensão política de resistências.

3.4 Conclusões

Esta seção destacou aspectos da produção intelectual e da práxis de pensadores políticos e sociais fora do eixo Europa-Estados Unidos, com foco na América Latina e na África. O esforço em abordá-los não esgotou a extensão da contribuição de suas análises e ações políticas acerca do fenômeno nacional, inseridas em contextos de críticas e lutas contra o colonialismo, o imperialismo e o racismo. É importante conhecer que ainda há pontos e material significativo a serem explorados *de* e *sobre* José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon e Amílcar Cabral nos domínios dos estudos da Sociologia e da Política, sobretudo, a respeito da atualidade tanto para a militância e para as lutas sociais quanto para os sentidos e meios da via revolucionária e a emancipação política contemporânea na periferia global.

O esforço em estabelecer aproximações analíticas entre os autores esteve centrado no interesse de destacar certa originalidade no tratamento da formação nacional na América Latina e na África, em perspectiva multidimensional que envolvia a consideração das particularidades e dos impactos do processo colonial e imperialista na formação social, econômica e cultural dos continentes e, sobretudo, na formação da subjetividade e da identidade dos colonizados, autóctones, indígenas e negros.

A compreensão do capitalismo como sistema de reprodução de desigualdade entre grupos sociais, regiões, continentes e nações, fundamentalmente sustentados pelo colonialismo pelo imperialismo, ajudou-os a pensar a alternativa nacional a partir da via revolucionária e, por ela, a construção de um socialismo como opção que não fosse a cópia de modelos pré-estabelecidos, mais autônomo ou mesmo não alinhado à URSS.

Para eles, não se tratava de pensar o lugar da América Latina e da África no sistema internacional a partir da mera superação do colonialismo, ou do abandono da tradição e em prol da modernidade, em uma perspectiva economicista, positiva e eurocêntrica da formação nacional. Essa visão, mesmo que envolvesse a promessa de transformação política, invariavelmente, terminava em mecanismos de hierarquização e classificação das populações locais em tipos e categorias como “indígenas”, “africanos” e “negros”.

A relevância dos autores é estabelecida pela introdução das categorias de *raça* e *classe* tanto na investigação teórica quanto na luta política e social, como termos relacionais, transversais e fundamentais ao entendimento do processo colonial, imperial e nacional. O racismo, como expressão estrutural do capitalismo colonial e imperialista, foi alvo importante da crítica e da denúncia desses autores. O problema indígena na América Latina (Mariátegui) advinha tanto da exploração laboral e expulsão das terras quanto da subjugação, assimilação e alienação cultural dos autóctones que, desde a conquista colonial até os processos de independência nacional, não tiveram acesso à direitos e à emancipação na formação das recentes nações latino-americanas.

Frantz Fanon e Amílcar Cabral sublinharam a relevância da cultura e da identidade nas lutas anticoloniais, desenvolvendo abordagens com base em leituras das condições histórica, políticas, econômicas e sociais africanas. A violência corporal e simbólica, a alienação e a desumanização impostas aos negros africanos pela colonização e pelo imperialismo determinaram a constituição subjetiva e psicossocial dos colonizados, inserindo-os na modernidade ocidental a partir da constituição do corpo negro, em diferença aos brancos. Os processos de discriminação racial e étnica apontados pelos autores também se fizeram presentes na formação nacional dos jovens países africanos. Em tensão com a experiência europeia, a nação como força aglutinadora, baseada na homogeneização linguística-cultural, no campesinato e no proletário urbano assalariado, encontrou dificuldades de se estabelecer no continente africano. Os movimentos de libertação colonial e de constituição nacional enfrentaram o desafio de fugir tanto da assimilação forçada (risco de estender a tutela neocolonial) quanto das amarras do tribalismo e da tradição, essencialista e nostálgico.

4 CONCLUSÃO FINAL – NO CENTRO E NAS MARGENS: RAÇA E CLASSE NA FORMAÇÃO NACIONAL

*Na minha terra
Não tenho cor
Não tenho lágrima
Não sou de cor
Não tenho mágoa
Não tenho raça
Estou em casa*

Trecho da canção Txoru Kantadu (choro cantado), do cantor, compositor e escritor cabo-verdiano Princezito.

Os temas e os argumentos levantados nas seções desta tese nos conduziram à discussão da constituição da *semelhança* e da *diferença* na construção do fenômeno nacional. O propósito de atualizar conceitos e teorias acerca das origens, características e desdobramentos políticos e culturais das nações e dos nacionalismos identificou tanto a dificuldade de consenso sobre os termos quanto a carência e mesmo a ausência de estudos mais profundos e sistematizados sobre a relação entre *raça* e *classe* na formação nacional. A tendência predominante das nações e do nacionalismo como expressões sociais previstas da expansão modernizadora do capitalismo quase sempre pôs em segundo plano a questão racial e o racismo como categorias estruturais da modernidade colonial capitalista. No centro e na periferia do capitalismo, o surgimento e o desenvolvimento das nações e dos nacionalismos como expressão moderna constituiu-se a partir de relações étnico raciais assimétricas, que mostraram tanto o estatuto da reprodução social do trabalho entre povos e regiões quanto a dimensão conflituosa da cultura na formação nacional.

Na seção I desta tese, as principais teorias e argumentos sobre nação e nacionalismos destacaram a relação entre a crise do feudalismo, dos regimes dinásticos, das línguas sagradas e a ascensão de Estados com unidade política e cultural que tinham na homogeneidade, na invenção e ou na imaginação de costumes, dos hábitos, da história, da língua e da memória coletiva a condição para suposta estabilidade dos povos em meio à empreitada colonial e imperial do capitalismo. As nações e os nacionalismos se apresentaram com fenômenos genuinamente modernos e, desde o século XIX tem aparecido, de forma direta ou indireta, no alvo do interesse das Ciências Sociais, na agenda de líderes e partidos políticos com perfis ideológicos diversos, entre artistas e grupos sociais que reivindicam autonomia

política e reconhecimento cultural. O desenvolvimento de argumentos acerca das origens e dos objetivos dos sentimentos e pertencimentos políticos e culturais modernos mostraram aproximações e as divergências entre teses e autores, na medida em que contextos históricos, políticos, econômicos e sociais designaram motivações e perspectivas críticas e ideológicas de análise.

Na seção II, o sistema colonial, a expansão das nações e dos nacionalismos mundo afora, bem como a reivindicação da autonomia política e nacional de povos oriundos dos antigos impérios austro-húngaros e otomano, significaram temas importantes para os debates marxistas, sobretudo entre autores ortodoxos e heterodoxos. Nas discussões presentes na Segunda Internacional, estiveram sob análise e polêmicas temas como o direito à autodeterminação dos povos, a condição burguesa da formação nacional e o caráter universalista e internacional do proletário urbano como sujeito histórico da emancipação nacional e socialista. O caráter exploratório e desumano do colonialismo nos continentes não europeus dividiu comunistas e sociais-democratas em relação à tese de identificá-lo como etapa própria de economias pré-capitalistas e ou uma condição necessária à civilização de certos grupos sociais, etnias e regiões. A abordagem marxista sobre a questão nacional privilegiou a dimensão economicista e esteve, predominantemente, centrada na experiência europeia, nos propósitos e conflitos das jovens nações europeias na passagem do século XIX para o XX. Apesar da crítica pós-estruturalista e pós-colonial considerar o marxismo como ideologia eurocêntrica e indiferente ao problema colonial e racial, esses temas, ainda que de forma pontual, estiveram presentes na produção intelectual de Marx e Engels, em considerações ao colonialismo nas américas e na Índia. Entretanto, cabe mencionar que a discussão sobre o colonialismo e a questão nacional pouco instituiu a categoria *raça* como elemento estrutural de análise da formação econômica capitalista, do sistema colonial e da formação nacional.

Na seção III, a experiência da formação nacional na periferia do capitalismo apresentada, sobretudo, na África e na América Latina. Ausente ou pouco discutida nas antologias e bibliografias sobre nação e nacionalismo, a questão nacional nesses continentes esteve estreitamente ligada aos processos de independência colonial, o nível de autonomia das frágeis burguesias nacionais e a exclusão dos autóctones, dos indígenas, dos negros e das populações diaspóricizadas da condição de sujeitos

históricos da formação nacional. É, nessa perspectiva, que a raça e a classe se mostraram como dimensões constitutivas das nações latino-americanas e africanas.

Raça e *classe* são termos relacionais e estabelecem vínculos de uniformidades universais e discriminações particulares de traços fenotípicos e culturais, sendo expressões, frequentemente, associadas ao caráter de homogeneização e a condição de alteridade dos membros das nações e dos nacionalismos.

O discurso da alteridade constituiu um recurso necessário para a afirmação das identidades modernas dos indivíduos, uma vez que definiu fronteiras étnicas, raciais, religiosas, nacionais e de classe. A diferença tornou-se artifício para os discursos de poder, na medida em que a negação do outro se manifestava por intermédio de estereótipos e estigmas, tipologias e classificações do corpo e da cultura. Como consequência, a diferenciação e a assimilação de indivíduos e grupos sociais resultou em políticas de integração e segregação de agrupamentos humanos, transformando o particular em universal.

Entre o fim do século XV e início do XVI, o problema da alteridade cultural começou a ganhar força a partir da formação do mercado europeu. Nesse período, alguns fatores tornaram-se fundamentais para explicar as relações humanas a partir da ideia de raça e do racismo moderno, dentre eles as guerras de conquista e a fundação de impérios coloniais; a construção de aparatos burocráticos nos Estados-nação e; o colapso da dominação estamental e a acelerada ascensão da burguesia mercantil.

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, a expansão do processo colonial e imperial da Europa na América, na África e na Ásia conduziu à elaboração de discursos sobre a alteridade em que o cristianismo e a filosofia da ilustração sustentaram a compatibilidade entre a missão civilizadora e a “igualdade de todos os homens”, simultaneamente, a violência das guerras de conquista, a escravidão de negros africanos e as formas opressoras da dominação colonial sobre os autóctones. Como argumento filosófico da superioridade “natural” de certas raças e culturas, o racismo teve origens na mentalidade e nas práticas coloniais, no desprezo dos impérios europeus pelos povos conquistados e na divisão internacional do trabalho, que produziu concentrações e desigualdades geográficas da riqueza. A raça estruturava-se a partir de duas características que se complementavam: as biológicas, definidoras de traços físicos como a cor da pele e; as étnico-culturais, atribuídas à origem

geográfica, à religião, à língua, ou à “certa forma de existir”, que Frantz Fanon (2021) denominou de *racismo cultural*.

A ideologia da pureza de sangue e os grandes sistemas de classificação da humanidade em raças superiores e inferiores formavam-se sobre estruturas políticas que permitiam o controle e o uso da força sobre povos colonizados, formas de exploração do trabalho baseadas na estratificação étnico-racial, variados níveis de escravidão e também a “importação” de grupos humanos com características fenotípicas distintas dos povos nativos e dos colonizadores.

O resultado da dominação colonial e imperial foi a (re)produção de relações de trabalho e de mercado racializados que repercutiam em formas de solidariedade, concorrência e violência física e simbólica de agrupamentos humanos, transformando a raça em recurso de poder. Na base do colonialismo, duas formas do racismo se manifestaram. Por um lado, um caráter diferencialista que evitava a “mistura de sangue” e a defesa da continuidade da pureza racial dos europeus, justificando o extermínio para a expansão territorial dos impérios. De outro lado, assegurou a presença do assimilacionismo, na medida em que este podia legitimar a opressão sobre colonizados com o uso do argumento da necessidade de educá-los e civilizá-los para torná-los semelhantes aos brancos. À luz dos estudos de Frantz Fanon acerca da psicossociologia da colonização e de sua crítica do racismo, os indígenas e os negros (africanos) foram transformados em exterioridade na terra e região onde nasceram (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021).

Na modernidade colonial e imperial, os Estados nacionais tiveram, de maneiras diversas, dificuldade de compartilhar os espaços com as diversas expressões culturais. Enquanto fossem mantidas a distância, elas podiam ser ignoradas em nome da afirmação da singularidade de determinada civilização.

No contexto das análises sobre o assunto, muitos estudos insistiram na homogeneidade como objetivo do caráter do nacionalismo e, em razão disso, Benedict Anderson e Ernest Gellner chegaram a mencionar certo efeito de “anonimato”, em que os participantes da comunidade nacional estariam reunidos de forma horizontal, submetidos à padronização linguístico-cultural.

No entanto, a manutenção do caráter homogêneo não é uma tarefa fácil. A dificuldade de estabelecer fonte única de critérios classificatórios para o nacionalismo reforçou o objetivo de inventar uma substância unitária e vinculada à unidade sociopolítica que tende a naturalizar e a administrar as diferenças, mediante a

segregação, a censura e a coerção. A homogeneização nacional sustentou a ideia de reunião de semelhantes e tendeu a oferecer a sensação de segurança para os membros de uma nação. Por outro lado, a heterogeneidade manteria relação com a noção de alteridade e, por isso, impulsionaria desejo, certa sensação de instabilidade e insegurança capazes de provocar o medo, a repressão, a assimilação e a destruição. Nas sociedades modernas, o espaço de resistência das minorias esteve (e continua), constantemente, sob risco de dispersão. O nacionalismo representaria um meio e uma saída hábil para canalizar e enfraquecer a resistência.

Nas últimas décadas, as Ciências Sociais procuram explicações para a expansão do racismo e de que forma, nas antigas metrópoles coloniais, tem estabelecido vínculos com o (re)aparecimento de grupos nazistas, fascistas, ultranacionalistas e militares; os fundamentalismos religiosos e o tribalismo das colônias antigas. A mundialização da comunicação e das expressões culturais, o frenesi dos mercados internacionais e do liberalismo econômico acompanham o contexto do fortalecimento dos fundamentalismos e de utopias regressivas em que grupos sociais com promessas de resgate da comunidade perdida são protagonistas de guerras por razões nacionalistas, regionalistas ou religiosas, com fortes componentes de intolerância e violência étnico-racial, religiosa e sexual.

As formas pelas quais grupos racistas aparecem hoje não são as mesmas de séculos anteriores. Doutrinas e “teorias científicas” sobre as raças não servem mais de base para os discursos racistas contemporâneos. O fato é que o racismo é estrutural, uma vez que permanece como condição das relações sociais, econômicas e políticas, reproduzido nas instituições, e não se resume à patologia social ou preconceito, ou também à ausência de representatividade racial ou de minorias nas esferas de poder e tomadas de decisão.

É nessa perspectiva que se sublinha a relevância da questão racial nos estudos sobre *nação* e *nacionalismo*. A referência à *raça* e à *classe* representaram categorias de análise que nem sempre receberam o mesmo tratamento e ou peso nas teorias e nas perspectivas de análise sobre o fenômeno nacional. Faz algum tempo, Benedict Anderson (2008) escreveu que “os sonhos do racismo têm origens em ideologias de classe, mais do que nas nações”, supondo uma divisão conceitual entre *nação* e *raça*, acreditando que o racismo colonial podia servir aos objetivos domésticos de um nacionalismo construído a partir dos interesses da alta classe burguesa dominante.

No entanto, ao defender que o nacionalismo devia ser entendido por sua correspondência ao parentesco e menos por seu vínculo com ideologias políticas como o liberalismo ou socialismo, o autor propunha certa relação entre as ideias de raça e nação, uma vez que ambas, como o parentesco, funcionavam por intermédio de noções de semelhança e diferença na configuração dos vínculos humanos.

O crescente interesse em entender o papel da identidade na formação dos indivíduos, grupos sociais e nações contemporâneas tem levado ao conhecimento de diferentes desigualdades que se cruzam de forma variada, indeterminada e até invisível à percepção imediata, nas relações entre raça e nação, presentes nas construções das identidades coletivas e da imaginação nacional.

Ao considerar a necessidade de um tratamento mais atencioso ao tema, Balibar (2021) posicionou-se contra o argumento pelo qual o racismo e o nacionalismo foram tomados como termos opostos, opondo-se à ideia de que o primeiro seria expressão do segundo, indispensável à sua construção. De acordo com Balibar, ao terem que resolver problemas de classe, as nações colonizadoras criaram espaços racializados entre autóctones, imigrantes ou classes inferiores. Além disso, nos séculos XIX e XX, muitos dos nacionalismos oficiais da Europa usaram políticas raciais para criar nações puras.

Em rigor, o que interessou para Balibar, em um âmbito mais teórico, foi o argumento de que racismo e nacionalismo estiveram interligados desde o momento em que os Estados-nação começaram a controlar o processo populacional sobre o território, tendo o “povo” uma entidade política e étnica, que compartilha sua origem, uma história e língua comum. Tanto o nacionalismo quanto o racismo implicaram exclusões e inclusões, não sendo categorias em oposições, mas que se pressupunham. Nessa perspectiva, afirmou o autor, não fazia sentido considerar o nacionalismo como uma ideologia “normal”, possível e vulnerável a situações particulares de racismo, uma vez que nacionalismo e racismo permaneciam interligados de forma fundamental.

É nessa perspectiva que o racismo ajusta e amplia a ambivalência do nacionalismo, mantendo a tensão e ambiguidade entre o universal e o particular. Para Balibar (2021), o racismo teórico foi universalista e supôs a classificação das populações, a divisão e a hierarquização, questionando a unidade da humanidade. De um lado, colocou a unidade da natureza da espécie humana, suas origens e seu destino, e, de outro, o racismo foi particularista, na medida em que respondeu com

exclusões e opressões indivíduos e grupos sociais a partir de determinação de hierarquias de categorias específicas de pessoas.

Em consequência disso, o racismo pode ser uma espécie de “supernacionalismo” pois transforma as imagens da herança e da cultura nacional em representações violentas e excludentes da pureza e da estética ideal dos corpos de homens e mulheres nacionais. Nessa medida, o racismo foi integral ao aspecto do nacionalismo opressor de minorias dentro da nação em que as diferenças entre as pessoas não eram percebidas como variações acidentais, mas como imutáveis e fixas.

No entanto, a simetria que Balibar colocou entre o nacionalismo e o racismo pode ser questionada. O universalismo do nacionalismo, que prevê o direito à cidadania, não pode ser compatível ao universalismo do racismo que não estende o direito da “pureza racial” a todos. Em específico, na América Latina, a noção de mestiçagem, entendida como a mistura de raças, da substância humana e da cultura, foi utilizada em várias análises como recurso para a formação de nações latino-americanas sendo, por isso, de certa maneira, uma noção universalista. O fato de a mestiçagem continuar a ser considerada um fenômeno internacional que aproxima as nações latino-americanas (e até os países caribenhos) não impede a existência de hierarquia entre nações mestiças, de acordo com níveis de mestiçagem e o lugar ocupado por cada país na escala global da branquitude.

Dessa forma, o nacionalismo oscilaria entre a universalidade e a particularidade, na medida em que, conforme os contextos políticos, econômicos e étnico culturais, teria predisposições gerais e específicas tanto às demandas por direitos quanto aos interesses particulares de grupos por afirmação econômica e política. Por isso, o caráter universalista defenderia a noção da cidadania uniforme como um direito humano, a começar pelo de nacionalidade, bem como o de todas as nações terem o direito de existir. O nacionalismo teria, assim, um sentido libertador. Por outro lado, o aspecto particularista esteve relacionado ao fato de os nacionalismos concentrarem-se em nações específicas, sob um processo de exclusão e opressão de grupos sociais e outras nações, dentro ou fora do território nacional. Por essa razão, o nacionalismo teria um teor repressivo próprio, capaz de desenvolver quadros de expulsões, violência e extermínio de populações indesejáveis.

As características ambíguas do nacionalismo fazem dele um movimento popular e mesmo um recurso de confirmação do Estado-nação uma vez que se

apresentou como ideologia de libertação, defesa e afirmação da identidade de grupos sociais, vulneráveis às políticas expansionistas dos grandes Estados. No entanto, o argumento apresenta certo equívoco, resultante de contradição fundamental da ideologia nacionalista, a articulação nem sempre coerente, uniforme e pacífica entre a cultura e a política. A ideia do nacionalismo como legitimador do Estado, defendida por Ernest Gellner (1993), pode fazer sentido, mas não foi suficiente para explicar o apego profundo à identidade nacional, às expressões calorosas de sentimento patriótico e ou às manifestações de “vida ou morte” em nome das nações. Assim, não são apenas os contextos históricos ou a extensão das identidades comunitárias, étnicas, linguísticas ou religiosa que explicariam as nações.

Nessa perspectiva, esta tese contextualizou o tema *nação* e *nacionalismo* a partir dos aspectos sociológicos e políticos, bem como as origens e interesses acadêmicos a respeito da questão nacional e suas ambiguidades. *Nação* e *nacionalismo* não são termos universais e, tampouco, significam modelos de experiências homogêneas entre os países. Os termos apresentam diferenças quanto aos contextos de origens, às motivações, às condições históricas e geográficas, os contextos econômicos e políticos que determinaram os rumos do fenômeno nacional.

A tese sobre as origens da nação, nacionalismo e identidade nacional como fenômenos resultantes da expansão do capitalismo industrial e da modernidade cultural europeia (expansão editorial – imprensa e livros, estimulados pela unidade linguística) pode ser revista a partir da formação dos nacionalismos periféricos, na América Latina, na África e na Ásia. Nestes, a experiência da unidade nacional procurou encobrir as desigualdades do passado colonial, do latifúndio e da economia agrária exportadora, enfrentando os impasses das particularidades dos regimes políticos e das culturas locais.

Integrantes do pensamento e dos movimentos anticoloniais, anti-imperialista e antirracista latino-americanos e africanos, José Carlos Mariátegui (Peru), Frantz Fanon (Martinica e Argélia) e Amílcar Cabral (Guiné Bissau e Cabo Verde) apresentaram críticas originais e radicais ao sistema colonial e o imperialismo, analisando-os não apenas como formas de exploração econômica e dominação política da modernidade. A relação entre colônia e metrópole também se estabeleceu por intermédio da violência física e simbólica contra os colonizados, pela produção de desigualdades no âmbito das relações étnico-raciais e de gênero, pela desumanização dos corpos indígenas e negros (africanos). Na América e na África, o

assujeitamento de indígenas e africanos e a subjugação de saberes dos autóctones foram práticas constantes para o fortalecimento tanto do eurocentrismo quanto do nacionalismo. Racismo e a colonialidade do poder e do conhecimento representaram condições constitutivas do sucesso da empreitada capitalista colonial e imperialista.

Contrários à política racial estabelecida pelo colonialismo e pelo imperialismo, José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon e Amílcar Cabral questionaram o papel das elites burguesas locais na condução dos processos de independência nacional, uma vez que não foram capazes de incluir dos povos nativos na formação nacional, tampouco garantir o acesso à direitos e à emancipação de indígenas e de negros nas estruturas institucionais dos estados nacionais pós-coloniais. Envolvidos com a práxis revolucionária, eles reivindicaram o papel dos sujeitos políticos – indígenas e negros – na formação nacional desses continentes. A questão nacional passava pela revisão da centralidade do proletário, do camponês e da burguesia nacional, como também do cumprimento das etapas da modernização para a constituição das nações e do socialismo.

No centro e nas margens do sistema mundial de Estados nacionais, a raça e a classe constituíram categorias relacionais importantes para a produção de pertencimentos coletivos, identidades e subjetividades. Elas foram elementos de inflexão, de desvio e de conflito para os propósitos da unidade política nacional, sobretudo para os sentidos e para práticas do sentimento e identidade nacionais. Os sentidos, formas e níveis de pertencimento coletivos operados ao longo da modernidade colonial guardaram relações significativas com a cultura como dimensão política e simbólica, apta a realizar agenciamentos e relações de poder entre indivíduos e grupos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: Educ, 2014.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDERSON, Benedict. Introdução. *In*: BALAKRISHAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras**. Anarquismo e imaginação anticolonial. Trad. Sebastião Nascimento. Campinas (SP): Editora Universidade de Campinas; Fortaleza (CE): Editora Universidade Federal do Ceará, 2014.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.
- ANDRADE, Mário Pinto. **Origens do nacionalismo africano** – continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- APPADURAI, Arjun. **O Medo ao pequeno número**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2009.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro (RJ). Ed. Contraponto; São Paulo (SP). Ed. Unespe, 1996.
- BALAKRISHAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.
- BALIBAR, Etienne; WALLENSTEIN, Immanuel; **Raça, nação, classe**. São Paulo: Boitempo, 2021
- BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana**. Breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Ed. Todavia, 2020.
- BAUER, Otto. O conceito de nação. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980a, p. 78-94.
- BAUER, Otto. O socialismo e o princípio de nacionalidade. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980b, p. 95-99.
- BAUER, Otto. A valorização da nação na sociedade socialista. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980c, p. 100-103.

BAUER, Otto. **La question des nationalités et la social-démocracie**. Paris: Éditions EDI, 1987.

BAUER, Otto. A Nação. *In*: BALAKRISHANAM, Gopal. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo revolucionário**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

BHABHA, Homi K. (org.). **Nación y narración**. Entre la ilusión de uma identidade y las diferencias culturales. Buenos Aires: Siglo Veintinuno Editores, 2010.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013a.

BHABHA, Homi K. **Nuevas minorias, nuevos derechos**. Notas sobre cosmopolitismos vernáculos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013b.

BAYART, Jean-François. **Les études postcoloniales**. Um carnaval académique. Paris: Éditions KARTHALA, 2010.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981.

BOTTOMORE, Tom. Automarxismo. *In*: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2012.

BOUNICORE, Augusto. Lênin, Stalin e a questão das nacionalidades. Portal Vermelho, Brasília, 20 de maio 2009. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=texto=2259&id_col.> Acesso em: 22 ago. de 2021.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *In*: **Cadernos Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. nº 26, jan./jun. de 2006, p. 239-376 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>, Acesso em: 5 maio 2019.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. *In*: BALAKRISHAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.

CABRAL, Amílcar. **Guiné Bissau: nação africana forjada na luta**. Lisboa. Ed. Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar. A Arma da Teoria. *In*: COMITINI, Carlos (org.). **Amílcar Cabral, a arma da teoria**. Coleção Terceiro Mundo, v.n.4. Rio de Janeiro: Ed. Codecri. 1980a.

CABRAL, Amílcar. A Cultura Nacional. *In*: COMITINI, Carlos (org). **Amílcar Cabral, a arma da teoria**. Coleção Terceiro Mundo, v. n.4. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1980b.

CARREIRA, Antônio. **Cabo Verde** (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX). Lisboa/Cabo Verde: Ed. Ulmeiro, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012a.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 3. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012b.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (comp.). **El Giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAMBERLAIN, Muriel Evelyn. **La descolonización**. La caída de los imperios europeos. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

CHATTERJEE, Partha. **Whose imagined community?** London: Millenium journal of international studies, 1991.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: Editora EDUFBA, 2004.

CHATTERJEE, Partha. **La nación em tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

CHATTERJEE, Partha. La política dos governados. **Revista colombiana de antropologia**, vol. 47, n. 2, p. 199-231 jul. dic., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcan/v47n2/v47n2a09.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CHERKI, Alice. Prefácio à edição de 2002. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

CLAVARON, Yves. **Petite introduction aux postcolonial studies**. Paris: Editions Kimé, 2015.

COPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado**: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991). Orientador: Prof. Dr. Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença França. 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e relações Internacionais) Instituto de Estudos Políticos Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

DAVIS, Horace B. **Por uma teoria marxista do nacionalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1979.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O pensamento africano subsaariano**. Conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e asiático. São Paulo: Clacso – EDUCAM, 2008.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia del sur**. Descolonización y transmodernidad. Buenos Aires: Akal/ Inter Pares, 2016.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrismo y modernidad (introducción a las lecturas de Frankfurt). *In*: MIGNOLO, Walter (comp.) **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación em el debate intelectual contemporâneo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2017.

ENGELS, Friedrich. A questão da autodeterminação. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Frantz Fanon, escritos políticos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2021a.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**. Textos políticos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2021b.

FANON, Frantz. Decepções e ilusões do colonialismo francês. *In*: FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana: textos políticos**. Rio de Janeiro (RJ). Ed. Jorge Zahar, 2021.

FANON, Frantz. Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina. *In*: FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana: textos políticos**. Rio de Janeiro (RJ). Ed. Jorge Zahar, 2021.

FANON, Frantz. Carta à juventude africana *In*: FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana: texto políticos**. Rio de Janeiro (RJ). Ed. Jorge Zahar, 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Por que Fanon? Por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. Orientador Prof. Dr. Valter Roberto Silvério. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Centro de Educação e Ciências Humanas. Da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon**. Um revolucionário particularmente negro. 1 ed. São Paulo: Ed. Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. A política dos 'escritos políticos' de Frantz Fanon. *In: Frantz Fanon – Escritos políticos*. São Paulo: Ed Boitempo, 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Prefácio ao livro por uma revolução africana. *In: FANON, Frantz. Por uma revolução africana*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2021.

FERRO, Marc. **História das colonizações**. Das conquistas às independências – século XIX a XX. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Paulo F. C. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. Orientador Prof. Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. 178 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

GALINDO, Alberto Flores. **La agonía de Mariátegui: la polémica con la Komintern**. Lima: DESCO – Centro de Estudios y promoción del Desarrollo, 1980.

GALISSOT, René. O Movimento operário frente à Nação e ao nacionalismo. *In: HOBSBAWN, Eric. John Ernest. (org.) História do marxismo*. Vol. IV, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GARCIA, Felix Valdes. **Leer a Fanon, médio siglo después**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

GEERTZ, Clifford. **Old societies and new states: the quest for modernity in Asia and Africa**. New York: Free Press of Glencoe, 1963.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismos**. Lisboa: Editora Gradiva, 1993.

GELLNER, Ernest. O Advento do Nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. *In: BALAKRISHAN, Gopla (Org.) Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GILROY, Paul. **Entre campos**. Nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Ed. Anablume, 2007.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Trad. Eduardo Jorge de Oliveira. Rio de Janeiro (RJ): ed Bazar do Tempo, 2021.

GROSBY, Steven Elliot. (1991). Religion and Nationality in Antiquity: the worship of Yahweh and Ancient Israel. *In: European Journal of Sociology. Archivees européenes de sociologie*, Cambridge University, Cambridge, vol. 23. Issue 2, novembro 1991), p.229 – 265.

GROSBY, Steven Elliot. **Nationalism**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GOMEZ, Santiago. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GOMEZ, Santiago. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In: Revista Critica de Ciências Sociais* (on line) n. 80, 01 de março. 2008.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Ed. DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Arthur Ituassu (org.). Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio e Apicuri, 2016.

HALL, Stuart.. **Estudios culturales 1983**. Una historia teórica. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Ed. Paidós, 2017.

HARTMAN, Saidiya. **Wayward Lives, Beautiful experiments: intimate histories of social upheaval**. New York. W. W. Norton & Company, 2019.

HASTING, Adrian. **Construction of nationhood**: ethnicity, religion and nationalism. New York: Cambridge University Press, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1995.

HOBBSAWM, Eric. John Ernest (org.). **História do Marxismo. O marxismo na época da segunda internacional**, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa hoje. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.

HOBBSAWM, Eric. John Ernest. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric. John Ernest. **A era das revoluções 1789 – 1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009a.

HOBBSAWM, Eric. John Ernest. **A era do capital 1848 – 1875**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009b.

HOBBSAWM, Eric. John Ernest. **A era dos impérios 1875 – 1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009c.

HOBBSAWM, Eric. John Ernest. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

HUGUET, Montserrat Galceran. **La bárbara Europa**. Uma mirada desde el postcolonialismo y la descolonialidad. Madrid: Edición Traficantes de Sueños, 2016.

JOHNSTONE, Monty. Internacionais. *In*: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2012.

KEDOURIE, Elie. **Nationalism. Fourth Expanded edition**. Oxford, UK and Cambridge, MA: Blackwell, 1993.

KHALFA, Jean. Introdução ao livro Frantz Fanon – escritos políticos. *In*: FANON, Frantz. **Escritos políticos**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2021.

KHALFA, Jean. Fanon, psiquiatra revolucionário (introdução). *In*: FANON, Frantz. **Alienação e liberdade – escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Volume II, 3ª edição. Portugal: Publicações Europa-América, 2000.

KAUTSKY, Karl. A nacionalidade moderna. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 28-37.

KAUTSKY, Karl. Socialismo e nacionalidade. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 38-41.

KAUTSKY, Karl. A autodeterminação nacional. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 42-48.

KHALFA, Jean. La Bibliothèque de Frantz Fanon. Liste établie, présentée et commentée par Jean Khalifa. In: FANON, Frantz. **Écrits sur l'aliénation et la liberté: Œuvres II**. Paris: Éditions La Découverte, 2015, p.715-798.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Notas críticas sobre a questão nacional. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 146-51.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. Do direito de autodeterminação dos povos. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e Marxismo**. São Paulo (SP): Ed. Brasiliense, 1980, p. 152-165.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Sobre a libertação nacional e social**. Moscou (URSS). Edições Progresso, 1988.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. A revolução socialista e o direito das nações a autodeterminação In: LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Sobre a libertação nacional e social**. Moscou (URSS). Edições Progresso, 1988.

LOMNITZ, Cláudio. O nacionalismo como um sistema prático – a teoria de Benedict Anderson da perspectiva hispano-americana. In: **Revista Novos Estudos**, Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento. São Paulo n. 59. março, 2001.

LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo**. Os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: Editora Unsep, 2019.

LÖWY, Michael. et HAUPT, Georges. **Los marxistas y la cuestión nacional**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1974.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismo: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo (SP). Ed. Xamã, 2000.

LÖWY, Michael (org.) **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia um feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (comp.). **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. A questão polonesa. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 48-56.

LUXEMBURGO, Rosa. A questão nacional e a autonomia. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 57-77.

LUXEMBURGO, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Editora Oficina de Livros, 1988.

MACEDO, José Rivair (org.). **O pensamento africano no século XX**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson et ali (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón (comp.). **El Giro decolonial. Reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (org.). **Revolução africana**. Uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária. 2019.

MÁRMORA, Leopoldo. **El concepto socialista de nación**. México Pasado y Presente, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Mariátegui Total**. Tomo I. Primera Edición. Conmemorativa del Centenario del Nascimento de José Carlos Mariátegui. Lima: Ed. Amauta, 1994.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideologia y política**. Caracas (Venezuela). Ministerio de Comunicación e Información, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. La Paz de Versalles y la sociedade de las nacionones (conferência). In: **Amauta**, n.31, Lima, jun./julho de 1930.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Ed. Expressão popular CLACSO, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defesa do marxismo. Polêmica revolucionária e outros escritos**. São Paulo (SP). Ed. Boitempo, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Antologia José Carlos Mariátegui**. Selección, introducción y notas de Martín Bergel. Ciudad Autonoma de Buenos Aires. Siglo XXI Editores, 2021.

MARQUES, Gabriel Garcia. **Cem aos de solidão**. Rio de Janeiro (RJ). Ed. Record, 1990

MARTINEZ, Jérôme. Politiques d'immigration: bilan d' un échec. In: **Revue Cités – Immigration, fantasmés et réalités**. Paris Presses Universitaires de France, n. 46, p. 33-46, fev. 2011.

MARX, Karl. Un discours de Karl Marx sur la Pologne. **Cahiers de l'ISEA**, Série c, n.4, p.89, 1961.

MARX, Karl. A questão irlandesa. *In*: PINSKY, Jaime (org). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O surgimento das nações modernas. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textes sur le colonialismo**. Moscou: Éditions em langues étrangères, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Ed. Global, 2006.

MATTIAZZI, Giulio. **Democracia e imigração**. Quantos estrangeiros cabem na Europa? Coimbra: Editora Almedina, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, pp. 35-54, 2005.

MIGNOLO, Walter D. (org.) **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación em el debate intelectual contemporâneo. Cidade Autonomas de Buenos Aires: del Siglo Editores, 2014.

MINH, Ho Chi. A Revolução de Outubro e a libertação dos povos do Oriente. *In*: PINSKY, Jamie (org.) **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. p.261.

NOGUEIRA, Renato. Fanon: uma filosofia para reexistir (prefácio). *In*: FANON, Frantz. **Frantz Fanon – escritos psiquiátricos**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

NAIRN, Tom. **The break-up of Britain**: crisis and neo-nationalism. Londres: Verso, 1981.

NAIRN, Tom. O interenacionalismo e o segundo advento. *In*: BALAKRISHAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.

PAULO, João Carlos. Da “Educação Colonial Portuguesa” ao Ensino no Ultramar. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (dir.) **História da expansão portuguesa. Último império e recentramento (1930 – 1998)**. Lisboa: Círculo de Leitores, v.5, p. 309. 1999.

PENNA FILHO, Pio. **A África Contemporânea**. Do colonialismo aos dias atuais. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

PINSKY, Jaime. (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

PINTO, Simone Rodrigues. **Pensamento (teoria) social e político latino-americano e caribenho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUIJADA, Monica. Qué Nación? Dinámicas y dicotomías de la nación em le imaginário hispano-americano. *In*: ANINO, Antonio y GUERRA, François Xavier (cords.). **Inventando la nación: Iberoamérica Siglo IIX**. México: Fundo de Cultura Económica, 2003, p. 285-315.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Edgardo Lander (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Coleccion Sur Sur, CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Argentina, setembro, pp 227-278. 2005.

RENAN, Ernst. O que é uma nação? *In*: **Escrever a nação: literatura e nacionalidade** (uma antologia). Carlos Manuel Ferreira da Cunha (org.). Guimarães: Ed. Opera Omnia, 2011.

RIVADEU, A. N. **El nacionalismo y la cuestión nacional**. México D.F: Ed. UNAM, 1990.

ROCHA, Glauber. **Uma estética da fome**. Tese-manifesto. Nova York, Milão, Rio de Janeiro. 1965. Portal Vermelho, Brasília, 15 de março de 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/leia-a-integra-do-manifesto-uma-estetica-da-fome-de-glauber-rocha/>. Acesso em: 9 ago. 2020.

ROGER, Antoine. **Les Grandes théories du nacionalisme**. Paris: Éditions Dalloz.

RUBBO, Deni Alfaro. **O labirinto periférico**. Aventuras de Mariátegui na América Latina. São Paulo: Editora Autonomia, 2021.

RUFER, Mario (org.). **Nación y Diferencia**. Procesos de identificación y formaciones de otredad em contextos poscoloniales. Ciudad de México: Universidad Autónoma metropolitana. Editorial Itaca, 2012.

RUIZ, Valéria Salek *et al.* François Tosquelles, sua história no campo da reforma psiquiátrica/ Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrado na atividade. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. [on-line] Rio de Janeiro, v.13, n. 3, p. 855 e 877, dic. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v13n3/v13n3a04.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 2007.

SANCHES, Manuela Ribeiro. (org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticolonias, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

SANCHES, Manuela Ribeiro. (org.). **Descolonizações**. Rer Almícar Cabral, Césaire e Du Bois no século XXI. Lisboa: Edições 70, 2018.

SANTOS, Boaventura Souza. Entre próspero e caliban. Colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *In*: **Revista Novos Estudos**, nº 66, São Paulo. jul. 2003.

SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro (RJ), Ed. Record, 2007.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo (SP). Ed. Nova Cultural, 1996.

SMITH, Anthony D. **Nacionalismo y Modernidad**. Madrid: Ediciones Istmo, 1994.

SMITH, Anthony D. **La identidad Nacional**. Madrid: Trama Editorial, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty; BUTLER, Judith. **Quem canta o Estado-nação?** Língua, política, pertencimento. Brasília: Editora UNB, 2018.

STÁLIN, Josef. A nação. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 133-9.

STÁLIN, Josef. O movimento nacional. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e Marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 140-146.

TSÉ-TUNG, Mao. Sobre o problema da burguesia nacional e dos Shenshi sensatos. In: PINSKY, Jamie (org.) **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p.217.

THOMPSON, Edward. Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. vol. 1. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.

THOMPSON, Edward. Palmer **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1998.

VAN der BERGHE, Pierre L. Does Race Matter? *In: Nations and Nationalism*. Journal of The Association for the study of ethnicity and nationalism. London: ASEN vol. 1, n. 3, p.357-368 novembro. 1995.

VENÂNCIO, José Carlos. **O fato africano**. Elementos para uma sociologia da África. Recife: Editora Massangana, 2009.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. Entre a harmonia e contradição. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

VISENTINNI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**. Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

VERGOPOULOS, Kostas. **Globalização**: o fim de um ciclo. Ensaio sobre a instabilidade internacional. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.

WALLENSTEIN, Immanuel; BALIBAR, Etienne. **Raça, nação, classe**. São Paulo: Boitempo, 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEIBE, Robert H. Imagined communities, nationalist experiences, *In: Journal of the historical society*. Boston: WILEY v. 1. p. 33-37. (2000).